

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GABRIEL CHAVES AMORIM

**Narrativas e representações de trajetórias na formação da Terra Indígena
Kanhgág Emã Por Fi Ga, São Leopoldo/RS**

São Leopoldo
2019

GABRIEL CHAVES AMORIM

**Narrativas e representações de trajetórias na formação da Terra Indígena
Kanhgág Emã Por Fi Ga São Leopoldo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título Licenciado em História
pelo curso de Licenciatura em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge

São Leopoldo
2019

Dedico este trabalho a comunidade Por Fi Ga e a todo povo Kanhgág, resistente e forte.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Maira Damasceno pela parceria que iniciou em 2009, pelo amor, paciência, partilhas de pesquisa, estudo, ensino e trabalho. Obrigado ao Otávio \o.

Também Cleide e Gemar, meus pais, que me apoiaram na vinda para o Rio Grande do Sul e estiveram presentes nesta trajetória.

Obrigado aos colegas que me apoiaram emocionalmente, financeiramente, psicologicamente, ideologicamente, politicamente.

Agradecimento especial para aqueles que me receberam de braços abertos na comunidade Por Fi Ga, tantos nomes, tantas conversas, tantas parcerias, tantos momentos compartilhados que espero, neste trabalho, retribuir um pouco do que tenho aprendido.

*Nuestra lucha es por hacernos escuchar y el mal gobierno
grita soberbia y tapa con cañones sus oídos,
nuestra lucha es por un trabajo justo y digno y el mal gobierno compra y
vende cuerpos y vergüenza,
nuestra lucha es por la vida y el mal gobierno oferta muerte como futuro,
nuestra lucha es por la justicia y el mal gobierno se llena de criminales y
asesinos,
nuestra lucha es por la paz y el mal gobierno anuncia guerra y destrucción.
Techo, tierra, trabajo, pan, salud, educación, independencia, democracia,
libertad,
estas fueran nuestras demandas en la larga noche de los 500 años,
estas son hoy nuestras exigencias.*

Manifiesto Zapatista

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão em Licenciatura em História consiste em pesquisa histórica com abordagem qualitativa que tem como objetivo central explorar as narrativas sobre as trajetórias e experiências de vida que os *Kofã* (*mais velhos, idosos*) e as lideranças da Terra Indígena Por Fi Ga, fazem sobre si, reconhecendo que: os movimentos desses indivíduos influenciaram e foram decisivos para consolidação do território e de um projeto de organização Kanhgág na cidade de São Leopoldo/RS. Para isso foi realizado trabalho etnográfico com entrevistas transcritas e analisadas qualitativamente buscando a indexação e o sentido dos discursos, relacionando os significados com fontes bibliográficas, hemerográficas e históricas.

RESUMEN

El presente trabajo de Conclusion de grado en Historia, consiste en una investigación con enfoque cualitativo cuyo objetivo principal es explotar las narrativas sobre las trayectorias y experiencias de vida que los Kofã (*mayores, ancianos*) y los líderes de la Tierra Indígena Por Fi Ga , hacer sobre ellos mismos, reconociendo que: los movimientos de estos individuos influyeron y fueron decisivos para la consolidación del territorio y un proyecto de organización Kanhgág en la ciudad de São Leopoldo/RS. Para ello, se realizó un trabajo etnográfico con entrevistas transcritas y analizadas cualitativamente buscando la indexación y el significado de los discursos, relacionando los significados con fuentes bibliográficas, hemerograficas e históricas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Caingangues vêm a SL para fazer dinheiro.	50
Figura 2. Acampamento urbano Jornal VS - 12.12.1996/Capa.....	51
Figura 3. Caingangues sobrevivem do artesanato em SL.....	52
Figura 4. Caingangues pedem para voltar	53
Figura 5 - Índios de Nonoai, de vida nômade, [...] instalados no bairro São Miguel. .	55
Figura 6. Crianças indígenas vendem cestos, outras comercializam marcela;	57
Figura 7. Índios constroem em área verde e cobram terreno.....	59
Figura 8. “Os índios caingangues que vivem quase à beira da BR-116, no bairro São Miguel, construíram no acampamento, em mutirão, três banheiros.”	61
Figura 9. Índio tem dia, mas não tem moradia.	62
Figura 10. COSTUMES: caingangues se esforçam para manter tradição [...]	64
Figura 11. Mulheres fazem o artesanato [...] Funasa passam nas casas	65
Figura 12 - CONQUISTA: comemoram com a dança da vitória [...] no São Miguel. .	66
Figura 13. Caingangue: localização do terreno ainda não foi informada.....	68
Figura 14. Tranquilidade: cinco famílias caingangue já estão na área na Feitoria	70
Figura 15. Novo posto de saúde na aldeia Kaingang.....	72
Figura 16. Entrada da nova área Por Fi Ga 2019.....	72
Figura 17. Inh Mré Sér My Nĩn – Venha Junto Festejar – Centro Cultural Por Fi Ga	73
Figura 18 - Francisco Kanheró: “Com cem anos de luta, morre líder Kaingang”	85
Figura 19. Xangrê ao lado do missionário Tomás Lisboa	88
Figura 20. I Xangrê, Nelson. Terra dos índios, filme de Zelito Viana	89
Figura 21. II Xangrê, Nelson. Terra dos índios, filme de Zelito Viana.	90
Figura 22. Ângelo Kretã. Terra dos índios, filme de Zelito Viana.	92
Figura 23. Kasú colhe remédios.....	96
Figura 24. Kasu tỹ vyj sĩ kyn (Kasu toca uãixim)	98
Figura 25. Kasú Kanheró e o Kujã Pedro conversam	101
Figura 26. Getúlio Eré Rondam Casemiro, Abilio Pender Casemiro, Valdemar Kêwui Casemiro e Pompílio Gatôn.	109
Figura 27. Índio é morto eletrocutado.....	139
Figura 28. Colégio La Salle Esteio [...] uma honrosa visita [...]Kaingangue Por Fi Gã	143

Figura 29. Colégio La Salle Esteio [...] honrosa visita [...] Kaingangue Por Fi Gã – Antônio dos Santos fala sobre a cultura Kanhgág.....	144
Figura 30. Vergueiro(Cacique), Renato Fortes, Leandro Fortes e Antônio dos Santos.	144
Figura 31. Antônio dos Santos, Nilceu dos Santos e Cleonice dos Santos vendem artesanatos.....	145
Figura 32. Líder de comunidade indígena de São Leopoldo diz que sofre preconceito racial.....	146
Figura 33. Líder de comunidade indígena de São Leopoldo	147
Figura 34. Antônio dos Santos é cacique da aldeia há cinco meses.....	147
Figura 35. Escola indígena vai iniciar ano letivo interditada em São Leopoldo	148
Figura 36. Caingangues de São Leopoldo promovem evento para mostrar a cultura indígena	148
Figura 37. Incursões por direitos indígenas. Antônio faz fala sobre saúde indígena	150
Figura 38. Entenda o acordo que garantiu a permanência de ocupação indígena em São Leopoldo (RS).....	151
Figura 39. Entenda o acordo que garantiu a permanência de ocupação indígena em São Leopoldo (RS).....	151
Figura 40. Dorvalino, conhecido como “Pelé” em Votouro.	164
Figura 41. Dorvalino na época do curso de educador bilíngue.	165
Figura 42. Olivio Dutra e Dorvalino Refej	169
Figura 43. São Leopoldo tem primeiro índio graduado	170
Figura 44. KANHGÁG JYKRE KAR Filosofia e Educação Kanhgág e a oralidade: uma abertura de caminhos – Defesa de Dissertação de Mestrado.....	171
Figura 45. Será que as flechas de brinquedo das crianças índias vão ser necessárias para defender as terras?	173
Figura 46. EREBANGO – Índios aguardam a demarcação.....	176
Figura 47. Índios saqueiam Igreja em cidade gaúcha	178
Figura 48. Os novos donos: cacique controla plantação de milho	179
Figura 49. Rosalina Aires de Paula.	186
Figura 50. Alécio e lideranças da Por Fi Ga.....	190
Figura 51. Escola, “pecinha de costaneira”	191
Figura 52. Planta baixa e modelo arquitetônico	192

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 . Levantamento da cidade de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo, 2019.	76
Gráfico 2. Levantamento da comunidade indígena de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Locais de ocupação em São Leopoldo e respectivas datas, acompanha fonte da informação.....	53
Tabela 2 - Levantamento da cidade de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo, 2019.	75
Tabela 3. Levantamento da comunidade indígena de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo.....	78

LISTA DE SIGLAS

ANAÍ	Associação Nacional de apoio ao Indígena
CEEE	Companhia Estadual Energia Elétrica
CEPI	Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CORSAN	Companhia Riograndense de saneamento
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
SPIIT	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TI	Terra Indígena
VS	Jornal Vale dos Sinos
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SEMAE	Serviço Municipal de Água e Esgoto
SMC	Secretaria Municipal de Comércio
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 DA AMPLA CIRCULAÇÃO AO ALDEAMENTO: NOTAS ARQUEOLÓGICAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE OCUPAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE TERRITÓRIOS	35
2.1 Kanhgág em São Leopoldo: dos primeiros Wãre a Emã Por Fi Ga	47
3 NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DAS TRAJETÓRIAS	74
3.1 <i>“Porque eu nasci na história, nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar”</i> : Trajetórias de João Carlos Kanheró, Kasú	81
João Carlos Kanheró, nascido em 06	81
3.2 <i>“[...] eu sofri muito, eu tive que sair da minha terra natal agora eu tô por aí [...] a gente não tem mais aquela esperança de voltar”</i> : Trajetórias de Getúlio Eré Rondam Casemiro	102
3.3 <i>“[...] vindo de uma aldeia conquistada na grande Porto Alegre, essa experiência a gente passou pro pessoal que estava em São Leopoldo”</i> : Trajetórias de Antônio dos Santos Nĩgrëg e Ana Rodrigues Fortes	115
3.4 <i>“Acabaram tirando todas as terras onde nós morava”</i> : Trajetórias de Dorvalino Cardoso, Refej	152
3.5 <i>“[...] ela tá falando, será que é verdade? Mas tá no Jornal.”</i> : Trajetórias de Rosalina Aires de Paula e Alcício Gãrféj Oliveira	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
BIBLIOGRAFIA	202
ANEXO A. ENTREVISTA REALIZADA COM ANTONIO NĨGRĒG DOS SANTOS	210
ANEXO B. ENTREVISTA REALIZADA COM JOSME FORTES KONHKO	224
ANEXO C. ENTREVISTA REALIZADA COM CLÁUDIO VAZ	226
ANEXO D. ENTREVISTA REALIZADA COM JOÃO CARLOS KASÚ KANHERÓ	231
ANEXO E. ENTREVISTA REALIZADA COM DORVALINO REFEJ CARDOSO ..	234
ANEXO F. ENTREVISTA REALIZADA COM GETÚLIO ERÊ RONDAM CASEMIRO	240
ANEXO G. ENTREVISTA REALIZADA COM ROSALINA AIRES DE PAULA	247
ANEXO H. RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DE Nº1091 DE 1991	251

1 INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo apresenta uma ligação histórica entre os kanhgág atuais e a tradição arqueológica chamada de Taquara, ressaltando o Vale do Rio dos Sinos como local de ocupação arqueológica dos grupos ancestrais Jês evidenciando a forma tradicional de ocupação do território que é a mobilidade do ir e vir. Neste capítulo também se faz um levantamento das principais políticas indigenistas tendo como ponto de partida a Constituição do Império Brasileiro de 1824, Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil e Lei de Terras de 1850. Entrando no período republicano, se analisa a Constituição, decretos de criação do Ministério da Agricultura, “Serviço de Protecção aos Indios e Localização dos Trabalhadores Nacionaes” (SPILT). Analisa também os principais aspectos do segundo período da República, o pós-golpe de 1964 e a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Estatuto do Índio. No subcapítulo seguinte se faz uma apresentação do histórico de ocupação dos kanhgág em São Leopoldo através da hemerografia do Jornal Vale dos Sinos (1994-2007).

No Segundo capítulo são apresentados resultados de levantamentos sobre as áreas de origem dos indivíduos residentes na comunidade Por Fi Ga. Nos subcapítulos conseguintes encontram-se as narrativas coletadas na comunidade. As narrativas são apresentadas individualmente, seguindo também um pedido da comunidade, junto às análises é realizado um processo de cruzamento de informações entre fontes primárias, hemerográfico e bibliográficas. Entre as fontes estão o periódico Jornalístico "O Porantim" no período entre 1970-2000, Jornal Vale dos Sinos entre 1990-2000, além de bibliografia histórica e antropológica como (FREITAS,2005), (DAMASCENO, 2015), (RICARDO e RICARDO 1991), (LAPPE E LAROQUE, 2018), (KUJAWA, 2015), (INVERNIZZI,2015).

O trabalho de campo foi realizado em um largo período de tempo, o período de observação participante aconteceu durante todo tempo de formação do curso de graduação, 2011 até 2019, totalizando oito anos. Tempo suficiente para explorar o universo arquivístico das fontes primárias elegendo aquelas que melhor atendiam a o universo histórico das migrações Kanhgág nos anos de 1980-2000.

A coleta de entrevistas aconteceu entre 2017 e 2019 e foram estruturadas buscando atender o objeto de pesquisa dessa monografia, as trajetórias e sua influência na Por Fi Ga. Posteriormente a transcrição foi incluída, as entrevistas

transcritas na íntegra como anexo deste trabalho, inclusas as entrevistas não utilizadas.

Para investigar as representações sobre as trajetórias contidas nas narrativas dos Kofã, velhos da comunidade Por Fi Ga, o trabalho adota uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico. O trabalho de Etnografia pressupõe o trabalho de campo, a observação participante e entrevistas individuais. Sobre a observação participante (GUBER, 2001) ressalta a importância da aceitação do pesquisador por parte do grupo como importante definidor de conteúdo da pesquisa, relação que se desenvolve há dez anos, o que facilita ponderações sobre a observação, informações e fidedignidade “(...) o observador pode utilizar a declaração como evidência sobre o acontecido, se tiver o cuidado de avaliá-la através dos critérios que um historiador utiliza ao examinar um documento [...] teria o informante razões para mentir ou esconder?” (BECKER, 1999, p.52). O autor ainda define a observação participante como modo de coleta de dados através da participação na vida cotidiana do grupo ou organização estudada com o seguinte esquema para coleta de dados:

“A pesquisa baseada em observação produz um montante imenso de descrições detalhadas; sendo os três estágios da análise de campo: a seleção e definição de problemas, conceitos e índices; o controle sobre a frequência e a distribuição de fenômenos; e a incorporação de descobertas individuais num modelo da organização em estudo. O estágio de análise final envolve problemas de apresentação de evidências e provas.” (BECKER, 1999, p.50)

Após o processo de coleta é necessário a sistematização do trabalho de campo organizando os dados coletados em índices que facilitem o processo de análise dos conceitos e problemas objetivados no projeto. Autores descrevem este processo como contínuo e em construção durante o período de trabalho de campo, transcrever as falas e relatos gravados e categorizar as observações do diário de campo pode enriquecer o processo de categorização e análise. Realizado o processo de coleta, transcrição de falas e do diário de campo e da indexação em categorias se inicia o processo de análise. (BAUER e GASKELL. 2008) fazendo referência a análise de conversação e da fala, descreve que a metodologia “[...] pode mostrar como os participantes juntam e contrastam atividades e atores [...] e

como eles apresentam mutuamente seus pontos de vista [...] pode ser um passo de uma pesquisa mais reflexiva” (MYERS in BAUER e GASKELL, 2008, P. 273). Através da análise da conversação dos relatos se pretende aprofundar o trabalho da categorização dos discursos. Tendo em vista que, a cultura indígena Kanhgág é fortemente enraizada na oralidade, a retórica é um instrumento de comunicação comumente aplicado na resolução de problemas junto ao *fóg*¹ de tal forma que, os discursos dos índios sempre devem impactar seus ouvintes, que carecem de sensibilização para entender a lógica ameríndia. Através do processo de análise de conversação pretende-se relacionar os resultados obtidos com as fontes secundárias como o Porantim e o Jornal VS.

Sobre as fontes, o Jornal Porantim, criado em 1979 e publicado desde então, é um importante jornal indigenista que deve ser relevante a toda pesquisa de etno-história indígena já que possui um amplo recorte temporal e qualitativo sobre diversos povos e lutas. Através da pesquisa do acervo do Porantim tive acesso a notícias que também são fatos narrados nas entrevistas coletadas, portanto, foi possível ampliar o processo de análise dos discursos e aprimorar o instrumento de coleta, uma vez que pude traçar perguntas que despertassem para a elaboração de narrativas que causassem intencionalmente o cruzamento de fontes.

O Jornal Vale dos Sinos (VS) atualmente tem acervo salvaguardado no Museu Visconde de São Leopoldo, nele, as primeiras referências aos Kanhgág aparecem na segunda metade dos anos 1990, sendo destaque as narrativas que colocam os Kanhgág como visitantes, passageiros, povo de fora. Evidenciou-se a chegada e formação de acampamentos provisórios, a luta por território, fixação de moradia, construção de uma escola, contratação de professores e conquista de uma área reconhecida com Território Indígena. As fontes do VS são ilustradas com fotos e possuem matérias sobre diversos momentos históricos dos Kanhgág em São Leopoldo.

A hipótese inicial é de que os Kanhgág circulavam por um amplo território, para tanto, se articula resultados da arqueologia e antropologia para exemplificar essa circulação. A segunda parte da hipótese é que esses territórios foram gradativamente diminuídos, demarcados por políticas públicas ao longo dos processos históricos vivenciados na economia e política, para isso, busca as cartas

¹ Palavra em Kanhgág para branco, não índio.

constitucionais, decretos, leis e publicações oficiais de órgãos ligados ao Estado. A terceira parte da hipótese é que a formação de territórios se dá a partir da possibilidade de livre circulação e fixação de novos territórios proporcionada pela Constituição Cidadã de 1988 e também pelas trajetórias de vida de cada indivíduo. Portanto, a formação social da Por Fi Ga está relacionada à possibilidade constitucional de 1988 e também ao acúmulo social e histórico dos indivíduos que compõe o grupo social.

Ao falar de trajetórias busco as motivações que causaram as migrações dos indígenas entre as cidades e favoreceram a criação de novas áreas. Essas trajetórias são marcadas por sentimentos, fatos, relações com as parciaisidades Kanhgág e com o Estado, portanto, reconstruí-las fielmente em uma linha histórica impecável seria tarefa monumental, que merece ser empreendida, não sendo o caso desta monografia. Contudo, as narrativas são uma forma de delimitar as inúmeras possibilidades de análise sobre as trajetórias desses sujeitos. As bibliografias antropológicas e de história oral incrivelmente tem atestado e conferido veracidade as narrativas coletadas no trabalho de campo.

Sobre as concepções teóricas deste trabalho, pretende-se inserir no contexto de produção bibliográfica proposto pela corrente formulada a partir da década de 1980, chamada de nova história ou etno-história indígena. Busco deslocar a atenção teórica e metodológica para o dimensionamento, a interpretação e experiência dos Kanhgág, moradores da Por Fi Ga em São Leopoldo e suas histórias de vida. Neste sentido o trabalho avalia os relatos, obtidos nas entrevistas, como portadores de historicidade temporal, racional e crítica. Nesse sentido, este trabalho ajuda a romper com o paradigma dos “povos sem história”, na medida em que confere aos indivíduos autonomia nas decisões, entendendo as histórias de vida como narrativas de fatos vivenciados. Relaciona-se também fatos arqueológicos como comprovação de circulação dos Kanhgág por um amplo território do Rio Grande do Sul. Através da análise das cartas constitucionais e conjuntos legislativos evidencia-se também a política indigenista do século XIX como fundamental na questão da redução dos territórios. Cruzar os relatos Kanhgág sobre as possibilidades de novas trajetórias, a partir do processo de redemocratização e constitucionalização, são tentativas de compor uma etno-história, pois definitivamente os Kanhgág não estão em vias de desaparecimento, ao contrário o alto índice de natalidade e o surgimento de novas terras são esperanças de uma nova realidade social, mesmo que marcadas por

conflitos entre órgãos públicos, clãs internos e os brancos, num contexto de acessão do capital financeiro e especulação.

As relações que busquei desenvolver com a comunidade foram de reciprocidade. Desde o ano de 2012, venho aprendendo, pesquisando e atendendo as demandas da comunidade Por Fi Ga. Juntos, realizamos festas, visitas à escolas para palestras e formações, visitas em parques, museus e zoológicos, campanhas junto a sociedade civil e ao poder público, cursos de educação popular, pesquisas e amizades. Neste período, pude aprender junto a comunidade a deslocar minha atenção do exótico para o socialmente e politicamente importante. Segundo Sandor Fernando Bringman:

“Não é raro encontrar antropólogos, historiadores, arqueólogos ou outros pesquisadores (que dependem das informações dos indígenas para seus artigos, teses ou dissertações), clamarem desesperadamente por informações que enalteçam a cosmovisão do mundo nativo, em detrimento à sociedade nacional envolvente. De acordo com estes pressupostos, o índio “verdadeiro” é aquele que ainda mora na aldeia, que fabrica seus instrumentos, que caça, que planta sua roça e segue as rígidas normas de reciprocidade e as estruturas elementares de parentesco (MAUSS, 2003; LEVI STRAUSS, 1982). Dessa maneira, proliferam-se pesquisas em comunidades indígenas a procura de rituais ancestrais, remanescentes bélicos, histórias de resistência ao contato, entre tantas outras informações que darão, certamente, muito mais emoção para suas produções textuais (BRINGMAN, 2012, p.9)

Durante a minha convivência com a Por Fi Ga, vi bolos tradicionais serem assados, *matos* que os *antigos* cozinhavam sendo preparados cotidianamente e outros elementos que poderiam seguir uma narrativa de continuidade ou ruptura cultural, contudo, a comunidade tem elegido outros temas como mais socialmente urgentes. Temas estes que circulam entre cidadania, políticas públicas e o direito de autodeterminação, assuntos que aparecem nas narrativas coletadas nas entrevistas. O envolvimento nas pautas políticas da comunidade me levou a um processo intenso de reflexão sobre a atuação política da academia junto à comunidade, concluindo que é necessário que haja uma relação de parceria, criticidade e não de espoliação. Maira Damasceno (2018) ao pensar a relação de Universidades e pesquisadores em comunidades indígenas, diz o seguinte:

A ciência não só pode como deve intervir de forma que contribua com a solução, em conjunto, de algum problema relevante para aquela comunidade, inclusive com vagas para a representação comunitária. Portanto, a Universidade como instituição educacional com ênfase social, tem todas as ferramentas disponíveis para interferir positivamente nas demandas dessas comunidades, manter um duradouro diálogo de reciprocidades e ainda contribuir para a formação e relação de seus alunos com as duras realidades latino americanas. (DAMASCENO, 2018, p.16/17)

Com uma postura mais recíproca em relação às comunidades indígenas, não só as academias tem a ganhar, mas como todos os alunos e as próprias comunidades.

A pesquisa insere-se na perspectiva de história indígena, pois os resultados deste trabalho devem ser encarados como representações construídas junto aos indígenas. Faço do objeto de estudo oportunidade para incentivar que os indivíduos explorem suas próprias articulações de narrativas de histórias de vida e trajetórias. Assim, as narrativas remetem, cada uma, a contextos históricos próprios sendo necessário um processo de análise qualitativa. O enfoque escolhido foi o que privilegia a indexação do discurso, ou seja, explorar o sentido das falas dos entrevistados. Na perspectiva de Jorge Eremites de Oliveira a “(...) história indígena está ligada à ideia de ethos, ou seja, ao caráter sociocultural dos povos indígenas, e apresenta como um tipo de história êmica”, (EREMITES,2004, p.40). Tipo de história que os próprios nativos americanos contam sobre si e sobre seus ancestrais”.

A representação da realidade realizada pelo cientista pode valer-se dos elementos textuais, narrativos e lógicos próprios do universo cosmológico Kanhgág para compor um conjunto de memórias que remeta de forma autônoma à história do grupo social, no caso a comunidade Por Fi Ga. A proximidade e a relação de confiança que estabeleci com os Kanhgág, justifica a inserção deste trabalho como de etno-história e história indígena. Portanto, o trabalho busca de forma metodológica reconhecer o caráter histórico dos relatos dos indígenas contemporâneos, tendo em vista que todo discurso é dotado de sentido e historicidade. Acima de tudo, reconhecer que nem sempre a história contada sobre os indivíduos reflete a versão dos próprios retratados. “Essa visão êmica foi incorporada a ideia de etnohistória quando a tradição oral passou a ser considerada como uma importante fonte de pesquisa de muitos estudos”. (EREMITES,2004, p40)

Tal perspectiva deve ser encarada como decolonial, pois difere do discurso colonial, que segundo John Manuel Monteiro promove a “[...] exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos [...]” (MONTEIRO, 2001, P.6). Quando iniciei o processo de pesquisa sobre os Kanhgág, percebi uma satisfatória mudança quanto o número de trabalhos e principalmente quanto aos modos de retratar os povos indígenas. A ideia de uma narrativa guiada pelos próprios indígenas é uma chance de quebrar a relação de poder e de legitimidade instituídas pelas histórias oficiais, pretensas detentoras do contar. Segundo (MONTEIRO, 2001, P.6) existem perigos em se dirigir a narrativa investindo numa “imagem cristalizada – fossilizada [...] dos índios, seja como habitantes de um passado longínquo ou de uma floresta distante. [...]a sociabilidade nativa é aquela que está totalmente externa à esfera colonial”. Para (MONTEIRO, 2001) a sociabilidade nativa é decolonial por si só, já que se desenvolve externamente a *esfera colonial*. Reconhece que a movimentação se dá dentro da *esfera colonial* do branco. O trabalho de etno-história é também um exemplo de oportunidade de preservação e continuação de tradições culturais como a organização social, os costumes e a língua e principalmente autonomia sobre contar sua história.

Esse trabalho se insere na discussão elaborada por Eduardo Viveiro de Castro, que em sua carreira se debruçou sobre as questões: quem é o índio? O que define o pertencimento a uma comunidade indígena? Os estudos e resultados se inserem próximos ao contexto histórico que se desenvolve as narrativas e suas representações, de “uma geopolítica modernizadora da ditadura – era o final dos anos de 1970”. Tais concepções, como vai apontar o autor, transcendem a ideia de invenção de novas etnias, mas do questionamento do caráter verdadeiro ou falso de uma categoria social:

Note-se que, naquela época, a questão de saber quem era índio não se cristalizava em torno daquilo que se veio a chamar etnias emergentes, fenômeno bastante posterior: foram tais novas etnicidades, ao contrário, que surgiram da questão, respondendo a ela com uma resposta deslocada, isto é, inesperada. O problema da época, muito ao contrário de qualquer “emergência”, era a submergência das etnias, era o problema das etnias submergentes, daqueles coletivos que estavam seguindo, por força das circunstâncias (isto é um eufemismo), uma trajetória histórica de afastamento de suas referências indígenas, e de quem, com esse pretexto, o governo queria se livrar: “Esse pessoal não é mais índio, nós lavamos as mãos. Não temos nada a ver com isso. Liberem-se

as terras deles para o mercado; deixe-se eles negociarem sua força de trabalho no mercado” (CASTRO, 2005, p.3)

Dentro de tal perspectiva pretendo transcender a questão do cocar de pena, urucum e arco e flecha para me atentar também ao “estado de espírito”², que segundo (CASTRO, 2005) remete mais ao conceito de cultura, já que o conceito apresenta mais afinidade com o modo de ser e não o modo de aparecer. Para o autor, a política de emancipação forçada proporcionou uma oportunidade de resgatar a questão indígena, auxiliando a mentalidade coletiva dos próprios índios sobre o entendimento da importância cultural de sua identidade para atuação como agentes políticos no cenário nacional. A ideia de conveniência jurídica como atenuante para a etnogênese parece um tanto quanto, academicamente, maldosa, dado ao fato social da colonização, que inviabilizou os modos de vida dos povos originários: “[...] Antigamente, muitos coletivos indígenas sentiam vergonha de sê-lo, e o governo tinha todo interesse em aproveitar essa vergonha [...]”.(CASTRO, 2005, p.5). Tendo em vista o contexto histórico da Constituição de 1988, o jogo virou 180 graus, a possibilidade de reivindicar direitos civis, tidos como direito de branco, sem abrir mão da identidade cultural fortalece o processo de revitalização da memória e da história. No caso, fica emblemática a ideia da subtração de territórios e a busca pela reconquista do direito de ir e vir e ocupar regiões que não foram previamente demarcadas, sendo assim, surgem muitos questionamentos quanto a validade da ocupação de certas terras pelo povo Kanhgág. A mudança de perspectiva de abordagem na ideia de sujeito individual e coletivo proposto por Eduardo Viveiro de Castro é útil para entender a relação do Estado como gerador de identidades e validador da categoria índio. Por fim cabe aqui uma justificativa para este trabalho que recorro à teoria elaborada pelo autor quanto a relação do pesquisador com a comunidade estudada, em suma, “[...] para o antropólogo, índio é como freguês – sempre tem razão [...] não está lá para arbitrar se as pessoas [...] está lá para entender como é que aquilo que elas estão dizendo se conecta com outras coisas [...]”.(CASTRO, 2005, p.9). Eduardo Viveiro de Castro traz, portanto, o perspectivismo para a análise dos fatos sociais e históricos.

Roy Wagner desenvolve um estudo junto a sociedade Daribi, de onde deriva teorizações sobre o trabalho junto aos povos indígenas e também a análise sobre as

² (CASTRO, 2006, p.4)

representais culturais. A “Invenção da Cultura” (2008) sugere uma olhada através da adaptação, para que venhamos a reconhecer o fato da cultura permanecer em um estado de inovação contínua, onde “sua "transmissão" e "recepção" são elas próprias em grande medida uma espécie de "indução" inventiva. [...] "reinventada" [...] na medida em que é ensinada, aprendida, usada e aperfeiçoada [...]” (WAGNER, 2008, p.208). Uma visão voltada a ideia naturalista de cultura, onde a cultura é uma invenção partir das práticas de interação com os indivíduos e o meio ambiente.

Marshal Sahlins em *Cultura e Razão Prática* (2003) discute as diversas representações da dimensão simbólica de “Cultura”, fazendo um apanhado sobre a discussão em torno da categoria, para a antropologia, e também história, revelando a dimensão colaborativa da constituição do termo entre diversos autores. Discutindo a argumentação de Franz Boas sobre a Cultura, o autor pondera que a cultura vista como um costume traz o problema da vulnerabilidade à ruptura, não sendo, portanto, capaz de conservar sua pureza, tendo em vista as dificuldades de transmissão e preservação. A cultura alegórica é, portanto: “[...] objeto de contemplação, bem como uma fonte dela, [...] A lógica cultural reaparece então sob uma forma mistificada - como ideologia. [...] como satisfação de uma demanda por justificativas [...] algo motivado pela realidade cultural” (SAHLINS, 2003, p.76-77).

Dentro da perspectiva anterior podemos perceber o movimento de afirmação cultural provocada no fim da década de 1980, com a aprovação de leis que considerava a diferenciação cultural como um direito, a diferença é portando também um caráter integrador da igualdade da comunhão nacional. A cultura está atrelada a luta do “[...] sujeito individual para alcançar seus próprios fins, em face de convenções culturais coercitivas[...]”é uma das principais discussões propostas por Malinoviski, segundo (SAHLINS, 2003, p.89). Tal afirmação, agrega ao trabalho cuidado quanto em realizar o processo de análise, ensaiando uma narrativa ética que confere agência ao sujeito frente a investidas deterministas da tutela estatal, dos conflitos entre lideranças e das possibilidades de vida existente para o indígena no Brasil pós-colonialista. Sahlins discute que, para Frederik Barth, a abordagem cultural “[...] focaliza os acontecimentos da vida social em lugar de seus aspectos físicos ou estatísticos, e vê o comportamento social do ponto de vista das decisões tomadas por indivíduos na alocação de tempo e recursos”. (SAHLINS, 2003, p.99) Tal concepção de agência é cara para as análises tendo em vista a superação do determinismo cultural sobre a percepção de que os índios devam seguir

determinadas trajetórias de vida, dada condição cultural, o que o autor chama de se livrar dos grilhões do naturalismo.

“A interpretação das culturas” de Clifford Geertz faz um apanhado sobre o conceito de cultura, trabalho de etnografia e o fazer antropológico. Para (GEERTZ, 2008, p.4):

“[...] a prática da etnografia, [...] representa a análise antropológica como forma de conhecimento. [...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante.”

Neste sentido, considero que o trabalho se insere nesta representação sobre o fazer etnográfico, pois, o que se propõe aqui é acompanhar as narrativas e analisando seu contexto histórico como “tentar ler [...] um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos [...]”.(GEERTZ, 2008, p.8).

Sobre a Cidade de São Leopoldo, se insere no contexto histórico final do grupo Kanhgág estudado, o da Por Fi Ga, relacionando a história dos Kanhgág com a do município. A cidade tem como mito fundador a epopeia histórica da chegada de casais alemães que em 1824 desembarcaram e se hospedaram em uma pequena casa, reconhecida oficialmente como casa do imigrante. Mesmo antes deste desembarque, o núcleo habitacional local tinha empreendido inúmeras realizações dentre elas a Real e Imperial Feitoria do Linho Cânhamo. Muitas histórias, memórias e narrativas foram invisibilizadas pela presença excludente da epopeia colonizadora, justificada pelo mito do progresso que inviabiliza ou desacredita na existência de vida no Vale do Rio dos Sinos antes da imigração alemã.

Na primeira parte da década de noventa, São Leopoldo recebe “visitantes” que não “pertenciam” à cidade. De fato não há comprovação da existência de aldeamentos religiosos ou oficiais do Estado brasileiro na região da cidade de São Leopoldo, contudo os indígenas narram a ocupação como um processo de retomada. Este retorno é marcado por questionamentos do poder público e da sociedade local, que sem saber esbarram numa história com mais de 600 anos de idas e vindas por este território.

2 DA AMPLA CIRCULAÇÃO AO ALDEAMENTO: NOTAS ARQUEOLÓGICAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE OCUPAÇÃO E CIRCULAÇÃO DE TERRITÓRIOS.

O coletivo social Kanhgág está ligado ao tronco linguístico Macro-Jê, junto aos Laklanõ, formam os Jês Meridionais. Atualmente os Kanhgág ocupam terras nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, somando 45.620³ indivíduos.

A ideia do Vale do Rio dos Sinos ter sido um local de circulação dos Kanhgág, enquanto herdeiros legítimos dos traços históricos da tradição Taquara⁴, que conta com evidências arqueológicas para atestar este trânsito e permanência na região fundamenta o conceito de retomada. Durante o processo de entrevistas e convívio com os Kanhgág, o Rio dos Sinos sempre foi apontado como um local de parada para abastecimento das correrias, das viagens para vender e dos trajetos para reclamar direitos na capital Porto Alegre. Retomadas serão discutidas no capítulo correspondente as narrativas, onde, entre as representações, se encontra a tomada de novas terras fora das grandes áreas, mas, efetivamente, o processo de formação social da nova constituição federal em 1988 é que vai garantir o direito a ocupação de novos territórios não demarcados no passado.

A arqueologia identifica a tradição Taquara como ancestral direto dos grupos Jês do Sul, cientificamente relacionada aos Kanhgág⁵. Conforme Jairo Rogge (2005, f.94) a tradição Taquara está presente desde o Rio dos Sinos até a planície litorânea. A arqueologia ainda ressalta outras relevantes áreas de ocupação da tradição Taquara no Rio Grande do Sul, demarcação que vai desde o Rio dos Sinos, Rio das Antas, no litoral centro-norte, no Vale do Rio Pardo, entre o Rio das Antas e a bacia do Alto Uruguai e Pelotas. A arqueologia defende e identifica a bacia do Rio

³ (Siasi/Sesai, 2014 in Povos Indígenas no Brasil-ISA). Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>>

⁴ A arqueologia reconhece a ligação entre kanhgág e a tradição taquara, também como um dos primeiros grupos de habitantes do território. A ocupação Taquara, Kanhgág, remonta ao século IV: "Os sítios mais antigos da tradição Taquara no Estado são encontrados em uma área que compreende, aproximadamente, o alto/médio Rio Caí e Sinos e o alto/médio Rio das Antas" (ROGGE, 2008, p.89).

⁵ Comprovação que se dá pela coincidência de ocupação do mesmo espaço geográfico das populações indígenas atuais e dos locais identificados como tradição Taquara. Também Através de relato de viajantes como de Mabilde, Engenheiro Belga, sequestrado pelos kanhgág, descreveu as moradias indígenas. Os arqueólogos usam os testemunhos de Mabilde para confirmar a tese do uso de casas subterrâneas pelos antigos kanhgág. (SCHMITZ, ROGGE, ROSA, BEBER, MAUHS, ARNT, 2002 apud ROGGE, 2004, f.68)

dos Sinos como zona de fronteira do território taquara, tomando como base nas decorações artísticas das cerâmicas. A delimitação arqueológica vai do Rio dos Sinos, até os municípios de Santo Antônio da Patrulha e Taquara além do litoral, região do atual município de Osório. Segundo (MILLER in ROGGE, 2005, p.193) No município de Taquara um sítio datou a presença indígena em 600 a 700 anos antes do ano presente, AD, para datação arqueológica o ano presente é calculado partindo do ano de 1950. A circulação dos Kanhgág no Vale do Rio dos Sinos, tendo em vista tal datação, pode ser considerada desde o ano 1250 d.C.

Sobre a datação da ocupação, para os kanhgág, existem as ocupações *wäre* e *ëmã*⁶ tais categorias étnicas indicam dois tipos diferentes de ocupação territorial a provisória e a duradoura. A arqueologia de (SCHMITZ, 1989; BEBER, 2004; ROGGE, 2004; LAROQUE, 2000) evidencia o padrão de ocupação transitório e de caráter permanente, *wäre* e *ëmã*, através de datações laboratoriais, laudos arqueológicos que buscam explorar a duração dos assentamentos Kanhgág no período pré-colonial: As casas indígenas eram ocupadas durante certo tempo do ano em alguns sítios indicando um processo de migração sazonal, em outros locais verificam-se moradas mais definitivas. Logo vemos que a ciência enquadra o movimento de *ir e vir* (DAMASCENO, 2015) tão caro a organização Kanhgág. A arqueologia atesta uma ocupação duradoura no planalto, desde “[...] o ano 1.000 de nossa era. Já [...] Caxias do Sul, indica uma ocupação cerca de 500 anos mais antiga, iniciando-se por volta de 500 A.D. O padrão de ocupação em ambas as áreas parece ser o mesmo” citando (BEBER, 2004, p. 255).

Até meados do século XIX os kanhgág conseguem manter a mobilidade pelo amplo território apesar das frustradas tentativas de instalação de missões religiosas junto aos kanhgág para seu aldeamento. Tais instalações passaram a determinar as possibilidades quanto a ocupação de terra, delimitando o aldeamento como área possível de se viver, fora dela o índio estaria sujeito a perder sua identidade e também a todo tipo de violência.

Apesar da datação de circulação dos Kanhgág no Vale do Rio dos Sinos serem anteriores ao processo de colonização o contato com o europeu se deu tardiamente, com o processo de colonização das áreas tradicionalmente ocupadas para as atividades de caça pesca, coleta de mel e pinhão. A redução dos territórios

⁶ Significado em Kanhgág: *Wäre*: Acampamento provisório. *Ëmã*: Morada, acampamento de maior duração.

tradicionais kanhgág se deu de forma sistemática através da demarcação de áreas, sendo que as políticas públicas do Estado brasileiro buscaram privilegiar a gestão de um progresso que excluiu o índio, colocando seu aparato para consolidar o projeto de colonização gestado desde as épocas das reduções religiosa⁷ junto ao Império Brasileiro.

O processo de contato entre as nações kanhgág e os *fóg*⁸ vai acontecer de forma mais intensa, no período em que se inicia o deslocamento da função de metrópole de Portugal para o Brasil. A transferência da família real para terras brasileiras em 1808, trouxe o núcleo régio e toda instalação burocrática, que o Brasil independente herdou. O processo de independência toma dimensão jurídica com constituição de 1824, tendo como modelo a recém-criada carta magna portuguesa de 1822 que buscava garantir a participação cidadã das elites empresariais. A noção de cidadania, controlada pela política, que guiada por noções científicas de biologia, biopolítica, torna o direito acessíveis apenas a alguns, se levarmos em conta que o indígena e o negro não eram considerados cidadãos, tampouco gente. A qualidade “cidadão” exigia do individuo a situação de ter nascido fora do sistema de escravidão, algo impossível ao negro e ao índio bravo gentio. Conforme Manuela Carneiro da Cunha:

O século XIX é um século heterogêneo, o único que conheceu três regimes políticos: embora dois terços do período se passem no Império, ele começa ainda na Colônia e termina na República Velha. Inicia-se em pleno tráfico negreiro e termina com o início das grandes vagas de imigrantes livres. E, como se sabe, um período de tensões entre oligarquias locais e surtos de centralização do poder. E também um século e (CUNHA, 1992, p.133)

Conforme (CUNHA, 1992) foram intensas as transformações do século XIX. Como cita o artigo 6 da carta magna de 1824, “São cidadãos brasileiros, os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”. Portanto fica bem exposto que a cidadania é qualidade de homens livres, brancos não sendo possível à

⁷ O processo de colonização efetiva das áreas de encosta e planalto do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o oeste do Estado do Paraná, a partir de meados do século XIX, principalmente por imigrantes alemães e italianos, do com sua redução a "aldeamentos" no extremo norte do Estado (ROGGE, 2005, f.102)

⁸ Significado em Kanhgág: Branco, Não Idígena.

escravos e indígenas. Legitimada pela lei a supressão de direitos por meio do princípio de exceção, como prevê em seu Art. 8, onde a suspensão do exercício dos direitos políticos está condicionada à capacidade física, ou moral, abrindo margem para interpretar quem é ou não merecedor da cidadania.

Um dos principais articuladores da Assembleia Constituinte do Império, José Bonifácio, é também um importante pensador para o liberalismo crioulo imperial brasileiro que participou dos principais movimentos liberais na época e sabia bem como apontar os excessos revolucionários, reprimindo as revoltas populares e controlando grupos ameaçadores como os “*bugres de Guarapuava*”⁹, que podiam representar ameaça aos projetos de colonização, por terem mantido relativa autonomia sobre seus territórios.

Com “*Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil*” Bonifácio sintetiza boa parte do que seria a política indigenista dos próximos ciclos políticos, representa também o pensamento da época em relação aos povos nativos, colocando noções como: “[...] da natureza em que se acham esses índios. [...] Povos vagabundos, e dados a continuas guerras, e roubos.”¹⁰. Os apontamentos para a civilização se materializam na medida em que políticas públicas baseadas na tutela e redução dos territórios são empreendidas como medidas para o controle ou proteção dos índios. A colonização conta com esse feliz instrumento para se tornar uma realidade, o aldeamento e a civilização dos índios. Bonifácio faz uma síntese das ideias científicas sobre a distinção de raça buscando mediação e o fim dos conflitos com as nações indígenas. Contudo, em 1845 é aprovada o Regulamento de Missões com os índios que visava a “catechese, e civilização dos Índios”¹¹.

Os órgãos que vão surgir nos séculos posteriores possuem contextos próprios, porém este discurso é uma pista histórica dos rumos da política tutelar indígena. Posteriormente o governo republicano editou uma publicação em homenagem a José Bonifácio e também em alusão ao 88º aniversário da Independência do Brasil, no dia 07 de Setembro de 1910, ano de criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) ainda subordinado ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio. Tal publicação contém os discursos na Constituinte de 1823 e

⁹ Termo usado por José Bonifácio para designar os kanhgág.

¹⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil. Inauguração do Serviço de Proteção ao Índios e Localização de trabalhadores Nacionaes. 7 de Setembro de 1910, p. 13

¹¹ BRASIL. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos índios. Decreto n. 426 - de 24 de julho de 1845.

também “*Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil*”, o que fornece evidências que demonstram uma continuidade nas ideias de redução e tutela propostas inicialmente por Bonifácio.

A política indigenista do império, de certo modo representada nesses apontamentos, promove um discurso de reconhecimento da colonização, forçando atrocidades contra as populações nativas. As terras tradicionais subtraídas eram entregues a colonos europeus, classificados como cidadãos mentalmente e fisicamente mais aptos à ocupação da terra. Logo, as políticas de tutela dão cabo aos conflitos, deslocando e reduzindo os territórios indígenas para firmar as fronteiras nacionais. Os nativos que ocupavam essas novas colônias se dispersavam pelo território buscando novos locais, raramente aceitando o aldeamento, conforme o próprio José Bonifácio de Andrada e Silva “[...] temor que tem que depois de aldeados vingamos a nosso sabor as atrocidades contra nós commettidas: ou porque não tendo ainda provado o devido castigo de seus attentados [...]”¹² Se atento aos personagens protagonistas das políticas públicas à época, brancos e europeus, e seu imaginário em relação ao outro, indígena e negro, percebe-se o racismo científico difundido entre as correntes intelectuais da época permeadas do medo da vingança do colonizado.

“Com effeito o homem no estado selvatico, e, mormente o Índio bravo do Brazil, deve ser preguiçoso: porque tem poucas, ou nenhuma necessidades [...] não precisa de [...] melindres do nosso luxo: porque finalmente não tem idéia de propriedade nem desejos de distincções, e vaidades sociaes, que são as molas poderosas, que põem em actividade o homem civilisado.” (ANDRADA E SILVA, 1910, p.15)

A mentalidade de bem viver junto à natureza e ao vasto território não faz parte da cosmovisão do *fóg*, por isso, desqualifica o modo de vida dos *Kanhgág*¹³. Era inadmissível para o branco reconhecer signos de civilidade no *selvagem*, mesmo que, dentro da cosmologia *Kanhgág* houvesse categorias equivalentes para

¹²BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil. Inauguração do Serviço de Proteção ao Índios e Localização de trabalhadores Nacionaes. 7 de Setembro de 1910, p..14

¹³Bonifácio se refere aos *Kanhgág* e provavelmente também aos *Laklano* como *Bugres*. [...] e os *Bugres* de Guarapuava convertidos outra vez de prisioneiros de guerra em miseráveis escravos
BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil. Inauguração do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de trabalhadores Nacionaes. 7 de Setembro de 1910, p. 20

propriedade privada, distinções sociais e noções de acúmulo material. Desse modo, dentro deste princípio, os indivíduos que ocupavam o planalto do Rio Grande do Sul são passíveis de guerra justa, premiando os colonos com suas terras. A intenção de liberar a ocupação das terras devolutas, era do fortalecimento do projeto econômico, “[...] para o estabelecimento de Colonias de nacionaes, e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira” (Brasil, 1850. Art.64). O governo passa a ter responsabilidade de reservar terras devolutas, sendo necessária a remoção dos indígenas. Os que aceitam negociar são assentados em áreas demarcadas sem dar a posse para o indígena, criando verdadeiros campos de concentração, chamados de aldeamentos. Esses locais confinam numerosas coletividades ameríndias em um só espaço facilitando a fundação de povoações, abertura de estradas, e qualquer outra servidão. Época em que surge, no Brasil, o ofício denominado “bugreiro”, que tinha como objetivo matar ou pacificar indígenas. A região Sul foi escolhida para abrigar os colonos vindos da Europa, para tanto os campos precisavam estar livres para a ocupação, significava livrar as terras pertencentes aos kanhgág deles mesmos. Segundo (CUNHA, 1992, p.133) “[...] pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras.”:

As interações com os nativos kaingáng desenvolveram-se através da violência da conquista e do estatuto jurídico de escravo; ainda que, a partir da década de 1840, a integração tenha passado a permitir outras interações, mesmo que estas tenham sido perpassadas pela ideia de inferioridade e primitivismo indígena. (FRANCISCO, 2013, p.18)

A opção por importar mão de obra europeia faz parte de uma estratégia para transformar o quadro de mão de obra brasileira aos poucos, ao passo que, só em 1888 a escravidão é abolida. No decreto 537 de 15 de Maio de 1850 o governo do Império brasileiro aprovou um contrato com a “Sociedade Colonizadora”, estabelecida na Cidade Hamburgo, atual Alemanha, para a fundação de colônias agrícolas de estrangeiros no sul do país. O incentivo previa que as embarcações que transportarem da Europa os colonos poderão livremente desembarcar. Havia a opção de se naturalizar para aqueles que “se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer industria no Paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous

anos de residencia pela fôrma por que o forão os da Colonia de São leopoldo.” (Brasil, Lei 601 de 1850, art. 17). Segundo (CUNHA, 1992) a questão indígena ”é fundamentalmente um problema de terras e porque os índios são cada vez menos essenciais como mão-de-obra, a questão indígena passa a ser discutida em termos que, embora não sejam inéditos, nunca haviam, no entanto sido colocados como uma política geral a ser adotada”. (p.134)

O contexto de criação do conjunto de leis da Republica de 1889 é positivista, a Ordem e o Progresso são instituídos como lema estampando a nova flâmula da recém República dos Estados Unidos do Brasil. Porém a estrutura de acesso à cidadania parece ter pouca transformação, pois possui estrutura semelhante no que diz respeito à supressão de direitos por invalidez física ou mental.

No Art 64 pode ser evidenciado novamente o emprego do conceito de terras devolutas. Estas são de posse dos estados:

“Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente [...] a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.” Como defesa das fronteiras os projetos de colonização e fixação de imigrantes continuam em prática no governo republicano.”(BRASIL, 1891, Art.64)

Na República *Velha* o conceito de terras devolutas é substituído por *terras públicas*, sendo de competência deste ministério o registro de *terras possuídas* e legitimação ou revalidação das posses e concessões feitas, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda das terras pertencentes à União e sua separação das que pertencem ao domínio particular, conforme decreto Nº 1.606, de 29 de Dezembro de 1906 que cria uma Secretaria de Estado com a denominação de “Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio” e assim, a possibilidade de compras de terras públicas colabora para o projeto de consolidação da grande propriedade rural e dificulta cada vez mais o acesso legal a terra para a camada mais empobrecida. A secretaria passa a atuar com objetivo de estudar e despachar todos os assuntos relativos à agricultura e a indústria animal. Sua primeira frente de trabalho consistia em estabelecer o ensino agrícola através de estações agrônômicas onde deveriam ser pesquisados princípios de mecânica agrícola, campos de experimentação e institutos de biologia agrícola e como segunda atividade principal, o fomento da imigração e colonização, catequese e civilização

dos índios. A necessidade de um órgão específico para tratar a questão indígena demonstra preocupação do governo republicano com esse problema contínuo que é a questão das terras e seus “donos”.

Através do decreto 8.072, de 20 de Junho de 1910 o governo cria o serviço de proteção aos índios e de localização de trabalhadores nacionais, SPILTN:

Art. 1º O Serviço de Protecção aos Indios e Localizaçõ dos Trabalhadores Nacionaes, creado no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, tem por fim: prestar assistencia aos indios do Brazil, quer vivam aldeiados, reunidos em tribus, em estado nomade ou promiscuamente com civilizados;

O artigo número um do decreto em seu texto ignora o a mentalidade *Kanhgág*, quando exige dos indivíduos se submeterem ao aldeamento, rompendo a lógica de ampla circulação do território, prática milenar, impossibilitando o deslocamento sazonal. Os panh¹⁴mág¹⁵ *kanhgág* começam a desenvolver relações de diplomacia com o estado, nem sempre de forma equivalente, em troca de assistência, condicionada à aceitação de aldeamento como exige a lei do SPI. Começa se a instalar através deste Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, centros agrícolas, onde ficam concentrados os *trabalhadores nacionaes*. Através deste sistema estabeleceu-se uma nova liderança dentro das organizações e coletividades *kanhgág*, desligada do princípio de panh mág¹⁶. Uma liderança que era sustentada por privilégios vindos dos *fóg*, dos monitores ou chefes de *ajudancias*.

Segundo o olhar da lei¹⁷ aos *trabalhadores nacionaes* que tivessem que se se estabelecer nos centros agrícolas, eram concedidos alguns favores como o transporte para si e sua família, com direito a levar bagagem, fornecimento gratuito de ferramentas, plantas e sementes para as primeiras culturas, auxílio para a manutenção de sua família, recurso medico gratuito. Porém, para os *Kanhgág*, isso significou a redução do *grande território* para aldeias demarcadas. O transporte gratuito, em realidade, era uma condução forçada aos campos de concentração e o fornecimento de ferramentas muitas vezes se tratava de aluguel. Dentre as representações mais significativas sobre o período está a política do panelão, aqui

¹⁴ Panh;Pã-i = Pronúncia (Pein). Significado: Pai, Liderança, Cacique. “O cacique é o panh mág, pai do povo, considerado o pai do povo, são os pais de família só que mais grande na história de cacicância dele, explicar as coisas pra comunidade com calma, saber alegrar o povo dele né.(Kasú Kanheró, 2019)”

¹⁵ Mág; = (Pronúncia Bagng) Significado: Grande, Maior

¹⁶Tradução literal em *Kanhgág*: Pai do povo

¹⁷BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.Art.32.

descrita por Dorvalino Refej, contudo, outros trabalhos junto à memória Kanhgág descrevem o trabalho escravo em roças coletivas organizadas pelo SPI, os puxirões.¹⁸

Com os acontecimentos políticos de 1964 uma nova constituição nos moldes do governo militar é instituída em 1967 que posteriormente, sofre por meio da Emenda nº 1, de 1969, redação que inclui de forma positivista o direito dos índios sobre as suas terras, nos seguintes termos: “As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar [...] não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e FUNAI.”(BRASIL, 1967, art.198- §1). Apesar do reconhecimento das terras dos “silvícolas”, na verdade, é o reconhecimento das terras como de posse da União, sendo responsabilidade da Fundação Nacional do índio (FUNAI) a gestão das comunidades que fazem o usufruto das terras. Umás séries de mudanças visavam o aperfeiçoamento do controle de gestão as políticas indigenistas. Conforme Elias dos Santos Bigio, as práticas do SPI fizeram parte do patrimônio herdado pela FUNAI com sua criação:

Assim, ao ser criada em 1967, a Fundação Nacional do Índio – Funai, estava destinada a recuperar [...] uma ação indigenista pautada no integracionismo dos povos indígenas à sociedade brasileira, para evitar que esses povos impedissem a expansão das frentes econômicas do capital. A Funai, portanto, deveria continuar a ter como referência para o seu trabalho o período em que o SPI foi administrado pelo General Cândido Mariano Rondon. [...] Será referência para a criação da Funai o Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966, que promulga a Convenção nº 107 da OIT – Organização Internacional do Trabalho sobre a proteção e integração das populações indígenas [...] em janeiro de 1969, o governo federal, objetivando ter maior controle, altera a Lei nº 5.371/67, que criou a Funai, por meio do Decreto-Lei nº 423, de 21/01/1969, dando nova redação ao artigo 4º, e extingue o Conselho Diretor, estabelecendo uma administração colegiada para a administração desse órgão, formada por representantes de diferentes organismos e presidida pelo representante do Ministério do Interior. (BIGIO,2007, p.21-22)

Após a criação da FUNAI em 1968, a Presidência da República, constituiu um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de delimitar, demarcar, fazer levantamento

¹⁸ Sobre os “puxirões” ver mais em BRINGMAN (2015), que escreve a tese “Entre índios do Sul. Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xaçupé/SC (1941-1967)”

topográfico das áreas ocupadas pelos indígenas e elaborar medidas de proteção da posse das terras¹⁹. Até então, a legislação se ocupava em “garantir a posse” no sentido de restringir a circulação dos indígenas por amplo território, uma vez que poderiam perder a posse da terra caso delas saíssem. Para (BIGIO, 2007) os problemas apontados com a conclusão do GT foram:

O primeiro ponto do relatório elaborado pelo GT intitula-se “Sobre as terras indígenas”. Foram considerados problemas relacionados à garantia da posse da terra pelos índios: a) a invasão das terras indígenas do Sul do país; b) a existência de poucas áreas indígenas demarcadas; c) o desrespeito dos governos estaduais a “garantias constitucionais referentes ao silvícola”; d) a prevalência de pretensos direitos individuais do “civilizado” sobre os da coletividade indígena; e) a expansão das frentes pioneiras de colonização sem consulta ao órgão encarregado da tutela do índio; f) a alegação de desconhecimento, pelos governos dos estados, “das áreas reservadas aos silvícolas”; g) as dificuldades do SPI, anteriormente, e da Funai para garantir os direitos dos índios sobre os seus territórios. (p.34)

O relatório chama a atenção para região Sul do país, onde a invasão de terra se tornou um problema relacionado à garantia da posse da terra pelos índios. Nos capítulos relacionados as narrativas, se explora os significados, dentre eles a migração forçada de grupos kanhgág para assentamento de colonos sem terras e territórios demarcados como áreas indígenas. Aponta-se aqui, portanto mais uma evidencia de motivações que levaram os kanhgág a “deixarem” suas áreas para migrarem.

Posteriormente através da publicação do Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, a posse das terras indígenas e a instituição tutelar são reforçadas. O índio e as comunidades estão sujeitos ao regime tutelar estabelecido pelo Estatuto do Índio, considera como "nulo" qualquer ato praticado entre o índio e qualquer cidadão, sem que tenha a assistência da FUNAI. Sendo, portanto vedado qualquer tipo de relação contratual, trabalhista ou de compra e venda. Contudo, o indígena podia requerer a qualquer momento a liberação do regime tutelar desde que tivesse 21 anos, conhecesse a língua portuguesa e estivesse habilitado para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional e possuir uma razoável compreensão dos usos e

¹⁹ BRASIL. Senado Federal. **Constitui Grupo de Trabalho para o fim que menciona.** (Decreto nº 62.699, de 14/05/1968).

costumes da comunhão nacional²⁰. A FUNAI ainda era autorizada, segundo o artigo décimo do Estatuto do Índio, considerar o índio como integrado, mediante uma declaração formal, tendo em vista os critérios de liberação do regime tutelar. Como prevê o Art. 11:

[...] poderá ser declarada a emancipação da comunidade indígena e de seus membros, quanto ao regime tutelar estabelecido em lei, desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional."(BRASIL, 1973, cap.II, art.XI)

A exclusão do regime tutelar não significava a liberdade para exercer sua identidade sem a tutela, mas sim a perda da identidade. Caso abrisse mão da tutela, abria mão da categoria social indígena pois a tutela é a própria relação do Estado com os grupos originários, devendo portanto os indígenas se submeterem a o regime ou abrir mão da identidade indígena. As subcategorias indígenas eram: aculturados, semiaculturados e isolados, forma estatal de discriminar quem era índio de quem não o era.

Em 1987 um novo processo constituinte, dá espaço para que novamente venha se discutir a categoria social indígena e como sua relação deveria ser organizada. A principal tendência era a reedição das legislações já instituídas no Estatuto do Índio e das constituições anteriores que previam a integração do índio e a sua classificação em níveis de civilização e aculturação. Ailton Krenak, deixa uma narrativa que marca o imaginário indígena da luta pela inclusão de artigos específicos aos indígenas na nova Constituição a ser editada.

Eu espero não agredir com a minha manifestação os protocolos dessa casa, mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não poderão ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos,

²⁰ BRASIL. Estatuto do Índio. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Capítulo 2 Art. 7. § 1-2. . Art. 8. Art.9 § I-IV. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm> Acesso: 28 de Outubro de 2019

que sabe respeitar aqueles que não tem dinheiro para fazer uma campanha incessante de difamação, que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas, um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como o povo que é inimigo do Brasil, inimigo dos interesses da nação e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare os 8 milhões de quilômetros quadrados do Brasil. Os senhores são testemunhas disso. "(Ailton Krenak 04/09/1987 in BRASIL, 1989, p.573).

A atuação de Ailton Krenak foi focada no reconhecimento dos direitos históricos, demarcação dos territórios e o acatamento dos projetos de futuro das populações indígenas. Tramitava dentro do processo constituinte, um pré projeto de Constituição que não abarcava toda a novidade discutida pela a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Segundo Krenak: "[...] o primeiro anteprojeto da Constituição [...] lança uma luz na estupidez e no breu que tem sido a relação histórica do Estado com as necessidades indígenas. (BRASIL, 1989, p.572). A Constituição avançou no sentido incluir a perspectiva de um futuro para o povo indígena. Tais elementos se relacionam com a discussão proporcionada por (VIVEIRO DE CASTRO, 2005), que nos leva a reflexão sobre este período, descrevendo como houve uma superação epistemológica da condição de individualidade para a questão comunitária como definidor da categoria índio. Reconhece que o projeto secular de desindianização, ou colonialidade, foi responsável por afastar a possibilidade do ser índio:

A Constituição de 1988 interrompeu juridicamente (ideologicamente) um projeto secular de desindianização, ao reconhecer que ele não se tinha completado. E foi assim que as comunidades em processo de distanciamento da referência indígena começaram a perceber que voltar a “ser” índio – isto é, voltar a virar índio, retomar o processo incessante de virar índio – podia ser interessante. Converter, reverter, perverter ou subverter o dispositivo de sujeição armado desde a Conquista de modo a torná-lo dispositivo de subjetivação(CASTRO, 2005, p.6)

Com a nova Constituição (BRASIL, 1988, cap.VII, art.231) fica reconhecido aos índios “a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os

direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." Com isso, a situação fundiária deveria se desenvolver à favor dos indígenas, uma vez reconhecido o caráter cultural como decisivo neste processo. Já o artigo 232 tem a pretensão de revogar a instituição tutelar que regulou as relações sociais dos índios: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público". Tais entendimentos abrem possibilidade dos indígenas poderem sair de locais previamente demarcados pelo branco, sem ser categorizado como alguém que perdeu sua cultura. Abre também a possibilidade para que individual ou coletivamente articule ações judiciais a favor de demandas emergentes. Tal contexto jurídico é indispensável para se pensar na possibilidade real de surgimento de novas áreas kanhgág, tendo em vista que até 1988 eram circunscritos a locais demarcados pelo branco tendo como pena a perda da identidade caso deixasse a área. Mesmo que os capítulos específicos aos indígenas não versasse sobre a possibilidade de deixar às grandes áreas indígenas, a Constituição (1988) garante através do inciso XV do artigo 5º, a "livre a locomoção no território nacional em tempo de paz", sendo possível portanto circular livremente pelo território, trazendo a possibilidade de novas rotas comerciais e políticas.

2.1 Kanhgág em São Leopoldo: dos primeiros Wäre a Emã Por Fi Ga

São Leopoldo se encontra dentre os locais possíveis, e escolhidos, para entrar na nova trajetória de correrias dos Kanhgág. Descrito como um bom local para comercialização do artesanato e reprodução dos meios de vida tradicionais é reivindicado como "novo território" desde o início da década de 1990. Marinez Garlet conta que quando iniciaram em São Leopoldo o trabalho do Conselho de Missão entre Índios (COMIN), em 1994, as famílias Kaingang já estavam na cidade de São Leopoldo. "Os líderes de hoje contam que historicamente acampavam nesta cidade, mas em 1990 decidiram fixar-se de forma permanente" (GARLET, 2010, p.132)

Em entrevista junto ao professor da comunidade Josme Fortes, Konhko, percebe-se a representação de São Leopoldo, como um, dos muitos locais usados pelos Kanhgág como possibilidade de comercialização do artesanato, a narrativa é

usada como um exemplo de motivação para a fixação de uma Ware em São Leopoldo, tanto nas narrativas coletadas quando na hemerografia jornalística:

Pesquisador: *Você lembra quais foram as primeiras conversas sobre ficar em São Leopoldo definitivamente?*

Konhko, Josme Fortes: *Pra vir morar pra cá em São Leopoldo, primeiramente eu tinha vindo para Carazinho vender artesanato, essa é minha história de como eu vim parar para cá. De lá eu vim para cá vender artesanato com meu filho mais velho que hoje já está com vinte anos. Ai eu gostei muito, o cacique disse: Quer morar ai com nós? Pode morar. O primeiro cacique da comunidade.*

A narrativa acima foi coletada junto à Josme Fortes, o Konhko, que atualmente é professor de ensino fundamental na escola da comunidade Por Fi Ga. Podemos notar a representação que explicita as motivações para vinda de São Leopoldo: em primeiro lugar, a venda de artesanato e em segundo lugar, a presença de seu irmão como um dos fundadores da ocupação. Josme conta que passou por outras cidades antes de parar em São Leopoldo. Pude observar durante o processo de pesquisa que a narrativa de Josme, sobre o motivo da vinda, para vender, articulado ao conhecimento transmitido por algum parente, sobre a possibilidade de ocupação existente em São Leopoldo, exemplifica uma trajetória que é comum a muitos indivíduos moradores da Por Fi Ga.

Darci Rodrigues Fortes, Sorég, atualmente conselheiro da comunidade, é citado como o primeiro cacique da comunidade e como principal articulador da presença do Josme, também é formador das leis de ocupação, já foi entrevistado diversas vezes, por diferentes pesquisadores. No trabalho de dissertação de Diego Fernandes Dias Severo, intitulado “*Educar, Viver, Trabalhar: Os significados do fazer os artesanatos entre os kaingang da ãmã Por Fi Ga*” se pode ver diversas narrativas coletadas no ano de 2012 junto a Sorég, recorro a algumas dessas falas para trazer o contexto da ocupação em São Leopoldo. Na seguinte narrativa, Sorég exemplifica motivos que levam os índios a deixarem as grandes áreas tradicionalmente demarcadas pelo *fóg* para construir suas próprias trajetórias e possíveis novas áreas:

[...] Diego, nós nas áreas o tempo melhor era os tempos atrás, como a vida tempos atrás era muito bom, quando nós tinha as matas nativa, tinha caça, bastante fruto pra coleta, pinhão, mel puro e pescaria tinha à vontade. [...] E agora, porque a terra bem dizer não é nossa, nós estamos só preservando, a terra é, a terra, é terra do governo. Nós não podemos fazer nada em cima. [...] Assim, sem a ordem da Funai, sem a ordem deles, tu não faz [...] Então, como não tem como o índio viver lá dentro, então tem uns índios que saíram, que nem saímos²¹ de lá por isso aí, vender nosso artesanato para sobreviver é onde que nós encontramos, aonde que nós estamos agora, né, procurando nossos direitos... (Sóreg, 19/7/2012 in SEVERO, 2014, p.62).

Assim como Sóreg, Josme apresenta a narrativa da escassez de recursos naturais e terras devido a gestão das grandes lideranças de Nonoai, mostrando que esta é uma memória genérica, compartilhada, adquirida, contudo, devido ao histórico relativamente parecido entre as trajetórias, o sentido da narrativa se adequa aos contextos vivenciados pelos indivíduos que saíram das grandes áreas tendo como meio de vida o artesanato aprendido com os pais e avós:

Konhko Josme Fortes: *Eu não me acostumo na cidade sabe, por que me criei no meio do mato. Quando alguém me pergunta _Por quê que tu veio parar aqui em São Leopoldo? Eu parei aqui por que não tem mais mato onde é que eu moro, já foi destruído, agora já não tem mais mato para eu caçar. Eu me lembro que quando eu era pequeno né, eu saía com meu pai para caçar, nós pescava, agora não tem mais peixe lá por que o rio está todo poluído. Esses tempos que eu estou aqui em São Leopoldo, eu sinto saudade da minha aldeia onde eu me criei, por que é diferente né, o clima é diferente por que lá é a natureza né*

Josme elabora a narrativa que representa a diferença entre a aldeia grande, onde havia natureza anteriormente aos desmatamentos e poluições e a cidade grande, onde a natureza também é pouca. Apesar de Josme falar que “lá”, na aldeia grande de Nonoai, haviam desmatado a natureza, ela parece ainda ser mais presente do que nos espaços de São Leopoldo, e de fato é, pois a reserva ao norte continua sendo um dos maiores espaços florestais do Estado.

²¹ Sóreg – é 1994[...] E ali onde tem aqueles mato ali, ali nós trabalhamos com as taquaras, ali em baixo daquela árvore, ali nós trabalhava com as nossas taquaras, balaio embaixo da árvore. Então aqui tinha cinco famílias, daqui que nós saímos daqui, fomos pra BR daí, e da BR saímos e fomos para o trilho do trem. (Sóreg e Jeremias, 19/7/2012 in SEVERO, 2014, p.72).

As figuras 1 e 2 pertencem a uma matéria jornalística publicada no Jornal Vale dos Sinos em dezembro de 1996 quando um grupo Kanhgág chama a atenção da cidade. A Narrativa jornalística explora inicialmente as motivações expressas pelo grupo, no caso, a venda de artesanato e ressalta que são de diversas origens, vejamos a matéria transcrita na íntegra acompanhada de suas principais figuras, a fonte possui representações em sua narrativa que entrecruzam com as dos entrevistados deste trabalho, e do autor citado anteriormente (SEVERO, 2014). A matéria entrevista ainda a esposa do Sr. Darci, D.Neiva. Na Figura 1 “*Caingangues vêm a SL para fazer dinheiro*”, podemos ver a legenda “Grupo sobrevive da venda de seus produtos”, o que para os Kanhgág representa a ideia do artesanato ser uma atividade de sobrevivência, ao Estado, parece que representa pobreza e não de trabalho articulado no modo de vida que é também uma escolha dos indivíduos, tendo em vista a cultura.

Figura 1. Caingangues vêm a SL para fazer dinheiro.



Fonte: Jornal VS - 12.12.1996/ Reprodução do autor

Figura 2. Acampamento urbano Jornal VS - 12.12.1996/Capa.



Fonte: Jornal VS - 12.12.1996/ Reprodução do autor

Caingangues sobrevivem do artesanato em SL. Grupo de Índios veio da fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina e está na cidade com autorização da Funai.

São Leopoldo- Eles são um grupo de aproximadamente 40 pessoas, entre elas 30 crianças. Vieram da região que divide os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São índios da tribo Caingangue. Chegaram ao município no início do mês e têm autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para permanecer até o fim do ano. Vieram apenas "fazer dinheiro", como dizem. Depois deste período devem voltar para suas terras, onde a seca prejudicou a roça e a criação de animais. Acampados no terreno próximo dos diques do Rio dos Sinos, eles agora fazem do artesanato sua principal fonte de renda. Comercializando balaios de palha por quinze reais no Centro e em cidades vizinhas, eles conseguem o dinheiro para sobreviver.

A dificuldade não se esconde. Sem água ou luz, eles moram em barracas no acampamento improvisado onde dividem os espaços pequenos entre as famílias. A maioria dos adultos é de mulheres e eles tiveram de se afastar do Centro (antes ficavam nas imediações da Estação Rodoviária) pois não tinham como controlar as crianças e vender seus produtos ao mesmo tempo. "Aqui é mais quieto. Na rodoviária era muito perigoso", conta uma delas.

As crianças parecem não se importar com as dificuldades. A mais velha tem 13 anos e o mais novo, 1 mês. Nenhum frequenta a escola e passam o dia brincando no rio. Entre os adultos, os problemas não são esquecidos. Viera atrás de outro jeito de viver mas as dificuldades continuaram. "As pessoas não nos ajudam. Só queremos vender este material e voltar para as nossas casas", conta Eva Inácio da Silva. "Não gosto que as pessoas pensem que estamos aqui pra roubar. Nossa vida é muito sofrida, mas não temos este costume. Roubar não presta, queremos apenas trabalhar",

defende-se Neiva Rodrigues Freitas, 28 anos e cinco filhos. (Jornal VS, 23-12-1996)

Neiva Rodrigues Freitas, na verdade, é Neiva de Fátima Garcia, esposa de Darci, o Sorég, que na época era a principal liderança dos acampamentos, por ter sido o primeiro a se instalar. Na narrativa podemos ver a representação do preconceito vivenciado na atividade de venda quando ela cita que “não gosta que as pessoas pensem que estamos aqui pra roubar. Nossa vida é muito sofrida, mas não temos este costume. Roubar não presta, queremos apenas trabalhar”. A reportagem localiza o acampamento como num “terreno próximo dos diques do Rio dos Sinos”.

Ao escrever sobre o movimento de ocupação em São Leopoldo (SEVERO, 2014, f.72) conclui que “(...) acampamento formado em 1994 por [...] se caracterizava como mais uma das infindáveis viagens de comercialização de artesanatos”. De fato, a comercialização do artesanato se constitui, ainda hoje, como principal fonte de renda para os kanhgág em São Leopoldo.

Ainda em 1996, o jornal Vale dos Sinos publica, na véspera do Natal, mais uma reportagem expondo as motivações e origens dos kanhgág acampados em São Leopoldo, dando uma espécie de ultimato, quando afirmam que “permaneceram até o final do ano”:

Figura 3. Caingangues sobrevivem do artesanato em SL.



Fonte: Jornal VS - 23 de Dezembro de 1996/ Reprodução do autor

No Jornal VS, há um silêncio de dois anos, entre 1997 e 1998 e nada é publicado em relação aos Kanhgág de São Leopoldo, contudo, apresento uma tabela que detalha a trajetória dos Kanhgág em São Leopoldo, para facilitar a localização espacial histórica do grupo neste estudo:

Tabela 1. Locais de ocupação em São Leopoldo e respectivas datas, com a fonte da informação.

Rua Caxias, centro de São Leopoldo, nas proximidades da BR 116. (SEVERO, 2014, f.72)	1994-1996
“Terreno próximo dos diques do Rio dos Sinos”. Atrás da rodoviária. (VS, 23-12-1996)	1996-1996
Terreno à margem da rodovia BR 116. Marco Zero (SEVERO, 2014, f.74)	1996-1997
Rua Mauá (SEVERO, 2014, f.74)	1997-2000
Vila dos Tocos (SEVERO, 2014, f.75)	2000-2001
Br 116 (SEVERO, 2014, f.76)	2001-2001
Rua São Domingos	2001-2007
Emã Por Fi Ga. Estrada do Quilombo 1015	2007-Atualmente

Fonte: Tabela construída pelo autor com base em informações coletadas no Jornal Vale dos Sinos e em (SEVERO, 2014) (DAMASCENO,2015)

Figura 4. Caingangues pedem para voltar



Fonte: Jornal VS – 19.04.2000/ Reprodução do autor.

A matéria jornalística publicada, como especial do dia dos índios nos 500 anos de Brasil, em dezanove de Abril de 2000, localiza a origem dos kanhgág, como sendo de Nonoai, contudo, elabora a ideia de que tinham chegado apenas a um ano e que logo voltariam para suas terras de origem. A entrevistada, contudo, é uma branca, assistente social do Conselho de Missão entre Índios (Comin), aliada dos Kanhgág de São Leopoldo. Durante o processo de pesquisa o nome de Marinez é representado como "a assistente social que mudou de ideia", pois no início, apoiava a volta dos Kanhgág para as grandes reservas, todavia, junto do convívio, começou a elaborar narrativas de apoio a permanência, como essa que vemos nos anos 2000, defendendo os indígenas do preconceito:

Dia do Índio. Alojado desde o final do no passado embaixo da ponte o Rio dos Sinos, grupo de indígenas vindos do interior do Estado enfrenta dificuldades.

Os primeiros são deixados de lado.

São Leopoldo - As comemorações pelo Dia do Índio e pelos 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil, que nesta semana pipocam por todas as regiões do país, não significam muita coisa para as 13 famílias indígenas que vivem em barracas de lona embaixo da ponte da BR 116 sobre o Rio dos Sinos.

Vindos de reservas situadas nos municípios de Nonoai e Charrua, norte do Estado, cerca de 40 índio caingangues vivem em São Leopoldo enfrentando condições precárias de higiene e alimentação. Diariamente, eles percorrem as ruas das cidades vizinhas tentando ganhar algum dinheiro extra com a venda de artesanato, mais lucrativa do que as atividades agrícolas desenvolvidas em suas regiões de origem.

Os primeiros indígenas a virem para São Leopoldo chegaram já no final do ano passado. Desde então, diversos grupos vêm se revezando na ocupação da mesma área; depois de passar um tempo na cidade, cada grupo volta para sua reserva. Para alguns dos moradores das proximidades do acampamento, entretanto, a presença dos "visitantes" ao longo de todo o verão e neste início de outono não é vista com bons olhos.

De acordo com a assistente social Marinez Garlet, do Conselho de Missão entre Índios (Comin), algumas pessoas chegaram a ligar para o serviço de atendimento ao público da Prefeitura para reclamar de barulho e de mau cheiro que estariam sendo provocados pelos indígenas. Marinez vem acompanhando a situação do grupo há algum tempo, e acredita que há exagero em muito do que se fala a respeito. "Há muita discriminação contra eles", afirma. (Jornal VS – 19.04.2000)

Desde os primeiros anos da ocupação, a principal representação nas narrativas jornalísticas é ressaltar o caráter provisório, temporal e reversível das ocupações indígenas em São Leopoldo.

Na seguinte matéria, de 2001, são representados como “pobres peregrinos”, representação odiável para os Kanhgág, pois não leva em conta o processo histórico espoliativo e diferenciação, impostos pela colonização.

Figura 5 - Índios de Nonoai, de vida nômade, [...] instalados no bairro São Miguel.



Fonte: Fonte: Jornal VS - 30.07.2001/ Reprodução do autor

A narrativa que a reportagem busca representar, da comunidade como transitória, também é reproduzida pelos políticos. Emblemáticas são as falas de Darci Rodrigues Fortes, Sorég, sobre o prefeito Waldir Schmidt, pois sempre que reconstrói a narrativa histórica das ocupações em São Leopoldo lembra que o político não *gostava dos índios*:

“[...] em 2002, a atual gestão decidiu “resolver” a situação dos kaingang, embora sem os consultar. O então prefeito Waldir Schmidt, segundo Sóreg [...], ofereceu cinco mil reais para o cacique “levantar” acampamento de volta para Nonoai. Segundo Sóreg: “aquele parece que tinha raiva de índio” (Sóreg, 19/7/2012 in SEVERO, 2014, p.80).

A luta dos Kanhgág nos primeiros anos dos anos 2000 foi para firmar a narrativa de que ocupavam e continuariam ocupando, conforme o direito, permaneceram na cidade, vendendo os artesanatos e articulando alianças como a do então candidato a prefeitura, Ary Vanazzi, do Partido dos Trabalhadores – PT.

Um ano se passou desde a matéria publicada em 2001, ainda ressaltando o caráter provisório da ocupação. Novos indivíduos começam a chegar durante a primeira década de 2000, trazendo consigo suas experiências de vida e trajetórias culturais, dentre eles, resalto nos capítulos seguintes a importância de Refej, Dorvalino Cardoso; Kasy Fej, Rosalina de Paula Aires; Garfej, Alécio Garfej de Oliveira e Antônio dos Santos, Ningre. Este último, Antônio dos Santos, segundo as narrativas coletadas e apresentadas no subcapítulo 3.3, contribui ativamente para que fosse formada uma liderança na Por Fi Ga, tendo em vista as experiências vivenciadas anteriormente na Agronomia e Lomba do Pinheiro em Porto Alegre, onde já havia acontecido um processo de regularização de lideranças junto a Funai de Passo Fundo, que é um dos órgãos responsáveis pelo reconhecimento dos caciques eleitos pelas comunidade. Uma das “novas” famílias, que chegaram no período e passaram a residir na comunidade, foi a de Nën Tãnh, José Vergueiro, primeiro cacique eleito da Por Fi Ga, em eleição que aconteceu no ano de 2002 :

Os kaingang decidiram eleger um cacique, pois até então o grupo vivia sem liderança constituída. Na eleição concorreram dois parentes, tio e sobrinho, Sóreg e Nën tãnh²². Parte do grupo não queria eleição, pois o líder deveria ser Sóreg, por ser o mais antigo no local. Outra parte do grupo, no entanto, exigia a votação. Outra polêmica foi o voto de pessoas que estavam de passagem, acampados. Deu-se o poder a estes de voto, e, com dois terços dos votos, Nën tãnh foi eleito. SEVERO, 2014, p.81)

No ano de 2003, um novo dia do índio juntamente da Páscoa, é chance para explorar uma nova pauta jornalística junto dos indígenas e a polêmica da vez é a venda de artesanatos confeccionados por crianças. A matéria possui uma narrativa que representa as crianças do grupo como “em situação de miséria em um terreno no bairro São Miguel [...] exemplo de que a Pascoa não tem nada de festa para quem passa por tantas necessidades. Diariamente, as crianças indígenas podem ser vistas pelas ruas mendigando e vendendo artesanato”. (Jornal VS 19.04.2003)

²² José Vergueiro

O uso do termo “mendigando” anexa sentido de que a confecção e venda de balaios artesanais não é uma atividade que possa ser considerada como trabalho, nem tampouco, que possa ser aceitável que crianças vendam o artesanato. Tal discussão, para os Kanhgág, agiu como um fortalecedor nas narrativas de venda de artesanato como atividade tradicional, passível de preservação junto às juventudes, uma vez que a preservação do passado se dá no presente. Os Kanhgág superaram a narrativa preconceituosa sobre a atividade de venda realizada pelas crianças, levando ainda hoje as crianças para atividades de coleta de materiais e venda, tão cara para a sobrevivência orçamentária dentro do núcleo familiar indígena urbano.

Figura 6. Crianças indígenas vendem cestos, outras comercializam marcela.



Fonte: Jornal VS – 19.04.2003/ Reprodução do autor

Crianças indígenas vendem cestos, outras comercializam marcela; todas esperam alguma recompensa do coelhinho.

Crianças trabalham pelo sonho da Páscoa.

O apelo comercial das datas comemorativas, como a Páscoa, atinge em cheio um público atento e cada vez mais exigente: as crianças. Para elas, não existe Páscoa sem coelhinho, que traz uma cesta

recheada de chocolates e guloseimas. Mas não são todas que passam os dias que antecedem o Domingo de Páscoa escolhendo ovos e enfeitando os ninhos. Na realidade das ruas, muitos pequenos acabam tendo que trabalhar para conseguir ter o tão esperado ovo de Páscoa ou para ajudar a família a ter o que comer. (Jornal VS 19.04.2003)

Pela primeira vez, não é questionada a origem nem o tempo que os kanhgág vão permanecer em São Leopoldo. A reportagem retrata a época da páscoa e como as crianças significam esse dia através da possibilidade de comer chocolates. Na matéria podemos perceber que a atividade de venda das crianças é para suprir suas próprias vontades. Percebe-se também que a população *fóg* parece ter já encontrado um lugar epistemológico para encaixar os Kanhgág dentro do imaginário sobre espaço urbano cosmopolita, quando na narrativa jornalística são retratados como importantes para a disponibilidade de compra dos “símbolos desta data”: “Quem não tem disposição para colher marcela na Sexta-Feira Santa acaba comprando [...] nas ruas. Assim como os cestos vendidos pelos indiozinhos, muitas crianças estão aproveitando a procura pela planta para ganhar um dinheiro.” (Jornal VS 19.04.2003).

Nesta época, eles aproveitam a habilidade com com (sic)as mãos e confeccionam cestos que poderão embelezar outros ninhos. Aos 10 anos, a índia Leonilda Fortes, mal sabe se comunicar em português e passa o dia e a noite perambulando pelo Centro com os cestos. Ela conta que os grandes vende a R\$10,00 e os menores variam de R\$2,00 a R\$4,00. O dinheiro, quando consegue vender algum cesto, é entregue aos pais no acampamento. Mesmo sem ter a cultura de ganhar chocolate na data, Leonilda já sonha com os consumos do homem branco "Queria ganhar um ovo de Páscoa", diz ela, observando que nunca foi presenteada com um.[...] O estudante da 2ª série. Antônio Marcos Farias Schmitz, 9 anos, passa as tardes na Ponte 25 de Julho com um cesto de marcela. Com a ajuda da prima Greice Soeiro Berkaer, 11 anos, ele ganha, em média, R\$2,00 por dia e ainda dá uma porcentagem para ela. [...] Esperto, o menino afirma que a macela é colhida pelo pai nos arredores de Gramado. Ele comenta que já realizou esta tarefa em anos anteriores e sabe bem o que vai fazer com o lucro que é todo dele. "Vou inteirar e comprar chocolate pra mim e meus dois irmãos menores", completa. (Jornal VS 19.04.2003)

Em sua dissertação intitulada “*Entre cestos e colares, faróis e parabrisas: Crianças kaingang em meio urbano*” (2010), após mudar de ideia, Marines Garlet apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as atividades produtivas realizadas por meninos e meninas Kanhgág na cidade de São Leopoldo/RS, com o objetivo de

investigar o significado que essas atividades têm para a comunidade Kaingang. No trabalho, Marinez não identifica os entrevistados sendo necessário haver uma interpretação da ficha que os identifica. Dorvalino Refej era professor na época da realização do trabalho, Fogo é identificado como professor bilíngue, ficando evidenciado, portanto, ligação entre Dorvalino e (Fogo, 2009). Segundo Dorvalino:

A família inteira trabalha com as taquaras e os cipó e as crianças começam junto a partir dos 6, 7 anos, assim é a organização dos Kaingang [...] comercializavam os artesanatos mais nos vizinhos brancos, nas colônias, depois foram encompridando os passos e saíam prá longe, nas cidades grandes [...] Quando a família sai todas as crianças acompanham se alguém dos filhos ficasse então ficava nos cuidados da avó, ou da tia [...] Eles não precisam assim completar os 18 anos pra depois ir trabalhar, eles começam trabalhando desde pequenos para ajudar assim na economia, na subsistência, então todos os trabalhos, não importa a idade e o trabalho é feito junto (Fogo, 2009 in GARLET, 2010, f.169,172,179 e 180)

As entrevistas no trabalho de (GARLET, 2010) possuem representações construídas a partir das narrativas dos Kanhgág de São Leopoldo, sendo fonte importante para compreensão, junto aos indígenas, acerca da discussão sobre as categorias infância e trabalho para a cosmovisão do grupo.

Em 2004, durante o cacicado Kanhgág que tinha José Vergueiro como cacique e Darci Rodrigues Fortes como vice, o grupo começa a exercer pressão sobre o poder público para que as negociações, estabelecidas durante a época de campanha do então candidato Ary Vanazzi, fossem cumpridas. Na foto seguinte podemos ver o cacique José Vergueiro, tecendo cipó em frente a sua casa, na matéria, Nën tãnh, aparece cobrando e evidenciando algumas conquistas.

Figura 7. Índios constroem em área verde e cobram terreno.



Fonte: Jornal VS – 26.08.2004/ Reprodução do autor

Índios constroem em área verde e cobram terreno.

CASA: material para erguer a moradia doado por vizinhos.

Cansados de esperar que a Prefeitura de São Leopoldo resolvesse a questão, os índios caingangues que vivem quase à beira da BR-116, no bairro São Miguel, construíram no acampamento, em mutirão, três banheiros. O cacique da tribo, José Vergueiro, e outras famílias construíram também casas de madeira

Segundo Vergueiro, por enquanto a água dos chuveiros será fria, já que no local não há rede de energia. Os banheiros, feitos de tijolos e cimento, com portas de madeira e equipados de vaso sanitário, descarga e chuveiro, foram construídos com material doado, conforme Vergueiro, por uma ONG não identificada.

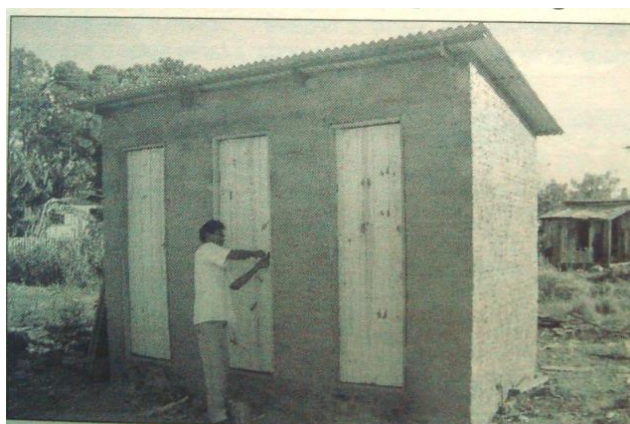
As madeiras que o cacique utilizou para erguer a casa de dois cômodos - as divisórias ainda não foram construídas e cortinas dividem a sala dos quartos - foram doadas por um vizinho que desmanchou outra residência. Outros moradores começariam a construção de suas casas, também com material doado por vizinhos, ainda nesta semana.

Em junho, a reportagem do Jornal VS esteve no local e apresentou as reivindicações dos índios quanto a melhores condições de moradia. Salvo os novos banheiros e a casa do cacique, pouca coisa mudou de lá para cá. Na época, a Prefeitura havia prometido construção de banheiros e colocação de luz elétrica. Desde então, os índios se viravam com banhos de mangueira, instalada em uma das duas torneiras que ganharam da Prefeitura e, para as necessidades fisiológicas, utilizavam o mato. (Jornal VS 26.08.2004)

Na primeira matéria que retrata a ocupação de forma mais realista, buscando falar e identificar as falas da liderança da comunidade, publicada em 2004, quando a comunidade estava acampada na beira da BR-116, sem energia elétrica ou saneamento básico, a estratégia do cacique José Vergueiro foi buscar na mídia

apoio para as demandas da comunidade. Na foto abaixo podemos ver Vergueiro mostrando os banheiros construídos com apoio de uma ONG “não identificada”.

Figura 8. “Os índios caingangues que vivem quase à beira da BR-116, no bairro São Miguel, construíram no acampamento, em mutirão, três banheiros.”



Fonte: Jornal VS – 26.08.2004/ Reprodução do autor

Nesta mesma data em que o Jornal Vale dos Sinos realiza uma matéria sobre as conquistas da comunidade onde a cobrança de Vergueiro é também noticiada em uma nota sobre a possibilidade de transferência dos Kanhgág para outra área:

Ainda na época em que o Jornal esteve no local a Prefeitura estaria à procura de uma área para transferir os caingangues, já que teria interesse no terreno próximo à BR-116 no caso de a estrada vir a ser ampliada. (Jornal VS 26.08.2004)

Contudo, as negociações fluem num ritmo que não atende as necessidades reais do dia a dia da população Kanhgág em São Leopoldo. Ainda na matéria anterior, Vergueiro explica que: “Nada foi feito. Enquanto isso, não podíamos deixar nossos filhos perecerem nas barracas e ficar sem fazer nada”, [...] agora, se quiserem nos tirar daqui vão ter que nos levar para um lugar que tenha condições, pelo menos saneamento básico” (Jornal VS 26.08.2004).

PARQUE - Quanto à transferência dos índios para uma outra área, o secretário declarou, através de sua assessoria, que não há novidades [...] quanto a possibilidade de colocar os caingangues em uma área do Parque do Trabalhador, levando para a prática o projeto do Centro Cultural indígena[...] Dos 92

hectares da área, dois já seriam suficientes para abrigar o Centro. (Jornal VS 26.08.2004)

Em matéria do Jornal Vale dos Sinos publicada em 2005 podemos, novamente, ver a mídia ressaltando a origem do grupo dessa vez identificados como "Distantes de suas aldeias de origem por causa do desmatamento, poluição das águas e opressão do homem branco" (Jornal VS 19.04.2005) Outra vez podemos notar o padrão de publicação, dia do índio, dia dezanove de Abril e o ciclo de pautas jornalísticas se detém mais uma vez nos Kanhgág.

Dessa vez o entrevistado é Antônio dos Santos, Nigrêg, identificado como vice cacique, articula falas e narrativas relacionadas a venda de artesanato, educação escolar indígena e preservação da cultura. Ver subcapítulo 3.4 "*Vindo de uma aldeia conquistada na grande Porto Alegre, essa experiência a gente passou pro pessoal que estava em São Leopoldo*": **Trajetórias de Antônio dos Santos Nigrêg e Ana Rodrigues Fortes**, para ver como e por que Antônio se forma como uma liderança Kanhgág.

Figura 9. Índio tem dia, mas não tem moradia.



Fonte: Jornal VS – 19.04.2005. Reprodução do autor

Dia do índio com poucos motivos para comemoração.

Distantes de suas aldeias de origem por causa do desmatamento, poluição das águas e opressão do homem branco, os 80 índios da tribo que vivem no bairro São Miguel, em São Leopoldo, não vêem motivos para comemorar seu dia. Localizado às margens da BR 116, em uma área de aproximadamente 800 metros quadrados, o acampamento indígena habitado por eles carece de infraestrutura e espaço para preservar as tradições dos seus antepassados.

"Para nós, o Dia do Índio é um dia de tristeza, pois não existem mais coisas naturais. O homem branco destruiu nossas águas e tomou nossas riquezas. É preciso que o governo garanta nossos direitos para que tenhamos algo a comemorar", relata o vice-cacique da tribo Antônio dos Santos, 37 anos. No acampamento, o dia-a-dia é repleto de precariedade. A única fonte de renda é o dinheiro obtido com a venda de produtos artesanais. "Ninguém trabalha fora porque ainda existe preconceito contra os índios", revela Santos.

Apesar de os índios de São Leopoldo falarem o idioma caingangue e manterem alguns costumes indígenas - como as danças, a culinária e o artesanato - o permanente contato com a sociedade está dificultando a manutenção da cultura indígena. Os jovens cainganges frequentam escolas tradicionais, onde recebem a mesma educação que uma criança não indígena. "Gostaríamos de ter uma escola diferenciada, com professor índio e com aula de idioma caingangue", diz Santos.

Atualmente, a maior preocupação dos cainganges é preservar a cultura indígena no futuro. "Não quero que um dia meus filhos deixem de serem índios", ressalta Santos, pai de quatro filhos com idades entre 14 anos.

Portanto nesta primeira parte da matéria do dia do índio de 2005 o Sr. Antônio apresenta a comunidade para o repórter, conta sobre os principais problemas enfrentados à época, como a falta de um prédio escolar na comunidade. No subcapítulo 3.7 "[...]ela tá falando, será que é verdade? Mas tá no Jornal. Trajetórias de Rosalina de Paula e Alécio Garfej, onde esse assunto é melhor explorado com a questão dos professores e da escola, pois nesta época Rosalina já era professora lecionando na Escola Mario Quintana junto a outros *fóg* e posteriormente construindo um barraco que servia como escola Kanhgág.

Na terceira parte da matéria o Jornal fala das negociações para aquisição de uma área para o grupo. Segundo a transcrição: "O local mais provável, de acordo com o secretário Pranke, é uma área de 2,9 hectares localizada no final da Avenida Dom João Becker, a cerca de 500 metros do Ginásio Municipal Celso Morbach." (Jornal VS 19.04.2005). Posteriormente os kanhgág vão descobrir que os terrenos que a prefeitura oferece possuem alguns detalhes, como o fato da incidência de

alagamentos, durante a época de cheia um dos terrenos alagava. Outro fato que pesava na escolha da área era a distancia com o Centro da cidade, na época os indígenas queriam ficar mais perto para poder vender: "Os índios exigem um local próximo ao Centro para que possam manter sua principal fonte de renda, o artesanato", informou o Secretário Pranke. (Jornal VS 19.04.2005)

RESERVA- A Prefeitura de São Leopoldo deve dar continuidade hoje ao projeto que prevê a criação de uma reserva indígena para os caingangue no município. Conforme o titular da secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (Sacis), Charles Pranke, após a escolha do local pelos caingangue, o prefeito Ary Vanazzi (PT) irá iniciar o processo de desapropriação da área e solicitar financiamento da infra-estrutura junto à Fundação Nacional do Índio (Funai). (Jornal VS 19.04.2005)

Figura 10. COSTUMES: caingangues se esforçam para manter tradição [...]



Fonte: Jornal VS – 19.04.2005. Reprodução do autor

Figura 11. Mulheres fazem o artesanato [...] Funasa passam nas casas



Fonte: Jornal VS – 19.04.2005/ Reprodução do autor

Em 2006 é publicada uma matéria narrando a assinatura de decreto de compra da área. O Prefeito Ary Vanazzy desapropriou um terreno de 2,5 hectares, por meio de decreto, a promessa era de que a transferência aconteça em até três meses, contudo, veremos que se arrastará por mais um ano. A fala do representante do MPF é emblemática, quando confere crédito a comunidade pela luta. Desde então os candidatos do Partido dos Trabalhadores tem feito espécie de negociação, através desta "dívida" e muitas vezes as lideranças são politicamente cobradas tendo em vista tal benefício conseguido por Vanazzi. Citando o representante do MPF " Claro que os índios tiveram uma ajuda importantíssima da Prefeitura e a administração municipal teve sensibilidade pouco usual nos governos ao adquirir a terra. Mas a comunidade se uniu e lutou bastante para conseguir esse objetivo."

Terreno no bairro Independência será usado por índios.

Assinado o decreto de desapropriação da área

O prefeito Ary Vanazzi (PT) esteve presente ontem, no meio da tarde, na comunidade de índio caingangues, no bairro São Miguel, nas margens da BR-116, para assinar o decreto de desapropriação de um terreno de 2,5 hectares no bairro Independência, Feitoria. A

área servirá para ser o novo lar das cerca de 20 famílias, ou 70 pessoas que formaram a tribo instalada em São Leopoldo. De acordo com o prefeito, a estruturação da área para que seja feita a transferência dos moradores deverá levar de 90 a 120 dias.

O secretário municipal de Habitação, Nelson Spolaor, considerou o ato como de utilidade pública porque irá reestabelece a dignidade e o respeito à cultura e os costume indígenas. "Historicamente o poder público tratou os índios com desrespeito. Estamos mudando isso e teremos muito trabalho até que seja feito o reassentamento dessas famílias. Mas o primeiro passo foi dado."

Já o prefeito Ary Vanazzi disse ter ficado emocionado. "Os princípios mais importantes da minha vida eu aprendi trabalhando com os índios, Estive em comunidade indígenas no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Cheguei a ser preso duas vezes pela Polícia Federal na década de 1980 por levar sementes para as plantações dos índios". Ele ainda explicou que um grupo de trabalho das secretarias de Habitação, Assistência Social e Meio Ambiente irá auxiliar os índios no processo de transferência das famílias para a nova área.

Para o representante do Ministério Público Federal, Júlio Castro, a comunidade indígena de São Leopoldo está de parabéns porque ela foi a principal responsável pela conquista do novo terreno" Claro que os índios tiveram uma ajuda importantíssima da Prefeitura e a administração municipal teve sensibilidade pouco usual nos governos ao adquirir a terra. Mas a comunidade se uniu e lutou bastante para conseguir esse objetivo."

Um dos líderes da comunidade indígena, José Vergueiro, salientou que essa é uma conquista de oito anos. "Já ouvi muita coisa de político nessa cidade. Inclusive, me disseram uma vez que São Leopoldo nunca foi terra de índio. Agora, estou emocionado ao ver essa assinatura temos certeza que teremos um espaço exclusivamente nosso."

Depois de discursar, Vergueiro anunciou a dança da vitória pela conquista da terra. Oito jovens índios com lanças e pinturas no peito entraram em cena e apresentaram-se diante das autoridades cantando na língua nativa dos caingangues.(Jornal VS 13.07.2006)

Na foto podemos ver o "ato", liderança *fóg* conversa com liderança Kanhgág, na foto podemos ver o vice Sr. Antônio dos Santos, sentado de braços cruzados, semblante sério, diferente de Vanazzy que sorri para as fotos. No capítulo referente as narrativas de Antônio, ele conta que se sentiu "enrolado" pelas autoridades durante as negociações, cheias de protocolos e solenidades que acabam alimentando esperanças e também as frustrações advindas da demora.

Figura 12 - CONQUISTA: comemoram com a dança da vitória [...] no São Miguel.



Fonte: Jornal VS – 13.07.2006/ Reprodução do autor

Um dia após a publicação da matéria, a repercussão da opinião pública é retratada com diversas vozes, dentre elas, um comerciante que sugere que o parque do Trabalhador seria mais adequado, já outros entrevistados representam a ida dos Kanhgág para a Feitoria como algo positivo, que irá aproximar os moradores do bairro da cultura indígena, de fato, inúmeras escolas do bairro já visitaram a comunidade desde a ida para o bairro.

Moradores e líderes comunitários debatem a transferência da tribo para a Feitoria. Transferência dos índios para a Feitoria repercute no bairro.

Na quarta feira, o prefeito Ary Vanazzi (PT) assinou o decreto de desapropriação de uma área de 2,5 hectares no bairro Feitoria que será destinada à comunidade indígena de São Leopoldo, instalada atualmente em um terreno no bairro São Miguel. Apesar de estar confirmada que a tribo caingangue irá se transferir para a Feitoria, a Prefeitura não revela a localização do terreno com receio de que haja invasões no local.

Ao entrar em contato com líderes comunitários e moradores da Feitoria, a reportagem do Jornal VS constatou que a maioria aprova a ida dos índios para o bairro. Porém algumas pessoas contestam o lugar escolhido. Um dos críticos é o representante comercial Délcio Lopes de Faria, 49 anos, que mora há 13 anos no bairro. Ele afirma que não tem nada contra os índios e até possui ancestrais indígenas.

Porém não acredita que a Feitoria seja o ambiente ideal para que a comunidade caingangue se instale.

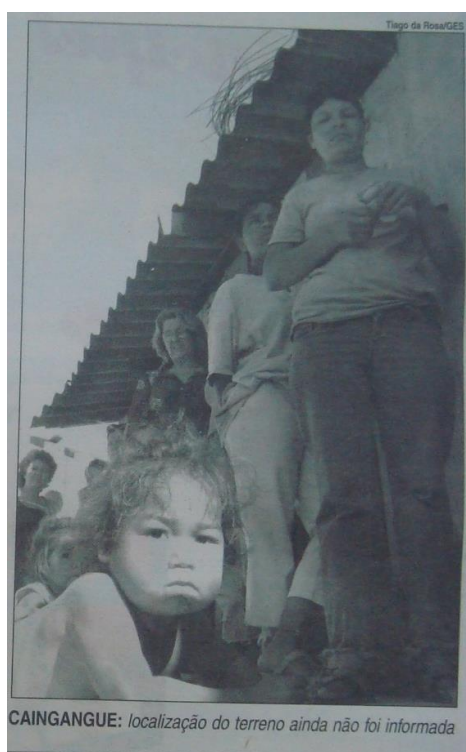
"Não sei onde fica esta área, mas deve ser perto de onde há outros moradores e sabemos que os índios tem uma cultura peculiar. Se eles apenas transferirem aquelas casinhas onde eles estão no São Miguel para cá não será nada bom."

Délcio acredita que uma das áreas mais próprias para os índios se instalarem em São Leopoldo seria em uma parte do Parque do Trabalhador, na Vicentina. "Acho que aquele ambiente estaria mais próximo da cultura deles."

CULTURA - Já a presidente da Associação de Moradores da Cohab-Feitoria, Minéia Cristina da Silva Rodrigues, vê com bons olhos a chegada dos índios ao bairro. Segundo ela, é importante valorizar a cultura indígena. "É bom lembrar que eles estão em um espaço muito pequeno hoje em dia e merecem uma área maior. Quanto mais próximos eles estiverem da gente mais teremos a cultura deles, que é tão rica e importante."

Morador da Feitoria há 47 anos, o patrão do Conselho Leopoldense de Tradição e Cultura Gaúcha, Armindo Rauch Gallas, também aprova a transferência dos cainganges para seu bairro. Na situação que eles estão hoje não podem ficar, pois as condições lá são sub-humanas. Em relação ao novo local, são as autoridades que devem decidir. Se a comunidade queria participar dessa escolha deveria ter se manifestado antes. Claro que nem todo mundo vai gostar da ideia. Se eles fossem para a Campina, por exemplo, algumas pessoas lá também reclamaria. (Jornal VS 14.07.2006)

Figura 13. Caingangue: localização do terreno ainda não foi informada.



Fonte: Jornal VS – 14.07.2006/ Reprodução do autor

Mais de um ano depois do decreto de desapropriação da área os kanhgág ainda se encontravam no terreno do bairro São Miguel. A morte de um Kanhgág, jovem, filho do cacique José Vergueiro é um gatilho para que a comunidade se revolte e angarie recursos e parceiros para realizar o processo de entrada da área com ou sem autorização. Nas vésperas de Natal os planos foram realizados.

A entrada dos Kanhgág na área, mesmo sem devida autorização, é vista como legítima e não há questionamentos. A matéria publicada no período mostra a articulação do cacique, José Vergueiro e do vice cacique, Antônio dos Santos para organizar a ocupação da área e já dizem que possuem planos de encaminhar um projeto de habitações populares, programa que é efetivado no cacicado de Alécio Garfej (2008-2012), ver no subcapítulo 3.7.

Comunidade caingangue deve se mudar por completo a partir de 10 de janeiro

Indígenas já ocupam área da Estrada do Quilombo

Depois de longas negociações e sete anos sobrevivendo em uma pequena área do bairro São Miguel, as cercas de 20 famílias de índios caingangues já possuem um novo endereço. Eles irão morar em 2,5 hectares na Estrada do Quilombo, na Feitoria. Na tarde de ontem houve acerto entre as duas partes que estavam pendentes para a mudança dos indígenas. Já pela manhã

, algumas famílias de caingangues haviam ocupado a nova área. Logo cedo, de ônibus, bicicletas ou até mesmo a pé, indígenas seguiram para o novo local, assim como estava acertado entre eles e a Prefeitura. o atraso da mudança teria ocorrido depois que a família proprietária da área da Feitoria necessitou apresentar novos documentos em cartório, o que adiou os trâmites.

De acordo com o cacique Darci Rodrigues Fortes, esta foi uma grande conquista de final de ano. "Vínhamos sofrendo, Pensamos muito em nossos filhos e em como criá-los. Temos uma cultura e linguagem diferentes e queremos mantê-las. Aqui poderemos educá-los à nossa maneira", disse. "O sentimento que temos hoje é de que nossa vontade foi realizada depois de muito sacrifício. Agora nos sentimos mais tranquilos", salientou o vice-cacique Antônio dos Santos.

"A principio três famílias deveriam se locomover, mas hoje (ontem) decidimos encaminhas cinco. Aqueles que chegara lá, já começaram a construir os barracos, além de ocuparem a casa que lá já existia", afirmou o vice-cacique. Os outros indígenas se mudarão aos poucos, a partir do dia 10 de janeiro, quando as moradias improvisadas estarão prontas. "Já estamos com um projeto pronto para encaminhar à Prefeitura pedindo para entrarmos no programa de moradias do Município", salientou o cacique.

A Prefeitura apontou os trâmites no cartório como motivo para o atraso da mudança. Para o secretário municipal de habitação,

Elidson Justino da Rosa, o prefeito queria um ponto final na história que se estende há anos. A dúvida que ocorria ontem à tarde era se a empresa que se dispôs a comprar a propriedade e doá-la para os índios iria efetuar o pagamento do terreno ou se o prefeito precisaria assinar um decreto de desapropriação. "A prioridade hoje é resolver o problema dos índios e dar a eles um local digno para viver", salientou o secretário. No final da tarde de ontem veio a notícia de que as negociações haviam sido positivas. "A permuta de áreas será feita, assim como estava previsto no projeto que foi encaminhado à Câmara. Os proprietários entraram em entendimento com a empresa", finalizou. (Jornal VS 26.12.2007)

Figura 14. Tranquilidade: cinco famílias caingangue já estão na área na Feitoria



Fonte: Jornal VS 26.12.2007/ Reprodução do autor

Com a instalação na nova área a comunidade Por Fi (ainda sem o Ga) surge oficialmente, pois articula planos de futuro como uma emã, tendo esta morada fixa como segurança para empreender seus projetos de identidade e planos maiores e mais dispendiosos de tempo e negociação.

A narrativa à seguir, coletada com Konhko, representa o momento da chegada na Estrada do Quilombo 1015, descreve a "lembrança que nele ficou" sobre quando os Kanhgág decidiram ocupar e exemplifica esse sentimento de conquista que marca a memória dos residentes da Por Fi Ga.

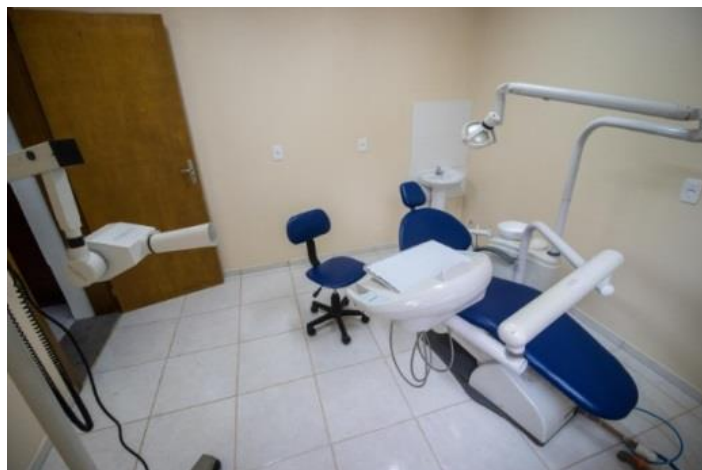
Konhko Josme Fortes: Eu me lembro a primeira vez que nós chegemo ali né, por que era só mato tinha só capim. Ali quando entramos cada um fez sua barraquinha e isso eu me lembro muito. Fizeram fogo debaixo daquela madeira grande que está lá né, começaram a fazer fogo assar carne na brasa, farinha torrada e nós se deliciando e essa lembrança ficou em mim. Uma coisa muito boa isso ai pra mim

Com o tempo a comunidade começou a crescer e através programas de fomento da habitação foram construídas casas para as primeiras famílias cadastradas. Atualmente, o atendimento da prefeitura tem sido realizado através de cobranças que a comunidade exerce sobre a política.

Depois de um forte vendaval a escola de lona deu lugar a uma “peça” de madeira com um cômodo e uma cozinha que davam conta de dois turnos e turmas de primeiro a sexto ano do ensino fundamental. No início, a escola não era realmente indígena, ficava sediada burocraticamente dentro de outra escola da cidade, onde os professores tinha que prestar contas junto a direção sobre todos os atos praticados na escola da comunidade, tal fato retirava da escola toda autonomia e projetos pedagógicos diferenciados propostos pelos professores kanhgág. Através da luta houve a regularização burocrática da escola, contudo, o antigo prédio foi desmontado por apresentar risco para as crianças. Hoje, 2019, trabalham na escola da comunidade quatro Kanhgág, Dorvalino Refej, professor bilíngue dos anos iniciais e letramento, Josme Konhko com as séries finais e preparação para a escola do fóg, Adelar, esposa de Dorvalino, é cozinheira da escola, preparando os lanches que são servidos nos horários de intervalo da escola. Eunice dos Santos, filha do ex cacique Antônio, trabalha na limpeza da escola.

O posto de saúde da comunidade hoje conta com dois funcionários da comunidade, Sueli Tomás que é técnica em enfermagem e Cleusa Lopes que é agente de saúde comunitária. Ambas tem articulado inúmeros parceiros, palestras, recursos e fomentos através do mote da saúde indígena. O posto conta com consultório odontológico, atendimentos semanais, encaminhamentos para exames, consultas no local e mais. Serve também como um ponto de referência para encontros, debates e realização de discussões que envolvam a saúde, políticas públicas e a comunidade. Um projeto atual é a realização do cultivo de hortaliças promovido pelo projeto de Extensão Rural da EMATER.

Figura 15. Novo posto de saúde na aldeia Kaingang



Fonte: Jornal do Comércio, 2019²³

Figura 16. Entrada da nova área Por Fi Ga 2019



Fonte: Foto do autor, 2019

Através de acordo judicial houve a compra de uma nova área que fica ao lado, sendo incorporada às terras da comunidade. Com algumas famílias já residindo em antigas construções e casas que já estavam lá, a ocupação está em andamento. O Cacique Antônio dos Santos e seu vice Wolmir Loureiro passaram a ocupar casas que já estavam construídas na área e pertenciam aos antigos donos da terra, como forma da comunidade agradecer o cacicado e pela luta empreendida.

²³ Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/jornal_cidades/2019/02/672087-prefeitura-inaugura-novo-posto-de-saude-na-aldeia-kaingang.html Acesso em nov. 2019

Desde a chegada do primeiro grupo nos acampamentos no início dos anos 1990, até os dias atuais 2019, existe um salto em organização, parcerias, conquistas políticas e organizacionais. Josme Fortes irá se formar em Pedagogia através de um programa do Governo Federal, de formação continuada para professores. Dorvalino, atualmente cursa o doutorado em Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rafaela de Paula, esposa de William Vaz, cursa odontologia também na UFRGS e filha de Dorvalino cursa Saúde Coletiva, efetivando sonhos e planos.

As melhorias estruturais servem ao bem viver, mas também, ao imaginário de conquista através da luta comunitária tendo como justificativa o acesso do indígena as políticas públicas, ficando o exemplo para as futuras gerações das conquistas realizadas pelas lideranças.

Atualmente, no ano de 2019, a liderança da comunidade é composta por Josué Kanheró como cacique, Moisés da Silva de vice cacique, Dorvalino Cardoso Refej de Coronel e vice lideranças agregadas como conselheiros Darci Rodrigues Fortes, José Vergueiro e Antônio dos Santos Nĩgrẽg. Fato interessante é que o cacique Josué Kanheró possui vinte e sete anos, sendo até agora portanto, o cacique mais jovem da comunidade e que assume com uma cobrança maior, devido as grandes conquistas realizadas nos cacicados anteriores, contudo, também conta com um quadro de conselheiros experientes que pode guiar a juventude por um caminho de lutas e cobranças junto ao poder público.

Figura 17. Inh Mré Sér My Nĩn – Venha Junto Festejar – Centro Cultural Por Fi Ga



Fonte: Foto do autor, 2019

3 NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES DAS TRAJETÓRIAS

Explorar o significado de forma qualitativa aqui se entende como a busca por explicações e relações nas histórias contadas pelos kanhgág da Por Fi Ga e sobre as suas trajetórias antes de fixarem residência na comunidade. As pessoas que fazem parte da Por Fi Ga, possuem trajetórias e narrativas que compõem de alguma maneira o que é a comunidade. A trajetória e a narrativa da comunidade Por Fi Ga é, portanto, formada por várias narrativas e diferentes trajetórias individuais que se entrecruzam num emaranhado de fatos, origens, cidades, políticas e paixões. Os subcapítulos seguintes são analíticos e individuais. Questiona-se, portanto, se as trajetórias dos sujeitos influenciaram na vinda dos mesmos para a zona metropolitana de Porto Alegre. Também se suas memórias e narrativas foram determinantes para fazer estratégias de consolidação das lutas por reconhecimento e território.

A proposta do trabalho, então, é abordar estas narrativas a partir de seu significado, para tanto as cinco entrevistas são sistematizadas em cinco subcapítulos que exploram individualmente cada narrativa buscando a indexação do sentido proposto pelos narradores, os indígenas.

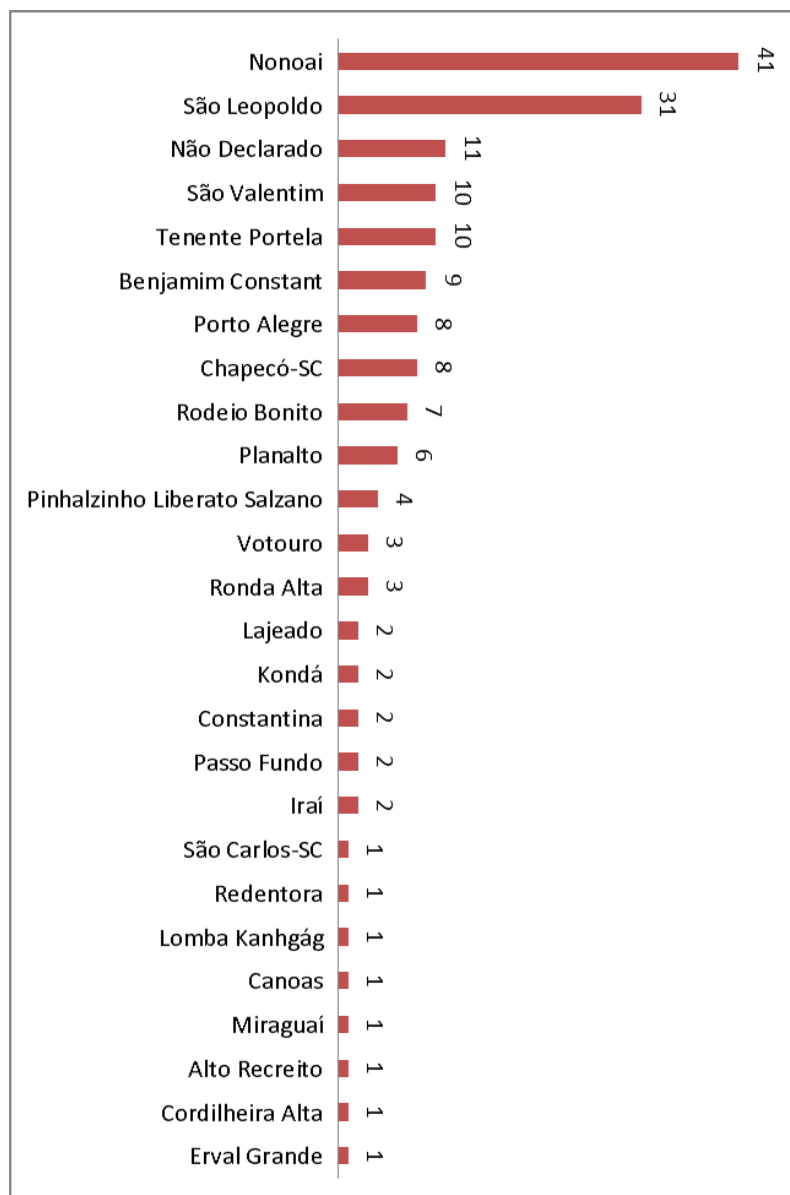
Para construir uma noção sobre amostragem também foi realizado o *Levantamento de área de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo (2019)*, realizado com base no relatório do Sistema de Informação da Atenção a Saúde Indígena, disponibilizado pelos funcionários de saúde indígena da comunidade, Cleusa e Sueli. A lista contém todos moradores da comunidade, atualmente somam mais de 60 famílias. A intenção deste levantamento é destacar a importância das áreas grandes na formação da Por Fi Ga em São Leopoldo e também contrastar com a amostragem qualitativa, tendo em vista que pessoas vindas do mesmo local compartilham trajetórias, e possivelmente narrativas, em comum. O levantamento consegue demonstrar quais são as áreas de origem predominantes na Por Fi Ga, fornecendo uma pista sobre o passado dos indivíduos, uma vez que a história destas comunidades se relaciona de forma indireta ou direta com a dos sujeitos. Uma problemática metodológica é que uma comunidade indígena localizada nas “grandes áreas” ocupa uma ou mais cidades.

Tabela 2 - Levantamento da cidade de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo, 2019.

Levantamento da área de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo, 2019.	
Area de Nascimento	Nº de indivíduos
Nonoai	41
São Leopoldo	31
Não Declarado	11
São Valentim	10
Tenente Portela	10
Benjamim Constant	9
Porto Alegre	8
Chapecó-SC	8
Rodeio Bonito	7
Planalto	6
Pinhalzinho Liberato	4
Salzano	
Votouro	3
Ronda Alta	3
Lajeado	2
Kondá	2
Constantina	2
Passo Fundo	2
Iraí	2
São Carlos-SC	1
Redentora	1
Lomba Kanhgág	1
Canoas	1
Miraguaí	1
Alto Recreito	1
Cordilheira Alta	1
Erval Grande	1

Fonte: Do autor, 2019

Gráfico 1 . Levantamento da cidade de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo, 2019.



Fonte: Gráfico do autor, 2019

No Levantamento percebe-se expressiva presença de indivíduos provenientes de Nonoai e São Leopoldo. O grupo de Nonoai é composto em sua maioria por maiores de 15 anos, por quanto o grupo de São Leopoldo é composto por menores de 18 anos. Tal diferença poderia demonstrar uma migração de grupos de Nonoai e seu estabelecimento em São Leopoldo que ser atestado pelo número de crianças que nasceram na cidade.

Se apurarmos o processo de análise aplicando a ideia de que áreas indígenas ocupam mais de um município, perceberemos uma predominância maior ainda do grupo proveniente de Nonoai, pois, os municípios escondem os nomes que os Kanhgág utilizam para denominar a territorialidade como, por exemplo, a área indígena de Votouro é escondida nos nomes de São Valentim e Benjamim Constant. Nonoai corresponde a Nonoai, Rodeio Bonito e Planalto. Guarita é Tenente Portela, Redentora e Miraguaí. Nas áreas Catarinenses Chapecó, Cordilheira Alta, São Carlos. Morro do Osso e Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Rio da Várzea é Liberato Salzano. Serrinha é Ronda Alta, Constantina e Alto Recreio. Foxá, Lajeado. Toldo Iraí - Aldeia Rio Mel, Iraí.

Assim, ao agruparmos as cidades junto às categorias que correspondem às áreas indígenas, veremos outra representação das áreas de origem, pois os nomes das cidades estão ligados às respectivas áreas Kanhgág que possuem territórios em mais de um município. Se levarmos em consideração as novas áreas, como São Leopoldo, Lajeado e Porto Alegre, como um único grupo, agrupadas pela categoria “novas áreas”, se chega à conclusão de que o grupo, em boa parte, é composto pelos filhos de indivíduos que deixaram as grandes áreas nos anos de 1980-1990.

São expressivos dois grandes troncos²⁴ o de Nonoai e o de Votouro, escolhidos como amostragem para o processo de coleta de entrevista e análise qualitativa, pois, pretendem representar os grupos majoritários da comunidade Por Fi Ga, por consequência, tentar perceber se as narrativas contem significados que são compartilhadas entre os indivíduos. Outros grupos adjacentes são os de Guarita. Também indivíduos de áreas Catarinenses; Chapecó, Cordilheira Alta, São Carlos, como o kofá Faustino Feliciano, artesão, que sempre compartilha de forma generosa histórias da cultura e sobre sua área.

O número elevado de indivíduos que não declaram área de origem também é relevante, pois, são de variadas idades, merecendo um estudo posterior que considerasse as categorias de idade e origem.

A seguir, encontra-se os resultados do levantamento das áreas de origem tendo em consideração o nome do Território Indígena e os municípios *fóg* que incidem sobre o território:

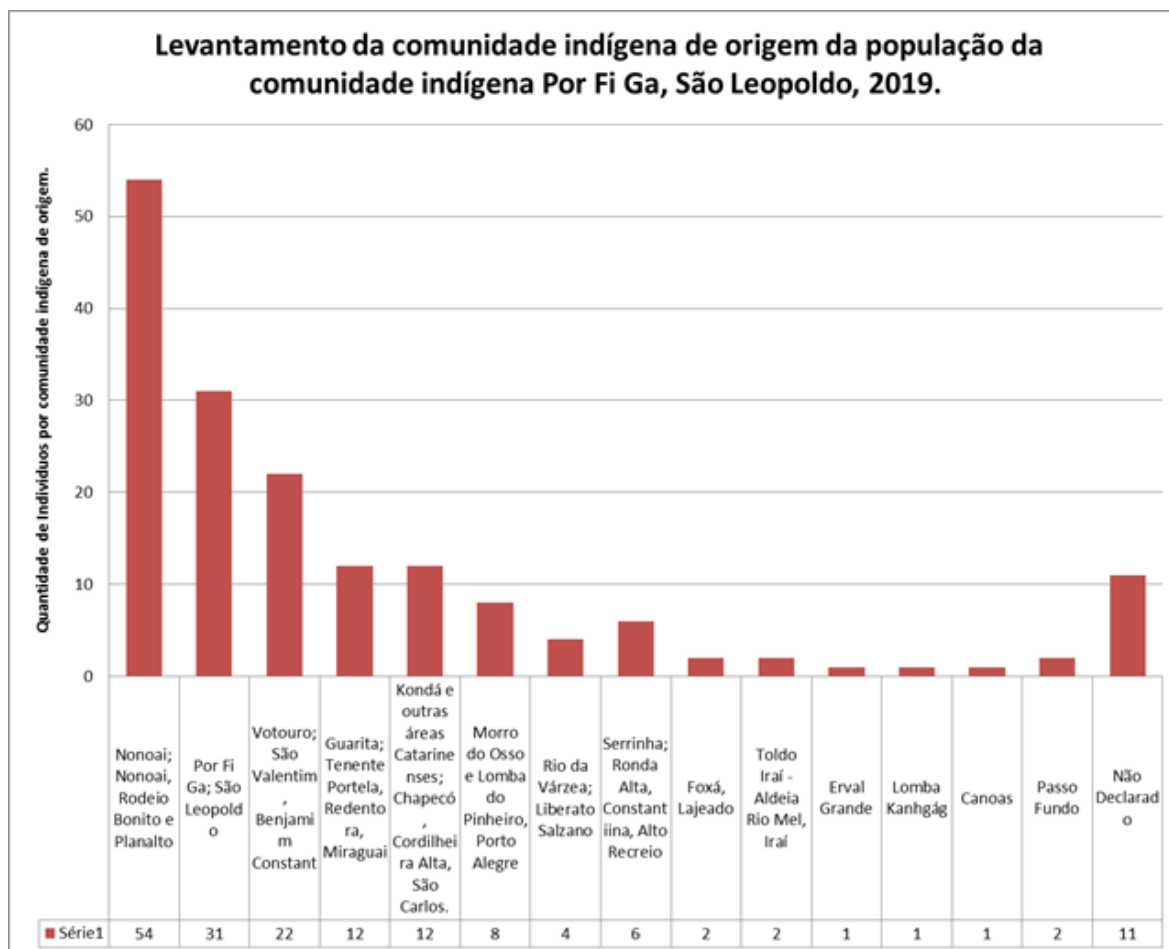
²⁴ A categoria tronco é usada pelos Kanhgág para se referir a sociabilidade e relações familiares definidas pelas áreas de origem ou parentesco.

Tabela 3. Levantamento da comunidade indígena de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo.

Nonoai; Nonoai, Rodeio Bonito e Planalto	54
São Leopoldo	31
Votouro; São Valentim, Benjamim Constant	22
Guarita; Tenente Portela, Redentora, Miraguai	12
Áreas Catarinenses; Chapecó, Cordilheira Alta, São Carlos.	12
Morro do Osso e Lomba do Pinheiro, Porto Alegre	8
Rio da Várzea; Liberato Salzano	4
Serrinha; Ronda Alta, Constantina, Alto Recreio	6
Foxá, Lajeado	2
Toldo Iraí - Aldeia Rio Mel, Iraí	2
Retomada; Erval Grande	1
Lomba Kanhgág; Kasú	1
Canoas	1
Passo Fundo	2
Não Declarado	11

Fonte: Do Autor, 2019

Gráfico 2. Levantamento da comunidade indígena de origem da população da comunidade indígena Por Fi Ga, São Leopoldo



Fonte: Gráfico do Autor, 2019

O Gráfico representa a expressividade do grupo de Nonoai, contudo, se notarmos, os “novos territórios” somam juntos quase o mesmo número, portanto a uma crescente tendência de transformação na composição do quadro de origem dos indivíduos, antes eram majoritariamente vindos de grandes áreas e agora os nascidos nas novas áreas, como a Por Fi Ga, estão tomando espaço. Esse cenário é balanceado devido à aquisição de uma nova área de dois hectares ao lado da comunidade de São Leopoldo, trazendo novas famílias vindas das grandes áreas, porém, na medida em que fixarem residência e contribuirão para taxa de natalidade a tendência de crescimento dos nascidos em São Leopoldo, como grupo majoritário na composição das origens da Por Fi Ga, voltará a crescer.

O levantamento sobre as áreas de origem, bem como da hemerografia local sobre os kanhgág, contribui para formar um panorama histórico que privilegia a interpretação das representações presentes nas narrativas. A evidência do expressivo número de indivíduos de Nonoai e Votouro presentes na Por Fi Ga serve como um definidor no recorte metodológico para aplicação de entrevistas uma vez que as narrativas coletadas com os indivíduos destes grupos poderiam representar “uma parte” que por sua vez estaria ligada ao “todo”. Ao reconstruir as representações das narrativas de indivíduos de Nonoai e Votouro, de certa forma, se está construindo o passado da Por Fi Ga, uma vez que os indivíduos, suas narrativas e trajetórias compõem a comunidade.

Outro recorte metodológico aplicado na coleta das narrativas foi a delimitação etária que limitou o processo de aplicação de entrevistas inicialmente em indivíduos que tivessem mais de quarenta anos, nascidos antes de 1979. Dado ao expressivo número, elegeu-se alguns critérios de preferência, tornando a coleta e análise condizentes ao tempo de pesquisa: Indivíduos mais velhos ou com alguma relação com a liderança. Inicialmente foram realizadas nove entrevistas com oito distintos indivíduos, duas delas foram descartadas, mas se encontram anexadas ao trabalho, tendo em vista que o sujeito não reside mais na Por Fi Ga.

O processo de análise, portanto, se deu a partir dos seguintes nomes: Josme Konhko, que contribuiu com suas narrativas na primeira parte do trabalho no capítulo “Kanhgág em São Leopoldo”. João Carlos Kanhero, Kasú. Getúlio Eré Rondam Cassemiro. Antônio dos Santos, Nígrëg. Dorvalino Cardoso, Refej. Rosalina Aires de Paula, Kasy Fej. Possuem processos de análise de indexação em separado pois as partes juntas formam um todo, que no caso são as narrativas da Por Fi Ga, que aqui são individualmente analisadas e compiladas sequencialmente buscando atender uma lógica cronológica histórica, mas também de respeito, a narrativa se inicia pelos mais velhos.

Cada entrevistado articula representações de sentido que se inserem num contexto social e histórico próprio, contudo, se relacionam entre si através de linhas de parentesco e vivências parecidas como a exclusão e ostracismo de comunidades e na forma como articula as memórias nas narrativas. Portanto, apesar de apresentar separadamente cada narrativa elas se complementam e entrecruzam na cronologia histórica e nos significados.

3.1 “Porque eu nasci na história, nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar”: Trajetórias de João Carlos Kanheró, Kasú.

João Carlos Kanheró, nascido em 06 de Dezembro de 1918, em Lomba do Kanhgág, filho de Livia e Jango Kanheró. Pai de Marta, Maria, Marici e Elias Kanheró com dona Lourdes Souza da Silva. Atualmente reside na Por Fi Ga, veio atrás dos filhos, hoje mora com Marta Kanheró.

A primeira vez que conheci Kasú foi através de um vídeo documentário que o Dorvalino Refej me presenteou, onde Kasú e o Kujã Pedro desenvolvem diálogo sobre os tempos antigos, sobre as tradições, o Kujã, seus poderes e deveres. Quando iniciei o curso preparatório para pré-vestibular e do exame nacional certificador de conteúdo para jovens e adultos (ENCCEJA)²⁵, tivemos adesão de vários jovens dentre eles os filhos e netos de Kasú. Em uma aula sobre história, mitos e narrativas, dentro da proposta do curso popular, foi levantado um questionamento sobre a validade da história do *fóg*, sobre o trabalho de pesquisa de antropólogos e historiadores. Elias Kanheró é o filho mais novo de Kasú, realizou as provas do ENCCEJA tendo concluído o ensino médio e tenta ingressar no curso de Engenharia Civil, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos por meio de vestibular regular, uma vez que não existem cotas para indígenas. O envolvimento com a família Kanheró foi de parceria e reciprocidade, pois fui também ajudado por eles em inúmeras oportunidades. Em uma data específica ouvi uma reclamação vinda de uma das filhas de Kasú, que apesar da idade e experiência do seu pai nunca tinha visto pesquisadores indo a Por Fi Ga realizar algum tipo de estudo junto às falas dele. Quando recobrei a consciência que Kasú foi uma testemunha de 100 anos de políticas indigenistas, tendo passado pelos tempos de fundação e consolidação do sistema do Serviço de Proteção aos Índios e pela Fundação Nacional do Índio até os dias atuais, achei produtivo incluir sua narrativa em primeiro lugar, pois suas significações fundamentam as seguintes.

²⁵ Na época participei do projeto Coletivo Indígena, fruto do trabalho de pesquisa do projeto de mestrado de Maira Damasceno, hoje doutoranda do PPGH Unisinos. Na época extenso trabalho social foi desenvolvido junto ao projeto Coletivo Indígena. Podem ser conferidos nos resultados desta pesquisa de ação participante intitulada: *Pesquisa ação e possibilidades de interculturalidade crítica e descolonialidade acadêmica junto à comunidade Kanhgág Por Fi Ga em São Leopoldo/RS, (2018)*

O desafio de compor uma narrativa histórica através das memórias de Kasú reside em articular um período centenário, que se estende de 1918, quando ele nasceu, a 2019, dias contemporâneos. Nas narrativas, Kasú localiza a sua comunidade de origem em Nonoai. A memória mais antiga que articula é em relação a certa época quando aconteceu uma desapropriação, prisão e remoção dos indígenas, devido à criação da reserva florestal de Nonoai. Em sua narrativa exemplifica-se a resistência dos Kanhgág durante o período de subtração de terras, durante a criação dos parques nacionais, inclusive o de Nonoai. Outro fenômeno que afetou seriamente as áreas que os kanhgág habitam foi a criação de cidades:

Kasú Kanheró: *Na encosta no Rio da Várzea, aquele cafundó ali, aquela reserva, o matão do rio da várzea, num certo tempo mediram pra ser reserva florestal e a polícia prenderam tudo a gente tiraram os índios de lá. Eu ,com meu pai e o finado tio Chico entramos lá, naquele tempo eu tinha quinze anos, enfrentei aquela guerra, entraram policial de cavalo, cachorro e não fizeram nada, no fim eles perderam para os índios.*

Segundo a narrativa, Kasú se lembra de um momento quando estava com 15 anos, tal ano seria 1933. Se verificado quais movimentos políticos próximo das áreas indígenas, no ano de 1933, é possível encontrar o Decreto estadual nº 5.368, de 1º de Julho de 1933, que criou a prefeitura de Iraí.²⁶ Na época fomentada pela exploração da área por companhias que pretendiam fundar cassinos, hotéis nas águas termais dos kanhgág, tal cidade é criada e toda estrutura administrativa instalada. Kasú conta que esta resistência em 1933 foi articulada pelo seu pai, Jango Kanheró e também seu tio, Francisco Kanheró.

Na cultura Kanhgág é muito comum que os tios façam papéis mais centrais na educação dos jovens. Logo no início de sua narrativa Kasú já articula uma das importantes influencias que passaram por sua vida, o kofá²⁷ Francisco Kanheró, que residia na Terra Indígena Péi-kâr, espécie de pequena área dentro de Nonoai, território extremamente disputado com os fóg. Somando tais colocações ao fato de

²⁶ A Prefeitura de Iraí limitará ao Norte pelo rio Uruguai, da fóz do Lageado dos Indios até a fóz do rio Pardo; ao Oeste, pelo rio Pardo acima até a sua interseção com uma linha Este-Oeste que passa tres quilometros ao Norte do povoado Barril; ao Sul, por essa linha E'steOeste, até encontrar o rio da Varzea, por este acima até o ponto em que começa no Norte do Toldo Nonoaí; daí segue por esta divisa, atravessando o arroio do Mél e o Lageado Barra Bonita até encontrar um afluente esquerdo do Lageado dos Indios; ao Léste, pelo Lageado dos Indios abaixo até a sua fóz no rio Uruguai.

²⁷ Senhor, *velhinho*, experiente, antigo.

que “A entrada de agricultores sem terras em áreas demarcadas como terra indígena intensifica-se a partir da década de 1930-1940, [...] arrendamento, permissão de residência e exploração de madeira das áreas de Serrinha e de Nonoai” (KUJAWA, 2015, p.75).

O Tio Chico, representado na narrativa de Kasú, é Francisco Kanheró, nascido em 1884, foi e tem sido uma influência para Kasú. Durante o processo de coleta de dados o clima era de uma relembração espiritual, em diversos momentos Kasú relatava que conversa com o Tio através de sonhos, tendo sentido a sua presença no meio das entrevistas, “Parece que eu tô vendo ele”. Retratado pelo jornal PORANTIM, em matéria datada de 1983, como padrinho, nominador, profundo conhecedor dos "nomes do mato", líder político, espiritual e cultural, incansável defensor do território Kaingang, Reicon, ou Francisco Kanheró foi influência para as próximas gerações, que tinha nos Kujãs uma figura religiosa, mas, sobretudo, política, pois articulava os conhecimentos culturais como um diferencial na justificação da luta pelos territórios. Francisco Kanheró tem seu nome relacionado a luta em defesa do território e da cultura indígena em Nonoai. Elaborase a ideia do "tronco velho", como dizem os Kanhgág, enraizado com profundidade suficiente para ser porta voz da cultura e angariar apoio para lutas junto a outros indígenas.

Com cem anos de luta, morre líder Kaingang.

Pai respeitado por toda comunidade, padrinho, nominador (era profundo conhecedor dos "nomes do mato"), líder político, espiritual e cultural, incansável defensor do território Kaingang em Nonoai, e especialmente da aldeia de Péi-kâr. Eis um breve perfil da vida de Francisco Kanheró por um período que supera a marca de 100 anos. Ele pertencia à metade social kame, e também era conhecido pelo "nome do mato" Reicon. Sua morte, em julho em principio, poderia sugerir uma repentina orfandade em Péi-kâr. A sua vida foi tão cheia de realizações, plena de ensinamentos e exemplos que marcaram muito a vida dos Kaingang de Nonoai e especialmente de Péi-kâr, que ha muito vêm retomando e colocando em prática seus ideais, principalmente quando são atingidos pela violência e por ameaças de perda de território.

Kanheró se tornou uma personalidade quase legendária, pois, por mais de setenta anos, esteve ligado a luta em defesa do território e da cultura indígena em Nonoai. Um verdadeiro representante do "tronco velho" como dizem os Kaingang. Junto a outros indígenas, Kanheró empreendeu várias viagens a Porto Alegre, principalmente no final deste século, quando estavam a reivindicar a demarcação do que sobrou de terras após longo e violento processo de

expropriação. Na segunda metade do século passado e no início deste, o território kaingang em Nonoai, no norte do Rio Grande do Sul, foi roubado e retalhado para formar fazendas criatórias de gado, na época, imensos latifúndios particulares. Depois de uma luta incisiva, os índios conseguem a demarcação de uma "reserva indígena", entre 1911/1912 Kanhero participou do processo de demarcação como um dos orientadores da localização das divisas. Mas, apesar desta vitória, ele sempre recordava com tristeza dos tempos em que Nonoai era um território só, do rio Da Várzea ao rio Passo Fundo, e entre o rio Uruguai, ao norte e o lageado Papudo ao sul.

Francisco Kanhero teve atuação decisiva como líder e orientador dos Kaingang de Péi-Kar, pois nunca se subordinou ao arbítrio, aos deslocamentos forçados. Por duas vezes (pelo que temos documentado), os Kaingang desta aldeia foram forçados a abandoná-la e a se dirigirem a outra parte da antiga reserva.

Por uma questão tática, momentaneamente os Kaingang se deslocaram. Mas logo, e aos poucos, eles recomeçaram a retornar para a Péi-Kâr, principiante depois que se cansaram das promessas não cumpridas, feitas por funcionários do SPI, sobre construção de casas, atendimento médico, apoio para realização de roças etc. Reocuparam suas antigas moradas, locais onde viviam suas alegrias e tristezas, nas suas terras. Novas tentativas seriam feitas para tirar definitivamente os Kaingang daquela área, mas a cada investida os indígenas respondiam com determinação, negando-se a abandonar Péi-Kâr, de onde não saíram mais. Kanherô costumava dizer a seus agressores que ele e seu povo não sairiam da aldeia nem que para isto tivessem de tomar mortos. (PORANTIM, 1984Nº70 p.12)

Francisco Kanheró teve atuação decisiva como líder e orientador dos Kanhgág de Péi-Kar e Nonoai influenciando a luta por territórios, pois, junto dos seus elaborava estratégias para não se subordinar à tutela e aos deslocamentos forçados que eram realizados com os indígenas de Nonoai. “Por duas vezes (pelo que temos documentado), os Kaingang desta aldeia foram forçados a abandoná-la e a se dirigirem a outra parte da antiga reserva” (PORANTIM, 1984,Nº70 p.12)

A infância e juventude de Kasú Kanheró foram, portanto, influenciadas pela presença marcante de líderes como Francisco Kanheró que reunia todas boas características de um grande pai, pã-i mág. Cacique é o pã-i mág. Pai do Povo. Pai da grande família. Responsável por explicitar, mediar e comunicar-se com o seu povo. Deve saber animar o povo. Pã-i mág é o pai carismático da grande família, representando uma parcialidade kanhgág.

Pesquisador: *O Senhor deve ter conhecido muitos kujãs que os jovens nem sonham em conhecer né?*

Kasú Kanheró: *O irmão do meu pai era Kujã antigo, o meu pai, Jango Kanhero era o mais novo da turma, eles são seis irmãos, mas hoje não*

existe mais nenhum deles né. Filho único aqui dentro do Rio Grande Do Sul, pra falar a verdade meu amigo, só eu da família do Kanheró né. Estou muito bem nada não incomoda a gente né.

Figura 18 - Francisco Kanheró: “Com cem anos de luta, morre líder Kaingang”



Fonte: Jornal PORANTIM, 1984, Nº70 p.12

Kanhero, segundo os Kaingang.

Mas deixemos os próprios Kaingang falar sobre Kanheró suas ações e ideias:

"Aquele que é índio de força. Ele sabe o que tá fazendo. Tá guardando aquela terra que é nossa". (Penry, atual cacique de Nonoai, 1982).

"Ele foi cacique, foi Kuiã e sabia curar o povo todo. Foi ele que me chamou para atuar como peim (aquele que prepara o corpo do morto)"; (**Cachu, sobrinho de Kanhero, 1983**).

"Desde o tempo antigo que o velho (tom carinhoso) luta por aquela aldeia, aquela terra. Muitas vezes tentaram correr ele de lá, mas ele tinha a força do mato" (Kandete, aldeia d Pinhalzinho. 1978)

"Esse ai (apontando para Kanheró) é um monumento pra nós. Ele que sempre ensinou que a terra a gente não abandona. E ofereceu até a vida se fosse preciso, porque ele pensava nas fãmia, nos neto (Kanriri, aldeia de Péi-Kâr, 1978)

"O velho Kanherô cansou de dizer pros guarda florestal pra gente do posto (P.I. Nonoai_ que pra tirá ele daqui, só depois de morto, depois de passarem por cima do corpo dele" Kokai. Conselheiro de Péi-kâr.1982)

Tio Chico é representado nas narrativas como índio de força, que sabe o que está fazendo guardando as terras para futuras gerações. Foi cacique, foi Kujã, representado como aquele que sabia curar o povo, contando com a força do mato, como aquele que ensinou para os Kanhgág que a terra não se abandona. Francisco Kanheró seria, portanto, um desses indivíduos que em sua trajetória de vida viaja até Porto Alegre distintas vezes, "[...] principalmente no final deste século, quando estavam a reivindicar a demarcação do que sobrou de terras após longo e violento processo de expropriação" (PORANTIM, 1984, N°70 p.12):

Kasú elabora uma narrativa que confere legitimidade a luta das gerações anteriores representando as conquistas como resultados das lutas de tempos passados, enxergando grandes avanços na luta, onde os índios agora podem ter acesso a direitos básicos da cidadania. Reconhece que sem luta não há possibilidade de acessar melhorias, pois desde cedo assistiu seus parentes se mobilizarem contra os desmandos do Estado por meio do SPI. Kasú sente satisfação em contar histórias de luta e conquista, representa as conquistas e a própria trajetória de luta como um patrimônio que é deixado de herança para as próximas gerações:

Kasú Kanheró: *Os índio hoje tem posto de saúde, colégio, tem tudo agora lá, então se a gente não se alevantá e ir lá, tem que ir lá, só sentado ninguém recebe o que a gente quer. Então tem muita luta que eu trabalhei na minha vida, eu gosto de contar essa história.*

Uma das lutas, representadas em suas narrativas foi a Retomada de Nonoai pelos Kanhgág, situada historicamente em 1977. Kasú foi fiscal trabalhando junto a posseiros. Trabalhou até que fossem retirados todos os posseiros. Conforme Henrique Ancieto Kujawa: “Em 1977, os indígenas de Nonoai organizam-se e, utilizando-se [...] inclusive a força, expulsam as famílias de agricultores que moravam e trabalhavam em terras indígenas. [...] dão origem ao [...] MST.” (Marcon in Kujawa, 2015, p.76). As famílias de agricultores em questão vinham sendo instaladas desde as épocas da empreitada imperial de colonização nacional, passando pelos tempos do SPI.

Kasú Kanheró: *Foi em 1977 parece, eu era fiscal dos índios kangág, trabalhando com os posseiros, trabalhei muito, depois saíram tudo né, deu um conflito meio brabo a gente vencemo né.*

O conflito brabo fez com que os posseiros fossem retirados. Percebe-se em sua narrativa que Kasú enxerga uma vitória dos kanhgág na retirada dos posseiros, o pronome em quarta pessoa sinaliza que “nós” saímos ganhando, contudo “eu” trabalhou fiscalizando os posseiro, garantindo seu sustento. Aponta possibilidades de trabalho com a presença dos posseiros, tanto coibindo ocupações do fóg quanto alugando terra. Caráter dialético da presença dos posseiros

Kasú relata de forma breve os acontecimentos das retomadas de Nonoai, realizadas em 1977, colocando a conquista como sendo realizada pelos kanhgág, sobretudo na credibilidade exercida pelas lideranças sob o comando de Nelson Xangre²⁸, que entrou substituindo Alcindo do Nascimento.

²⁸ PORANTIM.1980 Nº19 e 20. p.9 XANGRE, AMEAÇADO DE MORTE: "O CERTO É TOMAR AS TERRAS DE LATIFUNDIÁRIOS" Matéria com Chamada, texto de três parágrafos e entrevista com Xangrê. Ameaça por funcionários da Funai. Ameaçado por funcionários da Funai. Fala da necessidade do colono sem terra se unir ao índio contra os latifundiários. Eleito cacique em 1977, com a missão de expulsar os seis mil colonos.

Figura 19. Xangrê ao lado do missionário Tomás Lisboa



Fonte: PORANTIM Nº19 e 20, 1980, p.9)

A eleição do Xangrê era pra acabar com os arrendamentos e venda de madeira. “*Antes do Xangre era o Alcindo, dai colocamos o Xangre. Antes do Xangre era o Alcindo do nascimento, era um tio do Zé Lopes*”. (Kasú Kanhero, 2019) Conforme Clementine Marechal “Alcindo Peni Nascimento fazia parte do grupo de conselheiros de Nelson Xangré e o ajudou a planificar a retomada pressionando a FUNAI e os invasores. Ângelo Kretã e outras lideranças do Paraná desceram até o sul para apoiar Alcindo Peni Nascimento e Nelson Xangré”. (MARECHAL, 2018, p.5)

XANGRE, AMEAÇADO DE MORTE: "O CERTO É TOMAR AS TERRAS DE LATIFUNDIÁRIOS"

Ameaça por funcionários da Funai. Ameaçado por funcionários da Funai. Fala da necessidade do colono sem terra se unir ao índio

contra os latifundiários. Eleito cacique em 1977, com a missão de expulsar os seis mil colonos.

[...]

Porantim entrevista cacique Xangre.

Perguntado sobre como teria sido a retomada de Nonoai, responde que *"Os índios que achavam primeira preocupação eram os posseiros dentro da área estão contentes. De noite era um perigo, pois de vez em quando os posseiros batiam nos índios"*.

Sobre o seu papel de liderança: *"Eu não encaro com autoridade pois acho que a gente tem que defender os índios. Eles estão na minha espera de que eu possa resolver alguns problemas. Em 77 e 78 fui cacique, mas larguei por causa que eu tinha muito problema de pressão das pessoas que querem desmanchar a união dos índios."*

Sobre as ameaças? *"[...]foi por uns funcionários da FUNAI. É que eu não deixava a FUNAI torcer meu braço. (PORANTIM.1980 N°19 e 20. p.9)*

Figura 20. I Xangrê, Nelson. Terra dos índios, filme de Zelito Viana



Fonte: Nonoai (RS), 1978 - trecho do filme "Terra dos Índios"

Figura 21. Il Xangrê, Nelson. Terra dos índios, filme de Zelito Viana.



Fonte: Nonoai (RS), 1978 - trecho do filme "Terra dos Índios"²⁹

A retomada das terras ocupadas pelos posseiros é uma memória representada nas narrativas de Kasú, cronologicamente, articula também os atores que historicamente tiveram seus nomes destacados como lideranças. Xangrê aparece nas representações de Getúlio Eré Rondam Casseiro, narrativa que vamos explorar no subcapítulo a seguir, sendo figura emblemática na resolução de conflitos com os *fóg* e também entre os Kanhgág.

Outra figura que é lembrada por Kasú e Getúlio é Darci Camilo, conhecido entre o Kanhgág como Darcizão, era um vice-cacique que foi morto na saída de Nonoai. Pego numa falsa carona, foi assassinado em frente ao filho:

Kasú Kanheró: *Nessa época o Zé Lopes era capitão e o Darcizão era vice. Fizeram uma espera na estrada, na saída de Nonoai né pra área, ele estava esperando um amigo dele e os inimigo dele chegaram, três homem, ele tava com o filho dele. _Venha cá Darci vou levar você la no Arthur. Ai ele convidou o piá, ele tava com a motosserra, entrou no carro e foi se embora, lá na entrada lá em cima, na estrada que vai pro DAER e outra que vai pro posto naquela encruzilhada pararam ali que ele saiu do carro, atirou na nuca dele, mataram ele, já estava preparado pra ele né.*

²⁹ Disponível em: filme "Terra dos Índios" <<https://www.youtube.com/watch?v=XdmoAFqQHvg>> Acesso em nov.2019

A riqueza de detalhes na narrativa de Kasú ajuda a compor a representação de seu discurso, que apesar de ser uma experiência de memória adquirida a apresentação de tais detalhes na narrativa indica proximidade com a questão, no caso com as políticas internas e conflitos com a FUNAI e outros órgãos. O contexto histórico em que se dá a morte de Darci Camilo pode ser situado em meados da década de 1980, mais precisamente no dia 04 de Março de 1986. O então vice cacique era favorável ao processo de demarcação e denunciava os cortes ilegais de madeira principalmente pela empresa da família Dall'astta

O Assassinato do vice-cacique Darci Camilo.

Tendo recebido a notícia da vinda de uma equipe da FUNAI para demarcar Nonoai, o cacique Antonio Tomás Pereira e seu vice, Darci Camilo, convocaram em novembro de 1988 várias reuniões das lideranças de Nonoai com objetivo de decidir como seria sua participação nesta empreitada [...] A chegada da equipe de técnicos da FUNAI, comandada pelo topógrafo Adelino, foi acompanhada com euforia pela comunidade indígena [...] No dia 20 de dezembro de 1988, foi expulso pelos índios, que exigiram da Funai [...] outro topógrafo que concluísse o trabalho de demarcação [...] Caso contrário retomariam por conta própria a Agropastoril Alto Uruguai das mãos do posseiro Dall'Asta. Ouviu-se, então, rumores nas cidades de Nonoai e Planalto que haveria mortes caso a ocupação ocorresse, havendo Dall'Asta contratado quatro jagunços para defender sua posse ilegal. A liderança de Nonoai, nesse ínterim, depõe Antônio T. Pereira e seu vice à revelia da comunidade pela qual haviam sido eleitos, tentando reconduzir Adelino Lopes ao cacicado, que é ocupado de fato por seu irmão, o também ex-cacique José Lopes do Nascimento. (RICARDO e RICARDO, 1991, p 561)

A deposição da liderança pelo grupo familiar dos Lopes é o começo de um novo tipo de relação com a extração de recursos naturais dentro da Área Indígena de Nonoai, tendo assumido em 1986, se encontra ainda hoje, 2019, no comando da liderança. A instalação do grupo familiar de Lopes no poder de Nonoai vai acirrar as faccionalidades que resultam em expulsões, que por sua vez, cria os deslocamentos em massa para outras áreas. Outra questão era a atuação de Darci Camilo forçando a demarcação da área, este fato pode ter sido um dos provocadores para que encomendassem o seu assassinato, pois, “Darcizão liderava os trabalhos de redemarcação da AI, tendo arrancado um marco que excluía dos limites da área indígena a ocupação de Dall'Asta, [...] apenas oito dias antes do seu assassinato [...] agredindo fisicamente um madeireiro das terras de Dall'Asta” (RICARDO e RICARDO, 1991, p 561). Dall'Asta é o nome da empresa que explora a área de

Nonoai, em matéria de recursos naturais e agronegócio, usou de meios oficiais e também escusos para estabelecer o domínio sobre as áreas indígenas. Teria utilizado de intimidação e articulação com facções Kanhgág para conduzir o agronegócio na região. A liderança facciona a gestão da área indígena utilizando métodos violentos como prisões, expulsões e exílio.

Kretã, cacique da TI de Mangueirinha no Paraná, sabendo das lutas contra arrendamento e roubo de madeira em Nonoai, entra em contato com núcleos familiares que estão à frente do movimento. Nesse tempo o Grupo madeireiro Slaviero, se apossava de áreas indígenas de Mangueirinha para extração e comércio de madeira. Através de processo judicial, que se arrastou em duas instancias, os Kanhgág retomam a área da madeireira Slaviero que reclamava a posse da reserva de Mangueirinha-RS, a madeireira chegou ainda a obter ordem para continuar operando na área, conforme (PORANTIM.1980, Nº23 p.19)

Figura 22. Ângelo Kretã. Terra dos índios, filme de Zelito Viana.



Fonte: Nonoai (RS), 1978 - trecho do filme "Terra dos Índios"

O pedido de ajuda articulado por Ângelo Kretã repercute negativamente dentro da área indígena de Nonoai e a liderança, agora ocupada pelo grupo dos Lopes, resolve punir os envolvidos com expulsão, medidas que vamos explorar melhor no subcapítulo a seguir com a narrativa de Getúlio. Nesta ocasião Alcindo

Floriano Nascimento, **João Carlos Kasú Kanheró**, Zílio Jagtyg Salvador e Bento da Silva estão foram exilados de Nonoai devido ao pedido de Kretãn:

A fama dos Kaingang de Nonoai logo chegou até a bacia do rio Iguaçu, no Estado do Paraná. O então cacique da TI Mangueirinha, Ângelo Kretãn, bacia do rio Iguaçu, inspirado nos feitos de Nonoai, planejou também uma mobilização para expulsar o grupo madeireiro Slaviero que se apropriara de 9 mil hectares de pinheirais da terra indígena. Na década de 1980, inspirado pelos guerreiros do Alto Uruguai, Kretãn solicitou apoio às lideranças Kaingang da TI Nonoai – o que aprofundou as tensões internas em Nonoai. A memória Kaingang refere que a solicitação de Kretãn foi o mote para que o então cacique José Lopes transferisse e expulsasse cerca de oitenta Kaingang para outras terras indígenas, entre elas a TI Mangueirinha (PR), Alcindo e Florianos Nascimento, João Carlos Kasu Kanheró, Zílio Jagtyg Salvador e Bento da Silva (estes dois últimos genros de Alcindo), entre outros, estavam entre os expulsos de Nonoai que lembram e participaram da mobilização na bacia do Iguaçu. (FREITAS, 2005, p.237)

Em 1986 Kasú Kanheró esteve em Miraguai, se consideramos a data de nascimento de Elias, seu filho mais jovem. Tendo permanecido em diversas áreas resolveu se fixar em Porto Alegre, contudo, já conhecia a cidade e como tirar dela o seu sustento:

Pesquisador: *No seu tempo como era? Quando saiam das áreas, eram mandados de volta? [Ainda sem saber o que havia acontecido com Kasú, no caso de Kretãn]*

Kasú Kanheró: *Naquele tempo quando eu entrei na praça da alfandega, tem um triangulozinho ali, naquele tempo não tinha ninguém de índio, de Kanhgág né, agora o índio, foi indo. Um dia eu conversei com o fiscal, o prefeito, presidente do SMC, ai eles conversaram comigo né. Me levaram no escritório ai o prefeito já apoiou. Ali o prefeito disse: Olha o índio ele tá em cima do que é dele, o índio não está em cima do que é do outros, nós é que estamos em cima do que é deles, então não pode mexer as coisas que ele tá vendendo, mercadoria que ele tá vendendo, ninguém não pode mexer. Teve apoio do fiscal SMC e o prefeito apoiou, governador também, e foi entrando meus índio³⁰, sobrinho.*

³⁰ A casa de João Padilha, reconhecida pelos Kaingang de Iraí, passou a ser referência para os índios que chegavam à cidade [Porto Alegre]. Além de Aristides da Silva, Padilha hospedava Augusto Ope da Silva e João Carlos Kasu Kanheró, este último de Rio da Várzea. Assim como João, outras famílias indígenas residiam no Beco da Mandioca, na Vila Safira: uma família Guarani missioneira, proveniente de São Vicente – organizada em torno do casal Jurema e Tobias – e uma família Guarani de Votouro, articulada em torno de Jandira Mariano. No Beco da Mandioca também residia Belinha Padilha, Kaingang cuja territorialidade remete a região do atual município de Soledade. (FREITAS, 2005, f.244)

A “Praça da Alfandega” fica no centro de Porto Alegre, é um local comumente utilizado pelos ambulantes para realizar as venda. Kasú traz a narrativa de que foi pioneiro na venda de artesanato no centro de Porto Alegre. Vê como conquista o grande número de indígenas ocupando a mesma praça com venda de artesanato. Ao citar a sigla SMC na narrativa pode se referir a múltiplos contextos, o primeiro remete a Secretária de Cultura de Porto Alegre (SMC) de 1950, na época era uma subpasta da Secretaria Municipal de educação que em 1970 se torna “Divisão de Cultura”. Retorna a ser Secretaria da Cultura (SMC) em 1989 desta vez de forma autônoma à Secretaria de Educação, criada por um projeto de lei elaborado pelos funcionários da então Divisão de Cultura “No dia 3 de fevereiro de 1988, foi sancionada a Lei nº 6.099, que criou a SMC e o Fundo Pró-cultura do Município de Porto Alegre. O primeiro secretário municipal da pasta foi o professor Joaquim José Felizardo.”³¹

Kasú Kanheró: *Quem trabalhou comigo foi, deve conhecer o índio Marcolino Mineiro³², outro era Aristides³³, agora eles morreram, são finados, trabalhou comigo. Só eu ainda tô pelejando, aqui junto desse povo, povo kanhgág. Hoje o povo tem o meu sobrinho que é cacique, hoje ele também tá no lugar do pai da família pra cuidar as crianças, educação, colégio, posto de saúde, hoje nós aqui tá indo, devagarzinho tá indo.*

Seu sobrinho-neto, Josué Kanheró, exerce o cacicado na comunidade Por Fi Ga onde residem atualmente, 2019, se sentindo satisfeito por isso. Na narrativa, articula a ideia de que a ausência de conflitos é motivo para o índio ficar mais descansado, também, em comparação entre o modo de agricultura aplicado na época e o de hoje.

³¹ Informação disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em nov.2019

³² Atualizando conhecimentos aplicados nas antigas caçadas, os Kaingang João Carlos Kasu Kanheró e Marcolino Mineiro (já falecido) muitas vezes se utilizaram deste recurso. Kasu afirma sempre se banhar com ervas antes de vir ao centro ou ao Brique. O segredo, entretanto, ele guarda a “sete chaves”. A kujà Lurdes Nimpre da Silva também reconhece lançar mão do xamanismo, utilizando remédios-do-mato para atrair clientes. (FREITAS, 2005, f.369)

³³ No caso dos Kaingang de Iraí, a instabilidade territorial, associada à redução das florestas e avanço das cidades e agro-sistemas, favoreceu a consolidação do artesanato como meio estratégico de subsistência, permitindo a circulação no território e a sustentabilidade durante o trânsito. A observação foi de Maria Casturina da Silva, filha do cacique de Iraí Aristides Kómág da Silva²⁵, em visita que lhe fiz na Aldeia do Morro do Osso, em março de 2005. Segundo ela, os Kaingang de Iraí permaneciam vários dias em Porto Alegre e, para se manterem durante a viagem, vendiam [...] Os balaios eram comercializados nas ruas do centro da cidade, na rodoviária e no Mercado das Pulgas²⁶ – atual Brique da Redenção. Maria lembra que seu pai ficava muito tempo fora da aldeia – ela tinha cerca de nove anos à época (FREITAS, 2005, f.238)

A superação dos conflitos e evolução tecnológica trouxe autonomia. “*Então o índio hoje anda mais descansado, tem trator que trabalha né. (Kasú Kanheró,2018)*”. “Estar no lugar do pai” ser um *pã-i mág* é uma representação sobre a função de liderança e a postura de um bom líder. O cacique, como um pai, é responsável, por fornecer a seus filhos, no caso a comunidade, educação, colégio e posto de saúde

Em sua narrativa, Kasú também articula representações sobre a exposição midiática na qual se expôs como forma de divulgar a cultura, também como forma de realização. Sendo referência Kanhgág para os *fóg* e influência cultural para os Kanhgág da zona metropolitana. As representações da relação xamânica de Kasú com seu Tio, por meio de conversas, orações e sonhos é, sobretudo, uma relação de continuidade às tradições repassadas desde o mais longínquo tronco de *kujãs*. Kasú atendia os kanhgág e os *fóg* trabalhando com o espírito de Francisco Kanheró. Os parentes passam a reconhecer em Kasú a mesma autoridade que os *kofá kanhgág* tinham:

Kasú: *Minha história foi muito grande, que aparecia no jornal né, então este homem lá de Iraí, Augusto da Silva, também já é finado, aí ele disse: _Tio, tu tem que me ajudar, por que tu tem muita experiência boa, tu ganha de nós na experiência, no conversar, tu tem mais esclarecido de que nós, mais importante de que nós. Ai eu pensei e disse: Ué me deixa uma tempo que vou te responder. Vou tirar consulta né. Ai, naquele tempo eu trabalhava com o espírito do panh, o tio kujã, ali um dia lá em Lomba do Pinheiro, eu fui fazer uma consulta, eu mesmo ao espírito do pai, o vovô irmão do meu pai e sabe que naquele momento, três dia falou comigo, o vovô, ele disse: _ Tu tem muita experiência Kasú, hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo*

A frase “[...] hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo” é uma representação da fala do espírito de Francisco Kanheró, em sua fala, Tio Chico explica que por trabalhar junto dele, junto dos ensinamentos, torna-se referência e influência tanto nos kanhgág quanto nos *fóg*. “Estar com ele” é estar nivelado em experiência, junto aos conhecimentos do velho *kujã*. Kasú se reconhece em Francisco Kanheró e historicamente Francisco tem seus ensinamentos vivos em Kasú. A narrativa constrói a ideia de uma continuidade da experiência sobre as coisas do mato, que o tio ensinou, na prática do dia a dia nas trajetórias de Kasú,

mesmo que seja difícil de “continuar dentro da cultura”, pois as formas de reproduzi-las não são as mesmas, nem o tempo histórico.

Figura 23. Kasú colhe remédios



Fonte: (FREITAS, 2005, p.293)

Remédios da paz, para atrair a caça, mulheres e “compradores de balaio” foram localizados por Kasú Kanheró em parcelas de Mata Alta (floresta ombrófila densa submontana de solos profundos), na parte mais baixa da área, no extremo sul. Estas matas, segundo Kanheró, são classificadas como nêñ fé mág, reconhecidas como matas boas, preservadas. (FREITAS, 2005, f.293)

A foto e citação acima demonstram a relação de Kasú com os conhecimentos tradicionais, fazendo uso deste conhecimento também como arma na luta pelo território. O local onde Kasú está colhendo as ervas e remédios fica na Lomba do Pinheiro, local onde aconteceu uma retomada e oficialização de território indígena, memória que é explorada melhor nas narrativas de Antônio dos Santos.

Kasú utiliza os conhecimentos tradicionais para garantir a sobrevivência em diversos níveis. Os conhecimentos tradicionais consolidam as justificativas para o domínio das Terras Indígenas em processos judiciais e entraves políticos. Também são utilizados na vivência cotidiana em aplicações que tem diversos usos.

De modo geral, todos manifestaram que esta expedição encerrava as negociações de busca: de seus pontos de vista, o terreno tinha condições de sediar as famílias Kaingang, sem que houvesse um atributo específico que justificasse essa escolha: “pode ser este,

como podia ser outro qualquer aqui nessa parte da mata, onde tem os remédios tradicionais que nossos antigos usam”, manifestou Kasu Kanheró. (FREITAS, 2005, p.295)

Desse modo, a escolha do local de moradia sendo determinado pela existência de recursos naturais tradicionais. O meio ambiente é, para Kasú, uma condição para reprodução da cultura Kanhgág e, sobretudo, da vida. O principal critério para escolha de uma área para morar é a presença do meio ambiente preservado em forma de matas boas.

Kasú Kanheró, reconhecido como *kofá*, velho, possui experiência sobre os conflitos, arte, música e medicina, contudo, nunca se oficializou um kujã nem participou de lideranças oficiais. Em seus depoimentos Kasú reconhece seu tio Chico Kanheró como *kofá* de referência porquanto ele mesmo tem sido referência para os grupos familiares ao seu redor. Na primeira década do ano 2000 os familiares de Kasú chamaram atenção das autoridades para a necessidade de acesso à políticas públicas por meio de cadastramento social das famílias que viviam acampadas. Antonio dos Santos, ex-cacique da Por Fi Ga, na primeira década de 2000 se junta ao grupo dos Kanheró na frente de pressão pela ocupação do Morro do Osso. A união dessas famílias resultou numa coalisão política forte suficiente para unir os kanhgág da zona metropolitana exercendo pressão no poder público.

Decididos a ocupar imediatamente o terreno em vias de desapropriação, pressionavam a prefeitura a ultimar os procedimentos com a maior brevidade. Neste movimento eram apoiados pelas famílias vinculadas ao *kofá* João Carlos Kasu Kanheró, suas filhas e genros. (FREITAS, 2005, p.301)

Kasú contribui preparando o imaginário Porto Alegrense para a formação de uma área indígena, também fortalecendo o repertório cultural de sua comunidade. Através de sua exposição, contando histórias nos meios jornalísticos, entoando cânticos para serem gravados em mídias digitais, Kasú reproduziu a cultura de seu tio em inúmeros formatos e oportunidades.

Figura 24. Kasu t̃y vyj s̃ĩ kyn (Kasu toca uãixim)



Fonte: Foto de M.Clara Adams³⁴

Kasú produziu um CD junto a Zílio Zagtyg Salvador e Felipe Retón da Silva. Zílio e Felipe foram adversários políticos na disputa pela liderança da comunidade da Lomba do Pinheiro no ano de 2003. Arco de boca com Zílio, taquara percussiva com Felipe e Kasú tocando chocalho:

(“Os Kaingang tocam juntos”) (KANHERÓ et alii, CD, 2005). Esta música instrumental é produto do encontro dos três kófa João Carlos Kasu Kanheró (Comunidade da Agronomia), Zílio Jagtyg Salvador e Felipe Rětón da Silva (ambos da Comunidade da Lomba do Pinheiro). Tocar juntos foi um desafio para estes kaingang-pé, haja vista haver entre eles tensões e disputas. Sobretudo entre Zílio e Felipe ocorreram muitos episódios de desconfiança mútua, pois os dois homens disputaram o poder de liderança na Comunidade da Lomba do Pinheiro, em 2003. A gravação do CD foi um momento em que estes Kaingang ritualizaram estas tensões em música. Naquele contexto, as disputas se davam em torno do canto “mais bonito”, o “toque mais bonito” dos instrumentos tradicionais. Na trilha escolhida, em que “os Kaingang tocam juntos”, Zílio executa o arquinho de boca

³⁴ Audio de canções kaingang interpretadas ppor Kasú estão disponíveis em: <<http://www.cantosdafloresta.com.br/povos/kaingang/propostas-didaticas/tirando-melodia-do-arco-de-boca-kaingang/>> Acesso em: 18 de Outubro de 2019

(vyjsĩ), Felipe toca a taquara de ritmo (vãñ) e Kasu toca o chocalho de porongo (sygsyg). (FREITAS, 2005, f.400)

A conclusão de Kasú sobre seu maior esclarecimento em relação aos outros é por afinidade com os conhecimentos passados pelo seu Tio. A narrativa se dá em forma de diálogo com espírito do tio através de um sonho. Nele, encontramos representações que remetem a ideia de continuidade histórica por meio dos ensinamentos, das palavras em Kanhgág, das histórias do tempos antigos. Segundo a narrativa “os índios viviam na história” a representação remete a ideia de costumes que apesar de difícil execução, dado o contexto urbano contemporâneo, Kasú insiste em continuar:

Kasú Kanheró: *_ Tu tem muita experiência Kasú, hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo [...] parece que eu tô enxergando ele, eu não conto pra ninguém agora tô contando pra vocês. Ai eu disse assim:*

_Será que é verdade? Eu chamava ele de pai véio, panh kofá, falei com ele na idioma. Como é que é que o senhor falou pra mim tio?

_Tu tem muita experiência, experiência muito grande tu tem, mas como tu, meu sobrinho legítimo, entende muitas coisas que eu te ensinei, as palavra, a história, porque os índio viviam na história, com o Kujã, caçando, pescando, melando e hoje não existe mais meu fio.

_Mas eu tenho que aplicar igual.

[...]Respondi assim pra ele no sonho.

_Mas pai Kofá, eu tenho que ensinar kanhgág, por que eu nasci na história, nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar, com a minha experiência tenho que falar pro povo, engrandecer dentro do Rio Grande do Sul o povo kanhgág, é verdade.

Num é que o véio, a alma o espírito dele calou. Ai num dia de lembrando O que o pai velho falou pra mim é que eu tenho que continuar. E veio uma voz em sonho também:

_Não duvida da minha palavra, se afirma levanta tua cabeça e anda eu estou contigo meu filho.

A narrativa de que, mesmo ouvindo o espírito do seu tio avalizando sua trajetória de “engrandecedor” da cultura Kanhgág sente dúvidas e insegurança de quanto realmente è:

Kasú Kanheró: *Ai um dia eu disse pro Augusto, tem grande história que vai acontecer nas minhas mãos, você não precisa ter ciúmes de mim, ciúme da gente estraga a pessoa, vamos trabalhar unidos. Hoje Iraí está com área demarcada, ajudei a turma, Guarita ajudou, Inhcorá ajudou, Cacique Doble ajudou e hoje eles tem um lugar pra eles, essa indiada, os Kanhgág em Iraí né.*

A narrativa sobre os ciúmes de Augusto remete a superação das relações de favorecimento do parentesco kanhgág através do compadrio cultural, do fortalecimento da luta indígena através das trocas entre atores sociais diversos. Demarcação de Iraí (1990-1995) possibilitada através da união entre várias comunidades e a superação das diferenças.

Kasú Kanheró: *Então depois daquilo veio essas caixinhas de fósforo [se referindo as casas de madeira da comunidade], isso aqui é caixinha de fósforo né, esse lugarzinho. Aumentou, hoje nós temos em Porto Alegre temos sete aldeias que tá em Porto Alegre.*

Narra que as casas das atuais comunidades são como caixinhas de fósforo. *[se referindo as casas de madeira da comunidade]*. Áreas dominiais indígenas, áreas ocupadas por indígenas em Porto Alegre.

A Aldeia da Agronomia, também área dominial indígena, situada ao sul do Morro Santana, na sub-bacia do arroio Dilúvio, em terreno de 15m x 40m fruto de doação feita aos Kaingang por um antigo morador daquela região e onde vivem atualmente 7 famílias articuladas em torno do cacique Vanderlei Sales, por sua vez genro do kofá/velho João Carlos Kasu Kanheró; e, finalmente, desde abril de 2004, a aldeia Kaingang do Morro do Osso, que reúne 20 famílias na Ýmã Topẽ Pẽn (Aldeia do Pé de Deus), reconhecida pelos Kaingang como Ýmã Si (aldeia velha), espaço de ocupação ancestral indígena no contexto territorial mais amplo. Este último espaço vem sendo reivindicado pelos Kaingang articulados em torno da liderança política do cacique Jaime Kětánh Alves e da liderança espiritual da kujà Lurdes Nimpre da Silva como terra indígena tradicionalmente ocupada, num processo que envolve tensões com ambientalistas e elites locais, em esfera regional e nacional.” (FREITAS, 2005, f.28)

Na citação anterior podemos observar a trajetória de Kasú sendo reconhecido como Kofá, velho, sábio e experiente. Vanderlei Sales é genro de Kasú e marido de Marici Kanheró e atualmente, 2019, residem em São Leopoldo. Em Abril de 2004 dominaram o Morro do Osso junto a outras 20 famílias. Dona Lurdes Nimpre, citada como kujã, hoje evangélica, reside em São Leopoldo foi casada com Kasú. Nas narrativas, Kasú julga como pequenos os espaços ocupados atualmente, tendo em vista os 17.000 hectares de Nonoai e apesar do aumento das áreas indígenas na

região de Porto Alegre, nada se compara a vastidão das terras do Norte do Estado. Chega a chamar as moradias urbanas de caixas de fósforo.

Em suas narrativas representa a ideia de nunca ter sido liderança “por causa” de não ter tido oportunidade de se “educar em colégio”. Segundo ele, teria se educado junto às atividades de agricultura. Até o falecimento de sua mãe se dedicou as atividades agrícolas, depois “ficou assim”. A representação de “ficar assim”, pode ser compreendida de diversas formas. Não foi mais o que era. Não foi mais agricultor? Deixou a rotina? Representa felicidade por seus filhos estarem profissionalmente colocados como chefes, “superando” sua trajetória de dificuldades.

Kasú Kanheró: *Eu nunca fui autoridade, fui só conselheiro uma vez e capitão em Nonoai. Estou dizendo esta palavra por causa da pessoa que não tem colégio pra ele, tinha colégio mas só que minha mãe não me deixou, só que ela queria que me ensinasse a custa de trabalho assim enxada, foice, lavrar a terra isso eu aprendi tudo. Ai depois que minha mãe faleceu, meu pai faleceu também eu fiquei assim e eu tava casado já, hoje tenho cinco filhos aqui, tão trabalhando, Hoje os dois trabalham como mestre de obra, está mandando na peonada no serviço da obra é isso que eu fico contente.*

Figura 25. Kasú Kanheró e o Kujã Pedro conversam



Fonte: Cine Brasil ³⁵

³⁵ Disponível em: <http://cinebrasil.tv/index.php/info-programa/?url=10014> Acesso em nov.2019

3.2 “[...] eu sofri muito, eu tive que sair da minha terra natal agora eu tô por aí [...] a gente não tem mais aquela esperança de volta”: **Trajetórias de Getúlio Eré Rondam Cassemiro**

Getúlio Eré Rondam Cassemiro, 61 anos, nascido em Nonoai, no dia 19 de Abril de 1958, filho de Vairand Cassemiro e Luiza Cassemiro da Silva.

O processo de coleta de dados através da entrevista é um processo que mexe com as memórias do entrevistado, sendo responsabilidade ética do entrevistador conduzir este processo com delicadeza tal, que não vá ferir o cotidiano psicológico do indivíduo coletando informações significativas. No caso do processo junto ao Getúlio, foi intenso, pois as memórias que foram acessadas remetiam a sentimentos de dor, perda e saudade. Por alguns momentos a entrevista parou por que Getúlio se emocionou relembrando algum fato. Certamente, as emoções tem seu significado histórico se levarmos em consideração a trajetória de Getúlio, expulso de sua terra, Nonoai, junto de toda família foi obrigado a viver por diversas áreas.

Antes da entrevista estava conversando com Josme Konhko que me relatou lembrar-se do acontecido, mas, que era muito pequeno. Lembra que toda comunidade se juntou para espoliar os recursos deixados para trás pelas famílias do núcleo Casemiro, reunidas em torno de Vairand Casemiro.

Pesquisador: *Estava falando aqui agora com o Josme, que o irmão dele, estava na mesma matéria de jornal que estava em seu nome, nome do seu pai e tava também o irmão dele, Pompílio Fortes, o senhor tinha cabelo assim grande, com uns vinte e poucos anos é isso?*

Getúlio Eré Rondam Casemiro: *Eu era muito cabeludo*

Pesquisador: *O Josme falou que era pequeno, mas lembra das brigas que teve ali pelo Nonoai*

Getúlio Eré Rondam Casemiro: *Daquela década de noventa pra cá que os índio começaram a parecer no Capital aqui né, mas os primeiro que apareceram aqui pra fazer esse, pra fundar lugar, área, ai a primeira área que nós conquistemo foi ali foi a da Lomba, ai nós negociamos com a prefeitura daí, ai a prefeitura comprou aquela área, naquela época estava o pessoal do Miro, ali da safira, o Zílio, sr Antonio. Ali que começo, a indiada começou a vim atrás um do outro, né, porque nós índio assim, onde que tiver um grupo de índio ajunta tudo.*

Getúlio inicia a narrativa ressaltando a ideia de que a tutela impediu a livre circulação dos indígenas pelo território nacional, tendo sido a Constituição de 1988 a responsável pela instituição desse direito. Cita que quando chegou em Porto Alegre encontrou outros kanhgág, alguns já eram conhecidos. Cita também que o movimento de ida para as regiões metropolitanas de Porto Alegre gerou uma rede de informações dentro das grandes áreas circulando novidades vindas das novas conquistas da capital, aguçando assim a vontade de realizar uma migração por novos projetos de vida.

Pesquisador: *Antes de 90 não podia sair?*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Não, eles não deixava né, as lideranças. Deixava a comunidade isolado daí. Só que a gente começou a se pegar com as entidades de fora, que nem aqui em Porto Alegre eu comecei a me pegar com o Rodrigo [Venzon], aí a coisa funcionou daí.*

Getúlio se refere ao período que antecede a década de 1990 como um tempo de isolamento que era imposto pelas lideranças que buscavam separar a comunidade dos perigos, contudo, a FUNAI, que tinha acesso exclusivo aos postos indígenas, se mostrou a maior ameaça.

Cita que em 1990 o apoio de entidades indigenistas como o CIMI e ANAI foram importantes para a recepção dos indígenas, para rearticulação de suas trajetórias e alinhamento de suas narrativas. Chegavam à capitais vindos das grandes áreas, muitas vezes apresentando denúncias ao Ministério Público.

Pesquisador: *Era ANAI?*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *É era a ANAI. Aí começou a vim tudo esse pessoal aí, é melhor viver nessas periferias aqui do que tá lá na área sendo isolado e sofrendo na mão das liderança. E está assim até agora, até agora, não tem terra pra prantá, não tem nada, até esses dias eu fui num velório lá da minha sobrinha e já quiseram assuntar, eu já prantei a boca neles, sorte que tava o Nelson Xangre junto, aquele home é falado no Brasil, o Xangre. Aí ele falou pra eles: _O povo, os kanhgág de Nonoai, estão aqui no capital porque é farta da liderança ajudar. Falou tudo o Nelson Xangre, falou tudo, aí eu já ajudei ele: _Hoje em dia pra gente conseguir um lugarzinho pra morar cê vai ter que comprar auquele pedaço de terra, sendo que é nosso que não é pra tá vendendo, então cês tem que deixar o pessoal vivendo quieto lá onde eles estão, eu disse, eles não estão prejudicando vocês, nem eu, só que agora eles estão no apuro, lá em Nonoai, lá eles vão pra cadeia, lá eles vão [se emociona]. Aí eu disse pra eles: _Eu sou natural daqi, quantos anos faz que eu tô fora?*

Eu sou natural daqui! Mas eu nunca andei denunciando vocês por causa de arrendamento, nunca denunciei e a hora que eu abrir a boca ta lascado véio. Eles estão se aproveitando, onde eu nasci e me criei, nunca existiu isso na época do meu pai [Vainhran Cassemiro] na época do meu pai nunca existiu isso dai, nunca, nunca.

Getúlio desenvolve a ideia de que mais vale a pena se submeter a processo de exclusão social proporcionado pelo capitalismo do que se submeter a um processo de isolamento e exclusão proporcionado pelo cacicado de sua área de origem. Reconhece que as áreas de hoje, dentro desses centros urbanos, são alocadas em áreas de periferia e que não há possibilidade de realizar atividades agrícolas. Sua narrativa exemplifica como é a situação de volta, retorno ou visita nas grandes áreas, de pessoas que sofreram algum tipo de ostracismo, perseguições e expulsões. Anos depois de sua expulsão Getúlio retorna a Nonoai para uma visita, apesar do tempo as marcas da memória levantaram as velhas rixas. Segundo Getúlio as brigas só não são mais frequentes para evitar o estado de guerra entre os parentes, uma vez que os mais velhos tentam de alguma forma mediar os conflitos.

Um dos grandes mediadores de conflitos da área de Nonoai é Nelson Xangrê, que esteve na expulsão dos posseiros *fóg*, sem terras, que tinha instalado na reserva. Caso já explorado anteriormente junto a narrativa de Kasú, que conta quando Nelson Xangrê assumiu o cacicado com essa missão. Na narrativa Xangrê defende Getúlio e o convida para retornar as áreas. Novamente Xangrê aparece em uma narrativa como espécie de advogado especialista em resolução de conflitos de terra entre os kanhgág.

A narrativa de Getúlio apresenta uma espécie de rancor em relação às lideranças de Nonoai dado ao fato de que foi obrigado a se afastar de sua terra natal, quebrando laços de compadrio e perspectivas programadas para a vida. O rancor aumenta quando este tipo de lembrança dolorosa contrasta com os tempos em que o seu pai, Vairam Cassemiro, era cacique.

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Quando o meu pai foi pra recolher esse pessoal da Serinha, por isso que eu digo, eu tinha uma idéia boa cara, eu tinha mais ou mens uns nove anos acho, ai quando o meu pai foi pra recolher esse pessoal da serrinha, os companheiros dele, os líder dele junto com ele, eles falavam pro meu pai: _Vairam, não recolher essa gente! Tu não recolhe essa gente porque um dia eles vão te tirar do teu poder e vão te ponhá na rua. E deu bem certinho oque os companheiro*

falou, mas é os antigo né, os antigo eles tem...parece que tão vindo oque que vai acontecer. Falaram certinho pro meu pai. Meu pai disse: Não, mas eles são índio. Ai o coronel falou pro meu pai, disse: _Óia eles lá não sabem nem pegar um cabo de foice pra roçar, os que tão vindo pra cá e nós já sabemos pega um cabo de foice pegar um cabo de machado pra derrubar madeira pra nos fazer nosa roça, pra prantá! Eles não, eles não, eles gostam de viver só da boa, da boa, esperar o dinheiro sentado, ai é aqui que eles vão te tirar do teu poder e vão te ponhá na rua. Dai meu pai: _Não, mas eu vou receber, eles são índio que nem eu. Tá certo, hoje eu penso, tá certo eles são índio que nem nós, só que tem, eles tem um viver muito diferente, já acostumaram ganhar dinheiro sentado. E deu bem certo, deu bem certinho, bem certinho, o que os companheiro do meu pai falou. Jogaram meu pai pra rua e fiquemo fora da área por uns, eu to com sessenta vou fazer sessenta e um ano, uns quarenta ano fora da minha área, por causa desse maldito arrendamento. Por que os nossos antigos eles nunca fazia isso, nós trabalhava, fazia nossa lavoura, prantava aipim, prantava batata-doce, prantava arroz, nós vivia só da terra, milho, feijão o que nós não plantava era soja né, agora o feijão, milho e arroz nós tirava da terra [emocionado] Bah cara então a gente, pensando bem, eu não me sinto bem sabe, pra andar assim despois daquela minha área lá, tinha fartura, tinha fartura.

Narra que o cacique José Lopes e seu grupo já haviam sido recolhidos, expulsos da área da Serrinha. Conforme a narrativa de recordação de memórias, reconstrói o diálogo das lideranças que aconselhavam o seu pai quanto o recebimento “do pessoal”: “_Vairam, não recolher essa gente! Tu não recolhe essa gente porque um dia eles vão te tirar do teu poder e vão te ponhá na rua.”, teria dito um dos companheiros do pai de Getúlio. A desconfiança exercida pelos companheiros de Vairam seria pelo fato de que os indivíduos que seriam recolhidos não estariam aptos ao trabalho junto à terra, mas que iriam explorar a área através de arrendamento, assim que conseguissem tomar o poder. A interferência dos órgãos tutelares do Estado brasileiro junto aos conflitos é atestada com inúmeros documentos, sindicâncias e processos. Instalando bases e sistemas de aldeamento, delimitando e cercando áreas de circulação e exploração, tutelando a relação com o branco. Neste caso em específico a sindicância aberta reconheceu a autoridade, o cacique na época, José Lopes, não promovendo a reintegração dos índios expulsos das áreas, nem tampouco articulando soluções sugeridas pelos kanhgág. A ruptura causou nos indivíduos exilados um sentimento de descontinuidade em relação as trajetórias que haviam planejado até aquele momento. A expulsão do grupo Cassemiro arrastou junto consigo outros grupos familiares como é o caso dos Fortes. Os fatos foram narrados e apurados pelas autoridades oficiais em uma

investigação instalada, seus resultados foram publicados em relatório da Comissão de Sindicância instituída pela portaria nº 1091/91, vejamos a narrativa oficial da FUNAI sobre os fatos:

Precisamente no dia 8 de novembro, quando **Vairand** mantinha em Porto Alegre contatos com o Dr. Renato Antonio Mattei e a ANAI, seus adeptos prendem em Nonoai o vice-cacique Estevão Nascimento e o "Coronel" Vitório Isaias da Silva. Avisado, o então cacique **José Lopes** vai à cidade- de Nonoai e na manhã seguinte retorna à área acompanhado de 9 homens da Brigada Militar e do Chefe de Posto **Lídio Della Belta**. Já, com a presença de Vairand, no dia 9, o movimento é abafado com certa violência. Os líderes anteriormente presos são libertados, a facção oponente, por ser numericamente bem menor, é facilmente dominada e os cabeças: Vairand Casemiro, Floriano Nascimento e Bento da Silva são presos, sendo que os feridos: Antonio Eufrásio e Galdino Lopes, são levados para medicação e após são também aprisionados. Outros cabeças como **Getúlio Casemiro, Pompílio Fortes**, Abílio Casemiro e Valdemar Casemiro, fugiram e foram buscar apoio do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, em Xanxerê e logo após se dirigiram a **Porto Alegre**, onde foram acolhidos pela ANAI. Os Índios presos em Nonoai, foram posteriormente transferidos com suas famílias para outras áreas indígenas. Vairand para Guarapuava, Bento da Silva e Floriano Nascimento para Guarita, Antonio Eufrásio, Carreteiro e Galdino da Silva, Xaçecó.(BRASIL, 1991, f.02)

Ao analisar a estrutura lógica da narrativa coletada nesta entrevista, percebe-se que para fundamentar a ruptura psicológica causada pela expulsão da área Getúlio articula memórias dos “tempos de fartura”. Os tempos de “fartura” podem ser significados como tempos não vividos, ou tempos que ele viveu mas não deu continuidade histórica como é o caso da história do tratador de bois que ele conheceu. A história à seguir exemplifica a fartura gerada pela atividade agpecuária exercida dentro da reserva indígena de Nonoai, articula lembrança de vizinhos que também realizam a atividade e em comparação tinham menos cabeças de gado do que a comunidade. O empresário citado, “Dall’asta”, é na realidade um velho conhecido no universo das fontes históricas sobre arrendamento de terras pelos *fóg*, sendo relatado em inúmeros processos de compra e venda de madeira, arrendamento de terras e crimes ambientais contra terras indígenas no Sul do país:

Getúlio Erê Rondam Casemiro:*Tem um fazendeiro ali, o Dallastta, as criação dele ali, perto dos nosso era pouco. Meu pai que cuidava né, não deixava. Aí o meu pai colocou um funcionário só pra cuidar aqueles gados lá, o tal de Juca Vaz, ele era meu tio, ele moreu de vinho lidando com os boi, com o gado, ams tinha gado rapaz, tinha gado que escurecia ali, acho*

que tinha mais de dois mil, óia cara, tinha cinco mil cabeça, aqueles pátio ali, estrada que vai pras seção é demorado por causa da criação. Esse meu tio, ele nem podia levantar mais da cadeira, pra ir atender os boi. Ai meu pai disse: _Eu vou contratar outro sr. Juca. Dai ele disse: Não, eu aguento. Mas coitado do véio, não aguentava, mas ele acostumou com o gado. Tinha hora de madrugada que ele ficava chamando o gado né, mas tava sonhando. Tem cada gado brabo ali dentro, ali ele pegava uma baciona dessas assim e dizia pra eu pegar um cavalo só pra acompanhar e ele ia à pé com a baciona aquela na cabeça. tu acredita cara os touro brabo aqueles, iam comendo sal na cabeça. Se eu for contar as história que tem nós vamos três dias pra...

Na narrativa podemos perceber a relação da família Casemiro com a gestão dos patrimônios indígenas de Nonoai. Historicamente os kanhgág dividiam as comunidades em áreas de atuação dos pã-i, sendo comum a formação de novas áreas quando os grupos cresciam e as faccionalidades se acirravam, assunto bem trabalhado por Luis Fernando Laroque (2000; 2007).

Na narrativa seguinte, Getúlio Erê Rondam Casemiro articula a ideia de que a liderança de Nonoai se organizou para “tirar e mandar embora” sua família, os Casemiro. Conta que houve enfrentamentos e resistência, chegando a se mobilizar politicamente para denunciar as práticas do cacique. Para Getúlio boa parte da culpa está na interferência dos brancos dentro das questões internas do povo kanhgág, fazendo com que as lideranças acabem “pegando a ideia do branco”, fazendo com que os ideais de organização tradicionais fossem interpelados pelos conselhos dados pelos chefes de posto da FUNAI que indicavam práticas que beneficiariam os grupos familiares dominantes. Com os caciques executando as “ideias do branco” o uso da terra ficou restrito a produção agrícola por meio dos arrendamentos e da venda de pinheiros. Nesse sentido, existe um histórico de interferências no modo de vida dos indígenas, como vimos anteriormente, no capítulo sobre o histórico das políticas indigenistas. Contudo essa interferência muitas vezes vem travestida no discurso da “não interferência”. Explorando os significados da narrativa de Getúlio, percebe-se a ideia de uma divisão alimentada pela interferência dos órgãos de tutela, FUNAI. A FUNAI por sua vez elabora uma narrativa sobre o acontecido que questiona a versão dos indígenas expulsos e dá credibilidade o cacique José Lopes:

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Eles atrapalharam muito nossa vivência ali dentro e criaram uma divisão entre a comunidade ali, falaram pro cacique ó:_Aquele lá tem que tirar e mandar ele embora, pra nós trabalhar direito, eles falava. Só que um dia eu falei pra eles, isso nunca*

vai acontecer, ocê tá querendo acabá com a nossa cultura, eu disse pra eles, na frente do cacique. E o cacique se queimou né, já tava pegando a idéia do branco, pra fazer a idéia do branco executando o que o branco tava ponhando na cabeça dele. Eu falei que ele não pode fazer isso, então hoje em dia, os novo, se a gente quer orientar ele, eles já estão é pendendo mais pro lado do que o branco tá ensinando ele como é que se faz. Então aqui eu falo pra eles nós temos que se cuidar muito quando o cacique já qer pender prro outro a gente já tem que sentar com ele. Se não aqui um dia também vai terminar e não podemos largar do nossa cultura. A nossa cultura é viver assim comendo na casa um do outro, se não as vezes compra uma carne ali né faz e como tudo junto. Só que isso aí já está cabando nas áreas.

Na década de 1990, assim como nas décadas anteriores, as denúncias de venda ilegal de madeira e arrendamentos de terra chegavam às mídias. O questionamento sobre a gestão dos recursos naturais do parque de Nonoai sempre foi pauta extensamente discutida entre os kanhgág e também com os fóg. A seguinte matéria jornalística da Zero Hora, recuperada no estudo de Maria Luiza Santos Soares (2012). Curiosamente no final da matéria podemos ver uma fala que exemplifica o significado da madeira pra o cacique Zé Lopes, que classifica o pinheiral como uma “fortuna”:

[...] Um vendaval derrubou araucárias do local. Os índios caingangues que ocupam o local temem ser acusados por ecologistas. - Centenas de araucárias do Parque Estadual Florestal de Nonoai foram derrubadas por um forte temporal no mês de abril. O cacique está preocupado porque até agora nenhum ambientalista esteve visitando o parque, e poderão achar que foram os caingangues que derrubaram as árvores. [...] A tormenta transformou parte da área de 17 mil hectares num cemitério verde. - O cenário é desolador e preocupante... - Pinheiros dobrados que provavelmente nunca mais se erguerão impávidos e imponentes sobre a mata. O que dizem as fontes: - Zé Lopes, cacique - Seria até bom que viesse alguém aqui para olhar como está o parque - “Tem uma fortuna aqui”, disse o cacique, olhando para as árvores caídas (SOARES, 2012, p.166)

Seguindo a abordagem de (SOARES, 2012) quanto ao questionamento do conteúdo da matéria em favor dos Kanhgág que ocupavam a área, certamente acidentes podem acontecer, mas, dificilmente, em toda extensão dos 17 mil hectares, totalidade da reserva.

Pesquisador: *Tem uma época ali, o sr. tinha uns vinte e um ano, o senhor veio na década de 90?*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Tem o cacique ali o Josué, ele era assim ó [sinalizando pequeno, ser criança] quando eles entraram ali com nós, eles vieram depois, mas nós já fazia anos que nós tava por aqui, então hoje eu falo pra ele: _Então cacique, pra ver o que tu é agora, um líder, era uma criancinha que eu ia sempre pegar no colo, era só um indiozinho, só capricha, assuma a responsabilidade sempre tô dando idéia pra ele. É num foi fácil cara meu sofrimento foi bastante, eu sofri muito, eu tive que sair da minha terra natal agora eu tô por aí.[emocionado]*

Figura 26. Getúlio Erê Rondam Casemiro, Abilio Pender Casemiro, Valdemar Kêwui Casemiro e Pompílio Gatôn.



Fonte: ZERO HORA, 1990

KAINGANG

Conflito leva índios ao exílio.

Quatro Kaingang da Área Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, estão exilados em Porto Alegre, sob os cuidados da Procuradoria Geral da República naquele Estado, desde o dia 12 de novembro.

Os quatro – Getúlio Erê Rondam Casemiro [Getúlio Erê Rondam Casemiro], Abilio Pender Casemiro, Valdemar Kêwui Casemiro e Pompílio Gatôn – fugiram de Nonoai para Porto Alegre, no dia 9 de novembro, para relatar ao procurador da República Renato Mattei a

prisão do Kaingang Vairand Casemiro e os conflitos decorrentes dessa prisão, durante os quais vários índios ficaram feridos.

Vairand foi preso por policiais militares a pedido do cacique de Nonoai, José Lopes, e do chefe de posto Lídio Della Betta, porque denunciou à Procuradoria Geral da República, no dia 8 de novembro, o envolvimento de ambos no comércio ilegal de madeira [sic] e arrendamentos de partes da área indígena.

De posse de informações prestadas pelos quatro índios exilados pelo Cimi, e de documentos fornecidos pela Associação Nacional de Apoio ao Índio, [...] (GAIGER in ZERO HORA, 1990, 30-11-1990)

Ao ser indagado sobre o acontecido Getúlio desconversa, pois, se sente emocionado ao relembrar dos fatos, segundo Dorvalino Cardoso, o Refej, algumas coisas ficam entre os Kanhgág sendo de difícil acesso para fóg, contudo, esperei que acalmasse para retomar o processo de entrevista, ressaltei ainda que a sua trajetória de vida não foi em vão, indagando se hoje ele se sentia bem na Por Fi Ga, citou que era um paraíso para ele. De fôlego recuperado, faço as seguintes colocações esperando serem disparadores para que fale mais sobre o tema.

Por outro lado, o Dr. Renato Antônio Mattei, Procurador da Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, abriu 7 inquéritos, conforme seu depoimento e documentação, todos envolvendo funcionários da FUNAI. Muito ajudaria na solução dos problemas do sul, que estes inquéritos tivessem um andamento rápido...

Diante de todo o exposto sugerimos:

- a) que a FUNAI não interfira no sentido de ver o retorno dos Índios para a Área Indígena Nonoai;
 - b) que haja uma reformulação no Quadro de Pessoal da FUNAI;
 - c) que a Procuradoria Jurídica acompanhe o andamento dos inquéritos requeridos pela Procuradoria Geral da República/RS.
- Brasília, 22 de novembro de 1991. (BRASIL, 1991, f.7)

Pesquisador: *E forçado né, planos que as vezes o jovem é travado pela SPI, FUNAI e depois dentro da cultura, enfrentar isso...*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Daí a gente começou a avisar os parente né, que aqui é um lugar mais melhor. _Aqui não da pra viver mais, eu dizia pros outros. Então cada um já começou a falar, nós podia ir pra lá e fomos vindo todo mundo. Assim como eu quero sair de lá pra viver melhor, eu tenho que avisar os outros: _Por que lá é melhor pra nós viver, não é o nosso lugar, mas é melhor pra nós viver. Veio todo mundo, cada um avisou o outro pra vir pra tal lugar, agora tamo tudo aí.*

A retomada da narrativa já expõe as trajetórias para formação de novos territórios onde se possa “viver bem”, dá a entender que as informações sobre novas áreas foram compartilhadas com os parentes, levando em consideração a forma como Getúlio organiza suas memórias na forma de diálogos.

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Agronomia que nós passemos pra lomba do pinheiro, tinha uns baraquinho era um beco meio comprido assim ali nós se acampemo tudo assim, tinha um empresário queria tocar nós de lá um tal de Roque. Toninho já tava por ai, finado Francisco já tava por ai, la dos bananeiras, os Kanheró. Vamos lutar, vamos ver o que vai dar, sorte que o Ministério Público apoiou a gente. Bah cara quem foi contra nós foi aquela, aquela mulher, a Malu, conheceu a Malu? Aquela lá combateu os índio, só que o procurador disse: Tu tá muito errada, os índio tem direito, eles tem direito e nós temos obrigação de ajudar eles, ai ele bateu brabo.*

Relata a trajetória de ocupação de áreas em Porto Alegre, inicialmente tendo passado pela Agronomia³⁶ e pela Lomba do Pinheiro morando em barracos. Articula na narrativa certo conhecimento das questões políticas burocráticas dos movimentos de ocupação na Agronomia, Lomba do Pinheiro. Reconhece que quando chegou nestes locais encontrou com Sr. Antônio dos Santos, também com o tio de Antônio, Francisco dos Santos entre outros que já eram parceiros das primeiras vindas à Porto Alegre nos tempos da expulsão no ano de 1991.

Pesquisador: *Nessa época trabalhava em Porto Alegre, artesanato?*
Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Eu trabalhei um pouco com artesanato dali, mas tinha uma firma, o que empreitou foi um colega meu. Dai ele disse: Getúlio não quer trabalhar de motorista pra nós. _Trabalho. Nós semos índio, nós não tem interesse disso aí, eu não quis, um mês de serviço eu sai, minha mulher quis ir embora pra mãe dela [Votouro]. Então saí pedi minha contas, fomos passar um tempo na minha sogra e pra lá tem trabalho temporário.*

As andanças de Getúlio não se limitaram as zonas metropolitanas, tendo ele se deslocado para as áreas onde moram os parentes como o Votouro, onde reside os

³⁶ Os Kaingang Antonio dos Santos e Francisco Rokág dos Santos, por sua vez, fizeram contato neste mesmo período com um velho morador do bairro Agronomia, também próximo ao Morro Santana, que não possuía herdeiros, solicitando que lhes cedesse um terreno vago de sua propriedade. Este senhor atendeu à solicitação dos Kaingang e, após seu falecimento, o terreno permaneceu de posse dos indígenas. Ali hoje se situa a Aldeia da Agronomia, onde moram famílias associadas a João Carlos Kasu Kanheró. (FREITAS, 2005, f.27)

parentes de sua esposa. Retomada a vontade de falar sobre o passado Getúlio conta uns dos desdobramentos que vivenciou em Nonoai quando era jovem, quando interceptou a conversa de pistoleiros que planejavam executar o seu pai.

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Mas é, bah, uma vez, pra nós se contrariar mesmo, houve uma ameaça de morte do meu pai. Ai eu fui pra cidade, eu vi os cara falando no nome do meu véio né, eu fiz de conta que nem tava dando bola, eles falaram um pro outro: _Tal dia assim, nós vamo lá. Ai eu peguei e levantei, sai dali, cheguei lá em casa fui lá na casa do meu véio, daí eu disse pra ele: _Amanhã nós vamos vir guarnecer a sua casa, em doze, tudo armado, quero vê se eles vão vir. Ai reuni tudo o pessoal do posto, chegando lá já se instalemo na casa do véio. Umas duas horas da manhã, descendo um carro, ai eu disse pros piá: _Vocês fiquem ligados. Veio vindo aquele carro, bem na entrada do meu véio ele parou, ele parou e desceu dois ali, ele veio bem devagarinho e parou bem na frente de nós. Ele entrou ali e desligou, quando ele desligou nós [sinal de apertar o gatilho], antes dos outros chegar la em casa, eu sei que ali ele se perdeu, o carro se mandou la pras bandas alpestre, sabichao e quando nós vimos veio um barulho pra cá no meio da lavoura da soja e já catamos e acertemos um, acertemo ele com um balaço no tornozelo dele. Aí de manhã cedo eu fui la no Lidio [Dellabetta], lá no cidade, na divisa, cobrando assim, assim e assim e Lídio foi lá no hospital viu esse cara e nem pra nós não deu satisfação de nada. Ali que eu vi o perigo dele, não, ali não dá pra nós ficar, viu como que era as coisas. Depois daquele, eu me garrei de nojo dele. Daí eu passei pro Votouro, um dia ele chegou lá no Votouro peguei ele lá. A FUNAI é muito traçoeiro cara até hoje eu não do muita confiança pra FUNAI não, tem que tomar cuidado né cara. Parece que é uma coisa mas por trás é outra coisa. O finado Darcy também mataro ele, esses caras que mataram ele.*

Conta que fez uma campana junto a outros indígenas armados na frente da casa de seu pai, teria baleado um dos pistoleiros que chegou a ser internado no hospital da cidade, tendo recebido uma especial visita em seu leito, o chefe do posto, Lídio Dellabetta. Lídio é listado em inúmeros processos desde os tempos do Serviço de Proteção aos Índios, passou por várias áreas indígenas, sendo transferido por meio de sanções e sindicâncias, foi terminar sua carreira em Nonoai, junto a José Lopes, acumulando acusações de venda de madeira, arrendamento, tortura, agressões e tentativas de assassinatos. Como cito mais à frente no trabalho este é um nome que quando mencionado em conversa, para fins de coleta histórica, dispara não só memória do próprio sujeito, o agente da Tutela, mas também do

clima, das tensões, dos casos, das histórias vivenciadas em locais diferentes com pessoas diferentes, é portanto, o nome Lídio Dellabetta um *disparador* metodológico para coletar relatos sobre os *tempos difíceis* do isolamento e da tutela.

Faz ligação entre o caso de ameaça e tentativa de assassinado vivida pela família Casemiro com a morte do Vice Cacique Darcy, morto em 1983, já relatado por Kasú Kanhero no capítulo anterior. Curiosamente não é só Getúlio que articula essa narrativa, também os órgãos indigenistas, levantando nova questão sobre qual a origem da influência na memória, os kanhgág influenciaram a mídia indigenista ou o contrário, não importa, tendo em vista que ambos discursos se complementam para traçar a trajetória dos Casemiro:

[...] o procurador Renato Mattei verificou a coincidência entre a deflagração de conflitos graves entre os Kaingang e o envolvimento de funcionários da Funai em negócios ilícitos com madeira e arrendamentos de terras. Em 1983, cinco índios morreram em Guarita, em conflitos ocorridos após a chegada de Lídio Della Betta na área. Em 1986, no Toldo Chimbanguê, vários índios ficaram feridos e novo conflito pelo qual foram responsabilizados Sebastião Aparecido Fernandes e Pedro Cornélio SegSeg. O procurador Renato Mattei solicitou à Polícia Federal a abertura de inquérito para investigar a fundo o envolvimento dos funcionários da Funai nestes conflitos, inclusive no assassinato do ex-cacique de Nonoai, Darci Camilo, ocorrido em 1989. (GAIGER in ZERO HORA, 1990, 30-11-1990)

Getúlio traz a narrativa de quando encontrou o corpo de Dacizão, situando o acontecimento como de grande sofrimento, pois encontrara o filho de Darci junto ao corpo lamentando a morte do pai, segundo ele essa dor foi causada pelas lideranças da época:

Pesquisador: *Seu Darcysão, tava com o menino dele...*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Aí quando eles me contaram, eu já fui, paguei meu carro e fui lá, ele tava bem na encruzilhada Dallastta. Quando cheguei ele tava esticado lá e o piázinho tava encima dele, mandando o pai dele levantar, peguei o piá. Bah cara! Deus o livre! Então não é fácil, nós sofremos, eles sabem disso aí, nós sofremo lá na mão dessas lideranças. Tudo sabe, tudo sabe, ninguém não é inocente!*

Pesquisador: *Tava escrito morte natural nos papéis da morte do Darci.*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Quem denuncia mesmo, naturalmente acontece essas coisas. O segundo era meu véio, que iam levar, só que não puderam, mas se eu não tivesse aquela hora lá na cidade ouvindo a conversa deles [pistoleiros supostamente contratados por Lídio] tinham*

levado meu véio, o véio não ia saber de nada e eu vi eles tratando esse assunto.

A seguinte matéria não cita o índio que encontrou o corpo de Dacizão, contudo, a narrativa de Getúlio dá a entender que foi ele que transportou o vice-cacique em seu próprio carro. Na narrativa da matéria é possível perceber o entrosamento entre o chefe do posto, funcionário da FUNAI, Lídio Dellabetta e o cacique *Zé Lopes* para apressar a apuração dos fatos. Faço uma pequena provocação com Getúlio quando me lembro de ter lido que a causa da morte no obituário de Darci era suspeito, considerado como morte natural. Em resposta a minha provocação responde que *“Quem denuncia mesmo, naturalmente acontece essas coisas”*:

No dia 04-03-89, Darci retornava da cidade de Planalto, onde havia ido fazer compras, com um filho pequeno. [...] recebeu carona de desconhecidos. Ao chegar em um lugar ermo dentro da área invadida por Dall’Asta, os desconhecidos mandaram Darci descer do carro com a criança e lhe acertaram um tiro na nuca e outro o ouvido, deixando-o estirado ao lado da estrada, com a criança chorado sobre o corpo. Só foi encontrado por outro índio que retornava para o PI. Certamente não eram assaltantes, uma vez que deixaram com Darci Camilo uma motosserra. Darci foi sepultado com 2 balas no corpo, após atestado de óbito declarando **“morte natural”** emitido por médicos do Hospital Comunitário de Nonoai que examinaram o cadáver a pedido do Chefe do Posto Lídio Della Betta e do cacique Zé Lopes, sem quaisquer encaminhamentos à PF para realização de perícia sobre o crime, que nem mesmo foi comunicado. Conforme relatos de índios presentes no velório, teria sido cortada uma orelha de Darci Camilo. Prova do crime para pistoleiros, ou memória dos massacres promovidos por bugreiros entre os Kaingang do século passado (interrogatório) (POVOS INDIGENAS DO BRASIL LIVRO DE 80º90, p. 561)

Fecho este subcapítulo com o diálogo entre Josme, Getúlio e eu, discutindo a razão e origem das violências.

Josme Konhko Fortes: *Será que esses que mataram ele, eram Kanhgág ou era fóg?*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Os fóg*

Josme Konhko Fortes: *não gostava daquelas pessoa, ou talvez o índio não gostava e mandava, a gente não sabe como foi o esquema né, as vezes naquele tempo os cacique que não gostava daquela pessoa, mandava aquelas pessoas.*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Num é?*

Pesquisador: *Ficou muito parente lá, já esteve visitando outras vezes?*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Sim no velório de uma sobrinha minha, lá que eles tavam se queixando. Eles estavam querendo fazer prisão, aí o Nelson Xangrê disse: Olha quando eu fui pra largar minha cacicância foi pra vocês, pra cuidar bem do povo não estragar as coisas. O Nelson Xagre é falado nesse mundo.*

Pesquisador: *Ele expulsou os posseiros?*

Getúlio Erê Rondam Casemiro: *Claro, foi no governo dele, ele foi um cacique bão. Ele disse pra mim: _Vem embora essa terra é de vocês, pode vim embora de volta, a terra é de vocês. Mas a gente não tem mais aquela esperança de voltar, eu não tenho.*

Josme Konhko Fortes: *Se tu voltar pra lá tu fica sem terra né? Exatamente por isso que nós estamos aqui, não tinha terra pra plantar.*

3.3 “[...] vindo de uma aldeia conquistada na grande Porto Alegre, essa experiência a gente passou pro pessoal que estava em São Leopoldo”: **Trajétórias de Antônio dos Santos Nĩgrẽg e Ana Rodrigues Fortes**³⁷.

Antônio dos Santos, Nĩgrẽg, 51 anos, nascido em 28 de Janeiro de 1968 em Nonoai, filho de Maria dos Santos e Eurico Eufrásio.

Pesquisador: *E as andanças antes daqui Sr. Antonio, quando foi?*

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: *Olha 1993³⁸, minha filha já tinha nascido, 1991, moremos ali no Santa Isabel em Viamão, depois nos mudados pro bairro São Tomé. O Gilceu nasceu lá na glória Embratel, lá na Glória Embratel eu fiquei dois anos, onde o Gilceu nasceu. Dessa época foi os que começou a luta né e ali que a gente conheceu o Agronomia³⁹ e da Agronomia que foi o primeiro movimento e o primeiro reconhecimento dos territórios de áreas indígenas aqui, metropolitano, é um dos primeiras*

³⁷ Nĩgrẽg Eu estou com ela a mais de vinte e seis anos. Lá em Nonoai faz muitos anos já, mas antes de estar com ela eu vivia fora da aldeia. O casamento nosso não é que nem casamento pelas igrejas, casa embaixo das lideranças né, lideranças e conselheiros como ainda acontece nossos casamentos aqui. Depois que casar não pode abandonar a mulher, tem que criar bem os parentes da mulher, ela também. Tratar eles como kakrã(sogro), Jamré(cunhado) que no meu idioma é cunhado né. Kakrã é sogro. Então através disso começa-se o respeito da família, quando nasce né.

³⁸ Segundo (FREITAS, 2006, p.244) a família de Nĩgrẽg “já estava hospedada na casa de Padilha.” Quando em seu kakrã na época, Pompílio Fortes e sua esposa “Cacilda Eufrásio, mãe de Ana Rixo dos Santos, esposa de Antonio Nigrei dos Santos” já estavam em Porto Alegre, hospedados na casa de Padilha, neto do histórico cacique João Grande.

³⁹ Os Kaingang Antonio dos Santos e Francisco Rokág dos Santos, por sua vez, fizeram contato neste mesmo período com um velho morador do bairro Agronomia, também próximo ao Morro Santana, que não possuía herdeiros, solicitando que lhes cedesse um terreno vago de sua propriedade. Este senhor atendeu à solicitação dos Kaingang e, após seu falecimento, o terreno permaneceu de posse dos indígenas. Ali hoje se situa a Aldeia da Agronomia, onde moram famílias associadas a João Carlos Kasu Kanheró. (FREITAS, 2005, f.27)

lutas indígenas metropolitanas aqui do Estado do Rio Grande do Sul foi na Agronomia. Envolvermos daqui a pouco o s.r. Miro Vergueiro também veio para Porto Alegre se alojou em Jarí⁴⁰, tinha uma casa lá, que era comprada pela ANAI, para casa de passagem e o Bento morava lá, Bento⁴¹ da Silva e o s.r. Miro morou lá com ele. Nós já tava lá na Agronomia, chegaram também a família dos Fidélis ai a gente também na época, lá na Agronomia eu era só representante, reconhecido com representante, nós tava entre quatro famílias. Parece que o s.r. Getúlio, uma vez passou lá vendendo trabalhos, ficou alguns meses, vendendo artesanato. Dali a pouco chegaram lá o Vicente⁴² em Porto Alegre, conseguiram alugar casa, trabalhar com venda levamos várias confrontos com as fiscalizações, brigada militar, eles perseguem o nosso trabalho.

Nĩgrẽg, ou senhor Antônio, natural de Nonoai, é pai de quatro filhos, três deles nascidos e criados em Porto Alegre e região. O filho mais velho de **Nĩgrẽg** é natural de Santa Catarina, todos os mais novos são naturais de Porto Alegre, apontando a ideia de que sua trajetória se iniciou em Nonoai, passou por Santa Catarina e posteriormente Porto Alegre. Esse deslocamento inicial, por dois bairros de Viamão. Tendo ido morar em um terreno no bairro da Agronomia em Porto Alegre se dá em partes devido ao deslocamento realizado pelo seu *kakrã*,⁴³ o kanhgág Pompílio Gatõn Fortes, que apresentou denúncias contra o cacique José Lopes, junto do grupo de Vairand Cassemiro e seus filhos. Os outros irmãos de Pompílio, sogro de Antônio, permaneceram em Nonoai por algum tempo, tomando trajetórias distintas, entre vendas, indústrias e tendo posteriormente fundado um acampamento na cidade de São Leopoldo, Darci, Josme, Jucila e Maria Ivanilda, seus irmãos, atualmente residem na Por Fi Ga. Outro citado, Getúlio Eré Rondam Cassemiro, filho de Vairand Cassemiro, que em 1991 denunciou o arrendamento e corte de madeira em Nonoai, junto a seus irmãos e Pompílio Fortes, sogro de Antônio dos Santos, tendo iniciado a movimentação para a zona metropolitana.

Através das narrativas é perceptível a trajetória da adaptação com o meio urbano, a venda do artesanato como principal fonte de renda e a relação com o poder público pelo acesso aos direitos que passam a ser o principal projeto de vida

⁴⁰ A acomodação das famílias Kaingang no entorno do Morro Santana havia se consolidado parcialmente quatro anos antes deste episódio, no ano de 1994. Nesta ocasião, a ONG ANAI adquiriu, por solicitação indígena, um terreno com dimensão de 20m x 80m, localizado na Vila Jarí, Morro Santana, que doou aos Kaingang. Este terreno chegou a abrigar mais de dez famílias indígenas concomitantemente, condição limite que culminou em tensões e cisões entre grupos. (FREITAS, 2006, p.247)

⁴¹ [...] Bento da Silva [...], entre outros, estavam entre os expulsos de Nonoai [...] (FREITAS, 2006, p.237)

⁴² Antônio Ga Rã Vicente; músico kanhgág.

⁴³ Sogro

dos kanhgág que recorrem à capital vindo das grandes áreas. Também a memória de que em sua trajetória a ocupação na Agronomia e todos seus desdobramentos foram referência para si e para os seus no que tange à ocupação de territórios urbanos. Cita ainda a criação de liderança formal, diferente de uma liderança representativa. A liderança formal é a cacicância reconhecida nos órgãos públicos, mesmo que haja líderes informais, apenas o cacique é reconhecido pelas estruturas do fóg

Antonio Nigrêg dos Santos: *A gente começou e envolver com o poder público, nós não tinha água na Agronomia nós não tinha luz, quando nós não tinha água, nós pegava do nosso vizinho. O nosso vizinho dali uns tempo não quis nos fornecer mais a água, porque no verão nossas crianças gostam de se molhar, se lavar e o fóg já não é assim né, o branco é muito economista né, umas hora ele disse: _Oh minha água eu vou cortar para vocês ó, vocês estão estragando água ai, então eu vou desligar e ele desligou. Começamos a pedir água lá na SEMAE que tinha um depósito deles, da SEMAE mesmo, era do nosso lado lá, começamos a pedir água pros guarda ai nós pegava água lá, puxava de lá pra tomar banho, lavar roupa e fazer comida. Com o tempo passado a gente pedimos pra prefeitura, prefeitura, SEMAE e tal, fi encaminhado com Dr. Marcelo, que era o procurador na época, procuradoria nos ajudou, não tinha FUNAI ali, não tinha ainda SESAI, nós era atendido pelo município.*

Ao vir para as zonas urbanas os kanhgág se deparam com o acesso restrito a bens de consumo até então abundantes como água e terra. A narrativa ressalta a diferença na significação de água como bem de consumo pelos fóg, enquanto seria considerada em de acesso universal, qualifica com uma diferença cultural.

Para ter acesso aos bens de consumo demandados no cotidiano recorrem a confecção e venda do artesanato cultural, balaios, adornos, enfeites, atendimentos espirituais e músicas. Os recursos obtidos através das atividades econômicas exercidas são canalizados para itens de primeira necessidade, comida e materiais de higiene. Alguns bens de consumo como terra, água e luz passam a representar um desafio mais complexo, sendo necessário o desenvolvimento de redes de cooperação com vizinhos, organizações e associações.

O acesso aos meios de consumo se dá de forma rápida e eficaz, contudo, regulada pelo controle que se traduz em gasto no pagamento de contas. O acesso aos direitos, esse, veio de forma mais lenta e sistemática, através de luta. Neste período a constituição de 1988 se encontrava nos seus cinco primeiros anos, o

contexto histórico poderia ser encarado como de transição, a legislação recém-aprovada, ainda sendo incorporada as diversas estruturas democráticas é ainda influenciada pelas políticas anteriores como o Estatuto do Índio de 1973 que difere o índio aldeado do índio urbano através da categoria “Integrados”⁴⁴ – quando, segundo o Estatuto, se encontrassem [...] incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura. Esse pensamento também embasou o atendimento da FUNAI junto aos indígenas, concentrando a aplicação de recursos e projetos nas áreas grandes, desconsiderando os acampamentos na zona metropolitana como áreas de domínio indígenas, territórios ou aldeias. Essa problemática da falta de atendimento pelos órgãos públicos devido a noção dos índios fora da aldeia abrirem mão da sua identidade se soma ao fato de que muitas das famílias que estavam vivendo na zona metropolitana tinham saído dessas grandes áreas fugindo dos conflitos por arrendamento, terras, problemas com a tutela e com o poder político.

Antonio Nigrêg dos Santos: *O que a FUNAI queria é nos levar embora de volta, a FUNAI mesmo sempre disse, o Neri ⁴⁵ né, que era delegado da FUNAI ele sempre dizia pro D.r. Marcelo que era o procurador: “_Não o lugar deles é na aldeia, lá é a vida deles, lá eles comem o que eles querem e tal. Só que daí a gente não queria ir.”*

A ideia de cobrança das tarifas de água não cabe no orçamento de um artesão dentro de um contexto de luta por bens de primeira necessidade. Portanto, a ideia de pagar pelo fornecimento de água é incabível para os Kanhgág e a aceitação do compromisso através do registro de água é uma maneira de prolongar o tempo de negociação para obtenção de água gratuita como narra Antônio: “A gente começou a batalhar aquela nossa luta com os procuradores envolvendo o

⁴⁴ BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 6.001, De 19 De Dezembro De 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6001.htm> Acesso em:14 de Outubro de 2019.

⁴⁵ Neri Ribeiro, administrador da Funai de Passo Fundo.

município e pedimos a água, fizemos uma encanação a SEMAE⁴⁶ fez uma encanação pra nós pagar e liberou o registro lá pra nós, só que nós ia pagar.”

Antonio Nígrêg dos Santos: *Sabe como é que é os indígena as crianças gastam demais tomam banho, as mulheres lavam roupa e era daquele jeito e a conta começou a subir e nós junto pagava, primeiras vezes nós começamos a pagar só que começou a acumular os mês, por não pagar, acumulou as contas, as contas vinha e não pagava. Uma hora a SEMAE mandou os fiscal pra cortar a água, ai eles chegado lá pra cortar a água, quando eles chegaram lá, veio num carro pequeno um Fiat Uno,, avisaram que vieram lacrear o relógio e eu disse que não ia cortar a água aqui, como que vai cortar a água, se nós indígena é gratuitamente vocês deveria de nos tratar, porque nós somos os primeiros habitantes, hoje nós temos direitos de ir e vir em qualquer lugar, hoje nós temos os nossos direitos, nós queremos viver somos que nem vocês, então ninguém vai cortar a água. Viraram de volta e foram falar com um tal de Roque que era o comandante lá da SEMAE e quando vieram, vieram de Kombi daí, no mesmo dia, chegaram de Kombi e foram entrando, seis e lá nós tava mulherada pelo menos uns dez nosso mais a criançada. Eu disse pras criançada: “_Ninguém entra aqui, ninguém vai mexer água aqui, se esse relógio esta incomodando nós tira o relógio e a mangueira da água fica aqui, ai eles deixaram de novo.” No outro dia vieram dizer que só iam tirar o relógio e que a agua ia ficar igual que não ia precisar pagar, fizeram um documento de pessoas carentes vieram tiraram o relógio e botaram uma torneira, gratuito. Ai melhorou tudo!*

A acumulação das contas pode ser entendida, junto ao Sr. Antônio, como uma estratégia para prolongar a negociação sobre a gratuidade de fornecimento de água pra os indígenas na Agronomia. A interrupção do fornecimento serviu como um fato social que unisse a comunidade em torno de uma demanda, no caso ficar sem água serviu como aglutinador de homens, crianças e mulheres. Nesse momento as redes de solidariedade e identificação se fortalecem, discursos e práticas se alinham para um só propósito impedir a água de ser cortada.

Apesar da narrativa mostrar a diferença do fóg pro Kanhgág em relação ao consumo de água: *“no verão nossas crianças gostam de se molhar, se lavar e o fóg já não é assim né, o branco é muito economista [...]”* ; Também fala em igualdade de direitos dentro dessa diferença cultural, que no caso é de entendimento sobre o fato da água ser um bem de consumo: *“[...] como que vai cortar a água, se nós indígena*

⁴⁶ SEMAE ou Serviço Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo, cidade atual do Sr. Antônio. Em Porto Alegre esse serviço é oferecido pela CORSAN, Companhia Riograndense de Saneamento.

é gratuitamente vocês deveria de nos tratar, porque nós somos os primeiros habitantes, hoje nós temos direitos de ir e vir em qualquer lugar, hoje nós temos os nossos direitos, nós queremos viver somos que nem vocês” A criação de justificativas que embasem as ações da luta por saneamento é feita com base na ideia de que não se pode cobrar acesso ao dono do produto, no caso o índio, herdeiro dos recursos naturais milenarmente utilizados pelos povos nativos e primeiros habitantes

Os enfrentamentos, muitas vezes violentos, contam com a participação de crianças e mulheres e é um aglutinador de demandas e identidades, dentro das comunidades Kanhgág, quase um frenesi comunitário. A participação das crianças é importante para que elas possam aprender com a participação, com o exemplo e os discursos elaborados na luta pelos direitos, para que futuramente reproduzam as mesmas forças sociais. O relógio de água, portanto é, um conceito *fóg* que não cabe dentro da realidade de Sr. Antônio, que não vê a necessidade de regular a quantidade de recursos naturais utilizados. Os enfrentamentos violentos servem como tentativa de construção de um desfecho favorável às demandas comunitárias ou construção de novos prazos de negociação. A vitória na concessão gratuita do fornecimento de água foi um incentivo para novas demandas, cada vez mais organizadas, complexas com mais atores sociais.

Antonio Nigrêg dos Santos: *Pra começar nosso barraco, só vela mesmo. Numa noite, a filhinha do Pedrinho, da Lomba do Pinheiro, a Preta, e nós de noite tomando chimarrão na minha casa lá e o barraco dele era uma distância um tanto assim, ali a vela foi queimando, foi queimando e pegou fogo na lona e quando nós viu o fogo pegando na lona a menina saiu berrando, queimou toda as costa, queimou a roupinha dela, saiu berrando, todo mundo correndo lá e apagando o fogo nas costinha dela. Meu Deus, a menina se queimou e o barraco também eu disse: *_Leva pro médico, vamos pro médico, vão pedir os atestado tudo agora nós vamos lá no CEEE, luz em Porto Alegre é CEEE né, primeiro fui no Dr. Barcelos, contando o assunto ai ele ligou pra CEEE. Liguemo pra prefeitura, mostremos os laudos tudo o que aconteceu com a menina e a prefeitura me mandou la pra central chegando lá fui recebido e disse: *_Olha nós sem luz, usando velinha e olha a menina se queimou, até hoje ela está no hospital, oque que agora vamos fazer? Nós somos carentes, povo indígena, nós não podemos tá pagando luz, nós somos gente, queremos luz que nem vocês, queremos também dormir bem, dormir numa luz, tudo isso a gente começou a contar pra ele. Ai ele disse: *_Antônio, amanhã vocês consegue poste? Vocês conseguindo poste ai eles vão instalar pra vocês lá.”* Conseguir onde? Tem que comprar o***

poste, nós não tinha dinheiro. Só que aí nós era parceria com o presidente da associação do bairro, chegando em casa no outro dia fui lá no presidente da associação que eles já conhecia nós, a gente era da comissão deles, pedimos pra eles: _Assim aconteceu, precisamos de um poste! Foram na madeireira compraram os poste, pronto. A CEEE foi lá e instalou a luz, instalou uma rede né, nós já estava entre sete famílias já tinha aumentado, vieram uma rede pra nós e instalaram as luz pra nós, bah daí todo mundo ficou feliz, meu Deus do céu. Dormi numa luz⁴⁷, ligar um rádio é isso.

O fornecimento comunitário da água foi uma conquista que deu início a encaminhamentos outros, como a busca por energia elétrica, se no caso anterior a água é vista como um bem de acesso universal, agora o argumento é o acesso aos direitos. O acidente com a *Preta* foi uma tragédia, que serviu como um estopim pela busca de melhores condições de moradia.

A auto identificação como carente, remete as carências relativas ao mercado de consumo, tendo em vista o direito de acesso à economia e sua história desigualdade em relação aos indígenas. Nas áreas grandes existem projetos subsidiados pelo Governo Federal, apresentados pela Funai, para melhorias na comunidade, contudo as áreas urbanas neste contexto ainda tinha seu reconhecimento colocado em dúvida. A luta pela energia elétrica contou com o sentimento de revolta causado pelo acidente com a *Preta*, contudo, serviu para uma nova trajetória de luta para conquistar o direito de *kanhgág* de “Querer”, à sua maneira, como também “Quer” o fóg, à sua maneira.

Com a organização mais sofisticada a negociação foi mais rápida, contudo demandava uma contrapartida da organização, a colocação dos postes se deu por meio das relações desenvolvidas ao longo dos anos de ocupação do Terreno da Agronomia, onde os moradores participavam das assembleias de moradores de bairro. A mudança de foco de habitações para uma área reforça a ideia de continuidade da cultura *Kanhgág* na zona metropolitana.

Antonio Nigrêg dos Santos: *Eu fiz parceria muito grande também com o colégio Bom Conselho, aquele nós arrumava cesta básica, lona e aí nós fizemos essa parceria e ele tinha também a equipe deles ali que trabalha. Nós não tinha banheiro daí nós fizemos patente e só um patente não ia aguentar pra sete famílias, no decorrer daquele ano aumento pra dez família, barraco né, barraco um, barraco dois, barraco três e foi indo. Vamos pro Ministério Público vamos tentar se encaixar também com a*

⁴⁷ Dormir sem a preocupação de incêndios causados por velas ou lamparinas.

Secretaria de encanamentos, estrutura e Saneamento Básico e aí começemos a luta, foram várias reuniões e audiências com prefeito, secretariado do Estado. Disseram que até o fim do ano iam conseguir a obra, mas primeiro tinha que colocar as máquinas pra trabalhar fazer as aberturas dos esgotos, abrir e colocar aqueles canos grandes, depois eles começaram a ligar os banheiros. Foi aprovado s.r. Gabriel, conseguimos e eles fizeram a obra deles, foram lá com máquina caçamba peonada trabalhando, acho que levaram uma semana no buraco né. Começaram a instalar dentro pro esgoto sair pra rua, depois de concluído isso aí, depois de estar pronto as instalações dos canos que sai pra rua o esgoto mandaram pra nós os banheiros pré-montados, que vem pronto né, só vão lá e montam, coisa rápida né. Daí nós conseguimos dez banheiro, para cada barraco, era com chuveiro com tanque do lado de fora, tudo insta ladinho. Começamos a ficar feliz e contente né, agora temos banheiro, temos chuveiro, temos luz e temos agua agora falta casa, falta habitação, casa pra nós.

As relações na capital se multiplicaram, os amigos, os companheiros, os parentes, os parceiros. Toda instituição que possa servir como bases para execução de planos que fortaleçam a autonomia são possíveis parceiros. As lutas por água e energia elétrica, o tempo na Zona Metropolitana, as reuniões, palestras em Universidades, Seminários de Direitos Humanos, audiências junto ao Ministério público passam a fazer parte da rotina de trocas culturais dos Kanhgág da Agronomia, que aprendem o valor da identidade como um quesito chave para a conquista do direito. Como dito anteriormente as áreas grande possuem projetos comunitários de habitação. O discurso de Antônio exemplifica a correria junto ao poder público e como as estratégias que deram certo forma aprimoradas, replicadas e exportadas para outros acampamentos afim de que estes também conseguissem tais benefícios. O final deste discurso está temporalmente localizado no final da década de 1990 e início dos anos 2000, “Na Capital, vivem cerca de 300 índios, espalhados pela Vila Safira, Agronomia, Lomba do Pinheiro, Glória, Jari, Belém Velho e Planalto (Correio do Povo, 20/04/01).” Neste período há uma mudança de foco nos projetos de construção de habitação popular, os Kanhgág do wãre da Agronomia, quando os Kanhgág oficialmente entram com pedidos junto ao Estado para formação de uma área indígena, segue na integra a matéria sobre o dia do índio de 2001:

“Demarcação das terras foi um dos temas discutidos no III Fórum Estadual.

Apenas 0,37% do território está reservado a eles Os caciques estiveram reunidos na Vila Bethânia, na Capital

A valorização do povo indígena e dos seus direitos foi discutida na semana que passou no III Fórum Estadual de Cidadania dos Povos Indígenas, que reuniu, durante três dias, aproximadamente 200 pessoas na Casa de Retiro Vila Bethânia, no bairro Glória. O encontro discutiu políticas para esses grupos e serviu também para definir estratégias e ações para o desenvolvimento de uma política voltada às comunidades indígenas e à renovação do conselho. Participaram do fórum representantes das comunidades indígenas, da Fundação Nacional da Saúde, governo do Estado e Fundação Nacional do Índio. A demarcação das terras indígenas foi um dos temas mais discutidos. Segundo a coordenadora do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepi), Maria Luiza Soares, apenas 0,37% do território gaúcho está reservado para os índios. A média nacional é de 11%. 'Eles sofrem as consequências de uma Constituição que, até o ano de 1988, os submeteu às mesmas regras e diretrizes que todos os demais brasileiros', declarou. Ela ressaltou que os índios têm rotinas, cultura e necessidades diferenciadas. 'Eles merecem ser tratados com coerência', afirmou. Para pressionar a aprovação do novo estatuto, que tramita há mais de 10 anos na Câmara dos Deputados, também foi formada uma comissão que tentará sensibilizar os deputados federais gaúchos para a votação. O último censo realizado pela Funai no Rio Grande do Sul, em 1995, indicou que cerca de 15 mil indígenas viviam no Estado. São aproximadamente mil guaranis e o restante caingangues, distribuídos em 30 áreas. Na Capital, vivem cerca de 300 índios, espalhados pela Vila Safira, Agronomia, Lomba do Pinheiro, Glória, Jari, Belém Velho e Planalto. De acordo com Maria Luiza, as ações do governo estadual para este ano incluem a construção de uma Escola de Magistério para a formação de professores indígenas e a viabilização de mais salas de aula, além do arrendamento de terras em Nonoai (Correio do Povo, 20/04/01).

A mudança de foco de habitações para uma área, reforça a ideia de continuidade da cultura Kanhgág na zona metropolitana. Antônio dos Santos participou ativamente da conquista da Terra Indígena da Lomba do Pinheiro, também articulou a doação do terreno na Agronomia⁴⁸, foi eleito delegado do orçamento participativo de Porto Alegre⁴⁹ tendo angariado muitas conquistas para os Kanhgág da capital. Conforme (FREITAS, 2005, p.301) “Antônio dos Santos e seus apoiadores ameaçavam fazer o cerco à prefeitura, invadindo o terreno” da Lomba do Pinheiro.

⁴⁹A sucessão de caciques da *Ÿmã Fág Nhin* desde sua constituição, em fevereiro de 2003, é a seguinte: Antônio dos Santos (junho/2003), Zílio *Jagtyg* Salvador (novembro/2003), Felipe *Réton* da Silva (agosto/2004) e Claudir da Silva (junho/2005). (FREITAS, 2005, p.27)

Antonio Nígrêg dos Santos: *Mudemos de ideia, sabe de uma coisa, nós podia lutar por uma terra, uma terra maior, lutar por uma área maior. Eu era representante dos indígenas, ai nós tenha uma comissão junto com o Valdomiro, junto com os Fidelis e junto com os Vicente, nós era os coordenadores da comissão. Os direitos Humanos naquela época, começamos a buscar terra, terra maior pra levar todo grupo, por exemplo Safira, os Fidelis, O Vicente, nós se unimos pra nós conseguir uma terra pra todos os indígenas irem lá pra conseguir colégio, pra conseguir por exemplo atendimento médico e tal né, conseguir tudo isso. Pra nós poder ter acesso a essas patrimônios de atendimentos. Fizemos, dentro de um ano fizemos várias reuniões e começamos conseguir também, aquela terra da Lomba do Pinheiro junto com o Poder Público, Municipal, Estadual, Universidade, conseguimos Gabriel, com várias batalha, várias caminhada.*

As “várias caminhadas” junto com o Poder Público, Municipal, Estadual, Universidades, construíram uma trajetória de aprendizado dos direitos do individuo indígena junto ao Estado. A lógica burocrática do Estado brasileiro regula o tempo em que o problema se resolve e a população em geral classifica esse tempo como lento e ineficaz. Com o tempo a percepção de que o problema não será resolvido aumenta, esta pressão faz com que os acampamentos urbanos se juntem numa estratégia para pressionar a desapropriação da área. Para tanto reuniram todos os parceiros de diferentes momentos:

Na 4ª Região da Procuradoria Federal em Porto Alegre, reuniam-se representantes de organizações governamentais das esferas federal, estadual e municipal, lado a lado com agentes de organizações não-governamentais, compondo uma arena de debate por vezes muito tensa. Além dos agentes da FUNASA e SEC-RS, compunham esta arena agentes das Secretarias Estadual e Municipal da Saúde (SES e SMS), Secretarias Municipal de Educação (SEC e SMED), Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), FUNAI (representação da Administração Regional de Passo Fundo), Coordenação Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC), Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e, eventualmente, da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), nas raras vezes em que a comercialização de artesanato entrou na agenda das reuniões. Pesquisadores associados ao NIT/UFRGS e estudantes da graduação no curso de Ciências Sociais também se faziam presentes, bem como missionários ligados ao COMIN, professores de escolas da rede pública e privada de ensino, especialmente vinculados ao “Colégio Bom Conselho”, escola que há alguns anos compunha atividades curriculares contando com participação de palestrantes Kaingang. Também acorreram a estes fóruns

representantes da ONG Moradia e Cidadania - associação de funcionários da Caixa Econômica Federal (FREITAS, 2006, p.299)

A solidariedade das redes de parentesco e compadrio contribuiu para construção de uma unidade entre os diversos acampamentos, *ware*, sendo possível uma articulação das estratégias e narrativas para formações da emã. Articulada entre diversos agentes que também se tornaram referências da luta pela Lomba do Pinheiro conforme (FREITAS, 2006, p. 277) relatando “o Dia do Índio de 2001, quando o então prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, PT, entregou ao [...] Kaingang [...] Zílio Jagtyg Salvador, [...] documento confirmando o compromisso da administração pública em adquirir e estruturar um espaço diferenciado para os Kaingang no município – trata-se do ante-projeto da Administração Popular a respeito do “Espaço Kaingang de Sustentabilidade”.

Antonio Nígrêg dos Santos: *Quando nós conseguimos aquela Lomba do Pinheiro com 5 hectares que tá lá até agora, até agora tá lá, conseguimos a luta e nessa luta foi dado vários prazos que era pra ser entregue a terra, que o proprietário ia ser pago, fizeram um projeto de cem mil e a área custo cem mil e tal. Nós marcava reuniões com o Secretário de Habitação e tal, conheço ele até agora, foram nos enrolando, foram nos enrolando que não tinha dinheiro pra pagar o proprietário. Nós já tinha ido visitar, nós já tinha ido visitar várias vezes eles diziam que a terra ia ser nossa que só faltava pagar o proprietário. Lá tinha o que cuidava, levo o chacreiro. Quando levo quatro anos nós se reunimos tudo ali na Agronomia, se reunimos os Fidelis, se reunimos o Valdomiro ali o Safira, se reunimos tudo os indígenas na Agronomia e começamos a estratejar, o s.r. Zílio⁵⁰. Começamos a estratejar e decidimos assim ó, agora como eles estão nos enrolando já estão levando pra quatro anos e a terra está destinada pra nós vamos lá entra, vamo entrar. Eu conversei com o Bom Conselho pra nós conseguir dois rolos de lona preta, mais quarenta cesta básica e mais um ônibus que nós ia entrar na nossa área. _Não tem problema, se é pro movimento nós temo ai. Na nossa estratégia nós marquemos num sábado, pra nós invadi num sábado, todo mundo na Agronomia lá. Quando era nove hora o ônibus encostou ali, com lona, alimento o caminhão tava com comida e tudo lá. O finado Cláudio da Silva, tava junto com nós na época, sábado nove hora as indiada começaram a embarcar no ônibus, encheu o ônibus de indiada, pra entrar na área nova, eu disse: _Vocês vão e entram não dão bola pra ninguém, entra lá no portão diz pro chacreiro que a terra é nossa, que o Sr. não tem nada que dizer, nós entramo na nossa terra, vocês fazem isso que eu como representante eu não posso aparecer*

⁵⁰ Zílio Jagtyg Salvador; assim com Antonio, saído de Nonoai no final da década de 1980.

nesse momento vocês vão lá façam o movimento e depois eu vou atrás. E foram, o Filipinho na época tava também.

“Neste contexto emergiu a liderança de Antônio Nigrei dos Santos, apoiado por seu tio Francisco Rokág dos Santos, por Getúlio Casemiro (filho de Vairand Casemiro) e por Jaime Ketãnh Alves – cada um agregando um conjunto de duas a três famílias.” (FREITAS, 2006, p.300) Todas as personagens que posteriormente vão ter algum tipo de relação com a Por Fi Ga, no caso de Antônio, foi cacique e o falecido Francisco morou em São Leopoldo (figura 5), Getúlio é entrevistado neste trabalho e atualmente reside na comunidade. A reunião de outros Wãre para realizarem a ocupação da área da Lomba além de estratégia é oportunidade de estreitar os laços de solidariedade.

Antonio Nigrêg dos Santos: *E quando eu cheguei lá já era meio dia, o finado Cláudio me levou de carro, eu fui todo pintado e quando eu cheguei lá Gabriel, tinha Brigada, tinha guardinha, tinha Ministério Público, tinha televisão, mas rapaz cheio de carro lá. As indiada lá, cada um fazendo seu foguinho, cada um montando seu barraco e o Felipinho dizia: “_Essa terra é nossa, não vem que essa terra é nossa” Ele tinha mais papo né, e quando cheguei ele avisou que chegou o cacique, eles costuma me chamar de cacique, mas eu não era cacique era só representante né. Entrei lá e cada um tava fazendo seu barraco, o gurizada tudo fazendo seus barraco as muié sapecando carne, tudo né. Eu entrei lá o chacreiro tinha feito divisa pra eles, tinha dito pra eles: “_Se querem fazer, faça pra lá que aqui não, daqui pra cá vocês não pode fazer”, eles disseram que tinha dito pra eles, pros indígenas, eu fui lá e entrei lá mesmo, no mesmo lugar que ele disse que não era pra fazer: “_Aqui vai ser meu.” Comecei a limpar. Encheu lá de segurança e tal e eu arrancava capim e jogava pra cima, e eu arrancava capim e jogava pra cima deles né. Só vamos resolver isso segunda feira, hoje não temos acerto, segunda feira nós vamos marcar uma audiência ai nós vamos definir, mas a terra é nossa e eu arrancava capim e jogava pra cima deles né, só pra provocar né, pra fazer movimento mesmo né.*

A articulação de todos os parceiros nesta situação foi decisiva para o sucesso da estratégia. Novamente Sr. Antônio arrisca ao realizar a ocupação da área, como arriscou em enfrentar os fiscais da SEMAE na lacração do registro de água. Novamente a narrativa trás esse o clima de frenesi comunitário, onde todos tem em comum a ocupação da terra, “cada um [...] fazendo seu barraco, gurizada tudo fazendo seus barraco as muié sapecando carne, tudo né. [...] arrancava capim e jogava pra cima deles [...], só pra provocar [...]”. A ideia de marcar uma audiência

para uma data posterior é uma estratégia para conseguir mais tempo, onde articulados e já ocupando a área, seria impossível realizar uma retirada dos indígenas do local.

Antonio Nígrêg dos Santos: *Foi marcado audiência pra segunda-feira e tal né, mas eu não ia fazer exatamente ali, só mesmo pra fazer aquela pressão. Os índio permaneceram, na audiência na segunda feira nós fomos lá e apertemos daí o Secretário de Habitação. O Sr. Disse que já era pra ter pago o proprietário e cem mil tá na conta, tá depositado na conta de vocês e agora quanto tem de juro, e esse juro vai pra onde? Vai pra quem? Vai pra vocês? Vai pro indígena? Vai pro proprietário? O juros dentro de quatro anos já cresceu demais, a terra é nossa e vocês tem que pagar o proprietário. Eles fizeram a desapropriação deram prazo pra pagar o proprietário e daí pronto fiquemo com a terra!*

A conquista da Lomba do Pinheiro aglutinou vários acampamentos urbanos levando consigo suas lideranças. Havia um possível “cacique” em cada um desses grupos. Na narrativa de Antônio a trajetória para a Lomba do Pinheiro, para viver a *cacicância* não foi logo após a ocupação da área. Sr. Antônio conta que as lutas da Agronomia fizeram do local bom para se viver, os parceiros locais eram já velhos conhecidos, enquanto na nova área seria necessário o estabelecimento de novas relações. A *cacicância* é uma responsabilidade coletiva que não possui contrapartida material, apenas comunitária. A função de cacique⁵¹ é a oficialização *fóg*, através da Funai, de uma liderança consolidada dentro da emã. As documentações coletadas realmente apontam um tempo entre a desapropriação do terreno, em Janeiro de 2003, e a posse de Sr. Antônio, em Julho de 2003:

Antonio Nígrêg dos Santos: *Os caras deles começaram a vir lá em casa, queriam fazer uma organização pra me botar definitivamente de cacique, por que agora temo área, podemos botar cacique, acho que era isso. Eu dizia que não, escolhe pra lá, mas diziam que tinha que ser eu. No outro dia de novo vieram de novo: “_Não, Sr. Antônio a nossa luta foi junto, queremos você, como o s.r. batalhou junto com nós, tá junto nesse barco, queremos.” Dai a mulher disse que não, a Ana disse pra ele que não queria o marido de cacique que só ia dar problema que não queria*

⁵¹ Em sua narrativa Antônio conta que não assumiu a *cacicância* de imediato, mas que voltou a morar na Agronomia, só depois de alguns meses teria ido para a Lomba do Pinheiro. A sucessão de caciques da Ỹmã Fág Nhin (Lomba do Pinheiro) desde sua constituição, em fevereiro de 2003, é a seguinte: Antônio dos Santos (junho/2003), Zílio Jagtyg Salvador (novembro/2003), Felipe Réton da Silva (agosto/2004) e Claudir da Silva (junho/2005). (FREITAS, 2006, f.27)

que eu ficasse de cacique e foram de novo. Na terceira vez que eles vieram eu concordei, disse pra eles assim: “_Reúne o pessoal lá, faz uma reunião de todos que eu vou pra lá aí se é verdade que toda a comunidade tão pedindo eu aceito.” Umas seis horas eu cheguei, tava todo mundo reunido, tomando chimarrão, alegre, feliz, comendo carcaça e tal né. Chegamos lá e começamos a conversar, estratejar e botei o voto: “_ Vamos fazer o voto, faz o candidato pra votar pra ver quem passa. Na época de candidato botaram o Jaiminho e Eu pra ver quem ganha pra Cacique, quando foi votado pro Jaiminho e pro s.r. Antônio eu ganhei, ganhei dele, fiquei de cacique, quando eu fiquei de cacique a época eu botei o Getúlio de vice-cacique na época lá.

A criação de uma liderança oficial na Lomba do Pinheiro foi o primeiro passo para deslocamento de recursos do Governo Federal que se destinam a políticas públicas com indígenas. As lideranças dos acampamentos eram informais, não possuíam certificação legal para atuarem como representantes, também não confere reconhecimento ao território. A estrutura de liderança bem como seus principais objetivos dos Kanhgág está dentre os significados da narrativa elaborado pelo professor da comunidade Por Fi Ga, Josme Konhko:

En la comunidad tenemos el cacique, [...], tiene el vice-cacique, [...], tiene el capitán [...], tiene el mayor [...]. Tiene otros equipos, policía que están actuando, consejeros que trabajan junto con el cacique Ayuda en la organización, para no tener conflictos, la mayoría del liderazgo corre detrás de proyectos para la comunidad y para el bien de la comunidad. (Profesor e Capitán Josme Konhko, 2018 in AMORIM e CARDOSO REFEJ, 2017, p.11)

A eleição foi só o começo da luta pelo reconhecimento das novas lideranças levantadas pela comunidade da Lomba. O reconhecimento das lideranças se dá através da entrega de documentação na Funai, Conforme (FREITAS, 2006, f 274): “[...] naquela ocasião, nem CIMI nem COMIN apoiavam os Kaingang em suas disputas fundiárias. Posicionavam-se pelo retorno dos Kaingang a “seus locais de origem”, às “aldeias e terras indígenas”. Tais concepções não levam em consideração o processo colonial que avançou junto os territórios indígenas, também não leva em conta o contexto de globalização. Concordando com Nathan Wachtel, que em seu texto sobre a aculturação, propões a abordagem de tal problemática tendo em conta que todas culturas são móveis e que se trata de uma

ideia racista eurocêntrica colonial, pois estaria calcada no ideal de superioridade, assimilacionista, integracionista :

Uma primeira confusão resulta das circunstâncias de [...] aculturação respondem inicialmente aos problemas da situação colonial, e comportam a idéia de uma supremacia da cultura européia". [...] na linguagem corrente, o adjetivo "aculturado" equivale a "evoluído", como se o processo correspondesse a um progresso no decorrer do qual o indivíduo ou a sociedade se aproximassem do modelo ocidental. Ideologia evidente. mente datada, e ultrapassada. (WACHTHEL in LE GOFF e NORA, 1989, p.113)

As organizações ainda hoje tem certa relutância em atender os indígenas nas aldeias urbanas, os meios acadêmicos formulam discursos, como o da aculturação e da invenção da identidade. Citando a narrativa de Antônio: “[...] *Funai que é a obrigação deles, Ministério Público pra fiscalizar tudo essas demandas e direito. Conseguimos Gabriel, a Funasa veio pro Porto Alegre pra nos atender, índios urbanos eles não queriam nem saber, mas via Judiciário tivemos acesso.[...]*”.

A ideia de aculturação pressupõe um estado primitivo de identidade, que no contato com outra identidade se movimenta. Uma variação *soft* da aculturação é o conceito de hibridismo cultural, que também pressupõe inconscientemente um estado puro de cultura que em diferentes níveis de contato resulta em diferentes tipos de misturas. Uma vez que os Kanhgág vieram para os centros urbanos puderam reforçar o artesanato como principal forma de sustento e acesso ao mercado de consumo capitalista. Também tiveram acesso cultural à informação, entendendo a importância política e social da cultura, fortalecendo a língua e as tradições no dia a dia, contrariando as teorias assimilacionista e de extermínio cultural. A ação junto ao Ministério público é evidência da luta contra a ação colonial de aldeamento e tutela, que muitos já vinham denunciar em Porto Alegre no começo da década de 1990:

Antonio Nigrêg dos Santos: *Comecemo a batalha, vamos fazer uma ata aprovada que a partir de hoje tem uma liderança aqui na Lomba do Pinheiro, ai nós vamos ter que reconhecer agora essa nova liderança, daqui da Lomba do Pinheiro, vamos ter que ir pra FUNAI de Passo Fundo, a apresentar ir nos órgãos públicos que hoje aqui tem um cacique, que uma liderança pra encaminhar e desenvolver projetos tem que ser reconhecido pela FUNAI, pelos órgãos públicos por exemplo Ministério*

Público os órgãos tudo, Prefeitura e tal, pra nós poder ter acesso nas programações pra ser atendido, tudo isso faz parte de uma liderança montada, a liderança montada tem que fazer o reconhecimento em tudo quanto é órgão público, estadual, União, municipal e a Funai, após, depois que foi criado essa aldeia na Lomba do Pinheiro que começamos a buscar junto a FUNASA à época era FUNASA. Eles não queriam dar atendimento pra nós lá, FUNASA nunca queria dar atendimento pra nós lá, tivemos várias audiência, várias audiência e eles dizia que só tinha compromisso só com os índio das aldeia⁵², os índio acampados que vive nas cidade, os urbanos nós não tem compromisso, eles dizia assim. Deu muita batalha, com muita audiência conseguimos ter acesso dentro da FUNASA. Quando nós entramos, nós conseguimos se juntar n sistema da Funasa, daí nós começamos a pedir que a FUNASA viesse pra Porto Alegre, via judiciário, porque só na luta não consegue tem que ter parceria tem que ter o Estado junto, os direitos humanos, tem que envolver a Funai que é a obrigação deles, Ministério Público pra fiscalizar tudo esas demandas e direito. Conseguimos Gabriel, a Funasa veio pro Porto Alegre pra nos atender, índios urbanos eles não queriam nem saber, mas via Judiciário tivemos acesso. Mas hoje está permanecendo até agora, que hoje é Sesai.

Quando criada em 2002, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas se organizou em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que por sua vez se dividiu em unidades de atendimento chamadas de "polos". A DSEI-Interior Sul é responsável por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os Polos Bases da região sul na data de criação da organização eram compostos por: Bauru, Chapecó, Guaíra, Guarapuava, José Boiteux, Londrina, Passo Fundo, Santa Helena e Território de Conexão. Quando criado não previa o atendimento de indígenas nas áreas urbanas de Porto Alegre. Hoje a regional de Passo Fundo dividiu a responsabilidade com outros pólos-base: Barra do Ribeiro, Porto Alegre, Osório, Viamão, Guarita, Os pólos-base Porto Alegre e Passo Fundo de apoio assistencial e gerencial ao DSEI-Interior Sul. Tal movimento de ampliação no atendimento evidencia a necessidade de atendimentos de saúde demandados pelos indígenas da zona metropolitana fazendo frente aos caciques das grandes áreas, que angariavam a maior parte dos recursos.

⁵² “Referiam-se aos Kaingang como “índios urbanos”, “índios desaldeados”, sempre no sentido de estarem “fora de lugar”. Este discurso não era exclusivo das ONGs missionárias, mas era acionado pelas agências do indigenismo oficial, particularmente FUNAI e FUNASA e, na esfera estadual, pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) – âmbito em que os caciques e conselheiros que exerciam posição de lideranças nas terras indígenas demarcadas, das quais os Kaingang da bacia do Guaíba haviam-se deslocado anos atrás, manifestavam-se temerários a sua organização autônoma.”

Com as conquistas de terra, saneamento básico, energia, parcerias com universidades, saúde diferenciada dentro das comunidade e educação foi inevitável que órgãos públicos e não governamentais voltassem sua atenção de alguma forma para estas áreas. Dentro das áreas corria a notícia das conquistas na região metropolitana e vales.

Antonio Nígrêg dos Santos: *Essa luta em Porto Alegre foi uma referência muito grande e foi uma incentivo muito grande para os outros indígenas também criar territórios aonde que eles estavam acampados. Na época era em Lajeado, tava na época acampado Negrão, que tava lá, começava pedir apoio também. Na época eles estavam acampado ali perto da rodoviária, na barranca da BR, ali teve visitas lá também com o pessoal do CIMI e o COMIN pra estratejar com eles, pediram pra nós como é que nós tinha feito pra ganhar aquela terra e tal, aí eles ganharam também, com luta, só que nós tava junto. Começamos a envolver o poder público de lá também junto, a luta também junto, daí eles conseguiram a terra lá, lá onde eles tão até hoje, Negrão conseguiu lá, até hoje. A gente tem que deixar aberto para que aquela área fosse aquela área é pra criar o povo indígena e que fique acesso livre, pra acesso de morar em qualquer outra área.*

O estudo de Emelí Lappe e Luís Fernando da Silva Laroque fornecem pistas sobre as movimentações de retorno de Kaingang para a cidade de Lajeado, informações que se cruzam com os significados da narrativa de Sr. Antonio, as movimentações, teriam se intensificado, por volta do ano 2000, quando as primeiras famílias, influenciado pelos movimentos já triunfantes da capital, “[...] oriundas de Nonoai, e posteriormente de Serrinha, Votouro e Guarita se estabeleceram inicialmente às margens da rodovia estadual, [...] Todos [...] com um objetivo comum: comercializar o artesanato para adquirir dinheiro” (LAPPE e LAROQUE, 2018, p.34)

Conforme os Kaingang que atualmente vivem na área que corresponde a Bacia Hidrográfica do Caí estão relacionados à história da Terra Indígena Pó Nãnh Mág. Essa terra indígena está localizada no Bairro Nova Vicenza, próximo à Balneária Nova Santa Rita em Farroupilha, Rio Grande do Sul desde o ano de 2006:

Antonio Nígrêg dos Santos: *Quando Lajeado ganhou, Farroupilha também se sentiu incentivado. _Opa eles tão ganhando terra, vamos também por nossa luta. se organizaram lá, eles estavam acampado ali perto da rodoviária, bem na frente da rodoviária, os farroupilha lá,*

chamaram nós também, nós fomos lá com eles também. Fomos lá estratejar junto com eles e tal e começamos a luta lá também com prefeito, secretário de habitação, buscando que a indiada tava sofrendo na barranca da rodoviária, os índio também tem direito, por que ali também tem uma trajetória indígena, tem cinza indígena, tem cemitério indígena se nós for fazer pesquisa nós vai conseguir. Fomos várias audiência lá, naquela época era a Marinez que trabalhava no COMIM. A gente começou fazer isso aí e eles também conseguiram, com o Ministério público de lá também, era uma mulher ná época, conseguira lá também, ao decorrer do tempo né, onde eles estão até hoje, até hoje eles estão lá. Então dali por diante foi indo, foi incentivando.

A narrativa de Antônio Nĩgrẽg dos Santos articula o sentido de que os territórios de Lajeado, Farroupilha e Carazinho, sofreram influencia direta dos movimentos de Porto Alegre e São Leopoldo tendo em vista as trajetórias, que servem como referência kanhgág da luta pela consolidação de novos territórios fora do eixo de demarcação colonial. Ledson Kurtz de Almeida e Ricardo Cid Fernandes em estudo intitulado “Programa de Apoio às comunidades Kaingangs – Plano básico ambiental das obras de duplicação da Rodovia BR-386 – segmento 350,8 – Km – KM 386,0, com 35,2 km de extensão” citado por Marina Invernizzi, que pesquisa a historicidade kaingang na terra indígena Pó Nãnh Mág, em Farroupilha/RS. Tais estudos antropológicos evidenciaram a existência de uma área de “influência direta (AID) composta pelas áreas indígenas Jamã Tÿ Tãhn (Estrela/RS) e Foxá (Lajeado/RS);” que são as comunidades mais próximas e uma outra área que seria de “influência indireta (AII) composta pelas áreas indígenas Pó Nãnh Mág (Farroupilha/RS), Por Fi Gâ (São Leopoldo/RS), Morro do Osso/ ÿmã Topẽ Pẽn, Lomba do Pinheiro/ÿmã Fág Nhin e Morro Santana (Porto Alegre/RS).”

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: *Foi um exemplo muito grande a luta e conquista dos indígena de Porto Alegre, conseguir criar um território, criar um terra indígena né. Então isso foi um exemplo muito grande, a gente luto tudo nessa trajetória, buscando fazendo parceria, não se dividindo mas lutando junto, passando fffio junto, ajudando as lideranças das áreas indignas, junto com s.r. Augusto, s.r. Vicente reconhecendo a Estrela como terra indígena em Brasília, na época era a Maria⁵³ que era cacica,*

⁵³ Segundo (SILVA e LAROQUE, 2012, p.436) “O patriarca da Terra Indígena, Manoel Soares, permaneceu como liderança do grupo Kaingang da Terra Indígena Linha Glória até 1990, quando veio a falecer, vítima de um acidente de trânsito. Dessa forma, assume a liderança da aldeia sua filha mais velha, Maria Antônia Soares, que irá permanecer à frente do grupo até 2009, quando então assumiu seu lugar sua irmã, Maria Sandra Soares, que permaneceu até meados de 2011. A partir de então, Maria Antônia retorna novamente como liderança, e outra mulher, Márcia Soares, se torna a vice-liderança por algum tempo. Isso nos mostra que, na Terra Indígena Linha Glória, a

conseguiram também reconhecer Estrela como uma terra indígena, até hoje eles estão lá como terra indígena, pena que não tem indígena culturalmente, claro que eles também tem direito, foi uma luta uma conquista dele, tenho que respeitar a conquista que eles fizeram também o problema que hoje a gente fica mesmo sentindo que a cultura, a língua tinha que ter pelo menos 50% né mas fazer o que cada um viva do seu jeito sabe.

Luis Fernando da Silva Laroque em artigo publicado, intitulado “De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil” (2005) entrevista a cacica Maria que expõe as razões da vinda de grupos kanhgág de grandes áreas para o município de Estrela. Na entrevista Maria Antônia, liderança da Área Kaingang de Estrela, narra que “[...] que os índios foram expulsos do território que ocupavam em Santa Cruz do Sul, há aproximadamente 30 anos” (LAROQUE, 2005, p;57). As motivações e também a época são dados extraídos dos significados da narrativa de Maria, que cruzam com as razões e datas expostas pelos indivíduos kanhgág deste estudo e provavelmente de muitos que iniciaram um processo de migração, expulsos, fugidos, exilados ou buscando direitos a partir do final dos anos 1980:

[...] Vieram para cá e a ideia foi de não ficar. Nós tínhamos um barraquinho de lona. Nós fizemos lá em cima no trevo onde vai para Bom Retiro. Lá a polícia rodoviária disse: Não, bota lá embaixo porque lá vocês pode ficar para mais tempo. Daí o falecido pai disse: Não, a gente não quer pra ficar, os índios não acostuma ficar tempo assim. Tem que voltar pra nossa aldeia de volta, que era Santa Cruz do Sul. Mas como eles deram aqui a gente disse: Vamos fazer uma cabana de capim para nós (Maria Antônia in LAROQUE, 2005, p.57)

Após concluir que as narrativas do Sr. Antônio tendem a significar os eventos de luta na capital de Porto Alegre como influencia na sua trajetória e na de outras comunidades também, nos últimos três trechos transcritos de entrevistas analisados, pode se notar um padrão que corresponde com a historicidade dos acontecimentos, sendo de fato, Lajeado, Estrela, Farroupilha e Carazinho influenciados direta e indiretamente pelos acontecimentos de Porto Alegre e São Leopoldo, tanto quanto

liderança gira em torno da figura feminina. São as mulheres que estão à frente dos encaminhamentos, demandas e reuniões do grupo.

em relação aos motivos de saída das áreas de origem quando a conquista de novos territórios.

A narrativa de Antônio segue a linha do tempo trazendo sua trajetória entre as comunidades e dando ênfase a sua atuação política. O trecho a seguir traz a narrativa que constrói o título deste subcapítulo e também o eixo de análise anterior, sobre a influência das trajetórias na formação de territórios, oficialização e consolidação de organização tradicional. Como ele, Antônio **Nĩgrẽg** dos Santos, já tinha vindo de uma aldeia conquistada na grande Porto Alegre, ele passou essa experiência pro pessoal que estava em São Leopoldo:

Nĩgrẽg: *Dai veio o São Leopoldo, que era o Darci, era o José Vergueiro que moravam aqui também, eu fiquei um Ano de cacique na Lomba e vinha visitar eles, meu jambré⁵⁴, o Darci. Meu sogro é irmão dele, kakrã é sogro. Ali eles tinha um terreno na barranca do rio. Ali eles já tinham conseguido uma terra pequena que a prefeitura tinha dado pra eles. [...] **Como eu já tinha vindo de uma aldeia conquistada na grande Porto Alegre essa experiência a gente passou pro pessoal que estava em São Leopoldo e a gente fez uma organização, criamos a liderança, o primeiro cacique foi o Sr. José Vergueiro, depois o Sr. Darci Fortes, então a partir daste momento a gente começou a encaminhar nossas ações para o poder público né.***

Nĩgrẽg define essa experiência como decisiva para a organização da liderança na conquista da terra indígena em São Leopoldo. A criação da liderança junto ao cacique José Vergueiro, posteriormente ocupada por Darci Fortes, a consolidação da liderança veio com o reconhecimento das demandas do grupo junto a FUNAI e outras organização da cidade. A criação de uma liderança é condição mínima para reconhecimento frente aos órgãos públicos, contudo, é também a formação de um grupo coeso regulamentado com normas, tais normas foram aprendidas nas experiências anteriores de gestão e também junto a seus parentes mais velhos que ensinam sobre as funções do pã-i mág:

En el momento en que crea un liderazgo, siempre tenemos un cuadro de liderazgos que trabajan, cada uno en una función, para atender al pueblo en favor de la comunidad y para dar seguridad a todos nuestros jóvenes. Además de mí, el cacique, tiene el vice, tiene el capitán que coordina las leyes internas dentro de la comunidad, es

⁵⁴ Compadre, parente.

el capitán, él que demanda las prisiones, las disciplinas. Por lo tanto, digamos que nuestra ley interna tiene que ser aplicada dentro de nuestra comunidad en propósito de respeto de cada morador, joven entre los más viejos, niños que la gente cuida mucho dentro de nuestras comunidades y ahí el negocio de leyes internas y prisiones es con el capitán . En cuanto cacique, autoridad mayor, trabaja más con las políticas públicas para encaminar beneficios para la comunidad, proyectos, discusiones, es lo que hacemos. (Cacique Nígrêg Antonio dos Santos.2018 in AMORIM e REFEJ, 2017, p.9)

Narra o preconceito passado na cidade, zona de colonização alemã, o que agravava a dificuldade. A fiscalização de posturas da prefeitura proibia a circulação e venda de produtos de ambulantes. Essa experiência adquirida nas lutas dos movimentos de Porto Alegre foi útil para a coletividade da Por FI Ga, para traçarem estratégias de cobrança efetivas junto aos órgãos públicos.

A relação entre Antônio e o cacique da época era de compadrio e parentesco, casado com a sobrinha de Darci, eram, portanto Jambré. Antônio não planejava vir para São Leopoldo, pois a situação política da cacicância na Lomba havia se complicado. Antônio narra que, em um de seus trajetos à São Leopoldo, visitar os parentes: *“Viemos ali, começamos a brincar junto com eles ali e ele disse: _Jambré por que não vem morar com nós, aqui é bem bom, aqui a gente ganha cesta básica, aqui é bom de vender balaio, aqui tu não vai passar crise aqui é bom eles me diziam”* (Nígrêg, 11/10/2019)

Nígrêg: *Com o tempo passado resolvemos de vir, deixei minha cacicância lá de Lomba do Pinheiro pro Jaiminho. Quando eu passei o documento pro Jaiminho o Felipinho começou a brigar com ele por que também queria ser cacique, aí começaram a fazer uma briga entre eles, o Jaiminho queria ser cacique, o Felipinho queria ser cacique e foi aquela luta. Me chamavam lá pra acertar, na terceira chamada que me fizeram pra ir lá eu sugeri que tirasse alguém da comunidade e nenhum dele fosse ser cacique. Nem Felipe nem Jaime, agora quem vai ser cacique é o que o povo vai escolher, mas não é nenhum dos dois, vocês querem assim? Porquê vocês não trabalha o Jaime de cacique e o Felipe de vice cacique aí vocês trabalha pelo povo, não é pelo poder que você tem que fazer isso aí, tem que olhar pro povo e se unir vocês dois e trabalhar pra eles, se não quiser assim então vamos reunir a comunidade e nenhum de vocês vai ser cacique eu disse pra eles, só entre nós reunido. Ai cada um disse que não ia dar dai eles concordaram o Jaiminho ficou de cacique e o Felipinho ficou de vice cacique, ai eles se abraçaram, é assim se que trabalha, não pode tá brigando pelo poder vamos trabalhar junto. Ficaram eles de cacique lá, reunimos todo pessoal de noite, apresentou eles como*

cacique pra comunidade, eles ficaram lá de cacique e nós já estava aqui em São Leopoldo.

A saída da Lomba foi marcada pelo início de uma disputa pela liderança, a forma como se deu a resolução do problema também vai servir de exemplo para posteriores experiências na decisão sobre as eleições de cacique na comunidade. Como discutido no capítulo anterior, junto a Kasú Kanhero, o cacique deve ser um paí mág, um pai maior, trabalha pelo povo, não é pelo poder, mas deve acima de seus interesses, olhar o que é melhor para próprio povo. A ação diplomática de reunir parcialidades para governarem, estratégia tradicional das faccionalidades Kanhgág, também é reproduzida nos territórios urbanos em questão. Existe importância em explorar os significados da narrativa anterior, pois a lógica de resolução de conflitos através da conciliação diplomática de um consenso, formado por interesses em comum, capazes de relevar as redes de favorecimento familiar e clânico dos kanhgág:

Nígrêg: *Aqui no São Leopoldo dali com um ano mais ou menos eu disse pra eles, para José, pro sr. Darci: _Pra vocês conseguir terra aqui também, vocês tem que criar uma liderança, o representante era o José e o s.r. Darci, o Jeremia e tal. _Vocês tem que criar uma liderança e depois tem que reconhece pessoa liderança nos Poderes Públicos e na Funai, pra poder público respeitar vocês e receber vocês e marcar audiência com vocês, aí você tem poder tem autonomia direitos mais forte. Concordaram em criar cacique, como nós vamos colocar cacique? Vamos, vocês querem, vamos se reunir na sombra, tem uma sombra lá, fizemos uma reunião de baixo de uma sombra aqui em São Leopoldo, daí correu o Darci e o José de candidato pra cacique. A comunidade que estava em São Leopoldo, na Charrua, fizeram votação e o S.r. José ganhou, s.r. José Vergueiro ganhou e ficou de cacique e o Darci ficou de vice, aí ficou bom né, os dois candidato que era adversário se junta pra trabalhar junto, é assim que tem que ser, aí funcionou. Depois da eleição disse que tinha que ir em Passo Fundo reconhecer eu fui com eles também, pra Passo Fundo, conseguimos a passagem pelo COMIM né, fomos lá e reconhecemos também na Delegacia da Funai de Passo Fundo né, reconhecemos e fizemos a ata lá com eles trouxemos o documento pronto que dali por diante eles era liderança. Dai esses dois botaram capitão, botaram os restantes pra ficar organizando a lei interna, pra organizar a comunidade, pra ter essa organização não era só os dois. Dai por diante começaram a luta, aí que o prefeito começou a abrir a porto, aí que assistência social começou a abrir a porta, aí que o postinho começou a abrir a porta, aí que a escola começou a abrir a porta pra nossos filhos e tal.*

A criação da liderança oficial, com auxílio de Antônio dos Santos, confirma novamente a hipótese das trajetórias influenciarem nas ações de luta pela terra, na angariação de parceiros e no processo pelo reconhecimento das lideranças. Os acúmulos de capital cultural e político referente a luta pelo acesso aos direitos realizado pelos indígenas são repassados através das redes de compadrio e parentesco dos Kanhgág.

O relato de José Vergueiro, que foi cacique da comunidade durante o período de 2001 a 2005 [...], salienta que um vereador da cidade afirmou que —nós não tínhamos direitos no município, _porque aqui nunca teve índio'. Mas nossos ancestrais já contavam que viviam aqui em São Leopoldo, então aqui também é terra de índio. Se São Leopoldo não é terra de índio, de alemães que não é, porque eles chegaram bem depoisll (LAZZARI in LAPPE, 2010, p. 39).

O reconhecimento, realizado pela FUNAI de Passo Fundo se dá através do cadastramento do território, reconhecimento de atas e documentos gerando a emissão de um certificado de cacique, impresso com os nomes dos componentes das lideranças, desse modo, esse documento legitima a luta junto ao Estado e a sociedade. Outro fato que atesta influência da trajetória de Antônio na Por Fi Ga é a resolução do conflito gerado pela eleição, a união dos concorrentes em cacique e vice evitaram a distensão faccional e possível separação do grupo.

Nigrêg *A gente chegou e ai não tinha lugar pra nós construir, nem podia construir na época o prefeito deixou construir era só lona, a gente armou uma lona e no decorrer do tempo a gente foi se organizando.*

O sofrimento na wãre da BR 116, impossibilitados de fixar residência. A condição de Wãre se deu possivelmente pela impossibilidade de fixar residência, devido a proibição da prefeitura. Os barracos de lona abrigavam as famílias e também uma escola.

Nígrëg Reconhecido pela FUNAI pelas organizações daqui do município e ao decorrer deste tempo fomos solicitando uma área bem mais adequada com mais segurança para morar. Mas foi sofrido, passava muito preconceito o pessoal não aceitava nós, nós trabalhava no centro era muito difícil não deixava nós trabalhar, hoje não né, hoje a gente está tendo acesso, hoje a gente tem oportunidade, mas tudo via judiciário né não foi pela boa vontade não

Nígrëg Eu me lembro que a gente descobriu que nós hoje em qualquer município, temos que ter um direito indígena, que vem do Governo Federal para todos os municípios que tem que ter esse acolhimento dos indígenas e o índio tem o direito de criar o território onde quiser ele tem acesso livre de ir e vir, então como já havia indígena ai há mais de quase trinta anos (seis mil), tinha índio por ai. Através do direito criamos uma comunidade e estamos ai criando até agora. É uma lei que da direito do indígena criar território onde ele gostar

O avanço e a superação das dificuldades são representadas como resultado de luta e autodeterminação, Nígrëg reconhece também o Judiciário como uma instância capaz de garantir o acesso aos direitos. O conhecimento sobre o acesso aos direitos se tornou uma arma para o indígena. Nígrëg evoca uma retórica constitucional para comparar o passado de aprisionamento com o presente de garantia de direitos e cidadania Kanhgág, reconhecendo como importante o direito de criação de novos territórios indígenas e livre circulação pelo território.

Nígrëg Quando depois que está formado essas lideranças, chegou o Dorvalino aqui na Charrua, em são Leopoldo, chegou Sr. Dorvalino ai ele chegou e conversou ali com eles, com as lideranças, que ele tava em Estrela, e queria morar pra ca. Deram lugar pra ele vir morar pra cá, veio ele e a Adelar, só a família dele, morar aqui. Depois veio também o Alécio, depois do decorrer dos meses, veio o Sr. Alécio morar ali. Como as nossas crianças estudava nas escolas estaduais eles eram maltratados pelos outros alunos, começava aquele tipo de...aí a gente começou a não gostar. Não, então nós queremos uma escolinha aqui dentro, queremos professor indígena pra trabalhar aqui dentro, vamos buscar esse professor, vamos botar o professor Dorvalino aí pra trabalhar com as crianças dentro da aldeia, vamos fazer isso e ai as lideranças marquemos uma reunião na Secretaria da Educação de Porto Alegre junto com a Funai, envolvendo outros componentes né. Fomos contemplados, conseguimos a vaga pro s.r. Dorvalino ser professor dentro da aldeia, conseguimos uma costaneira pra fazer uma varanda, com o COMIN, com o CIMI pra fazer um puxado na casa do Sr. Dorvalino pra ele dar aula pras crianças ali, ele começou a trabalhar ali. Nós precisamos de mais um, a Rosalina tava ali também, vamos buscar a

Rosalina também e colocar ela, um trabalha de manhã o outro trabalha de tarde, conseguimos também, botar ela.

Conforme a narrativa, a trajetória se readéqua aos planos que agora são de transformar a wãre em emã, Tal movimento se percebe na formação e oficialização de uma liderança reconhecida e também na luta pela escola. Dorvalino e Rosalina foram os primeiros professores que dividiram a tarefa de educadores da Por Fi Ga, ambos moravam em Estrela na época. Com a narrativa também se percebe a mudança de comportamento dos órgãos governamentais e não governamentais que agora procuram atender as demandas dos indígenas das cidades, uma vez que as ocupações vão se tornando de caráter permanente:

Nigrêg *Até que daí busquemo essa terra, essa terra aqui. Foi comprado aquela terra de dois e meio [hectares], onde estamos alojado hoje. Então é uma luta, uma história real que foi uma luta não simples, não dada de mão beijado, mas com confronto, com luta e ali também perdemos um jovem, ali na Charrua, com choque, que nós tinha uma luz clandestina, o filho do Vergueiro tomou um choque e morreu, um rapaz de vinte anos e é com essa morte dele ai que.*

Figura 27. Índio é morto eletrocutado

Índio é morto eletrocutado

Um índio morreu eletrocutado, na tarde de ontem, em sua casa, na comunidade indígena de São Leopoldo, no bairro São Miguel. Gilmar Vergueiro, 20 anos, trabalhava na horta nos fundos de casa quando a enxada que utilizava teria encostado em latas próximas a uma ligação clandestina de energia utilizada por vizinhos, o que provocou o choque. Vergueiro morava sozinho. A ocorrência foi registrada na 1ª Delegacia de Polícia e está sendo apurada.

Fonte: Jornal VS – 11.08.2007/Reprodução do autor

Assim como no caso do fogo no barraco, no acampamento da Agronomia em Porto Alegre serviu como um estopim para o sentimento geral de revolta nos moradores, a morte do filho do Vergueiro, gerou este sentimento de revolta. Também nos dois casos canalizou tanto o sentimento quanto os argumentos baseados na tragédia que acomete os indígenas no dia a dia dos centros urbanos. Num primeiro momento a revolta foi canalizada em um protesto contra o desligamento da luz e após negociações, com as estratégias de pressão violenta e frenesi comunitário, a AESUL concedeu energia gratuita, realizando adequação elétrica e ligação segura nos barracos.

O Nigrêg *Os índio se envaretava com isso e aqui é AESUL né, quando era de manhã cedo mais ou menos de manhã cedo, a nossa luz, tinha mandado pra desligar as redes. Quando nós olhamos na rua lá, tava lá o funcionário da AESUL trepando no poste, estava lá em cima do poste lá, tava lá pra tirar né. Fui lá no Dorvalino e perguntei se ele tinha machado, os poste são de madeira né, ele respondeu que tinha. Eu dizia pra gurizada, pra mulherada ir lá, vamos derrubar esse homem aí, tá lá no poste. Chegamos lá e começamos a bater, cortar o poste, pra derrubar o poste, pá, pá, o cara tava lá em cima, mas ele desceu a mil lá de cima, pulou lá de cima e ele correu, foram embora, ficou escada, cordas e as coisas que eles tinha ali e nós lá. Só mesmo pra fazer uma pressão e as mulher dizia: _Vamos fechar a rua. Ligamos pro COMIM pra avisar que nós ia ficar ali, que queremos comida, o dia que nós ficar aqui tem que nos apoiar. A Marinez apareceu foi lá liberar o mercado, pegar arroz, farinha e tal. Apareceu brigada, secretário do prefeito, televisão, aí movimentou o tal, ah, o cara tirar nossa luz, as crianças tem um radinho pra escutar, uma televisãozinha pra assistir e vão deixar nós no escuro, aqui tem pernilongo, só abrimos a rua aqui depois que instalar pra nós, tem que fazer uma instalação melhor pra nós. Secretário do prefeito e da AESUL disse que ia fazer uma audiência, essa audiência tem que ser com emergência. A AESUL também tava lá, e disseram que ia arrumar a luz, que ia legalizar a luz pra nós, que ia ligar mas ia fazer uma instalação melhor, por que perderam um jovem, se for assim, nós não somos criança nós tá aqui vamos acreditar, se não fizer vai acontecer a mesma coisa de novo. Fomos na audiência, no outro dia, meteu o Ministério Público, d.r. Júlio. poxa conseguimos a luz instalada por eles daí né. No outro dia vieram ali, os camaradas que tinha pulado, fizeram uma instalação lá no poste com os fios e tudo e vieram fazendo instalação nas nossas casinhas, botaram tomadas, botaram lâmpada. Podia ter vindo antes, melhorou demais, Gabriel não foi assim, nós ir lá e pedir, todo isso aconteceu.*

Contrastando a narrativa de Antônio com a do Poder Público, tendo como fonte os jornais da época, é possível perceber que o significado de ser “enrolado” se explica pelo fato da prefeitura ter iniciado as negociações em 2004 e 2005 quando começou o processo de criação de uma reserva indígena para os Kanhgág no município. Na época, o projeto era comandado pelo titular da secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (Sacis), Charles Pranke que, após a escolha do local pelos Kanhgág, o prefeito Ary Vanazzi (PT) deveria desapropriar a área e solicitar financiamento da infraestrutura junto à Fundação Nacional do Índio (Funai).⁵⁵ No meio do ano de 2006 o processo foi finalizado, a área foi escolhida e o decreto foi assinado. O prefeito, Ary Vanazzi (PT), foi até a comunidade, ainda no bairro São Miguel, nas margens da BR-116, para assinar o decreto de desapropriação de um terreno de 2,5 hectares no bairro Independência, localizado na Feitoria. O ato foi repleto de solenidades do *fóg* e sentimentos do Kanhgág, Um dos líderes da comunidade indígena, José Vergueiro, cacique na época, realiza um discurso que é incluído na matéria: "Já ouvi muita coisa de político nessa cidade. Inclusive, me disseram uma vez que São Leopoldo nunca foi terra de índio. Agora, estou emocionado ao ver essa assinatura temos certeza que teremos um espaço exclusivamente nosso."(Jornal VS 13.07.2006). Podemos ver, neste segundo momento as autoridades públicas utilizando a comunidade como oportunidade para geração de mídias, já que cerca de um ano depois a promessa de transferência para a nova área não havia sido cumprida, ocorrendo a morte do filho de Zé Vergueiro lá no São Miguel ainda.

Senhor Antônio relata que depois da conquista da terra retornou para Porto Alegre para participar das movimentações que se iniciavam no “Morro do Osso”. Narra que esta movimentação mostrou para ele que os conflitos violentos estavam começando a aparecer no meio urbano, que os deslocamentos por exílio, expulsão e ostracismo já estavam sendo replicados nas novas áreas:

Antonio Nigrêg dos Santos: *A conquista da terra aqui foi a mesma coisa, foram nos enrolando, que iam pagar o proprietário e tal, onde que também nós invadimo aqui, depois que invadimo aqui, atoremos ali o portão que tava com corrente entremo e abrimos a casa que o chacrero não tava mais, abrimos a casa e as índiadas entraram pra dentro da casa. Depois dessa luta eu fui pro Morro do Osso, o Miro, eles me chamaram lá, pra ajudar também, eu fui. A prefeitura me arrumou um caminhão e*

⁵⁵ (Jornal VS 19.04.2005)

carreguei todas as minhas coisas, outros índios vieram pra cá e eu fui lá pro Morro. No Morro eu morei um ano, os Kanheró moravam no Morro, o finado Cláudio morava lá e veio morar pra cá. Eles foram pra Estrela e quase se mataram, houve um desentendimento entre eles por isso que eu nunca gostei de conflito, conflito dá sangue, conflito dá morte, conflito dá várias coisas, antes de brigar vamos sentar, estrategizar e planejar pra nós buscar mais futuramente pra nossos filhos, nós somos velhos temos que está rindo, se abraçar pra nossos filhos vê aí eles vão ver o exemplo nosso se nós estar dividido eles vão crescer nessa divisão também.

A narrativa de Antônio constrói a ideia do exemplo de entrosamento e não divisão entre as facções internas da comunidade como forma de influência na educação das novas gerações, devendo, portanto, os mais velhos se unir pelo projeto de organização da comunidade, para que amanhã este modelo se reproduza. A ideia de conflito de índios com índios parece incomodar a geração mais velha, tendo em vista que todas as entrevistas apontam as brigas entre facções rivais e a interferência do *fóg* como principais motivos de deslocamentos. O deslocamento gera uma situação de exílio, sofrimento, miséria e impossibilidade de execução de projetos de vida baseada no planejamento cultural do bem viver.

Antonio Nigrêg dos Santos: *Saiu os índios das aldeia, por isso que eu sempre digo, conflito só bota famílias na rua, bota família sofrer, bota filho sofrer, bota mulher sofrer, bota nós sofrer, nunca é bom conflito confronto de índio com índio não é bom, eu não aceito isso, nunca aceitei. Isso a gente já sabe, temos histórias aí, temos índios fora das aldeias, temos índio morando pela cidade por causa de conflito, por que os cacique fazem estes tipos de trabalho. Ai conseguimos outras terra, hoje a estrutura que tem aí né, coisa boa, ficou bom.*

A narrativa constrói o significado de que as experiências vividas, os exemplos ruins do passado, como expulsões, perseguições e brigas existentes nas grandes áreas são uma oportunidade para resgatar uma forma tradicional de organização que tolere as diferenças existentes entre os grupos familiares ocupantes de uma mesma área, também de fortalecimento da educação das novas gerações para a tolerância política e formação de parcerias para busca de melhorias para comunidade.

A seguir apresento imagens encontradas em diversos sites da internet, que aqui disponho de forma cronológica e organizada, pouco analisada, pois a intenção aqui não é extrair tanto os significados das imagens mas sim formar um acervo para

os próprios Kanhgág da família *dos Santos*, que podem se identificar na narrativa e também como forma de memória registrada.

Articular espaços escolares para formação étnico racial com estudantes e professores e montagem de espaços de vendas para os artesãos da comunidade tem sido uma das tarefas do cacique, desde a formação da Por Fi Ga. Nas figuras à seguir podemos vislumbrar uma de muitas visitas realizadas em escola. O número de escolas visitadas é bem significativo.

Nas imagens conseguimos visualizar Antônio dos Santos ao lado do então cacique, no ano de 2015, José Vergueiro. A articulação desse tipo de atividade é importante para estimular a venda do artesanato confeccionado pelos artesãos e como forma de divulgar a cultura, aumentando o número de parcerias em lutas futuras e formação de redes de apoio.

Figura 28. Colégio La Salle Esteio [...] uma honrosa visita [...]Kaingangue Por Fi Gã



Fonte: Colégio Lasalle (2015)⁵⁶

É um momento, também, onde a comunidade escolar pode interagir com uma amostra do universo cosmológico Kanhgág. Oportunidade para renovar as narrativas sobre as marcas, as danças e as comidas. Para os Kanhgág, é uma oportunidade de comercialização do artesanato e tal valorização é importante para o sustento financeiro, contudo, valoriza a estética e a presença étnica dos objetos.

⁵⁶ Disponível em: - <http://lasalle.edu.br/esteio/sobre-o-colegio/noticia-detalle/6207> Acesso em nov.2019

Nas narrativas, Antônio não cita as visitas em escolas, contudo, por experiência, durante o processo de observação participante sei que ele tem se engajado para angariar parceiros desde antes da sua posse de cacique. Também é evidenciada alguns poucos materiais encontrados na internet, como este portal escolar do La Salle. Quem convive na comunidade Por Fi Ga, certamente sabe que o colégio em questão é um forte parceiro da comunidade, realizando projetos de auxílio comunitário, bolsas de estudo em diversos níveis de ensino e inserção na rede de ensino básico Lassalista.

Figura 29. Colégio La Salle Esteio [...] honrosa visita [...] Kaingangue Por Fi Gã – Antônio dos Santos fala sobre a cultura Kanhgág



Fonte: Colégio Lasalle (2015)

Figura 30. Vergueiro(Cacique), Renato Fortes, Leandro Fortes e Antônio dos Santos.



Fonte: Colégio Lasalle (2015)

Figura 31. Antônio dos Santos, Nilceu dos Santos e Cleonice dos Santos vendem artesanatos



Fonte: Colégio Lasalle (2015)

Nesta imagem Antônio, Nilceu e Cleonice, seus filhos, “esticam o pano de venda”, Arcos e flechas, colares e pulseiras, atrás, três varais com filtros dos sonhos de variadas cores e tamanhos. A família vende e divulga a cultura, ainda hoje mantendo o artesanato como atividade principal do núcleo familiar “dos Santos”.

A articulação e movimentação para a venda do artesanato fez com que Antônio seguisse próximo das políticas do cacicado, tanto para realizar falas culturais em palestras, como para vender o artesanato junto a família. Importante lembrar que todas as famílias são convidadas para sair vender nas escolas, sendo exigência mínima um ônibus ou van para transporte de todos os artesãos da comunidade.

Antônio Nigrêg dos Santos: *Eu entrei de cacique fiquei quatro anos de cacique também, a gente fez um trabalho muito bom também, ficou o meu rastro, ficou registrado a milha luta, ficou registrado, tenho todas as documentações, tudo, das conquistas, registro da terra, documentação dos confrontos, do carro, tudo, tudo, tenho tudo na minha mão aí. Assim que a gente trabalha, não só o cacique mas a comissão toda tem que estar unida pra buscar o povo tem que estar junto*

A ideia de deixar um rastro é conveniente ao objeto de pesquisa deste trabalho que explora as trajetórias presentes nas narrativas dos indivíduos considerados, os *kofá*

da Por Fi Ga. O Rastro de Nĩgrẽg pode ser captado na historiografia, nos trabalhos de antropologia, na hemerografia hist3rica da cidade e tamb3m de outros munic3pios, na internet, em r3dio. Seu rastro 3 de um p3-i, um p3-i m3g.

Figura 32. L3der de comunidade ind3gena de S3o Leopoldo diz que sofre preconceito racial



Fonte: Jornal NH, (2016)⁵⁷

Acima se encontra uma foto extra3da do v3deo reportagem, elaborada pelo Grupo Sinos, na 3poca em que Ant3nio dos Santos assume como cacique na Por Fi Ga. No v3deo, a ideia da trajet3ria para a zona metropolitana j3 era presente nas narrativas de Ant3nio desde 2016, quando fala que nas aldeias grandes n3o tem mais *“Utiliza3o de sustentabilidade para sustentar os 3ndios nas suas naturezas, nem todos, nem toda cidade nos recebe, nem todos Poderes P3blicos nos valoriza e nos atende naquilo que 3 necess3rio esses jovens hoje, nossas crian3inhas, est3o vendo o mundo de agora, eles n3o est3o vendo o mundo de cem ano”*

⁵⁷ Dispon3vel em: https://www.youtube.com/watch?v=W_G1SZ6ESI8 Acesso em nov.2019

Figura 33. Líder de comunidade indígena de São Leopoldo



Fonte: Jornal NH, (2016)

Figura 34. Antônio dos Santos é cacique da aldeia há cinco meses.



Fonte: CARDOSO, Cassiano/Beta Redação⁵⁸

A luta pela escola foi retratada no Jornal VS e no ano de 2016 a escola da Por Fi Ga, já em péssimo estado é destruída durante um temporal. Com ajuda do COMIM a comunidade conseguiu reformar o centro cultural para que, provisoriamente, a comunidade pudesse ter um lugar que abrigasse a escola,

⁵⁸ Disponível em <http://www.betaredacao.com.br/tribos-indigenas-e-organizacao-politica/> Acesso em nov.2019

responsabilidade do Estado, porém, os entraves estaduais e burocráticos não fazem a construção de uma nova escola de forma ágil.

Figura 35. Escola indígena vai iniciar ano letivo interdita em São Leopoldo



Fonte: Jornal VS, (2017)⁵⁹

Figura 36. Caingangues de São Leopoldo promovem evento para mostrar a cultura indígena



Fonte: Jornal VS, (2017)⁶⁰

⁵⁹ Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/conteudo/2017/01/noticias/regiao/2066523-escola-indigena-vai-iniciar-ano-letivo-interditada-em-sao-leopoldo.html> Acesso em nov.2019

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: *ai conseguimos mais terra, hoje nós temos mais folgado, e é isso que é uma luta de uma liderança, lutar pelo patrimônio para benefício da comunidade não podemos estar brigando um contra o outro invés de buscar alguma coisa pros nossos filhos. Temos que pensar pelas crianças não por nós adultos é assim que eu na minha parte, particularmente, sempre trabalhei, eu sou muito coletivo, sou muito desenvolvimento de política. Quando a gente é liderança tem que trabalhar nas duas áreas, na área da política indígena nós tem que saber estratejar, e política do branco, nós tem que saber manejar essas duas lutas nós tem que saber entrar e saber sair, mas sempre na cultura nossa, mantendo a língua, mantendo a dança, mantendo as pintura, tudo é que pertence, a culinária, trabalho com as mulheres, com os jovens, fazendo desenvolvimento, incentiva as crianças como está acontecendo hoje, assim tem que ser permanente, nossa luta é assim, hoje graças a Deus,*

Ao se referir em conseguir mais terras, está falando sobre a compra da área que foi adquirida pelo DNIT. Através de acordo judicial autorizado pelo Governo Estadual e com autorização concedida, a nova área, que fica ao lado da comunidade já foi anexada.

Antônio fala do manejo de duas lutas, uma junto ao *fóg* para acessar políticas públicas e direitos e outra, é a política *kanhgág* de conciliação dentro das comunidades, resolvendo os conflitos, unindo as narrativas e lutando para que as trajetórias de vida dos jovens possam ser elaboradas e vividas dentro da cultura, mas acima de tudo, pela própria vontade dos jovens, sem tutelas de órgãos governamentais, nem brigas de facções internas.

A função de cacique não né remunerada, contudo, com a conquista da nova área, uma das casas já construídas no terreno foi destinada para o cacique Antônio, que no segundo semestre de 2019 deixa o cacicado. No seu lugar assume um cacique mais jovem, Josué Kanheró, tem 26 anos e agregou Antônio dos Santos como conselheiro na estrutura política da Por Fi Ga.

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: *pela minha luta que estou morando aqui [Aponta para nova casa que ocupou este ano com a compra da terra vizinha.] A casa tava destinada pra mim, por motivo da minha luta, os*

⁶⁰ Disponível em: <https://www.jornalvs.com.br/conteudo/2017/04/noticias/regiao/2104222-caingangues-de-sao-leopoldo-promovem-evento-para-mostrar-a-cultura-indigena.html> Acesso em nov.2019

indígenas disseram que eu tenho direito por que fiz muita coisa, eles mesmo falaram, as lideranças falaram que o Sr. Antonio merece, por que ele correu, então isso é uma honra em questão ao respeito da minha pessoa, fico grato com isso e por mais que as Secretarias ficaram muito sentida, Funai ficou sentida, Sesai ficou sentida, Prefeito ficou sentido, Secretário da Semaec ficou sentido, maioria ficou sentido da saída minha de cacique, eu tinha muito projeto programado, tinha muitas coisa estrategizado junto, tinha muitas coisa encaminha junto, deu no momento que eu sai, até que outro que entra organiza a casa, organiza tudo leva anos e vai anos, anos e anos.

Pesquisador: O cacique é jovem né...

Antonio Nígrêg dos Santos: *É jovem e sempre ele tem que ouvir os mais velhos. Foi através da luta que foi construído e reconhecido como um acampamento, mas reconhecido como aldeia, por exemplo foi em Porto Alegre, a área referência de todas essas aldeia é aqui.*

Figura 37. Incursões por direitos indígenas. Antônio faz fala sobre saúde indígena



Fonte: Coletivo Catarse (2018)⁶¹

⁶¹ Disponível em: <http://coletivocatarse.com.br/2018/10/19/cobertura-saude-indigena> Acesso em nov.2019

Figura 38. Entenda o acordo que garantiu a permanência de ocupação indígena em São Leopoldo (RS)



Fonte: TRF4Oficial, (2019)⁶²

Figura 39. Entenda o acordo que garantiu a permanência de ocupação indígena em São Leopoldo (RS)



Fonte: TRF4Oficial, (2019)

⁶² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZXlwZ0VRzHI> Acesso em nov.2019

3.4 “Acabaram tirando todas as terras onde nós morava”: Trajetórias de Dorvalino Cardoso, Refej.

Dorvalino Cardoso, o Refej, Dorva, 54 anos, nascido em 16 de Abril de 1964 em São Valentim, filho de Benta Cardoso e Jango Cardoso, casado com Adelar.

Pesquisador: *Liguei o gravador Dorva.*

Refej: *Gosto muito de falar as coisas cabeludas, vamos dizer, crítico, não importa, é uma coisa clara, verdadeiro, as críticas.*

Ao fazer o processo de análise cheguei a conclusão que alguns nomes de indivíduos poderiam despertar algum tipo de memória em específico, eventos, fatos, sentimentos e informações. A primeira vez que citei o nome *Lídio Della Betta* entre os Kanhgág foram articuladas diversas memórias, contudo, é fato, que compartilham memórias sobre os agentes do SPI e da Funai. Refej conhecia o citado, contudo, não saberia narrar o dia a dia de sua prática, mas a violência aparece como principal articulação de memória. Quando o SPI foi extinto e a FUNAI criada muitos antigos funcionaram permaneceram no trabalho junto aos índios

Pesquisador: *Conheceu o chefe do posto de Nonoai Lídio Della Betta?*

Refej: *Ele atuava mais em Nonoai, mas eu conheci ele, não tenho muita memória do que era a prática do trabalho dele, mas dizem que era carrasco pros índio. Mas numa época ali os chefe, os antigo agente do SPI, depois esses agente do SPI, vieram a ser chefe do Posto da FUNAI, então aquela prática do SPI eles continuaram, até um certo ponto. Nessa época os índio não tinha direito de estudar, avançar no estudo, porque estudar, pegar as informações, descobrir muita coisa é disso que eles tinha medo.*

Conforme Refej, os indígenas eram impedidos de concluir e avançar nos estudos, sua narrativa articula a ideia dessa impossibilidade ser proposital para que o acesso à informação fosse escasso impedindo uma articulação de resistência a dominação. O pronome “Eles”, neste caso, representa os brancos, mais precisamente, agentes do SPI e da FUNAI, agenciadores da tutela que ocupavam o tempo dos jovens com trabalho, sendo difícil ou quase impossível concluir os estudos e avançar para uma graduação. As lideranças e agentes indígenas da FUNAI angariavam benefícios para seus grupos familiares, os kanhgág

historicamente fazem acordos que buscam privilegiar suas parcialidades, como financiamentos, empréstimos e bolsas de estudos.

Refej: *Nessa época ai eu já estava junto liderando, tinha na base de uns quatorze, quinze anos. Só podia estudar filhos de lideranças indígenas e de agentes da FUNAI, tinha bolsa né e os outros que não eram filhos dessas lideranças eles não eram vistos para estudar, não tinha apoio vamos dizer né. Pra eles, não entender essa política mal feito porque hoje ainda eu enxergo isso.*

A narrativa de Refej desenvolve uma ideia de acesso cidadão aos direitos que é fruto do imaginário democrático, próprio do período constituinte do fim da década de oitenta, de alguma forma, se chocou com a forte estrutura Kanhgág de governança interna no sentido de buscar abertura democrática também nas estruturas tradicionais de liderança. O aldeão comum não deve nem pode enfrentar as vontades da liderança. Neste sentido, se explica a memória de Refej em relação a liderança, dos “[...] outros que não eram filhos dessas lideranças eles não eram vistos para estudar”. Ser visto para alguma coisa, é apresentar vocação e ter legitimidade familiar, clônicas e sobretudo, comunitária. Este último quesito perpassa as duras lideranças e seu senso familiar e de compadrio.

Dorva frequentou a graduação em Pedagogia, o mestrado em Educação e realiza o Doutorado em Antropologia. Articula os argumentos com sua experiência de vida como acadêmico, mas, sobretudo como Kanhgág. Quando fala da inexistência de políticas específicas articula uma zona do não ser, não pode articular sua cultura nos cuidados médicos oferecidos no Sistema único de saúde, não pode ser ele mesmo ao cuidar da saúde.

Refej: *Que as instituição que trabalha com os índio, eles não tem uma política criado de atendimento aos povos indígenas, porque muitas vezes é cargo de confiança então eles não tem o preparo. Por exemplo hoje não tem uma política específica de atendimento indígena na saúde, não tem aquele que domina esse assunto, então hoje o que acontece é que fica só na conversa na prática não acontece porque não tem quem sabe dizer: Tem que ser assim!. E se eles disserem que tem que ser assim a própria lei ignora por que não tem como você vincular essa cultura, essa prática de trabalho à lei que existe hoje. Que é uma lei externa né. Por que hoje também acontece o confronto da lei interna com a externa, os índio tem uma lei interna. A Lei foi criada ignorando essa lei interna do*

povo indígena. Então hoje tá assim, as lideranças indígenas, eles não sabem como trabalhar, por que uma lei complica a outra

A narrativa de Dorvalino sobre o conflito existente entre a lei interna e a do branco representa uma manifestação de zona de existência e inexistência onde não é possível vincular sua cultura à possibilidade legal existente. Evidencia a existência de dois mundos, duas leis. A lei interna, *jykre*⁶³, tradicional modo de organização Kanhgág e a externa que através da tutela de órgãos oficiais institucionaliza a relação com o Estado através da categoria social índio. Culpa a lei externa pela desorganização dos modos tradicionais, pois, muitas aplicações das leis internas são impossibilidades pela questão jurídica imposta pelo fóg.

Dorva elabora a narrativa sobre o fato ter nascido na “*colônia*”. A colônia para Dorvalino pode ser definido como áreas dominiais dos *fóg*, pequenos ou médios produtores agrícolas capazes de arcar com despesas de produção e ceder terra para agregados. Muitos Kanhgág foram expulsos das terras que ocupavam para ceder lugar a inúmeras frentes de reforma agrária. A primeira demarcação do território do Votouro Kanhgág se deu em 1918, com uma área total de 3.100,00 hectares. A área destinada aos índios em Votouro sofreu drásticas reduções entre os anos de 1949 e 1963, chegando a 1.440,00 há⁶⁴. Essa redução foi provocada pela frente de colonização empreendida na metade do século XX, fruto de uma política que promovia a expropriação de terras indígenas para assentamento de colonos sem terra ou programas agrícolas de arrendamento. O período em questão está vinculado ao mandato dos governadores Walter Jobim, Ildo Meneghetti e Leonel de Moura Brizola. Portanto, quando Dorvalino cita a Reforma Agrária realizada por Leonel de Moura Brizola, está inserindo as representações de sua narrativa em um contexto histórico sendo, portanto, uma memória viva e também adquirida pela memória de seus pais. Segundo João Carlos Tedesco e Joel João Carini no artigo *Governador Brizola, o Master e o conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962*, (2007) “[...] terras foram desapropriadas e distribuídas pelo governador Brizola, outras adquiridas e não distribuídas, outras foram cedidas [...] muitas das

⁶³ *Jykre*:Conhecimento, Modo de fazer, Lei

⁶⁴ RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Conclusões de Grupo de Trabalho, criado pelo decreto nº 37.118 de 30 de dezembro de 1996**: “Subsídios ao Governo do Estado relativamente à QUESTÃO INDÍGENA no Rio Grande do Sul”, 1997.

terras foram distribuídas em reservas indígenas (Votouro, Guarani, Nonoai, Serrinha...)." (TEDESCO e CARINI, 2007, p.8)

Pesquisador: *Na sua juventude morou onde?*

Refej: *A maior parte da minha juventude foi em Votouro. Mas eu tenho nascido na colônia. Porque nasci na colônia né, porque com essa reforma agrária do Brizola eles acabaram tirando todas as terras onde nós morava, onde meus pais habitavam daí fui levado pra Votouro. Numa época implantaram o panelão né, o SPI, os antigos coronéis, pegava os indígena pra fazer uma parceria né uma ponte de trabalho, trabalho sujo vamos dizer né, trabalho escravo, juntamente com os agentes do SPI, então era um trabalho escravo,*

O “panelão” é citado em outros trabalhos, os Kanhgág se referem a trabalhos em condições precárias, insalubres, violentas e análogas à escravidão. O significado de “panelão” se deve ao fato de que durante as roças coletivas as refeições eram servidas em cantinas com grandes “panelões”. A definição de “ponte de trabalho sujo” dos fóg com os Kanhgág é elaborada na narrativa de Refej e é de fato um definidor sociológico da política do Panelão, promovida à época pelo SPI, uma espécie de acordo de uso de mão de obra indígena regulado pelo Estado, o que nunca foi estranho aos olhos da colonialidade sul americana, não cabe uma analogia anacrônica com as “mitas” espanholas nem tampouco com a escravidão negra, contudo, a narrativa de Refej revela violência, trabalhos forçados, alimentação imprópria, coletivização forçada e fugas em massa das áreas indígenas, uma atrocidade que tem suas nuances históricas próprias, todavia, nos lembra aqueles fatos históricos e de que o imaginário colonial do uso de mão de obra indígena, como barata ou escrava, se perpetuou de diversas maneiras dentro e fora das instituições:

Refej: *[...] então muitas famílias fugiam desse tal de panelão pra não ficar trabalhando de graça. Aí o que que eles faziam, fugiam iam longe assim [sinalizando com as mãos bem longe], trabalhar de agregado pros colonos, trabalhar de empreitada pros colonos, então é o resultado disso que me fez eu nascer na colônia. Mas a maior parte da minha vida foi na terra indígena de Votouro*

A fuga do panelão gerou um deslocamento em massa dos Kanhgág que viviam em amplo território, redemarcados por Leonel Brizola. Esta memória de Refej

é praticamente um raciocínio das motivações que fazem os indígenas nascerem em áreas que não são *tradicionais*. :

“Terra devastada e “coletivização forçada” [título] [...] Atualmente, ganham seu sustento combinando o trabalho em suas próprias lavouras com a prestação de trabalho temporário junto aos agricultores da região. Embora as terras agricultáveis tenham sido devastadas por posseiros brancos, o que inviabiliza as roças de “capoeira” (coivara) tradicionais, tomando necessário o uso de arados com juntas de boi ou trator para o preparo da terra, essa dependência alimenta-se da cooptação das lideranças do PI.[...] Os recursos da comunidade são destinados a gerar renda à Funai, ao seu serviço de patrimônio, para “pagar” a assistência prestada, promovendo a formação de roças coletivas onde o trabalho é compulsório. Em alguns postos indígenas, como [...] Votouro, pais de famílias que se recusam a participar de lavouras “coletivas” já tiveram atendimento médico recusado para seus filhos. (RICARDO e RICARDO, 1991, p.561)

O panelão é, portanto, uma “ponte” de trabalho compulsório, segundo a narrativa de Refej e também conforme o relatório *Povos Indígena do Brasil* publicado em 1991 que através de textos de variadas fontes retrata o período histórico de 1987 a 1990, os recursos das comunidades espoliados pelo conluio formado entre as lideranças e órgãos governamentais. Refej qualifica o que considera trabalho escravo, com a narrativa a seguir podemos ter uma ideia do que representa para ele uma condição análoga a escravidão, no caso, através de uma experiência vivida:

Refej: Mas eu tive a oportunidade de conhecer uma parte desses trabalhos escravos sabe, a juventude, prestar serviço se acidental e morrer, sepultado e como nada tivesse acontecido, a partir dali o trabalho continuava, quem morreu era enterrado pronto, isso vivenciei. Então a história desse SPI ela foi muito triste

Quando jovem, presenciou essas empreitadas de prestação de serviço entre índios e colonos. Em seu trabalho de conclusão de curso Dorvalino detalha esta narrativa:

Eu vivenciei um amigo morrer naquela época, depois do café mandaram juntar lenha lá no mato para fazer a comida, onde estava cortando lenha, no mês de agosto ventoso. Tinha um galho enganchado em um pau que fora derrubado em dias anteriores. O guri estava cortando a lenha debaixo desse pau enganchado, quando soprou um vento mais forte o galho desenroscou e caiu

sobre ele, abrindo o corpo no meio. O guri morreu instantaneamente. Velaram e sepultaram o corpo. Parece que aquilo era normal na época, ninguém era culpado, mas hoje eu sei quem eram os culpados. O guri que faleceu tinha uns 12 anos e eu na época 6 anos, quando perdi meu melhor amigo de infância.(REFEJ CARDOSO, 2014, p.19 e 20)

Ao narrar uma relação de trabalho escravo, qualifica as *histórias* do SPI e da FUNAI como tristes. A narrativa está presente em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia e também na entrevista coletada em campo. A representação deste episódio, em ambos os momentos, remete as violências dos órgãos tutelares. Dorvalino articula as memórias vividas com as adquiridas através do estudo da história, inserindo, portanto, suas narrativas no contexto que poderíamos até considerar historiográfico:

Refej: foi implantado em 1910 com Marechal Rondon e esses SPI termino em 1964 ai que foi criado a instituição FUNAI né, até esse ano de 1967 prevaleceu na aldeia os coronéis que foram postos pelo SPI né, até sessenta e sete [recordando], mas continuou um pouco ainda até 70, 74, esses agentes sendo liderança, que eram os coronéis.

Maneja os dados históricos e os relaciona com suas próprias memórias, articulando os fatos, instituições, datas e categorias sociais com suas experiências e trajetórias revelando uma memória impregnada da relação com o Estado. Os kanhgág que estudam a política e a história acabam compartilhando as explicações sobre os significados dos períodos, dando sentido às memórias que são politicamente importantes para os Kanhgág, no caso da reforma agrária de Brizola, uma memória muito viva entre os indígenas que viveram confinados no panelão ou fugiram para as lavouras dos Colonos. Neste caso, a lembrança de Leonel Brizola, aqui, nada tem com o ícone de esquerda cultivado pela militância *fóg*, pois foi padrinho dos colonos e assentou os brancos nas terras dos índios.

Refej: Mas aos pouquinhos foi acontecendo pra impor os caciques, os caciques é uma ideia branca, não é da cultural, pra eles melhor, fazer a política, foi uma estratégia dos coronéis e os caciques, pra ser aliados dos políticos brancos, pra ser melhor, como que vo dizer, pra, a ideia era uma ponte dos branco com os índio né, fazendo uma política pra penetrar dentro das aldeia. Por que antes dos coronéis, antes de 1910 o chefe das

comunidade, das terra indígena era os kujã, os pajé, com seus aliados, seus pã-i, suas parteiras e etc, etc.

Na narrativa anterior Dorvalino articula a representação de que a categoria “Cacique” é uma ideia branca, como já discuti junto a Refej na época do 31º Congresso Latino Americano de Sociologia, que aconteceu em Montevideo, onde deixamos ainda um trabalho publicado que discutiu essa relação entre liderança, organização social e a aprendizagem deste patrimônio por parte dos mais jovens: “La gestión interna de los conflictos es algo muy cara a los habitantes de la comunidad, por lo que no hay implicación de la policía ni de la justicia fóg en los casos de violación, juicio y castigo.”(AMORIM e CARDOSO REFEJ, 2017, p.9) A existência das leis internas da comunidade justiça a existência das lideranças na comunidade, contudo, as disputas criadas para ter acesso preferencial a políticas públicas articuladas nos órgãos indigenistas são uma idéia do branco:

Con el cacique hoy es voto a voto. Antiguamente con el Paim [Penh] (liderazgo) era una transición: “La disputa es cosa del blanco. Tiene aldea que ocurre elección cada cuatro años, copiado del municipio, pero, aquí no tiene elección. Si está bien, continúa, si se equivoca tiene que concertar, si tiene concierto” (AMORIM e CARDOSO REFEJ, 2017, p.9)

Refej: *Ainda existe né, sabe que então até oitenta e oito, quando se conquistaram uns artigos no, na constituição federal, pra conseguir dois artigos dentro da constituição federal também foi uma luta muito grande, eu não vivenciei isso mas as liderança que lutaram pra reconhecer esses dois artigos, dizem que não foi fácil e hoje ainda é pensado pra retirar esses direitos de dentro da constituição, mas como se tem uma garantia que não se meche mais na constituição eu tô muito tranquilo. Então oque que essa constituição garante, essa constituição garante que o índio ele tem que ser respeitado conforme a sua vivência, conforme a sua organização, tá garantido né. Então hoje a gente sonha e pleiteia, é o reconhecimento desses nossos direitos, voltar a essa tradição da organização social do povo indígena que dai é vários né*

A narrativa de “voltar a tradição” remete aos significados construídos perante a possibilidade aberta pela constituição dita cidadã. Dorvalino ressalta que essa

organização se modificou com o tempo, contudo, permaneceu como referência da superestrutura tradicional Kanhgág, a liderança, composta pelos líderes temporais e espirituais é responsável por cuidar das negociações de demandas da comunidade junto ao órgão tutelar, ao colonizador e suas frentes de expansão. Cita ainda, como a constituição garante a organização social própria, independente dos órgãos tutelares e colonizadores, como *antes do SPI*. A possibilidade de retorno à cultura sem a possibilidade de perseguição ou rusgas com o Estado só foi garantido pela constituição de 1988, no Artigo 231, onde “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários [...] competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” (BRASIL, 1988, Art.231)

Refej: *vários tipos de organização que hoje já estão meio esquecidos então a gente quer revitalizar essas práticas da organização. Então ali entra tudo né, baseado no bem viver, baseado no humano, hoje a sociedade tem que viver uma humanização, se não tem isso todas as consequências que se tem pelo planeta via continuar.*

Refej pontua que os Kanhgág não tem uma única forma de se organizar, que cada comunidade tem revitalizado suas práticas de organização interna, partindo da memória cultural, mas também com auxílio do imaginário sociológico e antropológico trazido pela academia, pela oportunidade de continuidade de estudos e pela luta democrática. Segundo a narrativa de Dorvalino “Antes de 1910 o chefe das comunidade, das terra indígena era os kujã, os pajé, com seus aliados, seus Pã-i, suas parteiras” tal afirmação se relaciona com o fato social da tutela e suas proibições estruturais e culturais, sobretudo, a criação de uma liderança baseada na figura do cacique. Para promover o movimento de “revitalizar essas práticas da organização”, Dorvalino constrói a ideia de agregar concepções que não necessariamente correspondam, de forma academicamente histórica e fidedigna, a antigos costumes dos antepassados, segundo ele “ali entra tudo né, baseado no bem viver, baseado no humano, hoje a sociedade tem que viver uma humanização”. A atualização da cultura é possível dado ao contexto histórico de acesso aos direitos, a conhecimentos históricos e antropológicos.

Pesquisador: *Quando o senhor tinha seus doze, treze anos, quando estava despontando a liderança, descobrindo né...as coisas. Qual que é a lembrança e a impressão que o senhor tem? Se lembrar de nomes, se não lembrar também tudo bem. Lembranças que o senhor tinha de Votouro, dos caciques e principalmente dos funcionários da FUNAI, pensando nisso que o senhor falou antes, sobre as lideranças tradicionais, dessa desorganização que o branco quer fazer.*

Dorvalino: *Essa, a invenção de cacique em muitos lugares deu certo como o branco queria, mas em muitos lugares deu errado.*

Através da invenção de cacique a ponte seria bem sucedida, quando o fóg conseguisse impor sua vontade aos Kanhgág, mesmo que para estes significasse trabalho escravo, perda de território e perseguição cultural. Esclarece que a “ponte”, as políticas indigenistas, como o *panelão*, não foram construídas pelos Kanhgág, mas, pelos fóg.

Pesquisador: *O Sr. acha que o Votouro deu certo ou deu errado?*

Dorvalino: *No Votouro nunca existiu panelão, quem implantou panelão em Votouro foi o Pedro Silveira, um “veinho”, conhecia ele. Ele saiu...ele era um dos coronéis de Cacique Doble, então ele pega e se muda com a família pra Votouro e lá ele implantou o tal de panelão. Eu conheci isso ainda, panelão, mas eu não sabia quem que tinha colocado idéia do panelão os outros velhos hoje me contam que foi ele que levou o panelão. Antes dele não tinha panelão, Votouro era o que mais preservava a cultura, por isso que até hoje não tem arrendamentos de terra, lá não tem ainda. Oque que aconteceu com muitos cacique, eles deram contra o trabalho escravo, aos pouquinhos foram cortando o tal de panelão, aos pouquinhos foram dizendo: _Ninguém vai mais trabalhar de graça, cada um vai trabalhar pra si, pra sua sobrevivência. A maioria eram contra o trabalho escravo, então quando um cacique falou que isso não ia existir mais ele teve o maior apoio pela comunidade.*

Cita que Pedro Silveira⁶⁵ teria sido o responsável pela implantação do *panelão* na área do Votouro. Pedro Silveira⁶⁶ é citado em trabalhos acadêmicos, bem como o de Ancieto Kujawa (2014), que cita Silveira como responsável pela diminuição das terras indígenas em Cacique Doble, Ventarra e Votouro. Antes desse cacique não tinha panelão, portanto, Pedro Silveira, na qualidade de cacique avalizado, teria feito a *ponte* com os fóg.

⁶⁵ Dona Pierina relata que quando veio do Forquilha para Cacique Doble o cacique dessa área era o Fortunato. Quando Pedro Silveira foi para Cacique Doble as pessoas comentavam que ele ia matar o cacique. O Pedro Malaquias fugiu do cacique Doble e foi para o Ligeiro.(KUJAWA, 2014, p.99)

⁶⁶ : Jornal Correio do Povo. Porto Alegre. 26.04.1968

Com a articulação das facções Kanhgág contra o arrendamento, novos caciques, vacinados contra a cooptação tutelar, iniciam um processo de conquista de autonomia política e direitos sociais. Uma problemática que merece uma atenção em outros trabalhos é de como as lideranças usam pautas coletivas para angariarem apoio momentâneo e ascenderem ao poder, posteriormente abandonam o antigo discurso trazendo a tona velhas práticas coloniais. Juvêncio, cacique Kanhgág, tinha também responsabilidade junto ao SPI, já que dominava o kanhgág, contudo passou a denunciar as práticas dos colegas de trabalho. Juvêncio aparece em uma reportagem no Jornal Correio do Povo. Porto Alegre no dia 26 de Abril de Abril de 1968, denunciando o deslocamento forçado. Os chefes do SPI e posteriormente da Funai eram responsáveis pela aplicação, fiscalização e supervisão das políticas indigenistas, contudo, faziam da sua prática oportunidade para realização de negócios espúrios, dilapidando o patrimônio indígena.

***Refej:** No Votouro eu me lembro e que hoje tem alguns registro ainda, que o falecido Juvencio de Paula, ele, toda essa ilegalidade da FUNAI, porque a Funai também continua roubando os bens do índio, construindo olaria dentro das aldeia, serrar madeira, negociava faziam projeto pra quarenta casa tirava madeira pra duzentas, trezentas casas e iam estocar fora das aldeia, isso foi uma das ladroagem.*

Os chefes da FUNAI promoviam ainda um sistema de medo dentro das comunidades, impondo sua moral à sua própria conveniência pelo uso da violência. Lígia Simonian, Antropóloga que vivenciou parte dos conflitos agrários escreve “Castigos cruéis na AI (área indígena) Votouro, Rio Grande do Sul: Resistências Culturais ou Novas Práticas”, estudo resultado de Laudo Antropológico instituído através de processo Nº 0478\92-41 na Procuradoria Geral da República. Sobre a conduta dos agentes da Funai em relação às lideranças e os recursos das áreas indígenas, corroborando assim com as representações da narrativa de Dorvalino relatando que:

[...] com a administração da FUNAI foram implantadas as "roças do posto" [...], onde os indígenas eram forçados ao trabalho sem remuneração e ainda não usufruíam dos recursos explorados [...] tais recursos eram, em parte, indevidamente apropriados pelos chefes do posto e/ou funcionários, e apenas parcialmente remetidos à FUNAI, para a conta da "renda indígena"[...]qualquer sinal de rebeldia a tais imposições, os Kaingang desta área era, simplesmente, aprisionados em condições desumanas [...] As possibilidades dos indígenas

abrirem brechas neste contexto explorador e repressivo eram. de fato, mínimas, o que consolidava e ampliava a sua situação de impotência [...] aliados das instâncias decisórias sobre seus recursos e vidas [...] instados a aceitarem as lideranças indicadas pelos funcionários da FUNAI (SIMONIAN, 1994, 21 e 22)

A *ponte* entre os órgãos tutelares, SPI e a Funai, e os Kanhgág se dava por meio dos chefes de Postos Indígenas subordinados às Inspetorias Regionais, no caso do SPI. Como lembra Refej, a fundação da FUNAI não significou uma mudança tão profunda na política indigenista nem tampouco conseguiu desestruturar esta *ponte* negativa agenciada por estes chefes de posto.

Refej: *Eu me lembro, que hoje ainda está registrado, não sei onde é que eu li, acho que no trabalho da professora Andina Inácio que ela relata que o falecido Juvencio ele denunciou a roubalheira das madeiras em jornal, em rádio e ele foi ameaçado mas a maioria da comunidade ele tinha o apoio eu sei que prenderam muitos tratores e caminhões que puxavam madeira depois da denuncia a polícia federal passou e prendeu. Oque que esses chefes da FUNAI faziam nas aldeia, ali era eles que mandavam, eles que prendia o índio quando ele errava o cacique ainda não sabia usar muito a autonomia da autoridade dele, eles é que faziam as rondas com revolver na cinta, me lembro bem. Lembro que o Lourenço, falecido Lourenço, ele era da antiga SPI e depois passou pra FUNAI e ai ele chefiava Votouro, ele que fazia ronda de noite fazia recolhimento dos índio, não beber, essas coisas ele ia atacando, mas sempre tinha o revolver na cinta. Isso eu me alembro, me alembro porque eu vi, eu vi era criança.*

[pausa para fazer um palheiro.]

Vixi naquela época tinha uma borracha, uma borracha roxo, meio laranja assim que eu cansei de ver mandar dar laço nas mulher nos rapaz, nos home que não obedecia amarravam e davam de laço, isso eu vivenciei aos pouquinhos isso foi terminando e hoje isso já está bem mudado. Hoje quem faz a lei dentro da aldeia é a liderança, chefe da FUNAI hoje não apita nada nas leis internas. Aos pouquinho a FUNAI foi perdendo autonomia né, hoje a FUNAI está só com demarcação ponto final. Mas eu fui uns dos lutador de tira esse tapete, debaixo, esses órgão, foi uma luta muito grande mas a gente foi vencendo né, usando as nossas estratégia e nós era considerado tutelado né até oitenta e oite, então tu não era dono de si, tu não podia fazer negócio, tu não podia abri uma conta no banco, tu não podia fazer empréstimo etnã quem dava aval era só a FUNAI, pra tu fazer

Com a redemocratização, a FUNAI perde o controle e a influência junto às lideranças das Terras Indígenas, fortalecendo a autonomia interna Kanhgág.

A tutela indígena é uma estrutura que merece atenção dos pesquisadores, pois interviu de forma a restringir aos índios o acesso à cidadania, ao mercado e aos direitos. Se por um lado a ação colonizadora espoliava o território ocupado pelos Kanhgág com títulos de posse coloniais, por outro, criou uma retórica protecionista para narrar às atrocidades dos aldeamentos. A Tutela restringia o acesso ao mercado capitalista, portanto, mesmo que o indígena se articulasse para vir a produzir somente o fazia com autorização dos órgãos tutelares.

Desse modo, para conseguirem sair das áreas demarcadas os indígenas tinham que retirar uma portaria junto aos órgão tutelar e tal documento ainda restringia local e data de estadia. O acesso controlado às cidades era também uma regulação do acesso ao mercado capitalista, já que muitas oportunidades financeiras se concentravam nesses centros urbanos e para vender o artesanato era necessária uma autorização que indicasse data de saída e retorno bem como o local de estadia, caso a portaria fosse descumprida caberia sanções disciplinares e prestação de contas junto as autoridades.

***Refej:** Eu via muito meus pais e quando vivenciei isso...Tu saia da aldeia eles tinham que te dar uma portaria. Eu também cheguei a ter uma "porta", portaria, ai tu tinha, se tu vai ficar oito dias, não podia passar desses oito dias, se passou tinha que dar satisfação. Ai quando meus pais ia vender artesanato em alguma cidade eles tiravam a portaria praquela cidade lá, se eles iam na outra faziam pra ir pra duas cidade se eles iam numa outra que eles eram talvez a segurança da cidade, as liderança da cidade te prendiam por que via aquela portaria e iam te dizer que tu tinha que estar lá naquela cidade e não aqui, era um dos cuidado que tinha que ter, dai se tirava pra, portaria pra vinte dia, que se tu passasse cinco dia tu tinha que chegar levar a portaria de volta e explicar porque que tu ficou mais cinco, tinha que, tinha que dar satisfação. Dai nessas época a gente perdeu muita oportunidade né, de trabalhar numa fábrica, numa empresa, sair pra jogar uma bola nos times famosos né, me aconteceu isso, se não hoje e tava aposentado no futebol e eu não fui porque eu tinha, eu tinha tutela né. Jogava bastante eu tanto jogava no goleiro, na zaga de centroavante até ganhei o nome, apelido de Pelé por esse chefe da aldeia, tal de Lourenço, não me lembro o nome dele, ele que me apelidou, da Funai ele, assistia muito nosso jogo de bola, eu jogava muito então ele me apelidou de pelé, então eu sou conhecido em Votouro como Pelé, chego lá eles já vão me encontrando dizendo que Pelé ta por ai.*

Os sonhos de trajetórias de vida construídas e definidas pela vontade próprias sofrem a ação da tutela, como um definidor de trajetórias, já que restringia as possibilidades de articulação de planos de vida elaborados pelo próprio indivíduo. No caso aqui, a narrativa sobre o sonho de ser jogador de futebol representa a possibilidade que foi desconstruída pela situação da tutela. A imagem seguinte pertence a Dorvalino e também está presente em seu trabalho de conclusão, sendo para ele uma lembrança significativa de sua juventude:

Figura 40. Dorvalino, conhecido como “Pelé” em Votouro.



Fonte: Dorvalino Refej, 2014

O período de democratização do país, acompanhado pela constituinte de 1988 significou uma possibilidade de voltar a articular planos e projetos de vida parados devido as demarcações violentas, ação da tutela do Estado, racismo, preconceito, violência dos colonos, desigualdade social e outros episódios que acometem os índios no Brasil fazendo com que não vivam seus planos, mas o que o branco determina para ele. Não significou que o problema havia acabado, contudo, a tutela já não era tão agressiva como nos anos anteriores.

Pesquisador: O sr. fez cursos de bilinguismo?

Refej: Sim foi em noventa e dois, recente isso. Tinha outros, aconteceu outros, tinha da FUNAI. Tinha o da FUNAI, não era pra ser professor bilíngue era pra ser monitor da professora branca. O monitor da FUNAI incentivavam pra aprender coisas do branco, eles eram monitor pra traduzir o que a branca explicava, pra eles entender a linguagem português, com isso foram desvalorizando a língua, foi desvalorizando a cultura, eu me lembro bem, que eu fiz uma prova com a professora e que na prova estava perguntando quem descobriu o Brasil? E nós tirava de letra né que era Pedro Alvares Cabral, hoje pra mim ta certo que ele não descobriu o Brasil ele invadiu os territórios indígenas, é um exemplo por que nós fomos aprendendo a colonialidade, outro exemplo quando nós lutamos pra tirar a educação da FUNAI e passar pro estado, reconhecer como educação indígena tradicional.

Figura 41. Dorvalino na época do curso de educador bilíngue.



Fonte: (APBKG, 1997, p.62)⁶⁷

As escolas indígenas nas comunidades foram uma oportunidade para estreitar a *ponte*, pois as informações transmitidas nas aulas desprezavam os conhecimentos kanhgág e enalteciam os mitos e imaginários coloniais da conquista. A trajetória proporcionada por estes estabelecimento era de inserção do índio a comunhão nacional, a política de aculturação por meio da educação.

⁶⁷ Eg Jamen Ky Mu. Textos Kanhgág. Disponível em:<
http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/lemad-dh-usp_textos_kanhg%C3%A1g.pdf>
Acesso em nov.2019

Extinto o SPI, outro órgão foi criado em 1967, que passou a se chamar FUNAI – Fundação Nacional do Índio. A educação escolar e as escolas do território nacional passaram ao comando dessa instituição. Mas continuou com a mesma política do passado, onde só podiam frequentar as escolas os filhos dos agentes nacionais. Nesse tempo, todas as escolas eram mantidas pela FUNAI, eram federais, com propostas pedagógicas para matar a língua e a cultura dos povos indígenas. Os estudantes indígenas continuaram sem nenhum apoio. Como este fato repercutiu nas comunidades Kanhgág? Parto do princípio que esse fato foi prejudicial às comunidades, pois a proposta pedagógica apresentada era de uma realidade diferente, com idiomas e culturas diferenciadas. Não houve respeito ou uma perspectiva de troca entre dois idiomas que se encontraram. Repercutiu mais como um choque cultural e uma tentativa de aculturação, onde os “brancos” acabaram predominando, impondo a sua cultura e seu idioma. (CARDOSO, 2014, p.21)

Neste sentido, a trajetória de Refej gerou um processo reflexivo sobre a ação epistemologia colonial e suas estratégias para deslegitimação das narrativas Kanhgág, principalmente em sua vida. A prova da professora, sobre Pedro Alvares Cabral, era um teste de aptidão histórica, mas também moral e cívica, pois para os indígenas este é um mito elaborado pelos brancos para instaurar a verdade histórica através dos signos da colonialidade. Depois de terminar os estudos básicos, ingressar na graduação⁶⁸ em Pedagogia, defender sua dissertação de mestrado em Educação e ingressar no doutorado em Antropologia, Refej já não responde tão rápido a pergunta sobre o descobrimento do Brasil, mas tira de letra a afirmação de que as aulas proporcionadas pelo Estado dentro das escolas indígenas era uma estratégia para inserir a colonialidade através da educação. “Dorvalino lembrou que as historias de "dentro da aldeia" interessam mais aos alunos: saber por exemplo. como é a área indígena em que vivem, se está na baixada ou no alto quantos hectares.” (APBKG, 1997, p.29). A seguir, as narrativas de Dorvalino sobre a sua vida escolar, coletada em seu trabalho de conclusão de curso:

Aprendi a ler e a escrever em minha língua materna quando cursei o Magistério específico para Kanhgág: CRES Bom Progresso. Foi um curso de Formação de Professores Indígenas Bilingües, Supletivo, em nível do ensino de 2º Grau – Habilitação Magistério, entre os anos de 1993 a 1996. Foi promovido e coordenado pela UNIJUÍ, COMIM, CIMI, APBKG e ONISUL. As aulas eram nos meses de

⁶⁸ Dorvalino Refej Cardoso venceu as etapas e se formou na faculdade de Pedagogia da UFRGS em 2014, escrevendo seu trabalho de Conclusão de Curso: Aprendendo com todas as formas de vida do Planeta. Educação Oral e educação escolar Kanhgág. 2014

janeiro, fevereiro e julho. O primeiro tempo de escolaridade foi aos 8 anos de idade, em 1972, em uma escola que ensinava português. Eu era falante Kanhgág e a professora era não indígena: não compreendia nada, apenas pedia licença para deitar na grama. Não frequentava direito as aulas por causa do panelão, uma forma de exploração do trabalho indígena instituído pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI. Com o passar do tempo, junto com a professora não indígena havia também uma monitora indígena, que fazia a mediação entre a língua Kanhgág e a língua portuguesa. (CARDOSO, 2014, p.16)

A narrativa de Dorvalino remete a violência educacional imposta nos tempos de confinamento, tempos do panelão, onde os Kanhgág eram obrigados a cultivarem roças coletivas. As escolas dentro da comunidade tinham como função e objetivo final a integração do índio a comunhão nacional, portanto, cultivavam símbolos de origem brasileira e europeia em seus cânones educacionais, ignorando a cultura Kanhgág. A trajetória de Refej faz com que ele reflita também sobre os conceitos que os *fóg* usaram para nomear ou designar as coisas Kanhgág, no caso a seguir Dorvalino usa o caso do nome de uma escola para representar tal situação:

Refej: *Qual é a primeira coisa? Mudar os nomes das escola, por que nome da escola em, por exemplo Votouro, o nome da escola era José de Anchieta, que foi o maior matador de índio, então imagina né a barbárie. Ficou Toldo Coroado, está errado também, porque toldo Coroado? Não, está certo, nós semos Coroados, o que ta errado é a escola que tá num território guarani, por que hoje onde está instalado hoje o Votouro, a sede ali, ali os primeiros moradores foram os guarani, a aldeia Votouro é la nos Candóia, a aldeia Votouro era instalado lá, depois eles tomaram conta dos Guarani, aqui antigamente era secção Tupi agora Toldo Coroado. Ai eles pressionaram os guarani tomaram o lugar deles e por isso que os guarani foram pra Guaviroba, Guaviroba baixa. É assim a história.*

A mudança de nomes de escolas e comunidades remete ao período de reconquista dos territórios perdidos. O nome José de Anchieta nomeando a escola de Votouro, um ultraje para os indígenas. A troca para Escola Toldo Coroado segundo Refej estaria etimologicamente correto contudo a área onde os Kanhgág se instalaram era ocupada pelos guarani no passado, contudo, os Kanhgág pressionaram o Estado e foram enviados para outra área. A área atualmente chamada de Candóia, devido ao resultado da luta da família Candóia para retomar

os antigos territórios de seus parentes. A seção Tupi era o local onde foram assentados os trabalhadores sem terra na época da reforma agrária, iniciada no governo de Leonel Brizola. A mudança de nomes é também uma chance de reestruturar as memórias, pois, durante muito tempo os kanhgág foram forçados a viver uma memória externa ou construída pelos *fóg*. Tal problematização por parte de Dorvalino evidencia a sua consciência sobre a história, memória e seus papéis políticos, tendo em vista sua trajetória de intelectual indígena, cursando o curso de educadores bilíngues, graduação em pedagogia, mestrado em educação e agora doutorado.

Ao se formar no curso de educador bilíngue de nível médio, Dorvalino passa a lecionar em Estrela, período em que reside com a família. Posteriormente indicar a comunidade de Estrela para a irmã de sua esposa Adelar, Rosalina Aires de Paula, a Kasy Fej junto de seu marido Garfej o Alécio de Oliveira, e também seus filhos Jacson e Josiel.

Dorvalino possui uma articulação retórica que faz dele um orador único sobre a cultura e filosofia indígena, sendo convidado para muitas falas, palestras e estudos. Em inúmeras oportunidades afirmou que em determinado momento todos os caciques do Rio Grande do Sul fizeram um documento onde Dorvalino seria o representante educacional da etnia Kanhgág. Seu trabalho de conclusão do curso de educadores bilíngues foi publicado pela Associação de Professores Bilíngues Kanhgág e Guarani, divulgado para instituições na época, entregue para o governador em exercício Olívio Dutra. No seguinte trecho, retirado de uma matéria publicada no portal online do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2002, mostra a Associação de professores entregando para Olívio a publicação do curso, a matéria cita o trabalho realizado por Dorvalino:

Um encarte elaborado pelo professor bilingüe da Terra Indígena Vontouro, Dorvalino Refej Cardoso, traduz os cantos espirituais e religiosos, como o ritual xamânico kikikonh, de culto aos antepassados. Também estão registrados o mito da origem da lua; a primeira caçada; canto para o espírito do avô, ou ainda o velório do velho Gaspar (João Manoel Gaspar Kaikãg), ocorrido em 1995.(RIO GRANDE DO SUL⁶⁹, 2002)

⁶⁹ Governador Olívio Dutra recebe CD que recupera cultura Kaingang. Publicação de notícias oficiais do Estado do Rio Grande do Sul/06 de Dezembro de 2002

Na ocasião não foi Dorvalino que entregou a publicação, contudo, em outro momento recebeu das mãos do Governador uma homenagem pelo trabalho junto a educação indígena. Na imagem seguinte, figura 42, foto cedida pelo entrevistado, vemos Dorvalino recebendo uma menção em solenidade realizada no palácio Piratini.

Figura 42. Olivio Dutra e Dorvalino Refej



Fonte: Refej, acervo pessoal.

Em entre os anos de 2004 e 2005 Dorvalino e sua família se mudam para São Leopoldo. Com o objetivo de se tornar o professor da comunidade, Refej organiza a escola junto de Kasy Fej, Rosalina de Paula. Em São Leopoldo, Dorvalino tem acesso ao vestibular indígena da UFRGS, na época escolhendo o curso de pedagogia para consolidar a sua carreira de professor e intelectual, um exemplo para os Kanhgág, pois suas conquistas educacionais vieram com muita luta e esforço e segundo Refej é uma superação da tutela e do confinamento. Ao se formar escreve seu Trabalho de Conclusão de Curso com o título: “*Aprendendo com todas as formas de vida do planeta. Educação oral e educação escolar Kanhgág*” (2014), onde recompõe sua trajetória de vida escolar e constrói uma proposta de pedagogia diferenciada daquela apresentada nos estabelecimentos coloniais.

Em entrevista ao jornal NH, do grupo Sinos de comunicação, Dorvalino expõe um pouco da sua trajetória dentro da Universidade:

Eu precisava do canudo para dizer que era um pedagogo. Agora eu sou. Sou um pedagogo caigangue [...] Eu quero seguir ensinando meus filhos e alunos dentro da filosofia caigangue, que defende o respeito e a preservação de toda e qualquer vida [...] Não adianta pensar em uma educação padronizada. O Brasil não é igual em todos os lugares. E essa é a minha luta, é por isso que eu pesquiso e não vou parar de estudar [...] A maior dificuldade que encontrei ao ir estudar foi o choque de realidade e o preconceito dos colegas. Vi que por ser índio em uma universidade causava estranheza nos outros alunos. Mas quando consegui assimilar e conhecer outras pessoas que me respeitavam, fiz amigos e aprendi junto com eles. (Jornal NH 16-08-2014)

A diferenciação entre ser um pedagogo e ser pedagogo Kanhgág está no universo epistemológico em que o conceito Educação é concebido. A educação Kanhgág tem objetivos diversos da escola regular *fóg*, diferenças essas, que podem ser inclusas no currículo por direito. Na entrevista concedida ao jornal, Dorvalino expõe o universo acadêmico, revelando as nuances preconceituosas tanto dos colegas quando da instituição, que, apesar de abrir o sistema de ações afirmativas e cotas, não se preparou para a recepção dos cotistas, não se adaptou na mesma medida em que o indivíduo indígena. Dorvalino, ao se formar se torna o primeiro⁷⁰ pedagogo indígena formado na UFRGS.

Figura 43. São Leopoldo tem primeiro índio graduado



Fonte: Jornal NH, 2014

⁷⁰Informação divulgada na página oficial de notícias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Disponível em: <https://www.facebook.com/ufrgsnoticias/posts/1335874109864408/> Acesso em nov.2019

Ingressou no mestrado em educação onde defendeu a Dissertação com o título de "*KANHGÁG JYKRE KAR Filosofia, Educação Kanhgág e a oralidade: uma abertura de caminhos*". *Jykre* é o termo Kanhgág usado para designar conhecimento, sabedoria, modos de fazer, regras e metodologia, é portanto, um conceito base para entender o perspectivismo Kanhgág, que nutre uma visão própria diferenciada da visão colonial da educação.

Figura 44. KANHGÁG JYKRE KAR Filosofia e Educação Kanhgág e a oralidade: uma abertura de caminhos – Defesa de Dissertação de Mestrado.



Fonte: Facebook, 2014⁷¹

Atualmente, 2019, Dorvalino cursa o doutorado em Antropologia, tendo o desafio de entrar num mundo onde sempre foi visto, e estudado, como o “outro”, agora invertendo a chave, tem o antropólogo e suas teorias como o “outro”, como ele diz, kanhgáguizando a antropologia, levando o conhecimento tradicional como um diferencial na leitura e entendimento dos povos indígenas.

⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ufrgsnoticias/posts/1335874109864408/> Acesso em nov.2019

3.5 “[...] ela tá falando, será que é verdade? Mas tá no Jornal.”: **Trajetórias de Rosalina Aires de Paula e Alécio Gãrféj Oliveira.**

Rosalina Aires de Paula, Kasy Féj, nascida em Abril de 1967 na cidade de São Valentim, filha de Adélia Ferreira de Paula e João Pedro Aires de Paula. Casado com Rosalina, Alécio Gãrféj de Oliveira, 50 anos de idade, nascido em 17 de Dezembro de 1969, em “Ventarra”, município de Erebangó, filho de Luís de Oliveira e Domingas de Oliveira.

Pesquisador: *Eu vi que os parentes do Alécio foram lideranças...*

Rosalina Aires de Paula: *Sim o pai, foi cacique e o tio dele*

Pesquisador: *O nome do pai dele está em nome de uma escola?*

Rosalina Aires de Paula: *Porque ele reivindicou Ventarra né, ele fez a retomada, os brancos tiraram ali. Passado anos depois ele se pegou com o pessoal do Ligeiro e do Votouro vieram reivindicar e conseguiram. Por isso botaram o nome da escola Luís de Oliveira.*

Começo o capítulo com a transcrição inicial da entrevista, pois já tinha a informação que o pai do Alécio era uma liderança, devido trabalho de prospecção realizado anterior ao processo de coleta, onde pesquisei os nomes e sobrenomes dos indivíduos e seus pais, desse modo, descobri alguns pontos relevantes que poderiam servir como disparadores para a construção de uma narrativa que incluísse os fatos coletivos, como as retomadas e não só os individuais, como as motivações de migração entre comunidades. Assim, ao realizar buscas usando o nome do pai de Alécio, pude encontrar uma escola de nome *Kanhranran Fa Luís de Oliveira* localizada na área indígena de Ventarra no município de Erebangó⁷². Como bem sinalizou Rosalina nas representações de sua narrativa, a história da retomada de Ventarra é a principal justificativa para a escola ser nomeada em homenagem ao seu sogro.

A reivindicação de Ventarra é um processo que se inicia oficialmente na década de 1990, contudo, o problema se dá com a retirada dos Kanhgág da

⁷² Segundo o Kofá Faustino Feliciano, no idioma kanhgág a palavra “ere” dignifica “campo”. Enquanto a palavra “mág”, de pronúncia “béngng” significa grande. Portanto os fóg denominaram de Erebangó por ouvirem os kanhgág nominarem assim o local. Outro caso é Erexim, onde “si”, de pronúncia “xí”, significa pequeno, (DIÁRIO DE CAMPO, 11 de Outubro de 2019)

Ventarra em 1960, quando foram desalojados em São Valentim, devido ao programa Estadual de reforma agrária do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), que assentou colonos *fóg*, onde os índios tradicionalmente ocupavam e tinha seus cultivos, o que garantia uma sobrevivência quase autônoma da economia branca.

A seguir uma foto retirada do Jornal Correio do Povo do dia 26 de Abril de 1968, onde o Kanhgág Juvêncio denuncia a remoção das famílias da terra. A imagem que acompanha a reportagem, mostra uma criança que pertence à parcialidade de Ventarra, mas, sua família foi deslocada para Votouro, uma comunidade diferente com sociabilidades e regras culturais diferentes, tendo em comum algumas poucas linhas de parentesco, a língua e a cultura Kanhgág.

Figura 45. Será que as flechas de brinquedo das crianças índias vão ser necessárias para defender as terras?



Fonte: Jornal Correio do Povo, 1968

A transferência dos indígenas que habitavam "a Ventarra", entre eles os familiares de Alécio, aconteceu em 1963 por ordem do Governo do Estado, que negociou com os índios permutas oficiais, como saúde básica, moradia e direitos de *fóg* em troca do toldo. A contrapartida nunca chegou, tendo os indígenas esperado o atendimento do Estado, como era feito com os colonos do IGRA, contudo, a realidade que encontraram foi de proletarização agropastoril quase forçada. Segundo o índio Juvêncio de Paula: "Se nós queria viver, comer, vestir, nós tinha de agarrar [...] vendê os nossos objeto [...] não queríamos contrariar [...] precisava falá com os home, que estão em lugá de nossos pai, e nunca falavam orientação coisa nenhuma.⁷³". Para Juvêncio, os Kanhgág aceitaram inicialmente a proposta esperando concluir um acordo que beneficiasse as parciais presentes nesta demarcação, contudo, o Governo de Leonel Brizola colocou os indígenas de Ventarra junto aos de Votouro, o que seria um erro já que são parciais distintas: "Temos além disso que vivê com patrícios que tem um sistema de vida um pouco diferente do nosso."⁷⁴ (Os índios de Votouro pertencem a outro grupo de índios. Isso provoca necessariamente entrecosques)

No ano de 1991, Luíz de Oliveira, lidera o grupo de índios que ingressou com a ação judicial na tentativa de retomar a posse das terras para a comunidade, provavelmente inspirados pelos discursos de retomada que vinham sendo construídos nesses trinta anos de afastamento da terra que parece ter encontrado um momento histórico, devido às possibilidades legais que se apresentavam com a nova Constituição (1988), movimento também influenciado pelas outras retomadas que aconteceram durante os anos de 1990, como a dos Kanhgág de Irai que sob o comando de Tokfyn em 1992 recuperaram 275 hectares ao redor da reserva indígena⁷⁵. Em 1993 os indígenas naturais de Ventarra decidem deixar o Votouro em direção aos territórios de seus antepassados:

Demarcação de terras provoca invasão

Erebango - Cerca de 60 índios da Reserva do Votouro, em São Valentim, no Norte do Rio Grande do Sul, invadiram ontem a Granja Petry, em Erebangó, para pedir a demarcação de terras da localidade de Ventarra Alta. O cacique Luiz Oliveira, que está

⁷³ Depoimento do Índio Juvêncio de Paula ao Jornal Correio do Povo. LISBOA. Tomaz de A. SCWADE. Egídio. Drama de 1.080 famílias indígenas rio-grandenses. Jornal Correio do Povo. Porto Alegre. 26.04.1968

⁷⁴ (Ibid.)

⁷⁵ Zero Hora. Porto Alegre. 08-09-1993

comandando a operação, disse que os índios exigem a demarcação de 700 hectares, de onde foram expulsos e removidos para outras áreas do Estado.

Na terra reivindicada pelos índios há um colégio, uma fonte de água e um cemitério indígena, única prova da existência da antiga reserva. O local é habitado por 12 famílias de agricultores, que permaneceram na área sem sofrer pressão dos índios. O cacique Luiz Oliveira disse que esta é a única forma de pressionar o governo para que a demarcação seja feita.

Os índios estão esperando apoio de outras reservas e prometem não sair do local enquanto o governo federal não se manifestar a respeito. As terras estão registradas em nome de vários proprietários, que deverão se reunir hoje para discutir uma solução. (ZERO HORA, 09-08-1993)

Como pode-se observar, a narrativa de Rosalina sobre o *kakrã*, Luiz de Oliveira é complementada pela matéria jornalística da época que também mostra a articulação de outras comunidades nesta retomada que teve inúmeros desdobramentos. A narrativa da matéria ressalta que o cemitério seria a única prova de que ali existira uma reserva, única prova articulada pelos *kanhgág* naquele momento, pois, o próprio governo demarcou aquelas terras em 1963, tendo acesso a ampla documentação dos órgãos oficiais de reforma agrária do Estado, mesmo que anos depois. A “invasão” na verdade é o retorno, a reivindicação, como narra e representa Rosalina. Ao ocuparem a área foi levantado um acampamento, barracos construídos, roças iniciadas e ingressado pedidos de auxílio nos órgãos oficiais.

O pedido de remarcação de 700 hectares de terra que pertenciam a reserva indígena Toldo da Ventarra. Os *caingangues* dizem que o Estado foi o responsável pela retirada dos Índios e pela venda da terra a colonos. O cacique Luiz de Oliveira foi a Passo Fundo pedir auxílio à Funai. Disse que os *caingangues* estão preparados para receber um reforço de cerca de 3 mil índios da reserva de Charrua e São Valentim, que seria usado para invadir às propriedades. Ontem os *caingangues* montaram uma barreira na estrada vicinal [...] só podem passar os que residem no lugar [...] Na área invadida, há 40 famílias de agricultores, que compraram as terras do governo em 1963, quando os índios foram transferidos para outras reservas (FERREIRA, 12-08-1993⁷⁶)

Segundo a fonte jornalística, uma comissão de Agrimensores e Antropólogos da FUNAI de Brasília havia sido montada, “concluindo os levantamentos histórico e fundiário na localidade de Ventarra Alta, em Erebangó, onde os índios *caingangues*

⁷⁶ FERREIRA, Marielise. Índios. *Caingangues se preparam para invadir área*. Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 12-08-1993.

da reserva de Votouro, em São Valentim, estão acampados. Atualmente a área reivindicada pelos indígenas é ocupada por colonos." ⁷⁷. As fontes representam os Kanhgág como intrusos provenientes de Votouro, porém, como já atestamos anteriormente, o governo estadual negociou, de forma escusa, as terras dos indígenas e as repassou para os colonos *fóg*, portanto, esta dúvida que a mídia coloca sobre a legitimidade do movimento de retomada, demonstra o apoio aos agricultores brancos. Mesmo sem a ordem que reintegrava a posse da terra para o grupo de Luiz de Oliveira são organizadas residências e lavouras. "[...] Os 150 índios acampados no local continuaram a lavrar a terra para o plantio do milho e o cacique Luiz de Oliveira participou de uma reunião em Passo Fundo com [...] a Funai.⁷⁸" Com a estrada fechada o problema aumentou pois os agricultores e frigoríficos dependiam dela para escoar a produção. De alguma forma a ação violenta surtiu efeito até mesmo nos agricultores, que se solidarizaram com os indígenas, talvez porque buscassem reaver as terras perdidas por meio de um acordo com o governo.

Figura 46. EREBANGO – Índios aguardam a demarcação



Fonte: Zero Hora, 1993

Naquele primeiro momento, os acampados não contavam com o apoio das entidades oficiais que, como sempre, esperavam o retorno dos indígenas para suas "áreas originais", no caso, Votouro. "Os índios acampados na localidade Ventarra

⁷⁷ ⁷⁷ Zero Hora. Porto Alegre. 08-09-1993

⁷⁸ (Ibid.)

Alta em Erebango e os agricultores que possuem terras no local reclamam do descaso das autoridades governamentais e da [...] (Funai), que ainda não definiram uma solução para o dilema.” (FERREIRA, 26-08-1993)

Através de ação judicial, os índios conseguiram que fosse feito o levantamento de Ventarra Alta e a outra ação judicial, que pedia a reintegração de posse para os Kanhgág, ainda não foi resolvida. Contudo, finalmente o governo reconheceu que havia uma área indígena demarcada como reserva de Ventarra até o ano de 1963 e somente através da ação judicial, os Kanhgág liderados por Luiz de Oliveira, conseguiram o prévio reconhecimento da retomada e também com que fossem atendidos pelos órgãos públicos, pois um mês depois da retomada, a FUNAI passa a atender a comunidade: "Ontem, a FUNAI enviou alimentos para os 150 índios [...] Cerca de 50 crianças já foram matriculadas [...] e começaram a frequentar as aulas ontem." (FERREIRA, 02-09-1993)

Depois de retomar a terra, o período foi de aguardar uma posição pelas autoridades, mas enquanto isso não acontecia, os problemas aumentavam, como por exemplo a falta de moradia adequada, saneamento básico, alimentação e outras necessidades básicas. A alternativa encontrada nesse contexto foi de ocupar os prédios já existentes nas áreas mesmo que isso contrariasse a decisão judicial de aguardar a demarcação e reintegração legítima. Desse modo, o cacique Luiz Oliveira inicia este processo levando a comunidade até o local das construções para se abrigarem melhor e uma velha igreja serve de moradia para a família da liderança, inclusive Alécio, Rosalina e Josiel Potksy Oliveira, filho do casal, que na época tinha quatro anos. Neste período, entre idas e vindas, Rosalina acompanhou e viveu junto toda luta da família de Alécio pela posse da terra de Ventarra, passando ali boa parte de sua trajetória: *“A que nós passamos mais tempos foi no Ventarra. Bah, no Ventarra. Se criemo mais lá, meus filho tudo. (Rosalina, 2019)”*

Figura 47. Índios saqueiam Igreja em cidade gaúcha

Índios saqueiam Igreja em cidade gaúcha

PORTO ALEGRE — Cerca de 200 pequenos agricultores distribuíram ontem uma nota circular na cidade gaúcha de Erebango, acusando um grupo de 40 famílias de índios Kainkangues de haverem saqueado a capela da localidade de Ventarra Alta, de onde foram roubadas imagens e objetos sagrados. A igreja foi transformada em residência dos indígenas e de pequenos animais (cabras, galinhas etc).

Fonte: Jornal do Comércio, 1994

A “Igreja Saqueada” era aquela utilizada como residência pela família Oliveira durante os primeiros anos da ocupação. Como observado na hemerografia da Zero Hora: “Os índios acampados na localidade Ventarra Alta em Erebango e os agricultores que possuem terras no local reclamam do descaso das autoridades governamentais e da [...] (Funai), que ainda não definiram uma solução para o dilema. (FERREIRA, 1993)⁷⁹. A mídia continua a retratar a retomada como “invasão” de caráter provisório, desta vez, retratam os Kanhgág como um empecilho para a produção, segundo a matéria de título: “Índios impedem plantio” Marielise Ferreira, repórter correspondente, narra que os índios permitem a entrada de brancos no local, contudo, “não autorizam o trabalho nas propriedades [...] 50 agricultores vão solicitar aos índios permissão para o começo do plantio de soja e milho” (FERREIRA, 1993)⁸⁰. Com a decisão de não deixar mais os agricultores lavrarem a terra os ânimos se acirram e a troca de acusações, violências entre colonos e indígenas são constantes nas proximidades de Ventarra e no Município de Erebango.

⁷⁹ FERREIRA, Marielise F. EREBANGO. Caingangues impedem plantio. Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 26-08-1993

⁸⁰ Idem.

Figura 48. Os novos donos: cacique controla plantação de milho



Fonte: Zero Hora, 1994

Segundo a matéria jornalística intitulada "*Índios e colonos mantêm clima tenso*" (1994), publicada no jornal Zero Hora em 05 de junho pode-se perceber, através da correspondente do norte do Estado Marilise Ferreira, representações múltiplas sobre os índios e colonos, inúmeras vozes e representações sobre o fato da retomada reivindicada em Ventarra. O jornal representa os argumentos dos indígenas como "alegações", ainda passíveis de comprovação, reforçando a possibilidade dos colonos retornarem a terra: "Os indígenas alegam que a área teria pertencido a uma

reserva até a década de 60⁸¹. Os agricultores ficam descontentes com a posição de apoio da Igreja Católica, que através de "Dom Gerônimo Zanandrêa se propõe a ser o conciliador no conflito e os colonos acabam enxergando a mediação como apoio aos indígenas. Nesse sentido, os agricultores começam a se organizar para tomar uma medida em conjunto e para isso, chamam assembleias: "Amanhã, os agricultores voltam a realizar mais uma assembleia. Os pequenos produtores se dizem dispostos a lutar com os índios pela posse da terra e, para tanto, estão comprando armas."⁸² A ameaça e violência representada na narrativa do colono exemplifica a atmosfera vivenciada pelos indivíduos do conflito, de ameaça, violência e medo.

A matéria jornalística possui dois textos, um principal, narrando o que acabo de apresentar e outro auxiliar, no canto da página de título: "*Igreja vira Moradia*", onde, novamente, os indígenas são apresentados como provenientes da comunidade Votouro, mas como vimos anteriormente são naturais de Ventarra, tendo inclusive os pais e avós enterrados no local. A matéria, possui certo tom racista e privilegia o discurso de um colono que retrata a ocupação da Igreja como profanação religiosa. O agricultor elabora uma narrativa, que mexe com o imaginário da opinião pública ao dizer que os índios "[...] fazem sexo em qualquer lugar profanando a igreja"⁸³, tal afirmação se torna uma arma junto à dogmas católicos religiosos, porém, não se abre espaço para que os indígenas se manifestem com a mesma intensidade, exercendo um possível direito de resposta. Ao final da matéria quatro linhas se dedicam a opinião dos indígenas: "O indígena Valdomiro Caetano conta que foi apedrejado por agricultores quando buscava um pedaço de lenha"⁸⁴. O fato mais importante a se destacar, contudo, é a informação de que a Igreja serviu de residência para Rosalina de Paula e Alécio Garfej Oliveira, junto do cacique Luís de Oliveira, pai do Alécio:

⁸¹ FERREIRA, Marielise. Índios e colonos mantêm clima tenso. Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 04-06-1994. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-e-colonos-mantem-clima-tenso>> Acesso em 23 de Outubro de 2019.

⁸² FERREIRA, Marielise. Índios e colonos mantêm clima tenso. Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 04-06-1994. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-e-colonos-mantem-clima-tenso>> Acesso em 23 de Outubro de 2019.

⁸³ (Ibid. 56)

⁸⁴ (Ibid. 56)

A invasão da Igreja e do salão paroquial [...] provocou o conflito entre índios e agricultores [...] transformaram a igreja em moradia. O terreno [...] onde antes realizavam-se as reuniões da comunidade, serve hoje de moradia para 22 famílias que vieram da Reserva de Votouro [...]. A igreja virou abrigo para a família do cacique Luiz de Oliveira. Onde antes era o altar, foi colocada a cama de casal. Os locais destinados as imagens dos santos servem atualmente de prateleiras dentro do quarto improvisado. (FERREIRA, 05-06-1994)

Com a instalação deste “clima tenso”, as fontes jornalísticas vão se concentrar basicamente na “luta legal”, dentro dos processos que tramitavam no Supremo Tribunal Federal. A Justiça chegou a publicar uma reintegração da área à favor dos colonos, através de um juiz federal de Passo Fundo, que concedeu a manutenção de posse aos colonos das áreas invadidas pelos índios Kaingang em Ventarra Alta⁸⁵ onde foi estabelecido um prazo⁸⁶ para que os Kanhgág desocupassem a área, contudo, os Kanhgág se recusaram a sair: "O cacique Luiz de Oliveira anunciou ontem que os caingangues vão permanecer na área mesmo após a decisão da Justiça Federal [...] disse que estão se preparando para uma possível ação da Brigada Militar". Assim, quase um ano depois da retomada, os Kanhgág se veem forçados a desocupar, novamente, a área da qual foram retirados na primeira década de 1960. Na ocasião, a posição epistemológica das narrativas vindas da Funai muda de auxiliador, mesmo que de pouca intensidade, para admoestador: "O administrador da FUNAI em Passo Fundo disse [...] os índios não podem continuar dependendo da Funai e de outras instituições para sua alimentação e sobrevivência". A mudança do tom acompanha foi a decisão judicial a favor dos colonos.

No dia 15 de Junho, já estava tudo encaminhado para que os indígenas deixassem a área quando o ministério da Justiça expede uma portaria, proveniente de uma Ação Civil Originária (ACO) de número 469 do Estado do Rio Grande do Sul, com o “Objetivo, em última análise, garantir a posse e o usufruto exclusivo dos índios Kaingangs sobre suas terras tradicionais, conforme assegurado pelo § 2º do art. 231 da Constituição” (BRASIL, 2017, p.2) Em 1996, por meio do Decreto

⁸⁵ FERREIRA, Marielise. Justiça reintegra os colonos na área invadida pelos índios. Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 09-06-1994. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/justica-reintegra-os-colonos-na-area-invadida-pelos-indios>> Acesso em 23 de Outubro de 2019.

⁸⁶ FERREIRA, Marielise. Caingangues têm um prazo para sair de área. Jornal Zero Hora. Porto Alegre. 15-06-1994. Disponível em:<<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/justica-reintegra-os-colonos-na-area-invadida-pelos-indios>> Acesso em 23 de Outubro de 2019.

Estadual nº 37.118/1996, é criado um grupo de trabalho com o objetivo de reassentar os ocupantes *fóg*, em outro local, bem como indenizar-lhes pelo valor da terra “perdida”. Contudo, em Agosto de 1996 “O Supremo Tribunal Federal concedeu liminar a fazendeiros do Rio grande do Sul inconformados com a demarcação pela Funai da reserva indígena Ventarra. Suprema injustiça com os índios”. (CORREIO BRAZILIENSE, 16-08-1996)⁸⁷, uma disputa judicial que vai e vem, pois dez dias depois, o Supremo “Revoga a decisão que suspendia a demarcação da reserva de Ventarra(RS)”⁸⁸ e assim, a “demarcação da Terra Indígena Toldo Ventarra” foi plenamente concluída e homologada através do Decreto Presidencial de 15/04/1998. (BRASIL, 2017, p.2).

Chegamos aos anos 2000, cronologicamente, na questão da terra, para os Kanhgág de Ventarra, a luta judicial decidiu em favor da demarcação. Contudo, o pai de Alécio não chegou a vivenciar o momento. Em 2002, Garfej conta ao jornal sua perspectiva do conflito, onde notamos sua insatisfação com a demora na demarcação, tendo em vista ampla comprovação histórica da existência do Toldo Ventarra desde antes de 1963, quando foram forçados a migrar:

Aléssio de Oliveira vê com satisfação os campos cultivados com soja e milho. Com um facão, passa a tarde limpando a lavoura de plantas invasoras, e planejando a colheita. Aos 32 anos, ele, a mulher e os dois filhos estão firmando raízes na terra em que seus pais nasceram e onde imaginavam viver até o final da vida. Mas Aléssio guarda profunda mágoa com a demora da Justiça no processo que poderia ter devolvido a terra aos caingangues há muitos anos.

Seu pai, o cacique Luís de Oliveira, nasceu em Ventarra Alta, de onde foi expulso aos 17 anos. Em 1991, Oliveira liderou o grupo de índios que ingressou com a ação judicial na tentativa de retomar a posse das terras para a comunidade e, em 1993, voltou a liderar o grupo de famílias que, mesmo sem decisão da Justiça, ocupou a localidade.

Uma **pequena capela** existente em Ventarra Alta serviu de **moradia** durante os últimos oito anos para o cacique e seus filhos, e quando os primeiros colonos deixaram a área, Oliveira se mudou para uma das casas liberadas pelos agricultores. Mas depois de seis meses, Oliveira morreu sem ver realizado o sonho de vencer a disputa judicial.

- Agora, não posso descansar enquanto não houver o desfecho desta ação - desabafa Aléssio.(ZERO HORA, 22-02-2002)

⁸⁷ Tribunal suspende demarcação. A crítica. Manaus-AM. 16 de Agosto de 1996.

⁸⁸ PORTEIRA entreaberta. Folha de São Paulo. São Paulo. 26 Agosto de 1996.

Tendo explicitado todo complexo contexto que envolve os aspectos sobre a “retomada de Ventarra”, citada nas falas de Rosalina, retomo as análises partindo das narrativas de Rosalina e suas representações:

Pesquisador: *Teve motivo forte de sair de lá? [Ventarra]*

Rosalina Aires de Paula: *Motivo forte?*

Pesquisador: *Tem histórias cabeluda né...*

Assim ó, nós saímos do Ventarra por que o pai do Alécio ele tinha problema do coração né e um tempo deu enfarte nele, ele morreu né. Depois que ele morreu as conquistas tudo dele, entrou gente diferente né, gente estranha e começaram essas brigas por causa das terras, por causa de emprego, começa as briga né e daí aconteceu com meus cunhado na época, meu cunhado é professor nomeado né e daí assim que o pai do Alécio. Nós tinha muita terra.

Por causa das terras, que o pai do Alécio conseguiu lá, nós tinha bastante terra, os emprego. Assim que o pai dele morreu vieram vindo pessoas de Charrua, Votouro, esses aí começaram né, sabe como é que é, começa as perseguição por causa das terra e os emprego, foi indo, foi indo até que como meu cunhado era professor nomeado começaram com ele. [Retirado do cargo de professor].

Assim não ficou mais bom pra nós por que o pai do Alécio era cacique, mas ele não deixava passar, começava alguém fazer bagunça, não, ele já expulsava dali, não querem ficar numa boa, assim é nossa lei, nossa lei funciona, assim, é assim, assim e assim né. [Ditando com o dedo indicador]. Mas e daí como ele morreu, acho que até mais ele morreu por causa disso né, muito problema. Lá na época não tinha arrendamento, por causa que, eles faziam com as cooperativas, a cooperativa, eles fazia aqueles troca-troca nas cooperativa, dai eles plantavam pros índios, no final do ano eles somavam e o que sobrava eles passava pros donos das terras, era bem bom.

Após o falecimento do pai de Alécio a família se vê deslocada e sozinha, incapaz de frear o avanço de novas lideranças em Ventarra. As poucas vagas de trabalho oferecidas pelo poder público, existentes dentro da comunidade, são disputadas e geralmente distribuídas para indivíduos colocados mais próximos da liderança, tornando o poder alvo de disputas. Com o aumento demográfico, diminui a disponibilidade de terras para cada família, fazendo com que se busquem novas perspectivas em outras áreas indígenas. Em sua narrativa, Rosalina conta que não havia arrendamento e cita um regime de cooperativas, onde os indígenas se organizavam para que suas terras fossem agricultadas em cooperação comunitária, onde, por meio de linhas de crédito e contrato de mão de obra, a comunidade se juntava para dividir os resultados da lavoura. Seria necessária outra entrevista para

confirmar, se era permitido aos *fóg* investirem ou serem empregados junto a cooperativa Kanhgág, contudo, não é o foco deste trabalho.

Alécio e Rosalina resolvem, então, migrar para outras terras indígenas tendo em vista as brigas por terra e emprego gerado pelos novos ocupantes, vindos de outras áreas. A primeira área escolhida foi Votouro Candóia⁸⁹, onde Rosalina tem seus parentes.

Rosalina Aires de Paula: *E ai é assim né Gabriel, foi indo e ai que a gente achou melhor ir pro Candóia né, mas o Candóia também não era, fomos pra Serrinha, o cacique como era muito conhecido do Alécio pediu pra nos ir pra lá né, o Sr. Antônio [Antonio Mig Claudino], lá por causa dos trabalho também não e não tem material pra fazer o artesanato né, não tem material. Nós viemos pro Estrela lá tem bastante material, taquara, cipó*

Agora o artesanato passa a fazer parte da narrativa de Rosalina em relação ao trabalho e sustento, antes a terra e empregos públicos se relacionavam pois estavam junto das lideranças de uma terra indígena. O artesanato é uma forma de sobrevivência, contudo, é também uma oportunidade de revitalizar, reviver e ressignificar estéticas, artes e tradição. A comunidade Serrinha, segundo Rosalina, não apresentava as condições ideais para a produção do meio de vida através do artesanato tendo que migrar para outra área onde houvesse tal possibilidade. A área de Estrela também é um território de retomada, que entra na classificação das “novas áreas” fundadas do decorrer da década de 1990. A ligação que encontrei entre a ida para Estrela se explica na linha de parentesco que Rosalina Aires de Paula tem com Adelar Aires de Paula Cardoso, esposa de Dorvalino Refej Cardoso, que teve sua trajetória analisada no subcapítulo anterior. Dorvalino não relata o período em que esteve em Estrela, portanto a narrativa de Rosalina complementa a trajetória de Dorvalino, que segundo a representação, estava em Estrela:

Rosalina Aires de Paula: *Nós viemos em 2005, a gente chegou ali no Charrua. [bairro Charrua em São Leopoldo] Em 2005 em diante eu comecei a dar aula. Nós viemos do Serrinha, do Serrinha nós viemos pra Estrela que o Sr. Dorvalino dava aula ali. A gente veio atrás deles e no fim o cacique era o Darci [Darci Sorég Rodrigues Fortes] na época, quando a*

⁸⁹ Local onde residem os parentes de Rosalina, Votouro Kandóia, área de onde saíram em 1963.

gente chegou aqui. A Marinez⁹⁰ do COMIM, ela conheceu muito o Darcy, e eles estavam com falta de professor, não tinha professor na época, ela foi pro Estrela e como o Dorvalino trabalhava lá, ela disse pra mim: _ Tu não quer dar aula em São Leopoldo? Até inclusive o Darcy, mandou chamar vocês, por que ele disse que é parenta de vocês. O Darci é parente, a mulher dele é da mãe né. Eu vim e eu me inscrevi na CRE ali e já me chamaram, quinze dias passou já me chamaram pra trabalhar. Eu dava aula lá no Mario Quintana, eu só dava o bilíngue lá, no Mario Quintana tinha professores que davam português, as outras matérias né. Depois a gente pensou de construir uma peça ali na aldeia mesmo né, na aldeia não, digo, ali onde nós tava acampado. Construímos uma peça e ficamos trabalhando com as criança, eu fiquei trabalhando com as crianças.

Segundo a narrativa de Rosalina, a movimentação entre as comunidades se dá em linhas e redes de parentesco. Rosalina e Dorvalino foram os primeiros professores da Por Fi Ga. Dorvalino já lecionava na cidade de Estrela, Rosalina vê nessa possibilidade de emprego, também uma forma de revitalizar a cultura e poder viver bem. Rosalina se corrige ao chamar o “local onde estavam acampados” de aldeia. No seguinte trecho podemos ver a narrativa elaborada pelo casal Alécio e Rosalina falando sobre a situação no wãre, que não poderia ser chamada de comunidade indígena devido sua inserção em um bairro *fóg*:

Garfej – Começar assim a vida, chegar assim num lugar, assim começar a vida não é fácil, não. Tu sabe como é que é chegar sem nada num lugar? Só com mochila, e para construir... é, não foi fácil, não, até que a gente arrumou um barraco, um barraco que nem esse aqui. Chegando a noite, hora de dormir, todo mundo tem que pregar as janelas, porta, porque ali tinha muito, muito assalto...

Kasÿ fej – Marginal...

Garfej – Muito assalto que entravam nas casas para roubar, inclusive me roubaram uma TV na hora que eu estava dormindo. Deixei a porta encostada, me descuidei. Então não foi fácil a minha vida. Pra todo mundo não foi fácil...

Kasÿ fej – Favela encostada, né...

Garfej – Favela encostada.

Kasÿ fej – E ali era passagem, e era perigoso nós tá morando ali, então a pressa foi nossa, drogas...

Garfej – Droga, tiro, muito droga...

(Kasÿ fej e Garfej, julho de 2012 in SEVERO, 2014 p.81-82)

⁹⁰ Marinez Garlet, conhecida entre os kanhgág como a Assistente Social que mudou de opinião, pois, quando chegaram na cidade ela era favorável a “volta” dos Kanhgág para suas “áreas de origem”, posteriormente mudou de opinião ao ver o caráter permanente desta ocupação. Realizou diversos trabalhos junto a comunidade Por Fi Ga, como pesquisadora e do COMIM.

Figura 49. Rosalina Aires de Paula.



Fonte: Jornal VS, 2005/ Reprodução do autor

Desde 2005 os Kanhgág se esforçam para ter uma escola dentro da comunidade que forneça uma proposta pedagógica diferenciada. Nesse mesmo ano Rosalina começa a fazer parte do quadro de lideranças, uma vez que o professor também é visto como um tipo de autoridade da comunidade. O Jornal Vale do Sinos, que já vinha retratando os indígenas desde 1990, em uma matéria do dia do índio, busca na figura de Rosalina, uma saída para retratar os Kanhgág:

A luta da educação contra a pobreza [sic]

A índia Rosalina Aires de Paula, de 38 anos, é uma das responsáveis pela cura de um câncer na preservação de sua cultura: a falta da escrita caingangue nas crianças indígenas. Ela trabalha como professora numa miúda sala de madeira construída na

comunidade indígena leopoldense, no bairro São Miguel. "Por enquanto é um barraco", ressalta ela. Mas para as crianças, este barraco é suficiente. Amarrados a um cordão esticados pela sala, estão escritos os nomes de cada menino e menina da comunidade: de um lado do papel o nome em português, do outro lado em caingangue.

No local, 24 crianças se dividem em dois turnos para aprender sua língua nativa. "Antes, eles falavam caingangue, mas não liam. Agora, até escrevem", expõe. Rosalina recebe uma contribuição mensal do Estado por exercer seu trabalho de professora. Mas não se acomoda e sonha alto: "Eu curso magistério à noite. Meu sonho é dar aula em colégios estaduais." Com isso, ela espera diminuir a discriminação com os índios que, segundo Rosalina, se deve a dois fatores: por serem pobres e por serem índios. (Jornal VS 16.04.2006)

A matéria explora uma representação que os Kanhgág não aprovam que é o retrato da pobreza através da vivência dos indígenas, pois apesar da situação difícil sempre lutaram muito para serem autônomos à sociedade do *fóg*, além disso também reforça o estereótipo negativo. Contudo é uma oportunidade para recompor o cenário histórico da trajetória do acampamento na São Miguel, onde "[...] a sala de madeira construída na comunidade indígena" servia como escola. Nota-se na reportagem, a prática pedagógica elaborada por Rosalina, onde ela amarrou "um cordão esticados pela sala" escrevendo "os nomes de cada menino e menina da comunidade: de um lado do papel o nome em português, do outro lado em caingangue (Jornal VS 16.04.2006). Podemos ver no depoimento de Rosalina a formação de um projeto de vida, que se inicia com a realização de um "curso magistério à noite", descreve como um "sonho". Argumenta que sua presença nas escolas do *fóg* poderia ajudar a "diminuir a discriminação" com os Kanhgág. Plano de vida que não lhe seria tão estranho já que seu irmão é professor e seu cunhado, Dorvalino, também conhecia a rotina e o dia a dia da profissão.

A narrativa avança temporalmente para a época em que a Por Fi Ga já estava alocada na Estrada do Quilombo 1015, no final do ano de 2007, conta Rosalina, que construíram um barraco de lona para ser a escola. Desse "momento metodológico", durante a entrevista acontece um fato curioso, Rosalina questiona hipoteticamente que eu ou alguém poderia duvidar de suas narrativas, contudo, ela justifica que suas falas podem ser comprovadas em jornais, tal transcrição dá nome ao título do capítulo:

Rosalina Aires de Paula: Depois em 2007 a gente veio pra cá, nós não tinha escola né, fizeram um barraco de lona pra mim dar aula pros alunos.

*Veio um vendaval e rasgou tudo, derrubou nossa escolinha aqui ó [apontando para o local onde ficava a escolinha, hoje igreja]. Meu deus como eu vou fazer, rasgou, estragou tudo, molhou tudo, classe. Coloquei as crianças aqui debaixo dessa figueira no chão, fiz eles no caderno escreve e chamemo o jornal, fiz dois jornal. Fizeram uma pecinha aqui pra nós, conseguimos né, fomos indo trabalhando né, nessa pecinha. Em 2009 eu pedi demissão e entrou o Josme no meu lugar, mas o Dorvalino estava dando aula, quando a gente veio pra cá o Dorvalino também deu aula lá, inclusive ele veio de Estrela e começou trabalhar eu e ele, quando a gente veio pra cá o Dorvalino continuou trabalhando, só que eu fiz tudo isso né, é a luta. **Pra tu não dizer, ah será que é assim, ela tá falando, será que é verdade? Mas tá no Jornal.***

A ressalva de Rosalina quanto a possíveis questionamentos que podem surgir, pode ter como possível justificativa o costume que Kasy Fej tem de atender e conversar com pesquisadores, sabendo que posteriormente tais conversas resultarão em um trabalho, que será lido. Portanto, Rosalina se importa com o que os pesquisadores, historiadores e parentes vão pensar se ela elaborar uma falsa narrativa que não corrobore com os inúmeros registros, que ela se lembra, terem sido realizados durante todo processo de ocupação dos wãre e ëmã.

Outra hipótese de justificativa para a formulação do questionamento é que a memória indígena é constantemente questionada quanto à veracidade e aos significados, se compararmos à tradição imigrante, por exemplo, que não sofre tanta pressão quanto sua “origem tradicional” nem tampouco se seriam verdade seus discursos, narrativas e representações. Cito Edgardo Lander, me referindo a *Colonialidade do Saber* (2005) e sua discussão sobre a hierarquização do conhecimento, se inclui como forma de saber o conhecimento histórico e a memória, em nós colonialmente impregnados:

Enquanto que a nossos olhos todos os demais, sejam chineses, ameríndios, azandes ou baruias, não podem realmente separar o que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza daquilo que sua cultura requer. Façam o que fizerem, não importa se é adaptado, regulado ou funcional, eles sempre permanecem cegos no interior desta confusão. Este corpo ou conjunto de polaridades entre a sociedade moderna ocidental e as outras culturas, povos e sociedades, polaridades, hierarquizações e exclusões estabelece pressupostos e olhares específicos no conhecimento dos outros. Neste sentido é possível afirmar que, em todo o mundo ex-colonial, as ciências sociais serviram mais para o estabelecimento de contrastes com a experiência histórica universal (normal) da experiência europeia (ferramentas neste sentido de identificação de carências e

deficiências que têm de ser superadas), que para o conhecimento dessas sociedades a partir de suas especificidades histórico-culturais. (LANDER, 2005, p.8)

A estratégia de luta junto à mídia é representada por Rosalina quando narra que após o vendaval que derrubou a escolinha, colocaram as crianças embaixo de uma árvore e chamaram o jornal para fazer uma foto para intencionalmente causar choque na população e nos órgãos responsáveis. O Governo do Estado construiu “uma peça”, um cômodo de madeira, que foi usada até o fim de 2017. A “prova” da narrativa de Rosalina, o jornal, foi também uma estratégia de luta dos Kanhgág para conseguirem chamar a atenção para que fossem atendidas as demandas da comunidade.

Rosalina interrompeu seu plano de ser professora em 2009 passando o cargo para Josme, narra que já tem outros trabalhos e o artesanato foi uma fonte de renda que sempre trouxe certa estabilidade para a família. “Os costumes não podem acabar”. Kasÿ fej afirmou que “[...] políticas vão e vêm e a cultura, o artesanato fica [...]” (SEVERO, 2014, p.93). Segundo ela, fez uma considerável produção de artesanatos, todos comercializados, “tanto, tanto, tanto que óia, muito artesanato eu fiz” (Rosalina, 2019):

Rosalina Aires de Paula: *Eu pedi demissão mas meus filhos continuam trabalhando, a Sueli [nora] meus filhos, os dois menino meu né [Jackson e Josiel], trabalham, a gente trabalha com vendas e aqui é bom. Aqui eu não sinto assim, outros trabalho, a gente já tem os trabalhos da gente lá em Canoas com as venda né, daí não. Aqui o Alécio ficou quatro anos praticamente de cacique, eu sei que ele ficou quatro anos, quase cinco anos de cacique, foi de 2008 a 2012⁹¹.[...] Aqui logo que o Alécio entrou de cacique eu fiz tanto artesanato, tanto, tanto, tanto que óia, muito artesanato eu fiz. Nós fazia durante a semana e no final de semana o Alécio ia vender comigo né, pra depois na semana ele ter uns troco pra silar atrás das coisas pra comunidade né, eu ajudava ele, bah. Enquanto que ele não conseguia o que ele queria ele não parava [...]*

⁹¹ Conheci o Alécio em 2012, quando, junto de Diego Severo, visitei a comunidade pela primeira vez, lembro que na época ele me mostrou um cômodo onde guardava os balaios e artesanatos que produzia. Neste período eu me questionava sobre a ausência do índio contemporâneo brasileiro dentro do currículo da graduação, tal lacuna me levou a longas conversas com o coordenador do curso Jairo Rogge, atualmente orientador deste trabalho, que me indicou realizar um curso de extensão junto ao diretório acadêmico de estudantes de História. Articulei um curso de 40 horas onde palestraram o Padre Ignácio Schimitz, Jairo Rogge, Cacique Alécio Garfej de Oliveira, a ex-Professora Rosalina de Paula Aires e o artesão Faustino e claro, na época, o mestrando Diego Severo e Maria Luisa (ex coordenadora do CEPI-RS).

A venda dos artesanatos aparece representada nas narrativas de Rosalina, uma vez que é uma importante atividade e na qualidade de cacique, Garfej articulou muitas visitas a escolas e universidades, venda de artesanato e acima de tudo contatos e visibilidade para a comunidade Por Fi Ga e luta Kanhgág.

Figura 50. Alécio e lideranças da Por Fi Ga⁹²



Fonte: (SEVERO, 2014, p.27)

Alécio foi eleito cacique em 2008 tendo como vice Darci Fortes, que também foi o primeiro vice junto de José Vergueiro. Na figura acima podemos ver a aproximação de Antônio dos Santos, Nĩgrẽg, nas pautas políticas da comunidade. Como vimos anteriormente, Antônio dos Santos foi cacique depois da gestão de Alécio, demonstrando que já eram parceiros de correrias política. Alécio foi responsável por gerir a comunidade no período de homologação das documentações e como tinha adquirido certa experiência na negociação por territórios no caso de Ventarra, conseguiu articular melhorias para a comunidade, assim representadas nas narrativas de Rosalina:

Rosalina Aires de Paula: *Inclusive ele fez o programa da Minha Casa Minha Vida, construiu as vinte casas de alvenaria, quando construiu que foi luta dele. Daí ele deu uma descansadinha [...] eu lembro ainda que o cacique o Valdones, disse, ligou pra ele, nós estava vendendo em Campo Bom, Valdônês [Valdonês Joaquim, cacique e vereador mais votado em Tenente Portela], que é cacique do Guarita, nós estava vendendo em*

⁹² Reunião de apresentação do candidato do Partido dos Trabalhadores - PT à eleição municipal em São Leopoldo, em 2 de agosto de 2012. (SEVERO, 2014, p.27)

Campo Bom, tinha um evento nós tava vendendo, eu sei que ele disse pro Alécio: _Oh seu Alécio, eu tenho uma novidade pra te contar, ele disse, pode começar a atirar foguete, que as vinte uma casa da Minha Casa minha Vida, conseguimos, vai dar certo, vamos construir. Bah eu sei que o Alécio ficou tão contente, porque essas casas ai, já fez um bem pra nós, não é grande coisa, mas deu pra nós morar. Porque do começo quando nós chegemo aqui nós tinha só casas com aqueles, como digo, costaneira que nos ganhemos do COMIM, costaneira, todo mundo tinha seu barraco com costaneira, uns buracão assim ó [sinalizando buraco coma mão]. Eu tinha minha casinha lá embaixo, eu tinha casinha com costaneira unhum. Depois que foi construído essas casinha pra nós melhorou bastante, depois que foi construído.

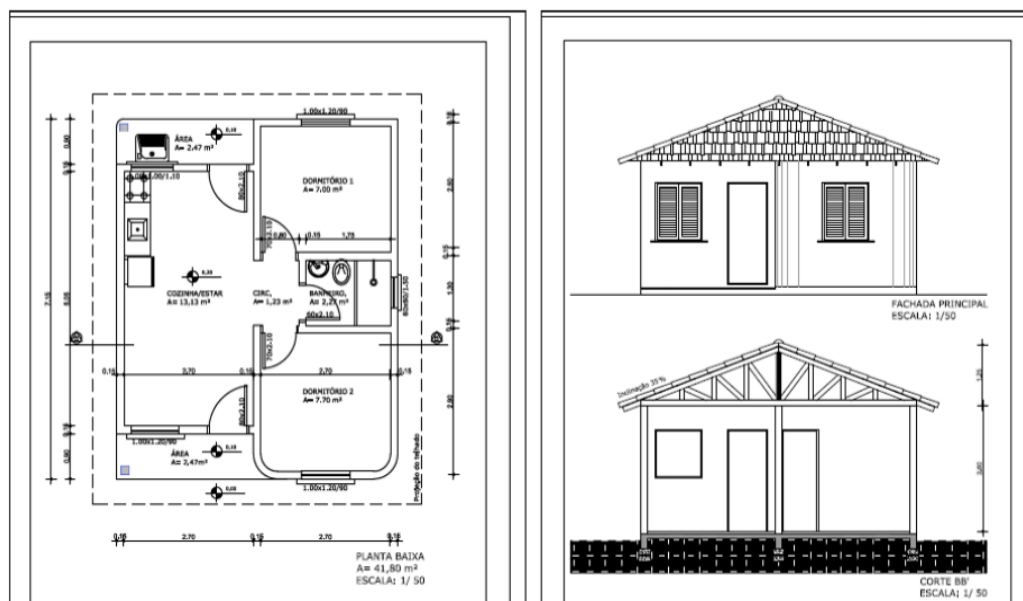
Costaneira são toras de madeiras arredondadas, muito utilizadas na construção de galpões no interior, mas para residências não é um material adequado devido o pouco isolamento térmico oferecido. As costaneiras eram doadas pelas organizações como as citadas pela entrevistada. Outra construção de costaneira, foi a escola apresentada em imagem à seguir junto as plantas baixas das casas desenvolvidas pelas políticas de habitação. As casas foram posteriormente aprimoradas segundo o modo de ocupar Kanhgág, algumas com fogões à lenha, outras com galpões externos, espaços de horta. Interessante ao observar as imagens à seguir, é promover a comparação entre os materiais utilizados na construção das residências, não levando em conta qualquer aspecto cultural essencialista, mas a capacidade de conquista de direitos e acesso ao consumo material como qualquer outro morador dos centros urbanos.

Figura 51. Escola, “pecinha de costaneira”.



Fonte: (LAPPE, 2015, p.114)

Figura 52. Planta baixa e modelo arquitetônico



Fonte: (LAPPE, 2014, p.114)

Pesquisador: Lembra de um caso de racismo de Novo Hamburgo?

Rosalina Aires de Paula: Sim acho que foi em 2008 me parece, mas ficou se arrastando.

Segundo a ação penal Nº 2009.71.08.004943-2/RS movida pelo Ministério Público que tornou o colunista jornalístico da cidade de Novo Hamburgo, Ivar Paulo Hartmann, réu acusado de racismo contra os povos indígenas. Foi condenado a dois anos de reclusão, contudo, foi procedida uma substituição da pena privativa de liberdade pelo pagamento de 24 salários mínimos à Comunidade Indígena Kanhgág de São Leopoldo e uma pena de prestação de serviços à comunidade. Segundo a ação penal, o fato delituoso se encontrava na “coluna” publicada pelo réu no dia 15 de outubro de 2008, no jornal NH em texto intitulado '*Raposa do Sol e outras raposas*' e segundo TRF, [...] contendo grave ofensa à dignidade do povo indígena, com expressões preconceituosas e discriminatórias, quais sejam”. (Tribunal Regional Federal ,2013,f.1)

No dia 15 de outubro de 2008, o denunciado, IVAR PAULO HARTMANN veiculou texto intitulado '*Raposa do Sol e outras raposas*', publicado no Jornal NH (Grupo Sinos), contendo grave ofensa à dignidade do povo indígena, com expressões preconceituosas e discriminatórias, quais sejam: '(...) No Brasil de hoje, as tribos remanescentes são compostas por indivíduos semicivilizados, sujos, ignorantes e vagabundos, vivendo das

benesses do poder branco. (...). A Lei nº 7.716/89, prevê que os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com a especificação do artigo 20 quanto à praticar, induzir ou incitar a discriminação - qualificado quando é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza (§ 2º) - serão punidos com pena de reclusão de dois a cinco anos e multa. A discriminação praticada, explicitada no texto e especificamente nas expressões 'semi-civilizados, sujos, ignorantes e vagabundos, vivendo das benesses do poder branco', carregada de conteúdo preconceituoso, além de pejorativas e agressivas, disfarçada de suposta crítica social, também incita a população, pois reduz os indígenas à margem de qualquer valor moral, cultural ou intelectual. Dessa forma, suas palavras podem sugerir que outras pessoas também praticarem a discriminação e o preconceito em relação ao povo indígena, encorajando-os a não tolerarem a presença destes em nossa Sociedade. A palavra 'vagabundo', desconsiderou qualquer tipo de trabalho que os indígenas realizam, praticando preconceito em relação à cultura, modos de sustentabilidade e de vida do índio. Tal ofensa atinge os índios do Brasil, mas especialmente aqueles da Região, pois temos a etnia Kaingang (com Aldeia fixada em São Leopoldo) (Tribunal Regional Federal, 2013, f.1)

Na peça acusatória, o Ministério Público Federal imputou ao réu a prática de racismo devido à incitação ao racismo existente nos seguintes excertos que seriam preconceituosos e discriminatórios: 1) semi-civilizados; 2) sujos; 3) ignorantes; 4) vagabundos; e 5) vivendo das benesses do poder branco” (Tribunal Regional Federal, 2013, p.10)

A publicação da matéria no jornal não atingiu imediatamente os Kanhgág porém, como a sua circulação por Novo Hamburgo é intensa para venda do artesanato, os perigos poderiam vir a ocorrer, uma vez que as ideias discriminatórias fossem reproduzidas pela população. O processo, seguido pela condenação, serviu como um exemplo para os *fóg* adequarem a sua visão em relação aos povos indígenas e também fortaleceu a visão diferente que os Kanhgág tem em relação ao mundo do branco. Durante o processo, Alécio Garfej, companheiro de Rosalina, deu seu depoimento:

[...] declarações prestadas em Juízo pelo Cacique da Comunidade Indígena Kaingang de São Leopoldo, Sr. Alécio Garfej de Oliveira, inquirido como testemunha de acusação, que foram sucintamente assim historiadas pelo parquet: "Perguntado, Sr. Alécio respondeu que tomou conhecimento do texto publicado e, ainda, que tenha sido escrito acerca de todas as comunidades do Brasil, atinge de forma direta os indígenas daqui. Disse não ser 'vagabundo', nem 'sujo', pois trabalha e sustenta sua família, e que ficou muito triste com o que estava escrito e que não concorda com nada. Disse sentir-se 'com

uma discriminação total' com o que foi escrito. Que ele recebe qualquer pessoa na aldeia, independentemente de cor, raça, não praticando qualquer discriminação, por isso choca-se ao tomar conhecimento das palavras escritas. Disse que receberam um terreno de 2,5 hectares do Município de São Leopoldo, mas após muita luta, e que hoje não recebem quase nada do poder público, sobrevivendo basicamente do artesanato que vendem. Que não é verdade que vivem 'às custas do poder branco', pois muitos ainda vivem ali, na aldeia, embaixo de lonas, com muitas dificuldades. Que moram na aldeia de São Leopoldo aproximadamente vinte e cinco famílias. Perguntando sobre as crianças e mulheres nos semáforos, disse não ter o que dar para eles, e que não recebe amparo de ninguém. Disse que ficou sabendo do segundo texto publicado pelo acusado, mas que isso de nada adiantou, pois atingiu todo o povo indígena" (grifei). (Tribunal Regional Federal, 2013, f.12)

O processo foi oportunidade para os brancos enxergarem a atividade de venda de artesanato como trabalho, uma vez que os *fóg* "subconsideram" a arte Kanhgág. Outro ponto interessante do depoimento do Alécio, quando inquirido sobre as crianças e mulheres no semáforo, respondeu que não tinha nada para dar para eles, esta resposta foi uma fuga para a problemática que os brancos tem em relação ao trabalho, pois os Kanhgág são bem resolvidos quanto a situação de exclusão econômica que os obriga a trabalharem desde cedo, que não permitem que suas mulheres e crianças deixem as sinaleiras para fazer o que bem querem. Os *fóg* tem um problema em relação ao trabalho das crianças que para os Kanhgág é um modo de viver, trabalhar e ensinar. Mesmo em juízo, os Kanhgág são compelidos a responder por um modo de vida que não corresponde à realidade da cultura e muitas vezes os caciques são questionados pelos Juizados e Conselhos Tutelares devido a presença de crianças nas cidades vendendo artesanato que eles mesmos, ou suas famílias, produzem. O trabalho é uma das atividades que definem o ser Kanhgág, portanto, a peça discriminatória, centrada na palavra vagabundo, é para os indígenas um insulto ultrajante.

Hoje Rosalina, Alécio, Josiel e Jackson vivem juntos em São Leopoldo e cuidam de um ponto de venda de artesanato no "camelódromo" de Canoas, um local de comercialização que tem atraído outros artesãos para vender, pois é considerado um bom ponto de vendas. Desde a época de Ventarra o casal trouxe consigo a determinação de lutar, a união familiar e sobretudo a resistência cultural. As narrativas de Rosalina transitam entre luta pela terra, educação, laços familiares, sociabilidades e preservação da cultura. As lutas de seu companheiro Garfej ocupam parte das representações de sua narrativa, pois ambos compartilham tais

memórias adquiridas. Nesse sentido, a escolha de Rosalina como informante, para saber de possíveis influências das trajetórias dos indivíduos na constituição da comunidade Por Fi Ga, tem como justificativa a ideia de não centrar apenas em figuras masculinas, mas, entrevistar mulheres, como uma figura feminina influente, no caso Kasy Fej. De fato, podemos recompor como a luta em Ventarra influenciou Alécio a ser uma figura de liderança na luta pela terra da Por Fi Ga, foi cacique na época da regularização fundiária da comunidade e como observado, desenvolveu a política de habitação em parceria com os poderes públicos municipal, estadual e federal. Tal capacidade de articulação não se deve única e exclusivamente a tais atores, como também, é inegável a influência das trajetórias de vida e suas histórias nas escolhas tomadas diante ao novo desafio que foi a vinda para os novos territórios, no caso a Por Fi Ga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Kanhgág tiveram o direito de livre circulação limitado até 1988, tendo em vista as inúmeras políticas indigenistas voltadas ao aldeamento ou integração nacional.

A hipótese central deste trabalho afirma que, as trajetórias dos Kanhgág que constituíram o primeiro grupo da Por Fi Ga, influenciaram na formação de coesão social na luta por terra, educação, direitos e cultura, pois a experiência adquirida ao longo deste trajeto foi aplicada em São Leopoldo.

O processo de análise qualitativa das entrevistas pôde fornecer representações sobre as trajetórias dos entrevistados, que junto a outras fontes compôs as histórias de vida apresentadas nesta tímida tentativa de etnografia. Sobre o levantamento quantitativo, o estudo concluiu que Nonoai, São Leopoldo e Votouro constituem as origens da Por Fi Ga, tendo a maior parte dos indivíduos que atualmente residem estas origens. Concluiu-se que o segundo grupo tenderá a substituir os demais uma vez diminuída a taxa de novos moradores em relação a taxa de novos nascimentos em São Leopoldo.

Sobre a Trajetória de Kasú, conclui-se que participou de movimentos pioneiros como o conflito em 1933 com a criação do município de Irai, a criação do Parque Nonoai e a desapropriação do Rio da Várzea em 1940, representado por ele

como uma "Resistência dos Kanheró no Rio da Várzea". A eleição de Nelson Xangrê e a expulsão dos posseiros de Nonoai em 1977, as experiências adquiridas nas viagens de venda em Porto Alegre na Praça da Alfandega, foram decisivas para a vinda de sua família para a zona metropolitana, posteriormente para a Por Fi Ga. Observou-se um pioneirismo na luta pela ocupação dos espaços urbanos, sejam eles territoriais, intelectuais, políticos ou culturais. As narrativas que articulam o favorecimento familiar e as amizades constroem a representação sobre a sua família bem posicionada dentro e fora da comunidade. Através das representações de Kasú sobre o cacique, pode-se reconstruir a percepção das responsabilidades do *pã-í mág* para comunidade, tendo em vista modelos como o do seu tio Francisco que era Kujã. A história de Kasú pode ser vista e lida em Jornais, música, sites, blogs e outros tipos de mídia que ele deixou seu rastro. Kasú é, portanto, um Kofá experiente que transmite para as novas gerações conhecimentos passado pelos troncos velhos, que precisam continuar existindo e garantindo a continuidade da cultura, que para continuar, Kasú chama atenção da necessidade do meio ambiente como possibilidade de reprodução do meio de vida Kanhgág. A interação com o *fóg* deve ser vista como possibilidades de fortalecimento da cultura e superação do preconceito, pois, a cultura é uma arma política como vimos nas representações de Kasú. As narrativas de sua trajetória também representam a sua influência na união de experiências, superando as divisões internas entre os Kanhgág, para fortalecimento das lutas por território, reconhecimento cultural e preservação. Kasú conclui que, hoje estão alocados em "Caixinhas de Fósforo; Lugarzinhos" e que antes eram poucos lugares grandes, agora são muitos lugares pequenos. Percebe-se também em suas falas a ideia da possibilidade de ascendência à liderança hoje ser determinada pelo estudo formal, porquanto os Kanhgág valorizam muito mais a educação familiar para o sustento, como a venda do artesanato ou o trabalho no campo. A morte da mãe de Kasú é representada brevemente como um marco de transformação em sua vida, pois, até então ele acompanhava os passos dela, após tal fato, saiu das comunidades de origem para buscar novas possibilidades, hoje sente satisfação na realização profissional e pessoal dos filhos. Kasú, homem de grande história.

Com a subseção dedicada as narrativas coletadas junto a Getúlio Eré Rondam Cassemiro pode-se concluir que as memórias kanhgág são históricas para o pesquisador, contudo, são também familiares e sentimentais para os informantes.

Getúlio representa através da narrativa que a motivação para migrar para as áreas transitam entre possibilidades constitucionais (1988) e conflitos dentro da terra indígena de origem. Quanto a possibilidade legal, cita que a tutela restringia a livre circulação e articula a categoria "isolado" para se referir a este tempo, em que a lideranças promoviam, junto da FUNAI, confinamento dos Kanhgág nas grandes áreas.

Getúlio desenvolve a ideia de que mais vale a pena se submeter a processo de exclusão social proporcionado pelo capitalismo do que se submeter a um processo de isolamento e exclusão proporcionado pelo cacicado de sua área de origem. Filho de reconhecida liderança da área de Nonoai, o ex cacique Vairand Casseiro, foi expulso da comunidade pelo então cacique José Lopes. Esta seria a maior motivação para migração da área de origem e estabelecimento nas novas áreas da Zona Metropolitana, uma vez que migrar para outras áreas grandes significava se submeter à outra liderança tradicionalmente consolidada, as wãre e emã que se formavam em Porto Alegre e São Leopoldo entraram na rota de possibilidades dos excluídos, dos punidos com ostracismo e dos artesãos itinerantes.

O conflito entre as lideranças de Nonoai tem forte presença de funcionários do Estado, merecendo outros estudos que esmiúcem tal relação entre violências e mortes praticadas neste período e empregados da FUNAI, tendo como pista os processos elaborados à época pelo Procurador da República, Renato Mattei, vívido defensor dos Kanhgág no período. As narrativas de Getúlio ainda revelam a mudança ocorrida dentro das comunidades devido a chegada de novos grupos ou com a intervenção do Estado pela FUNAI que poderia "incutir" dentro da tradição ideias dos brancos que são negativas para o bem viver da comunidade. As memórias também podem ser disputadas, perguntei ao Sr. Getúlio se ele pessoalmente concordava que José Lopes poderia entender a história contada de forma diferente, vendo o fato da expulsão, como resolução de uma disputa pelo poder, tendo o grupo de Vairand usado as denúncias ecológicas para angariar apoio de entidades indigenistas, como também concluiu a FUNAI. Em contrapartida Getúlio articula a ideia de que são igualmente estratégias políticas Kanhgág, "Eles são índio que nem nós, só que tem, eles tem um viver muito diferente, já acostumaram ganhar dinheiro sentado", ressaltando as diferenças na gestão dos recursos naturais das grandes áreas. O processo de coleta revelou que os fatos

históricos da expulsão são representados como uma espécie de narrativa de exílio, pois foi obrigado a refazer sua vida longe dos planos que tinha como certo, longe da terra que nasceu, onde seu pai era um cacique, tais fatos repercutiram de forma psicologicamente intensa sobre a memória e os sentimentos de Getúlio. Conclui-se que a trajetória de Getúlio, expulso de sua terra, vindo para a capital, apresenta um padrão comum entre os Kanhgág que migraram nos anos de 1980 para as zonas metropolitanas, tendo como diferencial uma relação estreita com lideranças históricas de Nonoai.

As narrativas de Antônio dos Santos, Nĩgrẽg, versam sobre a luta por terra nos primeiros territórios indígenas de Porto Alegre, Agronomia, Lomba do Pinheiro e Morro do Osso. Cita a dificuldade dos indígenas que saíram das "áreas grandes", como Nonoai, na década de 1980, pois eram classificados como "índios urbanos". Como demonstrado, ainda hoje os órgãos oficiais indigenistas tem dificuldade em classificar, perceber e atender os Kanhgág dos centros urbanos. Essa experiência de movimentação política gerou um acúmulo que posteriormente influenciou na formalização, junto a FUNAI, das lideranças da Por Fi Ga José Vergueiro e Darci Rodrigues Fortes, o que foi decisivo para o reconhecimento do território junto ao poder público e a sociedade local. Uma vez que as estratégias de Porto Alegre foram aplicadas em São Leopoldo, Sr. Antônio influenciou a comunidade Por Fi Ga na articulação de parceiros de luta, organizações não governamentais, poderes públicos, universidades, empresas, igrejas e outros, agregando forças e ampliando as possibilidades de gestão autônoma. Replicou também estratégias de intimidação, que são vistas aqui como positivas, uma vez que as movimentações violentas sempre surtiram mais efeitos políticos do que a simples representação em repartições públicas. As falas de Nĩgrẽg representam a relação com o bem viver e com os bens de consumo, mostrando que apesar da vontade e da realização do acesso ao mercado capitalista, culturalmente não alimentam desejos de acumulação econômica e material. Em sua narrativa reconstrói por conta própria uma linha do tempo que, segundo ele, seriam de movimentos de "retomada de territórios" que foram influenciados pelas lutas de Porto Alegre e região.

As narrativas de Dorvalino Refej Cardoso apresentam representações que articulam sua própria memória, a memória dos *kofá*, *kujã*, dos parentes e estudos acadêmicos. Dentre as conclusões, está a ideia de que alguns nomes, fatos, ideias servem como verdadeiros "gatilhos disparadores da memória", que podem não

remeter especificamente ao objeto, mas se assemelha em forma, conteúdo e essência. Como no caso em que falei sobre o Lídio Dellabeta, um funcionário do SPI e da FUNAI, descrito como violento e corrupto. Dorvalino deu a entender que conhecia, contudo, não sabia informar nada sobre ele, pois, não é de Nonoai, onde tal funcionário trabalhava, porém, tal nome serviu para despertar memórias que remetessem a funcionários dos serviços indigenistas estatais que tinham condutas duvidosas ou violentas, também no período em que tais práticas ocorriam em outros locais. Junto à narrativa de Refej pode-se concluir sobre as oportunidades de estudo que em muitas áreas grandes havia o favorecimento para filhos de lideranças e funcionários da FUNAI, outros teriam poucas chances de terminar o estudo ou ingressar em universidades, tais representações contrastam com sua trajetória de busca independente pela educação. Através das narrativas de Dorvalino percebe-se também o desenlace na relação da saída de seus pais para fora das áreas de origem motivada pela subtração das terras de Votouro e pela implantação do sistema de roças coletivas e do “panelão” proporcionado pelo SPI. Dentre as representações articuladas pelo informante vemos também o fim do SPI e a criação da FUNAI, e como foi mantida a tutela. Como consequência descreve tal tempo como “violência da borracha e do tronco”. Outra hipótese é de que a tutela determinou os projetos de vida dos indígenas através, por exemplo, de práticas como a restrição da circulação através da requisição de portarias oficiais que demarcavam data e local para circularem pelo Estado. A restrição de educação para os aldeões comuns é representada por Dorvalino como uma estratégia para evitar que os indivíduos se conscientizem do problema e se mobilizem. No fechamento das narrativas, Dorvalino conta que foi do sonho do futebol, como muitos jovens, às letras, para ser professor, através de uma oportunidade oferecida por um curso de formação de professores bilíngues que estimulava a autonomia e a pesquisa, portanto, o acesso à educação foi importante para determinar e consolidar um projeto de vida autônomo em que ele pudesse viver da cultura. Dorvalino representa em suas narrativas que a possibilidade de haver professores kanhgág é também o término das práticas coloniais que incutia a epistemologia *fóg*, através de uma educação assimilacionista. Assim, a trajetória de Dorvalino em sua formação como Kanhgág e professor serve de exemplo para os jovens, que observam a realização e a importância intelectual que ele tem dentro da comunidade. As crianças são alfabetizadas nas duas línguas através da escola da comunidade, onde Refej é

responsável pelo letramento em Kanhgág, bem diferente das práticas da sua época de escola, onde as professoras “brancas” iam ensinar conteúdos que não faziam sentido e não se relacionavam com a realidade indígena. Hoje, ano de 2019, Dorvalino Refej Cardoso, doutorando em Antropologia na UFRGS, no turno da tarde leciona para as crianças do primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental, este primeiro período é essencial para consolidação de uma proposta pedagógica diferenciada que case o currículo com atividades culturais próprias da comunidade. Dorvalino força as autoridades para que cedam as investidas por ressignificações das práticas curriculares e já conseguiu instalar, inclusive, uma nova concepção de horário escolar. “¿Por qué clavar horario? No es la exigencia con los alumnos para hacer pruebas que vay hacier dellos buenos humanos. La vivencia del blanco es con el horario clavado” (AMORIM e REFEJ, 2017, p.13). A percepção sobre a avaliação ocorrer em outros espaços da comunidade é levantada por Dorvalino como uma estratégia para aumentar a atuação da Escola em outros espaços da comunidade, portanto, o horário de turno escolar é secundário em relação a ligação que a criança desenvolve com a aprendizagem. Tais adaptações do currículo escolar na escola comunitária refletem a experiência adquirida por Dorvalino durante o período da tutela, quando era obrigado a aprender as “coisas do branco” se submetendo a educação *fóg*, reflete também o período de formação em que pode significar todas as práticas que considerou negativas para um projeto de cultura Kanhgág, formulando um conjunto de práticas mais condizente para a educação indígena da Por Fi Ga, incluindo horário e lanche diferenciados, avaliação que leve em conta as outras atividades exercidas pelo estudante, como a venda do artesanato, colheitas, roçados e trabalhos domésticos. Ainda há muito a ser dito, conversado e estudado junto à sapiência de Dorvalino.

Rosalina Aires de Paula, Kasy Fej, articula representações de memória familiar que se entrecruzam com as lembranças do sogro e do marido, Luís de Oliveira e Alécio Gãrféj de Oliveira. A vivência na retomada de Ventarra é o contexto histórico em que se insere a juventude do casal, que na época vivia junto do cacique Luís, responsável pelos ajuntamentos em Erebangó. Podemos observar as trajetórias familiares de Rosalina através da construção da narrativa hemerográfica que aponta os desenlaces da retomada de Ventarra mostrando os passos da família de Rosalina e Alécio. A saída das grandes áreas foi motivada por conflitos por terra e emprego, com a conquista dos territórios da Ventarra novos atores políticos

começaram a chegar. Outra motivação na vinda para a zona metropolitana está no fato de sua irmã Adelar Aires de Paula Cardoso e seu cunhado Dorvalino já estarem instalados em uma comunidade nova, fora das grandes áreas. Na discussão sobre a memória, Rosalina fala sobre o valor das palavras aliada as fontes históricas, uma vez que atesta que as histórias de suas narrativas também estão presentes nos jornais. Também se discutiu o fato do Jornal ser uma arma política e estratégia adotada para denunciar o descaso das autoridades, que deveriam ser responsáveis. Tendo em vista os processos políticos passados na demarcação das terras de Ventarra, a presença do marido, Alécio Gãrféj Oliveira, foi importante para os Kanhgág negociarem a regularização da terra na Estrada do Quilombo e angariar projetos na Secretaria de Habitação. Outro ponto influente foi a presença de Rosalina como a primeira professora da comunidade, contudo, pode ser observado que ela deixa a docência para se dedicar exclusivamente ao artesanato, considerando uma atividade mais rentável e condizente com seu dia a dia. Mais uma questão interessante é o momento em que a família se destaca na trajetória da Por Fi Ga através do enfrentamento de um processo judicial que julgou um caso de racismo, servindo para firmar as narrativas que defendem a presença Kanhgág nos centros urbanos e também o viver indígena.

Dentre as motivações mais recorrentes percebidas nas representações apresentadas neste trabalho se percebe em primeiro lugar a expulsão das grandes áreas, motivada por disputas políticas em Nonoai e outras áreas. Outro grande ponto histórico que pode ter contribuído para a migração de muitos indígenas é a Reforma Agrária realizada no ano de 1960 e que distribuiu terras indígenas para os colonos *fóg*. Mesmo quando estes territórios foram reconquistados, nas décadas posteriores, houve uma morosidade judicial e demora na resolução.

A possibilidade constitucional de 1988 foi uma oportunidade para por em prática os deslocamentos tradicionais a muito tempo restringidos pela tutela e o aldeamento. Esses movimentos de migração para venda de artesanato provocou a busca de novas possibilidades como a criação de territórios em zonas urbanas sem perder de vista o reconhecimento cultural. Tendo em vista tais pontos, é possível enxergar nessas motivações um padrão para outros indivíduos da Por Fi Ga uma vez que compartilham trajetórias semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Gabriel Chaves A. CARDOSO REFEJ, Dorvalino C. R. *Aprendizaje y conocimiento del patrimonio imaterial*. Organización de jerarquias y derecho consuetudinario en la colectividad amerindia kanhgág. *Acta Académica*. XXXI ©Asociación LatinoAmericana de Sociología. Compiladora: Ana Rivoir ISBN 978-9974-8434-7-9. Montevideo-Uruguai. 2017 Disponível em: <http://www.alas2017.com/isbn/> > Acesso em: 10 de Outubro de 2019.

A luta da educação contra a pobreza. *Jornal do Vale dos Sinos*. São Leopoldo. 19.04.2005. Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo.

APBKG. Associação de Professores Kanhgág e Guarani. (APBKG) Eg Jamen Ky Mu. Textos Kanhgág. *Curso de Formação de professores indígenas bilíngues*. Edição1. APBKG\Dka Áustria\MEC\PNUD. Brasília. 1997

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho Guareschi. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BEBER, Marcus Vinicius. O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do Planalto Sul-brasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé. *Arqueologia no Rio Grande do Sul, Documentos 10*, Brasil. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2005,p 06-107.

BICA, Silvia Maino B. Caingangues sobrevivem do artesanato em SL. Grupo de Índios veio da fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina e está na cidade com autorização da Funai. *Jornal Vale dos Sinos*. 23 de Dezembro de 1996. Arquivo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo.

BIGIO, Elias dos Santos B. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007. Disponível em:< [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_1_Elias_Bigio_A_acao_indigenista_brasileira_sob_a_influencia_militar_e_da_NovaRepublica_\(1967-1990\)1.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/revista_estudos_pesquisas_v4_n2/Artigo_1_Elias_Bigio_A_acao_indigenista_brasileira_sob_a_influencia_militar_e_da_NovaRepublica_(1967-1990)1.pdf) > Acesso: 28 de Outubro de 2019

BRASIL. *Constituição (1824)*. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm >. Acesso em: 01 Out. 2019.

BRASIL. *Constituição (1891)*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm >. Acesso em: 01 de Out. 2019.

BRASIL. *Constituição (1967)*. Constituição da república federativa do Brasil de 1967 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm . Acesso em: 01 Out. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html . Acesso em: 01 Out. 2019.

BRASIL. *Decreto Nº 1.606*, de 29 de Dezembro de 1906. Cria a Secretaria de Estado de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Commercio. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html> >. Acesso: 01 de Out. de 2019.

BRASIL. Decreto. *Decreto nº 8.072*, de 20 de junho de 1910 - Crêa o Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html> >. Acesso:01 de Out. 2019.

BRASIL. *Diários da Assembleia Constituinte (Suplemento "B")*. 1989. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissao-de-sistematizacao/COMSist23ext27011988.pdf > Acesso:28 de Outubro de 2019.

BRASIL. *Lei nº 601*, De 18 De Setembro De 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.html >.01 de Out. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Nº 6.001*, De 19 De Dezembro De 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6001 . > Acesso em:14 de Outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. *Homenagem a José Bonifácio no 88º aniversário da Independência do Brasil*. Inauguração do Serviço de Protecção ao Índios e Localização de trabalhadores Nacionaes. 7 de Setembro de 1910. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F8D00005.pdf> >. Acesso em: 01 de Out. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. (FUNAI). *Relatório da comissão de sindicância instituída pela Portaria do presidente nº 1091/91*. 1991.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Geral da Mesa. *Contém o Regulamento ácerca das Missões de catechese, e civilização dos índios*. Decreto n. 426 - de 24 de julho de 1845. Disponível em:< <http://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126> Visitado em 28 de Outubro de 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Ação Cível Originária 469 Rio Grande Do Sul*. Ministro Alexandre de Moraes. Brasília. 18 de Dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoPeca.asp?id=313515574&tipoApp=.pdf> > Acesso em 23 de Outubro de 2019.

BRASIL. Tribunal Regional Federal. *Ação penal nº 2009.71.08.004943-2/rs* autor : Ministério Público Federal réu : Ivar Paulo Hartmann. 2011. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-vara-hamburgo-rs-condena.pdf> Acesso em : 18 de Setembro de 2019

CAINGANGUES sobrevivem do artesanato em SL. Grupo de Índios veio da fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina e está na cidade com autorização da Funai. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (VS, 23-12-1996). Disponível em: Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo.

CARDOSO. Dorvalino Refej. *Aprendendo com todas as formas de vida do Planeta educação oral e educação escolar Kanhgág*. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1992

CASTRO, Eduardo Viveiro de C. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. Entrevista à equipe de edição, originalmente publicada no livro *Povos Indígenas no Brasil. 2001/2005*. Disponível em: < https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf Acesso em: 22 de Outubro de 2019.

COMISSÃO define área de reserva. Em dois meses a FUNAI saberá a conclusão do estudo que investiga se caingangues são os antigos donos da terra. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 09-08-1993. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9520_20100304_17_1556.pdf Acesso e: 22 de Outubro de 2019

COMUNIDADE caingangue deve se mudar por completo a partir de 10 de janeiro. Indígenas já ocupam área da Estrada do Quilombo. *Jornal do Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (Jornal VS 26.12.2007), Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo.

CRIANÇAS indígenas vendem cestos, outras comercializam marcela; todas esperam alguma recompensa do coelhinho. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. Jornal VS – 19.04.2003 Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo

DAMASCENO, Maira. Processos de ressignificação cultural na emã Por Fi Ga em São Leopoldo. IN: VIANNA, Marcelo et al (orgs). *O Historiador e as novas tecnologias - reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas/EPHIS - PUCRS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015

DAMASCENO, Maira. *Pesquisa ação e possibilidades de interculturalidade crítica e descolonialidade acadêmica junto à comunidade Kanhgág (Kaingang) Por Fi Ga em*

São Leopoldo/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018

DAMASCENO, Maira.(a) O ir e vir Kanhgág em São Leopoldo (1996-2016). *Revista Humanidades & Inovação*, v. 4, p. 132-147, 2017 Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/357> Acesso em nov. de 2019

DAMASCENO, Maira.(b) Representações, diferenciações e processos de identidades das sociedades ameríndias brasileiras. IN: XIII Jornadas Bolivarianas: Educação na América Latina à luz dos anos da Reforma Universitária de Córdoba. Instituto Estudos Latino Americanos - IELA - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/jornadas-bolivarianas/xiii-edicao/anais-da-xiii-edicao-das-jornadasbolivarianas/jornadas-5> Acesso em nov. de 2019.

DAMASCENO, Maira.(c) Disputas Historiográficas e relações de poder em áreas de fronteiras interculturais: implicações da história oficial. In: II Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino-americanos (CI-EHILA), 2017, São Leopoldo. *Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos Latino-americanos, 2017*. p. 48-55 Disponível em: <http://www.projeto.unisinos.br/emm/2017/anais-IIICI-EHILA-2017.pdf> acesso em nov.de 2019

DEMARCAÇÃO de terras provoca invasão. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 09-08-1993. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9510_20100304_16_2746.pdf Acesso em 22 de Outubro de 2019

DIA do índio com poucos motivos para comemoração. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (Jornal VS 19.04.2005). Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo

DIA do Índio. Alojado desde o final do no passado embaixo da ponte o Rio dos Sinos, grupo de indígenas vindos do interior do Estado enfrenta dificuldades. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (VS,19.04.2000), Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo

FERREIRA, Marielise. Índios. EREBANGO. Caingangues se preparam para invadir área. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 12-08-1993. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9512_20100304_16_4121.pdf Acesso em 22 de Outubro de 2019

FERRREIRA, Marielise F. EREBANGO. Caingangues impedem plantio. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre. 26-08-1993. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9518_20100304_16_5858.pdf Acesso em: 22 de Outubro de 2019

FERREIRA, Marielise. Igreja vira moradia. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 04-06-1994. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-e-colonos-mantem-clima-tenso> Acesso em 23 de Outubro de 2019.

FERREIRA, Marielise F. Índios. Ação Judicial precisa garantir levantamento em Ventarra Alta. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 02-09-1993. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9519_20100304_170947.pdf Acesso em 22 de Outubro de 2019

FERREIRA, Marielise. Índios e colonos mantêm clima tenso. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre. 04-06-1994. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-e-colonos-mantem-clima-tenso> Acesso em 23 de Outubro de 2019.

FOGLIATTO, Débora. Cacique kaingang lamenta mudanças na Funai: “Nossa luta já estava difícil, agora ficou ainda mais”. *Portal Sul 21*, Porto Alegre, Publicado em: janeiro 15, 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/01/cacique-kaingang-lamenta-mudancas-na-funai-nossa-luta-ja-estava-dificil-agora-ficou-ainda-mais> Visitado em: 10 de Out. de 2019.

FRANCISCO, Aline Ramos. Kaingáng: *uma história das interações entre nativos e ocidentais durante a conquista e a colonização no sul do Planalto Meridional* / Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em História – Porto Alegre: PUCRS, 2013.

FREITAS. Ana Elisa de Castro Freitas. *Mr̃r Jykre – a cultura do cipó: territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2005

GAIGER, Júlio. KAINGANG: Conflito leva índios ao exílio. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre. 30-11-1990. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/conflito-leva-indios-ao-exilio> Acesso: 18 de Outubro de 2019

GARLET, Marinez. *Entre cestos e colares, faróis e parabrisas: crianças Kaingang em meio urbano*. Diss. (Mestrado em Serviço Social) - Fac. de Serviço Social, PUCRS. Porto Alegre, 2010.

INDÍGENAS seguem em busca de valorização das terras. Demarcação foi um dos temas discutidos no III Fórum Estadual. Apenas 0,37% do território está reservado a eles Os caciques estiveram reunidos na Vila Bethânia, na Capital. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre, 08/07/2001. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/es/Noticias?id=3100> Acesso: 15 de Outubro de 2019.

ÍNDIOS constroem em área verde e cobram terreno. CASA: material para erguer a moradia doado por vizinhos. São Leopoldo. *Jornal Vale dos Sinos* – 26.08.2004 Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo

INVERNIZZI, Marina. *Historicidade kaingang na terra indígena Pó Nãnh Mág, em Farroupilha/RS*. Monografia de Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de licenciado em História. Lajeado. 2015

KUJAWA, Henrique Ancieto. Conflitos envolvendo indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul: dilemas de políticas públicas contraditórias. *Ciências Sociais Unisinos*. 51(1):72-82, janeiro/abril 2015. Unisinos - doi:10.4013/csu.2015.51.1.08. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/download/8177/4601
Acesso em: 19 de Outubro de 2019

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). *Colección Sur Sur*, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LAPPE, Emeli. *Espacialidades sociais e territoriais Kaingang: Terras Indígenas Foxá E Por Fi Gâ Em Contextos Urbanos Dos Rios Taquari-Antas E Sinos*. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES. 2015.

LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. S. Terra indígena Foxá “aqui no cedro”: passado e presente Kaingang na sociedade do Vale do Taquari-RS-BR. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 1, p. 025-042, mês. 2018. ISSN 2179-0892.

LAROQUE, Luis Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil. *Revista História Unisinos* 9 (1):49-59, Janeiro/Abril 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6408/3551>
Acesso em 16 de Outubro de 2019

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1889- 1930). Instituto Anchieta de Pesquisas.v.64 São Leopoldo: Unisinos, 2007 Disponível em: <http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antropologia64/antropologia64.pdf> Acesso em nov. de 2019

LISBOA. Tomaz de A. SCWADE. Egídio. Drama de 1.080 famílias indígenas rio-grandenses. *Jornal Correio do Povo*. Porto Alegre. 26.04.1968 Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/9079_20100222_120928.pdf
Acesso em: 23 de Outubro de 2019

MARECHAL, Clémentine. *Alcindo Peni Nascimento e sua ação política nas T.I Nonoai/RS e Manguerinha/PR*. Trabalho apresentado na 31ª reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF. Disponível: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541170616_ARQUIVO_Marechal-Nascimento-trabalhocompleto.pdf>

Acesso em: 19 de outubro de 2019.

MORADORES e líderes comunitários debatem a transferência da tribo para a Feitoria. Transferência dos índios para a Feitoria repercute no bairro. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (Jornal VS 14.07.2006) Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 233f. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

O Supremo tribunal Federal concedeu limiar a fazendeiros do Rio grande do Sul inconformados com a demarcação pela Funai da reserva indígena Ventarra. Suprema injustiça com os índios. *Correio Brasiliense*. Brasília. 16-08-1996. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/indios-138>
Acesso em: 24 de Outubro de 2019

PARQUE - Quanto à transferência dos índios para uma outra área, o secretário declarou, através de sua assessoria, que não há novidades. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (Jornal VS 26.08.2004). Acervo Museu Visconde São Leopoldo/RS

RICARDO. C.A. RICARDO. Fany. (org.) CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos indígenas do Brasil: 1987 / 88 / 89 / 90*. São Paulo, CEDI, 1991. (Serie Aconteceu Especial, 18.) Disponível em: <
https://books.google.com.br/books?id=snyweWq-0UsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>
Acesso em 19 de outubro de 2019

ROGGE. Jairo Henrique. Fenômenos de fronteira: *Um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. Tese de doutoramento área de concentração: estudos históricos latino americanos linha de pesquisa: populações indígenas e missões religiosas na América latina. Unisinos. São Leopoldo. 2004.

SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática: dois paradigmas da teoria antropológica. In: *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003. pp. 61-127

SANTOS, Antônio dos Santos. Líder de comunidade indígena de São Leopoldo diz que sofre preconceito racial. *Jornal NH*. (ca. 4 min 53 s). Disponível em <
https://www.youtube.com/watch?v=W_G1SZ6ESI8> Acesso em 17 de Outubro de 2019.

SÃO Leopoldo tem primeiro Índio caingangue graduado. Dorvalino se formou em pedagogia na UFRGS neste final de semana. *Jornal NH*. Novo Hamburgo. 16-08-2014. Disponível em:
<https://www.jornalnh.com.br/conteudo/2014/08/noticias/regiao/74377-sao-leopoldo-tem-o-primeiro-indio-caingangue-graduado.html>> Acesso em 01 de Novembro de 2019

SEVERO, Diego Fernandes Dias. Educação indígena em São Leopoldo: processos educativos formais e não formais entre os kaingang. Trabalho de conclusão de curso Ciências Sociais, Unisinos, 2011

_____. Educar, viver, trabalhar: os significados do fazer os artesanatos entre os kaingang da Ëmã Por Fi Ga. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

SILVA, Juciane Beatriz Sehn da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva. A história dos Kaingang da terra indígena Linha Glória, Estrela, Rio Grande do Sul/Brasil: sentidos de sua (re)territorialidade. *Soc. nat., Uberlândia*, v. 24, n. 3, p. 435-447, Dec. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000300005&lng=en&nrm=iso
Acesso em Out. 2019.

SIMONIAN, Lúcia. Castigos cruéis na AI (área indígena) Votouro, rio grande do sul: Resistências Culturais ou Novas Práticas. *Lauda Antropológico*. Laudo Antropológico. Processo PGR Nº 0478\92-41. Belém, Dezembro de 1994.

TEDESCO, João Carlos. CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master o e conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. *Anais da Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007* Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Jo%E3o%20Carlos%20Tedesco.pdf>> Acesso em 20 de Outubro de 2019.

TERRENO no bairro Independência [Feitoria] será usado por índios. Assinado o decreto de desapropriação da área. *Jornal Vale dos Sinos*. São Leopoldo. (Jornal VS 13.07.2006). Acervo hemerográfico do Museu Visconde de São Leopoldo.

TRIBUNAL Regional Federal da 4ª Região, *Ação Penal Nº 2009.71.08.004943-2/RS*. Autor: Ministério Público Federal. Réu: Ivar Paulo Hartmann. O réu foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 20, § 2º, da Lei nº 7.716/89. Novo Hamburgo, 28 de março de 2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-vara-hamburgo-rs-condena.pdf>> Acesso: 03 de Novembro de 2019

TRIBUNAL suspende demarcação. *A crítica*. Manaus-AM. 16 de Agosto de 1996. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/tribunal-suspende-demarcacao>> Acesso em 24 de Outubro de 2019.

WACHTHEL, Nathan. *A aculturação*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

WAGNER. Roy. *A invenção da cultura*. Roy Wagner. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo. Ed. Cosac Naify. 2010.

ANEXO A. ENTREVISTA REALIZADA COM ANTONIO NĨGRĚG DOS SANTOS.

Morador da comunidade indígena Por Fi Ga. Dia 17 de Janeiro de 2018.

Entrevistador: Gabriel Chaves Amorim

Ambiente: Entre o som dos galos, cacarejar de galinhas, acuar dos cachorros, crianças brincando, dois cavalos soltos que invadem a comunidade e por consequência a gravação, clima agradável.

Pesquisador: Como se chama e quantos anos têm?

NĩgrĚg Antnio dos Santos: Em portugus é Antnio dos Santos no meu idioma é NnĩgrĚg, tenho quarenta e nove anos e vou fazer cinquenta agora em Janeiro.

Pesquisador: O Sr. é cacique da comunidade?

NĩgrĚg Antonio dos Santos: Anteriormente não era, mas agora vai fazer dois anos que sou cacique aqui da comunidade Por Fi Ga.

Pesquisador Onde o Sr. Nasceu, Sr. Antonio?

NĩgrĚg Antonio dos Santos: Eu nasci na aldeia indígena de Nonoai.

Pesquisador Quando o senhor chegou em São Leopoldo como é que era a sua vida?

NĩgrĚg Antonio dos Santos: Eu cheguei a mais de dezesseis anos atrás, quando eu cheguei tinha nove famílias aqui na beira da 116 [Rodovia Federal], onde que a gente foi muito sofrido. A gente chegou ai não tinha lugar pra nós construir, nem podia construir na época o prefeito deixou construir era só lona, a gente armou uma lona e no decorrer do tempo a gente foi se organizando. Como eu já tinha vindo de uma aldeias conquistada na grande Porto Alegre essa experiência a gente passou pro pessoal que estava em São Leopoldo e a gente fez uma organização, criamos a liderança, o primeiro cacique foi o Sr. José Vergueiro, depois o Sr. Darci Fortes, então a partir deste momento a gente começou a encaminhar nossas ações para o poder público né. Reconhecido pela FUNAI pelas organizações daqui do município e ao decorrer deste tempo fomos solicitando uma área bem mais adequada com mais

segurança para morar. Mas foi sofrido, passava muito preconceito o pessoal não aceitava nós, nós trabalhava no centro era muito difícil não deixava nós trabalhar, hoje não né, hoje a gente está tendo acesso, hoje a gente tem oportunidade, mas tudo via judiciário né não foi pela boa vontade não.

Pesquisador Você lembra como eram as conversas sobre ficar em São Leopoldo definitivamente?

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Eu me lembro que a gente descobriu que nós hoje em qualquer município, temos que ter um direito indígena, que vem do Governo Federal para todos os municípios que tem que ter esse acolhimento dos indígenas e o índio tem o direito de criar o território onde quiser ele tem acesso livre de ir e vir, então como já havia indígena ai há mais de quase trinta anos (seis mil), tinha índio por ai. Através do direito criamos uma comunidade e estamos ai criando até agora. É uma lei que da direito do indígena criar território onde ele gostar.

Pesquisador: O Sr já estava com família, era casado. ?

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Sim já era casado

Pesquisador: Quando conheceu a esposa?

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Eu estou com ela a mais de vinte e seis anos. Lá em Nonoai faz muitos anos já, mas antes de estar com ela eu vivia fora da aldeia. O casamento nosso não é que nem casamento pelas igrejas, casa embaixo das lideranças né, lideranças e conselheiros como ainda acontece nossos casamentos aqui. Depois que casar não pode abandonar a mulher, tem que criar bem os parentes da mulher, ela também. Tratar eles como kakrã(sogro), Jamré(cunhado) que no meu idioma é cunhado né. Kakrã é sogro. Então através disso começa-se o respeito da família, quando nasce né.

Entrevista realizada com Antonio Nĩgrẽg dos Santos. Morador da comunidade indĩgena Por Fi Ga. Dia 11 de Outubro de 2019.

Pesquisador: E as andanças antes daqui Sr. Antonio, quando foi?

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Olha 1993, minha filha já tinha nascido 1991, moremos ali no Santa Isabel em Viamão, depois nos mudados pro bairro São Tomé. O Gilceu nasceu lá na glória Embratel, lá na Glória Embratel eu fiquei ois anos, onde o Gilceu nasceu. Dessa época foi os que começou a luta né e ali que a gente conheceu o Agronomia e da Agronomia que foi o primeiro movimento e o primeiro reconhecimento dos territórios de áreas indĩgenas aqui, metropolitano, é um dos primeiras lutas indĩgenas metropolitano aqui do Estado do Rio Grande do Sul foi na Agronomia. Envolvemos daqui a pouco o s.r. Miro Vergueiro também veio para Porto Alegre se alojou em Jari, tinha uma casa lá, que era comprada pela ANAI, para casa de passagem e o Bento morava lá, Bento da Silva e o s.r. Miro morou lá com ele. Nós já tava lá na Agronomia, chegaram também a família dos Fidélis ai a gente também na época, lá na Agronomia eu era só representante, reconhecido com representante, nós tava entre quatro famílias. Parece que o s.r. Getúlio, uma vez passou lá vendendo trabalhos, ficou alguns meses, vendendo artesanato. Dali a pouco chegaram lá o Vicente em Porto Alegre, conseguiram alugar casa, trabalhar com venda levemos várias confronto com as fiscalizações, brigada militar, eles perseguem o nosso trabalho. A gente começou e envolver com o poder público, nós não tinha água na Agronomia nós não tinha luz, quando nós não tinha água, nós pegava do nosso vizinho. O nosso vizinho dali uns tempo não quis nos fornecer mais a água, porque no verão nossas crianças gostam de se molhar, se lavar e o fóg já não é assim né, o branco é muito economista né, umas hora ele disse: _Oh minha água eu vou cortar para vocês ó, vocês estão estragando água ai, então eu vou desligar e ele desligou. Começamos a pedir água lá na SEMAE que tinha um depósito deles, da SEMAE mesmo, era do nosso lado lá, começamos a pedir água pros guarda ai nós pegava água lá, puxava de lá pra tomar banho, lavar roupa e fazer comida. Com o tempo passado a gente pedimos pra prefeitura, prefeitura, SEMAE e tal, fi encaminhado com Dr. Marcelo, que era o procurador na época, procuradoria nos ajudou, não tinha FUNAI ali, não tinha ainda SESAI, nós era atendido pelo município. O que a FUNAI queria é nos levar embora de volta, a

FUNAI mesmo sempre disse, o Neri né, que era delegado da FUNAI ele sempre dizia pro D.r. Marcelo que era o procurador: “_Não o lugar deles é na aldeia, lá é a vida deles, lá eles comem o que eles querem e tal. So que daí a gente não queria ir.” A gente começou a batalhar aquela nossa luta com os procuradores envolvendo o município e pedimos a água, fizemos uma encanação a SEMAE fez uma encanação pra nós pagar e liberou o registro lá pra nós, só que nós ia pagar. Sabe como é que é os indígena as crianças gastam demais tomam banho, as mulheres lavam roupa e era daquele jeito e a conta começou a subir e nós junto pagava, primeiras vezes nós começamos a pagar só que começou a acumular os mês, por não pagar, acumulou as contas, as contas vinha e não pagava. Uma hora a SEMAE mandou os fiscal pra cortar a água, ai eles chegado lá pra cortar a água, quando eles chegaram lá, veio num carro pequeno um Fiat Uno,, avisaram que vieram lacrear o relógio e eu disse que não ia cortar a água aqui, como que vai cortar a água, se nós indígena é gratuitamente vocês deveria de nos tratar, porque nós somos os primeiros habitantes, hoje nós temos direitos de ir e vir em qualquer lugar, hoje nós temos os nossos direitos, nós queremos viver somos que nem vocês, então ninguém vai cortar a água. Viraram de volta e foram falar com um tal de Roque que era o comandante lá da SEMAE e quando vieram, vieram de Kombi daí, no mesmo dia, chegaram de Kombi e foram entrando, seis e lá nós tava mulherada pelo menos uns dez nosso mais a criançada. Eu disse pras criançada: “_Ninguém entra aqui, ninguém vai mexer água aqui, se esse relógio esta incomodando nós tira o relógio e a mangueira da água fica aqui, ai eles deixaram de novo.” No outro dia vieram dizer que só iam tirar o relógio e que a agua ia ficar igual que não ia precisar pagar, fizeram um documento de pessoas carentesz vieram tiraram o relógio e botaram uma torneira, gratuito. Ai melhorou tudo!

Pra começar nosso barraco, só vela mesmo. Numa noite, a filhinha do Pedrinho, da Lomba do Pinheiro, a Preta, e nós de noite tomando chimarrão na minha casa lá e o barraco dele era uma distância um tanto assim, ali a vela foi queimando, foi queimando e pegou fogo na lona e quando nós viu o fogo pegando na lona a menina saiu berrando, queimou toda as costa, queimou a roupinha dela, saiu berrando, todo mundo correndo lá e apagando o fogo nas costinha dela. Meu Deus, a menina se queimou e o barraco também eu disse: _Leva pro médico, vamos pro médico, vão pedir os atestado tudo agora nós vamos lá no C.E, luz em Porto Alegre é CE né, primeiro fui no Dr. Barcelos, contando o assunto ai ele ligou pra C.E.

Liguemo pra prefeitura, mostremos os laudos tudo o que aconteceu com a menina e a prefeitura me mandou la pra central chegando lá fui recebido e disse: _Olha nós sem luz, usando velinha e olha a menina se queimou, até hoje ela está no hospital, oque que agora vamos fazer? Nós somos carentes, povo indígena, nós não podemos tá pagando luz, nós somos gente, queremos luz que nem vocês, queremos também dormir bem, dormir numa luz, tudo isso a gente começou a contar pra ele. Ai ele disse: ”_Antônio, amanhã vocês consegue poste? Vocês conseguindo poste ai eles vão instalar pra vocês lá.” Conseguir onde? Tem que comprar o poste, nós não tinha dinheiro. Só que ai nós era parceria com o presidente da associação do bairro, chegando em casa no outro dia fui lá no presidente da associação que eles já conhecia nós, a gente era da comissão deles, pedimos pra eles: _Assim aconteceu, precisamos d eu um poste! Foram na madeireira compraram os poste, pronto. A C.E foi lá e instalou a luz, instalou uma rede né, nós já estava entre sete famílias já tinha aumentado, vieram uma rede pra nós e instalaram as luz pra nós, bah daí todo mundo ficou feliz, meu Deus do céu. Dormi numa luz, ligar um rádio é isso.

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Eu fiz parceria muito grande também com o colégio Bom Conselho, aquele nós arrumava cesta básica, lona e aí nós fizemos essa parceria e ele tinha também a equipe deles ali que trabalha. Nós não tinha banheiro daí nós fizemos patente e só um patente não ia aguentar pra sete famílias, no decorrer daquele ano aumento pra dez família, barraco né, barraco um, barraco dois, barraco três e foi indo. Vamos pro Ministério Público vamos tentar se encaixar também com a Secretaria de encanamentos, estrutura e Saneamento Básico e aí comecemos a luta, foram várias reuniões e audiências com prefeito, secretariado do Estado. Disseram que ate o fim do ano iam conseguir a obra, mas primeiro tinha que colocar as máquinas pra trabalhar fazer as aberturas dos esgotos, abrir e colocar aqueles canos grandes, depois eles começaram a ligar os banheiros. Foi aprovado s.r. Gabriel, conseguimos e eles fizeram a obra deles, foram lá com maquina caçamba peonada trabalhando, acho que levaram uma semana no buraco né. Começaram a instalar dentro pro esgoto sair pra rua, depois de concluído isso aí, depois de estar pronto as instalações dos canos que sai pra rua o esgoto mandaram pra nós os banheiros pré-montados, que vem pronto né, só vão lá e montam, coisa rápida né. Daí nós conseguimos dez banheiro, para cada barraco, era com chuveiro com tanque do lado de fora, tudo insta ladinho. Começamos a ficar feliz e contente

né, agora temos banheiro, temos chuveiro, temos luz e temos agua agora falta casa, falta habitação, casa pra nós.

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Mudemos de ideia, sabe de uma coisa nós podia lutar por uma terra, uma terra maior, lutar por uma área maior. Eu era representante dos indígenas, ai nós tenha uma comissão junto com o Valdomiro, junto com os Fidelis e junto com os Vicente, nós era os coordenadores da comissão. Os direitos Humanos naquela época, começamos a buscar terra, terra maior pra levar todo grupo, por exemplo Safira, os Fidelis, O Vicente, nós se unimos pra nós conseguir uma terra pra todos os indígenas irem lá pra conseguir colégio, pra conseguir por exemplo atendimento médico e tal né, conseguir tudo isso. Pra nós poder ter acesso a essas patrimônios de atendimentos. Fizemos, dentro de um ano fizemos várias reuniões e começamos conseguir também, aquela terra da Lomba do Pinheiro junto com o Poder Público, Municipal, Estadual, Universidade, conseguimos Gabriel, com várias batalha, várias caminhada. Quando nós conseguimos aquela Lomba do Pinheiro com 5 hectares que tá lá até agora, até agora tá lá, conseguimos a luta e nessa luta foi dado vários prazos que era pra ser entregue a terra, que o proprietário ia ser pago, fizeram um projeto de cem mil e a área custo cem mil e tal. Nós marcava reuniões com o Secretário de Habitação e tal, conheço ele até agora, foram nos enrolando, foram nos enrolando que não tinha dinheiro pra pagar o proprietário. Nós ja tinha ido visitar, nós já tinha ido visitar várias vezes eles diziam que a terra ia ser nossa que só faltava pagar o proprietário. Lá tinha o que cuidava, levo o chacreiro. Quando levo quatro anos nós se reunimos tudo ali na Agronomia, se reunimos os Fidelis, se reunimos o Valdomiro ali o Safira, se reunimos tudo os indígenas na Agronomia e começamos a estratejar, o s.r. Zílio. Começamos a estratejar e decidimos assim ó, agora como eles estão nos enrolando já estão levando pra quatro anos e a terra está destinada pra nós vamos lá entra, vamo entrar. Eu conversei com o Bom Conselho pra nós conseguir dois rolos de lona preta, mais quarenta cesta básica e mais um ônibus que nós ia entrar na nossa área. _Não tem problema, se é pro movimento nós temo ai. Na nossa estratégia nós marquemos num sábado, pra nós invadi num sábado, todo mundo na Agronomia lá. Quando era nove hora o ônibus encostou ali, com lona, alimento o caminhão tava com comida e tudo lá. O finado Cláudio da Silva, tava junto com nós na época, sábado nove hora as indiada começaram a embarcar no ônibus, encheu o ônibus de indiada, pra entrar na área nova, eu disse: _Vocês vão e entram não dão bola pra

ninguém, entra lá no portão diz pro chacreiro que a terra é nossa, que o Sr. não tem nada que dizer, nós entramo na nossa terra, vocês fazem isso que eu como representante eu não posso aparecer nesse momento vocês vão lá façam o movimento e depois eu vou atrás. E foram, o Filipinho na época tava também. E quando eu cheguei lá já era meio dia, o finado Cláudio me levou de carro, eu fui todo pintado e quando eu cheguei lá Gabriel, tinha Brigada, tinha guardinha, tinha Ministério Público, tinha televisão, mas rapaz cheio de carro lá. As indiada lá, cada um fazendo seu foguinho, cada um montando seu barraco e o Felipinho dizia: “_Essa terra é nossa, não vem que essa terra é nossa” Ele tinha mais papo né, e quando cheguei ele avisou que chegou o cacique, eles costuma me chamar de cacique, mas eu não era cacique era só representante né. Entrei lá e cada um tava fazendo seu barraco, o gurizada tudo fazendo seus barraco as muié sapecando carne, tudo né. Eu entrei lá o chacreiro tinha feito divisa pra eles, tinha dito pra eles: “_Se querem fazer, faça pra lá que aqui não, daqui pra cá vocês não pode fazer”, eles disseram que tinha dito pra eles, pros indígenas, eu fui lá e entrei lá mesmo, no mesmo lugar que ele disse que não era pra fazer: “_Aqui vai ser meu.” Comecei a limpar. Encheu lá de segurança e tal e eu arrancava capim e jogava pra cima, e eu arrancava capim e jogava pra cima deles né. Só vamos resolver isso segunda feira, hoje não temos acerto, segunda feira nós vamos marcar uma audiência ai nós vamos definir, mas a terra é nossa e eu arrancava capim e jogava pra cima deles né, só pra provocar né, pra fazer movimento mesmo né. Foi marcado audiência pra segunda-feira e tal né, mas eu não ia fazer exatamente ali, só mesmo pra fazer aquela pressão. Os índio permaneceram, na audiência na segunda feira nós fomos lá e apertemos daí o Secretário de Habitação. O Sr. Disse que já era pra ter pago o proprietário e cem mil tá na conta, tá depositado na conta de vocês e agora quanto tem de juro, e esse juro vai pra onde? Vai pra quem? Vai pra vocês? Vai pro indígena? Vai pro proprietário? O juros dentro de quatro anos já cresceu demais, a terra é nossa e vocês tem que pagar o proprietário. Eles fizeram a desapropriação deram prazo pra pagar o proprietário e daí pronto fiquemo com a terra!

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Eu fiquei na Agronomia ainda, as indiada tudo lá na lombã, eu fiquei ali na Agronomia porque eu tava numa casinha, falei pra eles ficar lá, se quisessem podia botar outro representante porque ali na Agronomia a gente também estava bem. A cidade lá trazia pão pra nós, verdura, banana, batatinha, trazia alface, o caminhão trazia tudo pra nós, vez em quando trazia carne

pra nós poder comer, nós tava bem ali de financeiro de alimento sabe. O índio só pensa de comer, o indígena não tem pensamento de lucrativo nós geralmente, o costume indígena só tem o sistema de ter bom alimento, um bom viver, boa água, bom alimento, essa é a garantia da nossa, criando nosso filho descende nós não pensamos economista, não pensamos em ter um bom dinheiro na conta, ter um boa empresa essa não é a nossa a nossa a viver, comer e ter a garantia do seu território. Os caras deles começaram a vir lá em casa, queriam fazer uma organização pra me botar definitivamente de cacique, por que agora temo área, podemos botar cacique, acho que era isso. Eu dizia que não, escolhe pra lá, mas diziam que tinha que ser eu. No outro dia de novo vieram de novo: “_Não, Sr. Antônio a nossa luta foi junto, queremos você, como o s.r. batalhou junto com nós, tá junto nesse barco, queremos.” Dai a mulher disse que não, a Ana disse pra ele que não queria o marido de cacique que só ia dar problema que não queria que eu ficasse de cacique e foram de novo. Na terceira vez que eles vieram eu concordei, disse pra eles assim: “_Reúne o pessoal lá, faz uma reunião de todos que eu vou pra lá aí se é verdade que toda a comunidade tão pedindo eu aceito.” Umas seis horas eu cheguei, tava todo mundo reunido, tomando chimarrão, alegre, feliz, comendo carcaça e tal né. Chegamos lá e começamos a conversar, estratejar e botei o voto: “_Vamos fazer o voto, faz o candidato pra votar pra ver quem passa. Na época de candidato botaram o Jaiminho e Eu pra ver quem ganha pra Cacique, quando foi votado pro Jaiminho e pro s.r. Antônio eu ganhei, ganhei dele, fiquei de cacique, quando eu fiquei de cacique a época eu botei o Getúlio de vice-cacique na época lá. Comeemo a batalha, vamos fazer uma ata aprovada que apartir de hoje tem uma liderança aqui na Lomba do Pinheiro, ai nós vamos ter que reconhecer agora essa nova liderança, daqui da Lomba do Pinheiro, vamos ter que ir pra FUNAI de Passo Fundo, a apresentar ir nos órgãos públicos que hoje aqui tem um cacique, que uma liderança pra encaminhar e desenvolver projetos tem que ser reocnhecido pela FUNAI, epos órgãos públicos por exemplo Ministério Público os órgãos tudo, Prefeitura e tal, pra nós poder ter acesso nas programações pra ser atendido, tudo isso faz parte de uma liderança montada, a liderança montada tem que fazer o reconhecimento em tudo quanto é [orgão público, estadual, União, municipal e a Funai, após, depois que foi criado essa aldeia na Lomba do Pinheiro que começamos a buscar junto a FUNASA à época era FUNASA. Eles não queriam dar atendimento pra nós lá, FUNASA nunca queria dar atendimento pra nós lá, tivemos várias audiência, várias audiência e eles

dizia que só tinha compromisso só com os índio das aldeia, os índio acampados que vive nas cidade, os urbanos nós não tem compromisso, eles dizia assim. Deu muita batalha, com muita audiência conseeguimos ter acesso dentro da FUNASA. Quando nós entramos, nós conseguimos se juntar n sistema da Funasa, daí nós começamos a pedir que a FUNASA viesse pra Porto Alegre, via judiciário, porque só na luta não consegue tem que ter parceria tem que ter o Estado junto, os direitos humanos, tem que envolver a Funai que é a obrigação deles, Ministério Público pra fiscalizar tudo esas demandas e direito. Conseguimos Gabriel, a Funasa veio pro Porto Alegre pra nos atender, índios urbanos eles não queriam nem saber, mas via Judiciário tivemos acesso. Mas hoje está permanecendo até agora, que hoje é Sesai.

Essa luta em Porto Alegre foi uma referência muito grande e foi uma incentivo muito grande para os outros indígenas também criar territórios aonde que eles estavam acampados. Na época era em Lajeado, tava na época acampado Negrão, que tava lá, começava pedir apoio também. Na época eles estavam acampado ali perto da rodoviária, na barranca da BR, ali teve visitas lá tmabém com o pessoal do CIMI e o COMIN pra estratejar com eles, pediram pra nós como é que nós tinha feito pra ganhar aquela terra e tal, aí eles ganharam também, com luta, só que nós tava junto. Começamos a envolver o poder público de lá também junto, a luta também junto, daí eles conseguiram a terra lá, lá onde eles tão até hoje, Negrão conseguiu lá, até hoje. A gente tem que deixar aberto para que auqela area que fosse, aquela áre é pra cirar o povo indígen e que fique acesso livre pra , aceso de morar em qualquer outra área. Quando Lajeado ganhou, Farroupilha também se sentiu incentivado. _Opa eles tão ganhando terra, vamos tamb´´em por nossa luta. se organizaram lá, eles estavam acmapado ali perto da rodoviária, bem na frente da rodoviária, os farroupilha lá, chamaram nós tmabém, nós fomos lá com eles também. Fomos lá estratejar junto com eles e tal e começamos a luta lá também com prefeito, secretário de habitação, buscando que a indiada tava sofrendo na barranca da rodoviária, os índio também tem direito, por que ali também tem uma trajetória indígena, tem cinza indígen, tem cemitério indígen se nós for fazer pesquisa nós vai conseguir. Fomos várias audiencia lá, nauqela época era a aMARinez que trbaalhava no COMIM. A gente começou fazer isso aí e eles também conseguiram, com o Ministério público de lá também, era uma mulher ná época, conseguirma lá também, ao decorrer do tempo né, onde eles estão até hoje, até hoje eles estão lá. Então dali por diante foi indo, foi incentivando, incentivaram o Carazinho, entrou e

buscaram também. Foi um exemplo muito grande a luta e conquista dos indígenas de Porto Alegre, conseguir criar um território, criar um terra indígena. Então isso foi um exemplo muito grande, a gente lutou tudo nessa trajetória, buscando fazendo parceria, não se dividindo mas lutando junto, passando frio junto, ajudando as lideranças das áreas indígenas, junto com s.r. Augusto, s.r. Vicenten reconhecendo a Estrela como terra indígena em Brasília, na época era a Maria que era cacica, conseguiram também reconhecer Estrela como uma terra indígena, até hoje eles estão lá como terra indígena, pena que não tem indígena culturalmente, claro que eles também tem direito, foi uma luta uma conquista dele, tenho que ressaltar a conquista que eles fizeram também o problema que hoje a gente fica mesmo sentindo que a cultura, a língua tinha que ter pelo menos 50% né mas fazer o que cada um viva do seu jeito sabe.

Dai veio o São Leopoldo, que era o Darci, era o José Vergueiro que moravam aqui também, eu fiquei um ano de cacique na Lomba e vinha visitar eles, meu jambre, o Darci. Meu sogro é irmão dele, kakrã é sogro. Ali eles tinham um terreno na barranca do rio. Ali eles já tinham conseguido uma terra pequena que a prefeitura tinha dado pra eles.

Vimos ali, começamos a brincar junto com eles ali e ele disse: _Jambré por que não vem morar com nós, aqui é bem bom, aqui a gente ganha cesta básica, aqui é bom de vender balaio, aqui tu não vai passar crise aqui é bom eles me diziam e a minha esposa não queria ali. Com o tempo passado resolvemos de vir, deixei minha cacicância lá de Lomba do Pinheiro pro Jaiminho. Quando eu passei o documento pro Jaiminho o Felipinho começou a brigar com ele por que também queria ser cacique, aí começaram a fazer uma briga entre eles, o Jaiminho queria ser cacique, o Felipinho queria ser cacique e foi aquela luta. Me chamavam lá pra acertar, na terceira chamada que me fizeram pra ir lá eu sugeri que tirasse alguém da comunidade e nenhum dele fosse ser cacique. Nem Felipe nem Jaime, agora quem vai ser cacique é o que o povo vai escolher, mas não é nenhum dos dois, vocês querem assim? Porquê vocês não trabalham o Jaime de cacique e o Felipe de vice-cacique aí vocês trabalham pelo povo, não é pelo poder que você tem que fazer isso aí, tem que olhar pro povo e se unir vocês dois e trabalhar pra eles, se não quiser assim então vamos reunir a comunidade e nenhum de vocês vai ser cacique eu disse pra eles, só entre nós reunido. Ai cada um disse que não ia dar dai eles concordaram o Jaiminho ficou de cacique e o Felipinho ficou de vice-cacique, ai eles

se abraçaram, é assim se que trabalha, não pode tá brigando pelo poder vamos trabalhar junto. Ficaram eles de cacique lá, reunimos todo pessoal de noite, apresentou eles como cacique pra comunidade, eles ficaram lá de cacique e nós já estava aqui em São Leopoldo. Aqui no São Leopoldo dali com um ano mais ou menos eu disse pra eles, pr José, pro seu Darci: _Pra vocês conseguir terra aqui também, vocês tem que criar uma liderança, o representante era o José e o s.r. Darci, o Jeremia e tal. _Vocês tem que criar uma liderança e depois tem que reconhece ressa lidernaça nos Poderes Públicos e na Funai, pra poder público respeitar vocês e receber vocês e marcar audiência com vocês, aí você tem poder tem autonomia direitos mais forte. Concordaram em criar cacique, como nós vamos colocar cacique? Vamos, vocês querem, vamos se reunir na sombra, tem uma sombra lá, fizemos uam reunião debaixo de uma sombra aqui em São Leopoldo, daí correu o Darci e o José de candidato pra cacique. A comunidade que estava em São Leopoldo, na Charrua, fizeram votação e o S.r. José ganhou, s.r. José Vergueiro ganhou e ficou de cacique e o Darci ficou de vice, ai ficou bom né, os dois candidato que era adversário se junta pra trabalhar junto, é assim que tem que ser, aí funcionou. Depois da eleição disse que tinha que ir em Passo Fundo reconhecer eu fui com eles também, pra Passo Fundo, conseguimos a passagme pelo COMIm né, fomos lá e reoconhecemos também na Delegacia da Funai de Passo FUnDo né, reconhecemos e fizemos a ata lá com eles trouxemos o documento pronto que dali por diante eles era liderança. Dai esses dois botaram capitão, botaram os restantes pra ficar organizando a lei interna, pra organizar a comunidade, pra ter essa organização não era só os dois. Dai por diante começaram a luta, aí que o prefeito começou a abrir a porto, aí que assistencia social começou a abrir a porta, ai que o postinho começou a abrir a porta, ai que a escola começou a abrir a porta pra nosos filhos e tal.

Quando depois que está formado essas lideranas, chegou o Dorvalino aqui na Charrua, em são leopoldo, cheogu sr. Dorvalno ai ele chegou e converssou ali com eles, com as lideranças, que ele tava em Estrela, e queria mrar pra ca. Deram lugar pra ele vir morar pra cá, vieo ele e a Adelar, só a família dele, mroar aaqui. Depois veio também o Alécio, deposi do decorrer dos meses, veio o s.r. Alécio morar ali. Como as nossas crinaças estudava nas escolas estaduais eles eram maltratados pelos outros alunos, começava aquele tipo de...aí a gente começou a não gostar. Não, entao nós queremos uma escolinha aqui dentro, queremos professor

indígena pra trabalhar aqui dentro, vamos buscar esse professor, vamos botar o professor Dorvalino aí pra trabalhar com as crianças dentro da aldeia, vamos fazer isso e aí as lideranças marquemos uma reunião na Secretaria da Educação de Porto Alegre junto com a Funai, envolvendo outros componentes né. Fomos contemplados, conseguimos a vaga pro s.r. Dorvalino ser professor dentro da aldeia, conseguimos uma costaneira pra fazer uma varanda, com o COMIN, com o CIMI pra fazer um puxado na casa do s.r. Dorvalino pra ele dar aula pras crianças ali, ele começou a trabalhar ali. Nós precisamos de mais um, a Rosalina tava ali também, vamos buscar a Rosalina também e colocar ela, um trabalha de manhã o outro trabalha de tarde, conseguimos também, botar ela. Até que daí buscamos essa terra, essa terra aqui. Foi comprado aquela terra de dois e meio [hectares], onde estamos alojado hoje. Então é uma luta, uma história real que foi uma luta não simples, não dada de mão beijado, mas com confronto, com luta e ali também perdemos um jovem, ali na Charrua, com choque, que nós tinha uma luz clandestina, o filho do Vergueiro tomou um choque e morreu, um rapaz de vinte anos e é com essa morte dele aí que. Os índio se envareta com isso e aqui é AESUL né, quando era de manhã cedo mais ou menos de manhã cedo, a nossa luz, tinha mandado pra desligar as redes. Quando nós olhamos na rua lá, tava lá o funcionário da AESUL trepando no poste, estava lá em cima do poste lá, tava lá pra tirar né. Fui lá no Dorvalino e perguntei se ele tinha machado, os poste são de madeira né, ele respondeu que tinha. Eu dizia pra gurizada, pra mulherada ir lá, vamos derrubar esse homem aí, tá lá no poste. Chegamos lá e começamos a bater, cortar o poste, pra derrubar o poste, pá, pá, o cara tava lá em cima, mas ele desceu a mil lá de cima, pulou lá de cima e ele correu, foram embora, ficou escada, cordas e as coisas que eles tinha ali e nós lá. Só mesmo pra fazer uma pressão e as mulher dizia: _Vamos fechar a rua. Ligamos pro COMIM pra avisar que nós ia ficar ali, que queremos comida, o dia que nós ficar aqui tem que nos apoiar. A Marinez apareceu foi lá liberar o mercado, pegar arroz, farinha e tal. Apareceu brigada, secretário do prefeito, televisão, aí movimentou o tal, ah, o cara tirar nossa luz, as crianças tem um radinho pra escutar, uma televisãozinha pra assistir e vão deixar nós no escuro, aqui tem pernilongo, só abrimos a rua aqui depois que instalar pra nós, tem que fazer uma instalação melhor pra nós. Secretário do prefeito e da AESUL disse que ia fazer uma audiência, essa audiência tem que ser com emergência. A AESUL também tava lá, e disseram que ia arrumar a luz, que ia legalizar a luz pra nós, que

ia ligar mas ia fazer uma instalação melhor, por que perderam um jovem, se for assim, nós não somos criança nós tá aqui vamos acreditar, se não fizer vai acontecer a mesma coisa de novo. Fomos na audiência, no outro dia, meteu o Ministério Público, d.r. Júlio. poxa conseguimos a luz instalada por eles daí né. No outro dia vieram ali, os camaradas que tinha pulado, fizeram uma instalação lá no poste com os fios e tudo e vieram fazendo instalação nas nossas casinhas, botaram tomadas, botaram lâmpada. Podia ter vindo antes, melhorou demais, Gabriel não foi assim, nós ir lá e pedir, todo isso aconteceu.

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: A conquista da terra aqui foi a mesma coisa, foram nos enrolando, que iam pagar o proprietário e tal, onde que também nós invadimo aqui, depois que invadimo aqui, atoremo ali o portão que tava com corrente entremo e abrimo a casa que o chacrero não tava mais, abrimo a casa e as indiada entraro pra dentro da casa. Depois dessa luta eu fui pro Morro do Osso, o Miro, eles me chamaram lá, pra ajudar também, eu fui. A prefeitura me arrumou um caminhão e carreguei todas as minhas coisas, outros índios vieram pra cá e eu fui lá pro Morro. No Morro eu morei um ano, os Kanheró moravam no Morro, o finado Cláudio morava lá e veio morar pra cá. Eles foram pra Estrela e quase se mataram, houve um desentendimento entre eles por isso que eu nunca gostei de conflito, conflito dá sangue, conflito dá morte, conflito dá várias coisas, antes de brigar vamos sentar, estratejar e planejar pra nós buscar mais futuramente pra nossos filhos, nós somos velhos temos que está rindo, se abraçar pra nossos filhos vê aí eles vão ver o exemplo nosso se nós estar dividido eles vão crescer nessa divisão também.

Pesquisador: Na época que tu veio com seu Kakrã, Pompílio [Pompílio Gatõn Fortes], com o Getúlio [Getúlio Eré Rondam Cassemiro], tinha muito conflito entre lideranças?

Antonio Nĩgrẽg dos Santos: Saiu os índios das aldeia, por isso que eu sempre digo, conflito só bota famílias na rua, bota família sofrer, bota filho sofrer, bota mulher sofrer, bota nós sofrer, nunca é bom conflito confronto de índio com índio não é bom., eu não aceito isso, nunca aceitei. Isso a gente já sabe, temos histórias aí, temos índios fora das aldeias, temos índio morando pela cidade por causa de conflito, por que os cacique fazem estes tipos de trabalho. Ai conseguimos outras terra, hoje a estrutura que tem aí né, coisa boa, ficou bom. Eu entrei de

cacique fiquei quatro anos de cacique também, a gente fez um trabalho muito boom também, ficou o meu rastro, ficou registrado a milha luta, ficou registrado, tenho todas as documentações, tudo, das conquistas, registro da terra, documentação dos confrontos, do carro, tudo, tudo, tenho tudo na minha mão aí. Assim que a gente trabalha, não só o cacique mas a comissão toda tem que estar unida pra buscar o povo tem que estar junto, ai conseguimos mais terra, hoje nós temos mais folgado, e é isso que é uma luta de uma liderança, lutar pelo patrimônio para benefício da comunidade não podemos estar brigando um contra o outro invés de buscar alguma coisa pros nossos filhos. Temos que pensar pelas crianças não por nós adultos é assim que eu na minha parte, particularmente, sempre trabalhei, eu sou muito coletivo, sou muito desenvolvimento de política. Quando a gente é liderança tem que trabalhar nas duas áreas, na área da política indígena nós tem que saber estrategizar, e política do branco, nós tem que saber manejar essas duas lutas nós tem que saber entrar e saber sair, mas sempre na cultura nossa, mantendo a língua, mantendo a dança, mantendo as pintura, tudo é que pertence, a culinária, trabalho com as mulheres, com os jovens, fazendo desenvolvimento, incentiva as crianças como está acontecendo hoje, assim tem que ser permanente, nossa luta é assim, hoje graças a Deus, pela minha luta que estou morando aqui [Aponta para nova casa que ocupou este ano com anexamento da terra vizinha.] A casa tava destinada pra mim, por motivo da minha luta, os indígenas disseram que eu tenho direito por que fiz muita coisa, eles mesmo falaram, as lideranças falaram que o s.r. Antonio merece, por que ele correu, então isso é uma honra em questão ao respeito da minha pessoa, fico grato com isso e por mais que as Secretarias ficaram muito sentida, Funai ficou sentida, Sesai ficou sentida, Prefeito ficou sentido, Secretário da Semaec ficou sentido, maioria ficou sentido da saída minha de cacique, eu tinha muito projeto programado, tinha muitas coisa estrategizado junto, tinha muitas coisa encaminhado junto, deu no momento que eu sai, até que outro que entra organiza a casa, organiza tudo leva anos e vai anos, anos e anos.

Pesquisador: O cacique é jovem né...

Antonio Nigrêg dos Santos: É jovem e sempre ele tem que ouvir os mais velhos. Foi através da luta que foi construído e reconhecido como um acampamento, mas reconhecido como aldeia, por exemplo foi em Porto Alegre, a área referência de todas essas aldeia é aqui.

ANEXO B. ENTREVISTA REALIZADA COM JOSME FORTES KONHKO. Morador da comunidade indígena Por Fi Ga. Dia 19 de Janeiro de 2018.

Pesquisador: Onde nasceu?

Konhko Josme Fortes: Eu sou natural de Nonoai. Aldeia posto indígena Nonoai né. Desde de eu pequeno nasci, me criei depois de trinta e poucos anos eu passei para morar em São Leopoldo. Estudei a maioria do meu estudo foi lá, passei para cá agora sou professor também.

Pesquisador: Como era sua vida quando chegou a São Leopoldo.

Konhko Josme Fortes: Eu não me acostumo na cidade sabe, por que me criei no meio do mato. Quando alguém me pergunta _Por quê que tu veio parar aqui em São Leopoldo? Eu parei aqui por que não tem mais mato onde é que eu moro, ja foi destruído, agora ja não tem mais mato para eu caçar. Eu me lembro que quando eu era pequeno né, eu saia com meu pai para caçar, nós pescava, agora não tem mais peixe lá por que o rio está todo poluído. Esses tempos que eu estou aqui em São Leopoldo, eu sinto saudade da minha aldeia onde eu me criei, por que é diferente né, o clima é diferente por que lá é a natureza né

Pesquisador: Você lembra quais foram as primeiras conversas sobre ficar em São Leopoldo definitivamente?

Konhko Josme Fortes: Pra vir morar pra cá em São Leopoldo, primeiramente eu tinha vindo para Carázinho vender artesanato, essa é minha história de como eu vim parar para cá. De lá eu vim para cá vender artesanato com meu filho mais velho que hoje já está com vinte anos. Ai eu gostei muito, o cacique disse:_Quer morar ai com nós?Pode morar.

Pesquisador: Quem era o cacique da Por Fi Ga?

Konhko Josme Fortes: Era o Sr. Darci, que é meu irmão mais velho, régre, agora ele está com cinquenta e poucos anos e faz parte da noassa liderança também.

Pesquisador: Conhece outras comunidades indígenas kanhgág? Quais? Quais diferenças tem das que você conhece para a Por Fi.

Konhko Josme Fortes: Aqui na metropolitana eu conheço, o Morro do Osso, Lomba do Pinheiro, Farroupilha, conheço tudo. A diferença do Por Fi Ga é que cem por cento são indígenas, por que todos são falantes de Kanhgág e as outras aldeias a maioria são mestiçado, quando tu vai em algumas comunidade tu vê só falar em Português. Aqui em São Leopoldo não, por que é a liderança que fortalece. Por que nosso cacique não quer ver índio casando com branco e em outras aldeias as índias podem casar com o branco. Então a diferença da aldeia Por Fi GA de São Leopoldo é isso por que nós somos falantes, as entidades aprovam e gostam muito na nossa comunidade por isso por que somos falantes da nossa língua, não perdemos ainda.

Pesquisador: Quando a comunidade não estava na Feitoria, tem alguma lembrança?

Konhko Josme Fortes: Eu me lembro a primeira vez que nós chegemo ali né, por que era só mato tinha só capim. Ali quando entramos cada um fez sua barraquinha e isso eu me lembro muito. Fizeram fogo debaixo daquela madeira grande que está lá né, começaram a fazer fogo assar carne na brasa, farinha torrada e nós se deliciando e essa lembrança ficou em mim. Uma coisa muito boa isso ai pra mim.

Pesquisador: Como foi que tu conhecestes sua esposa?

Konhko Josme Fortes: EU conheci assim nas brincadeiras, nos jogos. O pai dela não gostava de mim também né" _A minha filha não vai casar com esse". Mas quando os casais se gostam não adianta, rolou e nós casamos juntos. Ja vai fazer quase dezenove anos, nosso filho mais velho está com dezoito anos.

ANEXO C. ENTREVISTA REALIZADA COM CLÁUDIO VAZ. Morador da comunidade indígena Por Fi Ga no dia 11 de Dezembro de 2017. Entrevistador Gabriel Chaves Amorim

[Entrevista não utilizada, pois Cláudio não mora mais na comunidade também houve desvio metodológico na aplicação das perguntas o que causaria necessidade de análise outras.]

Ambiente: A entrevista foi realizada na porta da casa de Cláudio acompanhado de um chimarrão. Conversávamos sobre seu filho William, que havia feito um preparatório *Educação Popular do Coletivo Indígena Unisinos* para realização provas do estado para finalizar os estudos e também pleiteava uma vaga de estágio junto à Unisinos. Não encontrei o William, pois estava colhendo pêssegos em Caxias do Sul, atividade que traz renda para a família. Assim como William muitos kanhgág prestam serviços temporários em lavouras de terceiros.

Pesquisador: Nome. Idade. Atividade.

Cláudio Vaz: 43, Agricultor, presto serviço em épocas de colheita, Construção civil.

Pesquisador: Quem são as lideranças da comunidade?

Cláudio Vaz: Cacique. Vice cacique. Capitão. Coronel

Pesquisador: Quem ensina sobre o respeito ao cacique?

Cláudio Vaz: Vem da minha avó, do meu avô finado, vô era muito querido. Isso vem do pai vem da cultura.

Pesquisador: No que as lideranças ajudam?

Cláudio Vaz: As lideranças eram rígidas davam castigo, isso acontecia. Hoje essa nova juventude tem outra vivência, não respeitam os mais velhos não podem provocar, As pessoas brigam, *não damos camiseta pra ninguém*, temos a cadeia.

Pesquisador: E as lideranças espirituais, quem são? No que ajudam?

Cláudio Vaz: O Jorge é pajé, faz remédio, benze. A Dona Lourdes também.

Pesquisador: Qual a lei mais importante da comunidade?

Cláudio Vaz: Respeito as lideranças pra que não haja divisões.

Pesquisador: Quem ensina sobre as leis?

Cláudio Vaz: O conselheiro, ele aconselha a comunidade

Pesquisador: Acha que os fóg copiarão alguma lei kanhgág? Sim. Não. Talvez

Cláudio Vaz: Não

Pesquisador: O que os fóg deveriam copiar?

Cláudio Vaz: Dar mais respeito ao indígena, ensinar os filhos à respeitar.

Pesquisador: Já presenciou alguma prisão nas comunidades kanhgág?

Cláudio Vaz: Sim

Pesquisador: Qual o motivo?

Cláudio Vaz: Facções e traição

Pesquisador: O que acha da justiça do Fóg?

Cláudio Vaz: Demorada

Pesquisador: E a justiça Kanhgág?

Cláudio Vaz: Conforme o erro é castigado aqui mesmo na aldeia

Entrevista realizada com Cláudio Vaz morador da comunidade indígena Por Fi Ga no dia 05 de Fevereiro de 2018.

Ambiente: Metodologicamente a entrevista foi sem a direção de perguntas. Respondeu a oportunidade de relacionar a bibliografia e documentação histórica com a história de vida dos kanhgág de Nonoai que vieram para São Leopoldo. Neste dia Cláudio estava acompanhando a filha, Aline Vaz, para assinar a documentação contratual do programa Jovem Aprendiz. Enquanto esperávamos ser atendidos conversávamos. Parte dessa conversa terá que ser transcrita na forma de diário de campo, porém no meio do diálogo convidei o entrevistado para ir para um lugar mais calmo liguei o gravador coletando cerca de nove minutos do que conversávamos.

Claudio Vaz: Morei em nonoai até a juventude, casei e com filho pequeno saímos para Passo fundo. Morei numa vila, pagando aluguel dois anos até comprar um terreno. Trabalhei quinze anos em abatedouros onde tive um acidente de trabalho. Na época emprego ficou ruim e viemos para São Leopoldo.

Pesquisador: Na sua época o Cacique era o José Lopes? Como era para os indígenas saírem de Nonoai.

Claudio Vaz: Sim era o José Lopes. A própria Funai ligavam para o cacique e mandava as famílias de volta para Nonoai. Quando iam vender artesanato em Porto Alegre por exemplo se pegassem a família mandavam de volta.

Pesquisador: Conheceu algum Pompilho Fortes? [Me lembrando do Zero Hora de 1980]

Claudio Vaz: Sim, sim ele era parente da minha esposa. Já é falecido. Era irmão do Josme, do Darci, da minha esposa, parente da esposa do cacique Antonio. Ele saiu de nonoai com a família por que era contra os arrendamentos. Estão destruindo demais Gabriel, os colonos fazem lavouras na beira dos rios da comunidade e matam tudo com veneno. Desmatamento.

Pesquisador: Arrendamento lá da muita briga...

Claudio Vaz: É por causa disso que existem essas comunidades fora dessas aldeias grandes. As pessoas já tem a sua terra, mas também alugam.

Pesquisador: Tinha evangélicos em Nonoai?

Claudio Vaz: Acho que tinha uma ONG que ajudava o José Lopes, trazia remédio. Quem sabe era eles que faziam projetos? Que dúvida né Gabriel? Eles eram lá de longe, lá dos Estados Unidos.

Pesquisador: Eu tava pesquisando isso, por que era na época da ditadura militar.

Claudio Vaz: era, era

Claudio Vaz: E eles não queriam deixar as missões entrarem por que tinha escola em Guarita. Gabriel eles se infiltraram junto do cacique, eles chegaram ali e se infiltraram com o cacique ali dentro Gabriel. Sabe por que? Eles tavam trazendo

estudo, primeira coisa evangelho né, estudo bíblico, remédio. Tuudo com a liderança, com o cacique. Daqui a poco alugaram uma casa ali do ladinho da divisa da aldeia dali a pouco compraram uma chácara muito grande no Município de Gramado dos Loureiros e começaram a puxar os indígena para dar estudo bíblico. Compraram uma casa de madeira e montaram do lado do cacique, com medicamento. Eles iam a cada dois meses, três meses para os Estados Unidos.

Pesquisador: Chegou a ir na Igreja deles?

Claudio Vaz: Cheguei a ir. Creio eu Gabriel que eles eram uma ONG que faziam projeto. Eles ajudavam na parte do remédio, Eles colocaram uma indígena para trabalhar neste posto dos remédios. O resto era estudo bíblico, evangelizava a aldeia toda. Creio eu que eles tinha uma ONG para fazer projeto.

Pesquisador: Era um casal?

Claudio Vaz: Eram doisa casais. Davi e o Mozart parece. O Davi tinha um casal de filho, uma guria e um piação devia ter o que uns treze anos o outros também tinha um filho, estudavam lá na aldeia indígena na comunidade, brincamos é quando era criança. Eles começaram a crescer foram tudo embora, mas eles continuaram ali anos. A gente fala dos guri pra eles, por que estudemos juntos, daí eles falavam pra nós: _Estão lá nos Estados Unidos, estudando. Quem sabe lá o que não são hoje né Gabriel? Se a gente for se encontrar por ai nem se reconhece. Nos brincava com eles com a menina, com a piaçada, eles iam na escola com nós.

Pesquisador: Tinha luteranos que trabalhavam lá?

Claudio Vaz: Esses luteranos faziam estudo bíblico indígena, na língua indígena e depois eles começaram a fazer os livros. Eles vieram ali não pra brincadeira acho que ganharam muito dinheiro também, através desses livros indígenas, traduzindo em kanhgág, traduzindo na língua indígena em português né. Então Gabriel eles também aprenderam a língua indígena, a mulher deles falavam na idioma! [ênfase] Grandona, cabelo bem amarelo, Úrsula Gojtej. Quem deu o nome indígena pra ela foi a sogra do José Lopes, finada, Gakxu o nome dela. A pessoa era muito inteligente. É difícil o kanhág Os caras, muitos anos dentro da aldeia, lá, se morava um indígena eles iam na casa dele e ficava o dia todo falando na idioma e

aprenderam. Daí que formou esses livros indígenas, parte indígena parte português. Creio eu que ganharam bem. Souberam usar as histórias indígenas.

Pesquisador: ajudava?

Claudio Vaz: Ajudava. A FUNAI daquela época era SPI né. Era muita briga. Os índios já não se enquadravam muito com a FUNAI os índios lá ficavam no canto deles, de vez em quando quando ia na FUNAI os funcionário enrolava o índio. Hoje o indígena sabe um pouco do direito dele sabe como brigar, o índio abriu o olho e aprendeu conhecimento a história.

ANEXO D. ENTREVISTA REALIZADA COM JOÃO CARLOS KASÚ KANHERÓ.

Setembro de 2018. Entrevistador Gabriel Chaves Amorim

Pesquisador: No seu tempo como eras? Quando saíam das áreas, eram mandados de volta?

Kasú Kanheró: Naquele tempo quando eu entrei na praça da alfandega, tem um triangulozinho ali, naquele tempo não tinha ninguém de índio, de kanhgág né, agora o índio, foi indo. Um dia eu conversei com o fiscal, o prefeito, presidente do SMC, ai eles conversaram comigo né. Me levaram no escritório ai o prefeito já apoiou. Ali o prefeito disse: Olha o índio ele tá em cima do que é dele, o índio não está em cima do que é do outros, nós é que estamos em cima do que é deles, então não pode mexer as coisas que ele tá vendendo, mercadoria que ele tá vendendo, ninguém não pode mexer. Teve apoio do fiscal SMC e o prefeito apoiou, governador também, i foi entrando meus índio, sobrinho.

Quem trabalhou comigo foi, deve conhecer o índio Marcolino Mineiro, outro era Aristides, agora eles morreram, são finados, trabalhou comigo. Só eu ainda tô pelejando, aqui junto desse povo, povo kanhgág. Hoje o povo tem o meu sobrinho que é cacique, hoje ele também tá no lugar do pai da família pra cuidar as crianças, educação, colégio, posto de saúde, hoje nós aqui tá indo, devagarzinho tá indo.

Pesquisador: O Senhor deve ter conhecido muitos kujãs que os jovens nem sonham em conhecer né?

Kasú Kanheró: O irmão do meu pai era Kujã antigo, o meu pai, Jango Kanhero era o mais novo da turma, eles são seis irmãos, mas hoje não existe mais nenhum deles né. Filho único aqui dentro do Rio Grande Do Sul, pra falar a verdade meu amigo, só eu da família do Kanheró né. Estou muito bem nada não incomoda a gente né.

Kasú: Minha história foi muito grande, que aparecia no jornal né, então este homem lá de Iraí, Augusto da Silva, também já é finado, aí ele disse:

_Tio, tu tem que me ajudar, por que tu tem muita experiência boa, tu ganha de nós na experiência, no conversar, tu tem mais esclarecido de que nós, mais importante de que nós.

Ai eu pensei e disse: Ué me deixa uma tempo que vou te responder. Vou tirar consulta né. Ai, naquele tempo eu trabalhava com o espírito do panh, o tio kujã, ali um dia lá em Lomba do Pinheiro, eu fui fazer uma consulta, eu mesmo ao espírito do

pai, o vovô. irmão do meu pai e sabe que naquele momento, três dia falou comigo, o vovô, ele disse:

_ Tu tem muita experiência Kasú, hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo

[...] parece que eu tô enxergando ele, eu não conto pra ninguém agora tô contando pra vocês. Ai eu disse assim:

_Será que é verdade? Eu chamava ele de pai véio, panh kofá, falei com ele na idioma. Como é que é que o senhor falou pra mim tio?

_Tu tem muita experiência, experiência muito grande tu tem, mas como tu, meu sobrinho legítimo, entende muitas coisas que eu te ensinei, as palavra, a história, porque os índio viviam na história, com o Kujã, caçando, pescando, melando e hoje não existe mais meu fio.

_Mas eu tenho que aplicar igual.

[...]Respondi assim pra ele no sonho.

_Mas pai kofá,, eu tenho que ensinar kanhgág, por que eu nasci na história, nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar, com a minha experiência tenho que falar pro povo, engrandecer dentro do Rio Grande do Sul o povo kanhgág, é verdade.

Num é que o véio, a alma o espírito dele calou. Ai num dia de lembrando O que o pai velho falou pra mim é que eu tenho que continuar. E veio uma voz em sonho também:

_Não duvida da minha palavra, se afirma levanta tua cabeça e anda eu estou contigo meu filho.

Ai um dia eu disse pro Augusto, tem grande história que vai acontecer nas minhas mãos, você não precisa ter ciúmes de mim, ciúme da gente estraga a pessoa, vamos trabalhar unidos. Hoje Iraí está com área demarcada, ajudei a turma, Guarita ajudou, Inhcorá ajudou, Cacique Doble ajudou e hoje eles tem um lugar pra eles, essa indiada, os kanhgag em Iraí né.

Então depois daquilo veio essas caixinhas de fósforo [*se referindo as casas de madeira da comunidade*], isso aqui é caixinha de fósforo né, esse lugarzinho. Aumentou, hoje nós temos em Porto Alegre temos sete aldeias que tá em Porto Alegre. Eu nunca fui autoridade, fui só conselheiro uma vez e capitão em Nonoai. Estou dizendo esta palavra por causa da pessoa que não tem colégio pra ele, tinha colégio mas só que minha mãe não me deixou, só que ela queria que me ensina-se

a custa de trabalho assim enxada, foice, lavrar a terra isso eu aprendi tudo. Ai depois que minha mãe faleceu, meu pai faleceu também eu fiquei assim e eu tava casado já, hoje tenho cinco filhos aqui, tão trabalhando, Hoje os dois trabalham como mestre de obra, está mandando na peonada no serviço da obra é isso que eu fico contente.

Kasú Kanheró:Na encosta no Rio da Várzea, aquele cafundó ali, aquela reserva, o matão do rio da várzea, num certo tempo mediram pra ser reserva florestal e a polícia prenderam tudo a gente tiraram os índios de lá. Eu ,com meu pai e o finado tio Chico entramos lá, naquele tempo eu tinha quinze anos, enfrentei aquela guerra, entraram policial de cavalo, cachorro e não fizeram nada, no fim eles perderam para os índios. Os índio hoje tem posto de saúde, colégio, tem tudo agora lá, então se a gente não se alevantá e ir lá, tem que ir lá, só sentado ninguém recebe o que a gente quer. Então tem muita aluta que eu trabalhei na minha vida, eu gosto de contar essa história.

Kasú Kanheró:O cacique é o panh mág, pai do povo, considerado o pai do povo, são os pais de família só que mais grande na história de cacicância dele, explicar as coisas pra comunidade com calma, saber alegrar o povo dele né.

Kasú Kanheró: Foi em 1977 parece, eu era fiscal dos índios kangág, trabalhando com os posseiros, trabalhei muito, depois saíram tudo né, deu um conflito meio brabo a gente vencemo né. Então o índio hoje anda mais descansado, tem trator que trabalha né. Antes do Xangre era o Alcindo, arrendava, vendia madeira, dai coloquemos o Xangre. Antes do Xangre era o Alcindo do nascimento, era um tio do Zé Lopes. Nessa época o Zé Lopes era capitão e o Darcizão era vice. Fizeram uma espera na estrada, na saída de Nonoai né pra área, ele estava esperando um amigo dele e os inimigo dele chegaram, três homem, ele tava com o filho dele. _Venha cá Darci vou levar você la no Arthur. Ai ele convidou o piá, ele tava com a motosserra, entrou no carro e foi se embora, lá na entrada lá em cima, na estrada que vai pro DAER e outra que vai pro posto naquela encruzilhada pararam ali que ele saiu do carro, atirou na nuca dele, mataram ele, já estava preparado pra ele né.

ANEXO E. ENTREVISTA REALIZADA COM DORVALINO REFEJ CARDOSO.

Professor bilíngue do ensino fundamental da Escola localizada na Por Fi Ga.

Ambiente: Entrevista realizada em frente à casa de Refej, ou Dorva, ambiente agradável, cacarejar das galinhas, num cenário mais ao fundo as crianças da escola brincam na hora do recreio criando um ruído agradável ao áudio da entrevista. Neste mesmo dia caminhamos até sua horta onde ele me deu algumas sementes, mudas de cana e mandioca. Dorva tem um pequeno rancho nos fundos de sua casa com hortas produtivas, mandioca, galinhas, peru, cana e outros insumos para sustento próprio.

Pesquisador: Liguei o gravador Dorva.

Refej: Gosto muito de falar as coisas cabeludas, vamos dizer, crítico, não importa, é uma coisa clara, verdadeiro, as críticas.

Pesquisador: Conheceu o chefe do posto de Nonoai Lídio Della Betta?

Refej: Ele atuava mais em Nonoai, mas eu conheci ele, não tenho muita memória do que era a prática do trabalho dele, mas dizem que era carrasco pros índio. Mas numa época ali os chefe, os antigo agente do SPI, depois esses agente do SPI, vieram a ser chefe do Posto da FUNAI, então aquela prática do SPI eles continuaram, até um certo ponto. Nessa época os índio não tinha direito de estudar, avançar no estudo, porque estudar, pegar as informações, descobrir muita coisa é disso que eles tinha medo. Nessa época ai eu já estava junto liderando, tinha na base de uns quatorze, quinze anos. Só podia estudar filhos de lideranças indígenas e de agentes da FUNAI, tinha bolsa né e os outros que não eram filhos dessas lideranças eles não eram vistos para estudar, não tinha apoio vamos dizer né. Pra eles, não entender essa política mal feito porque hoje ainda eu enxergo isso. Que as instituição que trabalha com os índio, eles não tem uma política criado de atendimento aos povos indígenas, porque muitas vezes é cargo de confiança então eles não tem o preparo. Por exemplo hoje não tem uma política específica de atendimento indígena na saúde, não tem aquele que domina esse assunto, então hoje o que acontece é que fica só na conversa na prática não acontece porque não tem quem sabe dizer: Tem que ser assim!. E se eles disserem que tem que ser assim a própria lei ignora por que não tem como você vincular essa cultura, essa

prática de trabalho à lei que existe hoje. Que é uma lei externa né. Por que hoje também acontece o confronto da lei interna com a externa, os índio tem uma lei interna. A Lei foi criada ignorando essa lei interna do povo indígena. Então hoje tá assim, as lideranças indígenas, eles não sabem como trabalhar, por que uma lei complica a outra.

Pesquisador: Na sua juventude morou onde?

Refej: A maior parte da minha juventude foi em Votouro. Mas eu tenho nascido na colônia. Porque nasci na colônia né, porque com essa reforma agrária do Brizola eles acabaram tirando todas as terras onde nós morava, onde meus pais habitavam daí fui levado pra votouro. Numa época implantaram o panelão né, o SPI, os antigos coronéis, pegava os indígena pra fazer uma parceria né uma ponte de trabalho, trabalho sujo vamos dizer né, trabalho escravo, juntamente com os agentes do SPI, então era um trabalho escravo, então muitas famílias fugiam desse tal de panelão pra não ficar trabalhando de graça. Aí oque que eles faziam, fugiam iam longe assim [sinalizando com as mãos bem longe], trabalhar de agregado pros colonos, trabalhar de empreitada pros colonos, então é o resultado disso que me fez eu nascer na colônia. Mas a maior parte da minha vida foi na terra indígena de Votouro. Mas eu tive a oportunidade de conhecer uma parte desses trabalhos escravos sabe, a juventude, prestar serviço se acidental e morrer, sepultado e como nada tivesse acontecido, a partir dali o trabalho continuava, quem morreu era enterrado pronto, isso vivenciei. Então a história desse SPI ela foi muito triste, foi implantado em 1910 com Marechal Rondon e esses SPI termino em 1964 ai que foi criado a instituição FUNAI né, até esse ano de 1967 prevaleceu na aldeia os coronéis que foram postos pelo SPI né, até sessenta e sete [recordando], mas continuou um pouco ainda até 70, 74, esses agentes sendo liderança, que eram os coronéis. Mas aos pouquinhos foi acontecendo pra impor os caciques, os caciques é uma idéia branca, não é da cultural, pra eles melhor, fazer a política, foi uma estratégia dos coronéis e os caciques, pra ser aliados dos políticos brancos, pra ser melhor, como que vo dizer, pra, a idéia era uma ponte dos branco com os índio né, fazendo uma política pra penetrar dentro das aldeia. Por que antes dos coronéis, antes de 1910 o chefe das comunidade, das terra indígena era os kujã, os pajé, com seus aliados, seus pã-i, suas parteiras e etc, etc. Ainda existe né, sabe que então até oitenta e oito, quando se conquistaram uns artigo no, na constituição federal, pra conseguir dois artigo

dentro da constituição federal também foi uma luta muito grande, eu não vivenciei isso mas as liderança que lutaram pra reconhecer esses dois artigos, dizem que não foi fácil e hoje ainda é pensado pra retirar esses direitos de dentro da constituição, mas como se tem uma garantia que não se meche mais na constituição eu tô muito tranquilo. Então oque que essa constituição garante, essa constituição garante que o índio ele tem que ser respeitado conforme a sua vivência, conforme a sua organização, tá garantido né. Então hoje a gente sonha e pleiteia, é o reconhecimento desses nossos direitos, voltar à essa tradição da organização social do povo indígena que dai é vários né, vários tipos de organização que hoje já estão meio esquecidos então a gente quer revitalizar essas práticas da organização. Então ali entra tudo ne, baseado no bem viver, baseado no humano, hoje a sociedade tem que iver uma humanização, se não tem isso todas as consequências que se tem pelo planeta via continuar.

Pesquisador: Quando o senhor tinha seus doze, treze anos, quando estava despontando a liderança, descobrindo né...as coisas. Qual que é a lembrança e a impressão que o senhor lembrar de nomes, se não lembrar também tudo bem. Lembranças que o senhor tinha de Votouro, dos caciques e principalmente dos funcionários da FUNAI, pensando nisso que o senhor falou antes, sobre as lideranças tradicionais, dessa desorganização que o branco quer fazer.

Refej: Essa, a invenção de cacique em muitos lugares deu certo como o branco queria, mas em muitos lugares deu errado.

Pesquisador: O Sr. acha que o Votouro deu certo ou deu errado?

Refej: No Votouro nunca existiu panelão, quem implantou panelão em Votouro foi o Pedro Silveira, um “veinho”, conhecia ele. Ele saiu...ele era um dos coronéis de Cacique Doble, então ele pega e se muda com as família pra Votouro e lá ele implantou o tla de panelão. Eu conheci isso ainda, panelão, mas eu não sabia quem que tinha colocado idéia do panelão os outros velhos hoje me contam que foi ele que levou o panelão. Antes dele não tinha panelão, Votouro era o que mais preservava a cultura, por isso que até hoje não tem arrendamentos de terra, lá não tem ainda. Oque que aconteceu com muitos cacique, eles deram contra o trabalho escravo, aos pouquinhos foram cortando o tal de panelão, aos pouquinhos foram dizendo: _Ninguém vai mais trabalhar de graça, cada um vai trabalhar pra si, pra sua

sobrevivência. A maioria eram contra o trabalho escravo, então quando um cacique falou que isso não ia existir mais ele teve o maior apoio pela comunidade. No Votouro eu me lembro e que hoje tem alguns registro ainda, que o falecido Juvencio de Paula, ele, toda essa ilegalidade da FUNAI, porque a Funai também continua roubando os bens do índio, construindo olaria dentro das aldeia, serrar madeira, negociava faziam projeto pra quarenta casa tirava madeira pra duzentas, trezentas casas e iam estocar fora das aldeia, isso foi uma das ladroagi. Eu me lembro, que hoje ainda está registrado, não sei onde é que eu li, acho que no trabalho da professora Andina Inácio que ela relata que o falecido Juvencio ele denunciou a roubalheira das madeiras em jornal, em rádio e ele foi ameaçado mas a maioria da comunidade ele tinha o apoio eu sei que prenderam muitos tratores e caminhões que puxavam madeira depois da denuncia a polícia federal passou e prendeu. Oque que esses chefes da FUNAI faziam nas aldeia, ali era eles que mandavam, eles que prendia o índio quando ele errava o cacique ainda não sabia usar muito a autonomia da autoridade dele, eles é que faziam as rondas com revolver na cinta, me lembro bem. Lembro que o Lourenço, falecido Lourenço, ele era da antiga SPI e depois passou pra FUNAI e ai ele chefiava Votourou, ele que fazia ronda de noite fazia recolhimento dos índio, não beber, essas coisas ele ia atacando, mas sempre tinha o revolver na cinta. Isso eu me alembro, me alembro porque eu vi, eu vi era criança. alguma coisa sobre sustentabilidade.

[pausa para fazer um palheiro.]

Refej: Vixi naquela época tinha uma borracha, uma borracha roxo, meio laranjado assim que eu cansei de ver mandar dar laço nas mulher nos rapaz, nos home que não obedecia amarravam e davam de laço, isso eu vivenciei aos pouquinhos isso foi terminando e hoje isso já está bem mudado. Hoje quem faz a lei dentro da aldeia é a liderança, chefe da FUNAI hoje não apita nada nas leis internas. Aos pouquinho a FUNAI foi perdendo autonomia né, hoje a FUNAI está só com demarcação ponto final. Mas eu fui uns dos lutador de tira esse tapete, debaixo, esses órgão, foi uma luta muito grande mas a gente foi vencendo né, usando as nossas estratégia e nós era considerado tutelado né até oitenta e oite, então tu não era dono de si, tu não podia fazer negócio, tu não podia abri uma conta no banco, tu não podia fazer empréstimo etnã quem dava aval era só a FUNAI, pra tu fazer

Eu via muitos meus pais e quando vivenciei isso...Tu saia da aldeia eles tinham que te dar uma portaria. Eu também cheguei a per uma "porta", portaria, ai tu tinha, se tu vai ficar oito dias, não podia passar desses oito dias, se passou tinha que dar satisfação. Ai quando meus pais ia vender artesanato em alguma cidade eles tiravam a portaria praquela cidade lá, se eles iam na outra faziam pra ir pra duas cidade se eles iam numa outra que eles eram talvez a segurança da cidade, as liderança da cidade te prendiam por que via aquela portaria e iam te dizer que tu tinha que estar lá naquela cidade e não aqui, era um dos cuidado que tinha que ter, dai se tirava pra, portaria pra vinte dia, que se tu passasse cinco dia tu tinha que chegar levar a portaria de volta e explicar porque que tu ficou mais cinco, tinha que, tinha que dar satisfação. Dai nessas época a gente perdeu muita oportunidade né, de trabalhar numa fábrica, numa empresa, sair pra jogar uma bola nos times famosos né, me aconteceu isso, se não hoje e tava aposentado no futebol e eu não fui porque eu tinha, eu tinha tutela né. Jogava bastante eu tanto jogava no goleiro, na zaga de centroavante até ganhei o nome, apelido de Pelé por esse chefe da aldeia, tal de Lourenço, não me lembro o nome dele, ele que me apelidou, da Funai ele, assistia muito nosso jogo de bola, eu jogava muito então ele me apelidou de pelé, então eu sou conhecido em Votouro como Pelé, chego lá eles já vão me encontrando dizendo que Pelé ta por ai.

Pesquisador:O sr. fez cursos de bilinguismo?

Refej: Sim foi em noventa e dois, recente isso. Tinha outros, aconteceu outros, tinha da FUNAI. Tinha o da FUNAI, não era pra ser professor bilíngue era pra ser monitor da professora branca. O monitor da FUNAI incentivavam pra aprender coisas do branco, eles eram monitor pra traduzir o que a branca explicava, pra eles entender a linguagem português, com isso foram desvalorizando a língua, foi desvalorizando a cultura, eu me lembro bem, que eu fiz uma prova com a professora e que na prova estava perguntando quem que descobriu o Brasil? E nós tirava de letra né que era Pedro Alvares Cabral, hoje pra mim ta certo que ele não descobriu o Brasil ele invadiu os territórios indígenas, é um exemplo por que nós fomos aprendendo a colonialidade, outro exemplo quando nós lutamos pra tirar a educação da FUNAI e passar pro estado, reconhecer como educação indígena tradicional. Qual é a primeira coisa? Mudar os nomes das escola, por que nome da escola em, por exemplo Votouro, o nome da escola era José de Anchieta, que foi o maior matador

de índio, então imagina né a barbárie. Ficou Toldo Coroado, está errado também, porque toldo Coroado? Não, está certo, nós semos Coroados, o que tá errado é a escola que tá num território guarani, por que hoje onde está instalado hoje o Votouro, a sede ali, ali os primeiros moradores foram os guarani, a aldeia Votouro é la nos Candóia, a aldeia Votouro era instalado lá, depois eles tomaram conta dos Guarani, aqui antigamente era secção Tupi agora Toldo Coroado. Ai eles pressionaram os guarani tomaram o lugar deles e por isso que os guarani foram pra Guaviroba, Guaviroba baixa. É assim a história.

ANEXO F. ENTREVISTA REALIZADA COM GETÚLIO ERÊ RONDAM CASEMIRO.

Dia 11 de Outubro de 2019. Entrevistador Gabriel Chaves Amorim

Ambiente: Calor, festa do “dia das crianças”, pula-pula e inflável montado ao fundo, algumas crianças brincam, uma criança chora e carros de som vendendo gás e anunciando o evangelho de Deus entram e saem da comunidade. A entrevista foi interrompida algumas vezes por Getúlio ter se emocionado.

Pesquisador: Estava falando aqui agora com o Josme, que o irmão dele, estava na mesma matéria de jornal que estava em seu nome, nome do seu pai e tava também o irmão dele, Pompílio Fortes, o senhor tinha cabelão assim grande, com uns vinte e poucos anos é isso?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Eu era muito cabeludo

Pesquisador: O Josme falou que era pequeno mas lembra das brigas que teve ali pelo Nonoai

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Daquela década de noventa pra cá que os índio começaram a parecer no Capital aqui né, mas os primeiro que apareceram aqui pra fazer esse, pra fundar lugar, área, ai a primeira área que nós conquistemo foi ali foi a da Lomba, ai nós negociamos com a prefeitura daí, ai a prefeitura comprou aquela área, naquela época estava o pessoal do Miro, ali da safira, o Zílio, sr Antonio. Ali que começo, a indiada começou a vim atrás um do outro, né, porque nós índio assim, onde que tiver um grupo de índio ajunta tudo.

Pesquisador: Antes de 90 não podia sair?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Não, eles não deixava né, as lideranças. Deixava a comunidade isolado daí. Só que a gente começou a se pegar com as entidades de fora, que nem aqui em Porto Alegre eu comecei a me pegar com o Rodrigo [Venzon], ai a coisa funcionou daí.

Pesquisador: Era ANAI?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: É era a ANAI. Aí começou a vim tudo esse pessoal aí, é melhor viver nessas periferias aqui do que tá lá na área sendo isolado e sofrendo na mão das liderança. E está assim até agora, até agora, não tem terra pra

prantá, não tem anda, até esses dias eu fui num velório lá da minha sobrinha e já quiseram assuntar, eu já prantei a boca neles, sorte que tava o Nelson Xangre junto, aquele home é falado no Brasil, o Xangre. Aí ele falou pra eles: _O povo, os kanhgág de Nonoai, estão aqui no capital porque é farta da liderança ajudar. Falou tudo o Nelson Xangre, falou tudo, aí eu já ajudei ele: _Hoje em dia pra gente conseguir um lugarzinho pra morar cê vai ter que comprar auquele pedaço de terra, sendo que é nosso que não é pra tá vendendo, então cês tem que deixar o pessoal vivendo quieto lá onde eles estão, eu disse, eles não estão prejudicnado vocês, nem eu, só que agora eles estão no apuro, lá em Nonoai, lá eles vão pra cadeia, lá eles vão [se emociona]. Ai eu disse pra eles: _Eu sou natural daqui, quantos anos faz que eu tô fora? Eu sou natural daqui! Mas eu nunca andei denunciando vocês por causa de arrendamento, nunca denunciei e a hora que eu abrir a boca ta lascado véi. Eles estão se aproveitando, onde eu nasci e me criei, nunca existiu isso na época do meu pai[Vainhran Cassemiro] na época do meu pai nunca existiu isso dai, nunca, nunca.

Getúlio Erê Rondam Casemiro:Quando o meu pai foi pra recolher esse pessoal da Serinha, por isso que eu digo, eu tinha uma idéia boa cara, eu tinha mais ou mens uns nove anos acho, ai quando o meu pai foi pra recolher esse pessoal da serrinha, os companheiros dele, os líder dele junto com ele, eles falavam pro meu pai: _Vainhran, não recolher essa gente! Tu não recolhe essa gente porque um dia eles vão te tirar do teu poder e vão te ponhá na rua. E deu bem certinho oque os companheiro falou, mas é os antigo né, os antigo eles tem...parece que tão vendo oque que vai acontecer. Falaram certinho pro meu pai. Meu pai disse: Não, mas eles são índio. Ai o coronel[SPI] falou pro meu pai, disse: _Óia eles lá não sabem nem pegar um cabo de foice pra roçar, os que tão vindo pra cá e nós já sabemo pega um cabod e foice pegar um cabo de machado pra derrubar madeira pra nos fazer nosa roça, pra prantá! Eles não, eles não, eles gostam de viver só da boa, da boa, esperar o dinheiro sentado, ai é aqui que eles vão te tirar do teu poder e vão te ponhá na rua. Dai meu pai: _Não, mas eu vou receber, eles são índio que nem eu. Tá certo, hoje eu penso, tá certo eles são índio que nem nós, só que tem, eles tem um viver muito diferente, já acostumaram ganhar dinheiro sentado. E deu bem certo, deu bem certinho, bem certinho, o que os companheiro do meu pai falou. Jogaram meu pai pra rua e fiquemo fora da área por uns, eu to com sessenta vou fazer sessenta e um ano, uns quarenta ano fora da minha área, por causo desse maldito

arendamento. Por que os nossos antigos eles nunca fazia isso, nós trabalhava, fazia nossa lavoura, prantava aipim, prantava batata-doce, prantava arroz, nós vivia só da terra, milho, feijão o que nós não plantava era soja né, agora o feijão, milho e arroz nós tirava da terra [emocionado] Bah cara então a gente, pensando bem, eu não me sinto bem sabe, pra andar assim despois daquela minha área lá, tinha fartura, tinha fartura.

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Tem um fazendeiro ali, o Dallastta, as criação dele ali, perto dos nosso era pouco. Meu pai que cuidava né, não deixava. Aí o meu pai colocou um funcionário só pra cuidar aqueles gados lá, o tal de Juca Vaz, ele era meu tio, ele moreu de veinho lidando com os boi, com o gado, ams tinha gado rapaz, tinha gado que escurecia ali, acho que tinha mais d edoi mil, óia cara, tinha cinco mil cabeça, aqueles pátio ali, estrda que vai pras seção é demorado por causa das criação. Esse meu tio, ele nem podia levantar mais da cadeira, pra ir atender os boi. Ai meu pai disse: _Eu vou contratar outro sr. Juca. Dai ele disse: Não, eu aguento. Mas coitdo do véio, não aguentava, mas ele acostumou com o gado. Tinha hora de madrugada que ele ficava chamando o gao né, mas tava sonhando. Tem cada gado brabo ali dentro, ali ele pegava uma baciona dessas assim e dizia pra eu pegar um cavalo só pra acompanhar e ele ia à pé com a baciona aquela na cabeça. tu acredita cara os touro brabo aqueles, iam comendo sal na cabeça. Se eu for contar as história que tem nós vamos três dias pra...

Pesquisador: Nonoai, os brancos atrapalharam né? Citou Dallasta, os coronel, SPI, roça coletiva. Atrapalharam a cultura da organização da liderança?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Eles atrapalharam muito nossa vivência ali dentro e criaram uma divisão entre a comunidade ali, falaram pro cacique ó:_Aquele lá tem que tirar e mandar ele embora, pra nós trabalhar direito, eles falava. Só que um dia eu falei pra eles, isso nunca vai acontecer, ocê tá querendo acabá com a nossa cultura, eu disse pra eles, na frente do cacique. E o cacique se queimou né, já tava pegando a idéia do branco, pra fazer a idéia do branco executando o que o branco tava ponhando na cabelá dele. Eu falei que ele nnão pode fazer isso, então hoje em dia os novo se a gente quer orientar ele, eles já estão é pendendo mais pro lado do que o branco tá ensinando ele como é que se faz. Então aqui eu falo pra eles nós temos que se cuidar muito quando o cacique já qer pender prro outro a gente já tem

que sentar com ele. Se não aqui um dia também vai terminar e não podemos largar do nossa cultura. A nossa cultura é viver assim comendo na casa um do outro, se não as vezes compra uma carne ali né faz e como tudo junto. Só que isso aí já está cabando nas áreas.

Pesquisador: Tem uma época ali, o sr. tinha uns vinte e um ano, o senhor veio na década de 90?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Tem o cacique ali o Josué, ele era assim ó [sinalizando pequeno, ser criança] quando eles entraram ali com nós, eles vieram dispois, mas nós já fazia anos que nós tava por aqui, então hoje eu falo pra ele: _Então cacique, pra ver o que tu é agora, um líder, era uma criancinha que eu ia sempre pegar no colo, era só um indiozinho, só capricha, assuma a responsabilidade sempre tô dando idéia pra ele. É num foi fácil cara meu sofrimento foi bastante, eu sofri muito, eu tive que sair da minha terra natal agora eu tô por aí.[emocionado]

Pesquisador: E forçado né, planos que as vezes o jovem é travado pela SPI, FUNAI e depois dentro da cultura, enfrentar isso...

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Daí a gente começou a avisar os parente né, que aqui é um lugar mais melhor. _Aqui não da pra viver mais, eu dizia pros outros. Então cada um já começou a falar, nós podia ir pra lá e fomos vindo todo mundo. Assim como eu quero sair de lá pra viver elhor, eu tenho que avisar os outros: _Por que lá é melhor pra nós viver, não é o nosso lugar, mas é melhor pra nós viver. Veio todo mundo, cada um avisou o outro pra vir pra tal lugar, agora tamo tudo aí.

Pesquisador: Acompanhou a agronomia, morro do osso, Lomba do Pinheiro?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Agronomia que nós passemos pra lomba do pinheiro, tinha uns baraquinho era um beco meio comprido assim ali nós se acampemo tudo assim, tinha um empresário queria tocar nós de lá um tal de Roque. Toninho já tava por ai, finado Francisco já tava por ai, la dos bananeiras, os kanheró. Vamos lutar, vamos ver o que vai dar, sorte que o Ministério Público apoiou a gente. Bah cara quem foij contra nós foi aquela, aquela mulher, a Malu, conehceu a Malu? Aquela lá combateu os índio, só que o procurador disse: Tu tá muito errada, os índio

tem direito, eles tem direito e nós temos obrigação de ajudar eles, ai ele bateu brabo.

Pesquisador: Nessa época trabalhava em Porto Alegre, artesanato?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Eu trabalhei um pouco com artesanato dali, mas tinha uma firma, o que empreitou foi um colega meu. Dai ele disse: Getúlio não quer trabalhar de motorista pra nós. _Trabalho. Nós semos índio nóa não tem interesse disso aí, eu não quis, um mês de serviço eu sai, minha mulher quis ir embora pra mãe dela [Votouro]. Então saí pedi minha contas, fomos passar um tempo na minha sogra e pra lá tem trabalho temporário.

Pesquisador: Quando o senhor veio pra Por Fi Ga, aqui, a aldeia já estava no Quilombo.

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Sim já estava

Pesquisador: O senhor achou que foi bom o movimento de vir morar no Por Fi Ga?

Getúlio Erê Rondon Casemiro: Ihh [satisfeito], aqui nós tamo num céu aberto.

[Silencio],[Divagações sobre descansos]

Pesquisador: Tem um nome, Dellabetta...

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Mas é, bah, uma vez, pra nós se contrariar mesmo, houve uma ameaça de morte do meu pai. Ai eu fui pra cidade, eu vi os cara falando no nome do meu véio né, eu fiz de conta que nem tava dando bola, eles falaram um pro outro: _Tal dia assim, nós vamo lá. Ai eu peguei e levantei, sai dali, cheguei lá em casa fui lá na casa do meu véio, daí eu disse pra ele: _Amanhã nós vamos vir guarnecer a sua casa, em doze, tudo armado, quero vê se eles vão vir. Ai reuni tudo o pessoal do posto, chegando lá já se instalemo na casa do véio. Umas duas horas da manhã, descendo um carro, ai eu disse pros piá: _Vocês fiquem ligados. Veio vindo aquele carro, bem na entrada do meu véio ele parou, ele parou e desceu dois ali, ele veio bem devagarinho e parou bem na frente de nós. ELe entoru ali e desligou, quando ele desligou nós [sinal de apertar o gatilho], antes dos outros chegar la em casa, eu sei que ali ele se perdeu, o carro se mandou la pras bandas alpestre, sabichao e quand nós vimos veio um barulho pra cá no meio da lavoura da

soja e já catamos e acertemos um, acertemo ele com um balaço no tornozelo dele. Aí de manhã cedo eu fui lá no Lídio [Dellabetta], lá na cidade, na divisa, cobrando assim, assim e assim e Lídio foi lá no hospital viu esse cara e nem pra nós não deu satisfação de nada. Ali que eu vi o perigo dele, não, ali não dá pra nós ficar, viu como que era as coisas. Depois daquele, eu me garrei de nojo dele. Daí eu passei pro Votouro, um dia ele chegou lá no Votouro peguei ele lá. A FUNAI é muito traçoeiro cara até hoje eu não do muita confiança pra FUNAI não, tem que tomar cuidado né cara. Parece que é uma coisa mas por trás é outra coisa. O finado Darcy também matou ele, esses caras que mataram ele.

Pesquisador: Seu Darcysão, tava com o menino dele...

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Aí quando eles me contaram, eu já fui, paguei meu carro e fui lá, ele tava bem na encruzilhada Dallastta. Quando cheguei ele tava esticado lá e o piázinho tava encima dele, mandando o pai dele levantar, peguei o piá. Bah cara! Deus o livre! Então não é fácil, nós sofremos, eles sabem disso aí, nós sofremo lá na mão dessas lideranças. Tudo sabe, tudo sabe, ninguém não é inocente!

Pesquisador: Tava escrito morte natural nos papéis da morte do Darcy.

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Quem denuncia mesmo, naturalmente acontece essas coisas. Segundo era meu véio que iam levar, só que não puderam, mas seu não tivesse aquela hora lá na cidade ouvindo a converssa deles tinham levado meu véio, o véio não ia saber de nada e eu vi eles tratando esse assunto.

Josme Konhko Fortes: Será que esses que mataram ele, eram kanhgág ou era fóg?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Os fóg

Josme Konhko Fortes: não gostava daquelas pessoa, ou talvez o índio não gostava e mandava, a gente não sabe como foi o esquema né, as vezes naquele tempo os cacique que não gostava daquela pessoa, mandava aquelas pessoas.]

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Num é?

Pesquisador: Ficou muito parente lá, já esteve visitando outras vezes?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Sim no velório de uma sobrinha minha, lá que eles tavam se queixando. Eles estavam querendo fazer prisão, ai o Nelson Xangrê disse: Olha quando eu fui pra largar minha cacicância foi pra vocês, pra cuidar bem do povo não estragar as coisas. O Nelson Xagre é falado nesse mundo.

Pesquisador: Ele expulsou os posseiros?

Getúlio Erê Rondam Casemiro: Claro, foi no governo dele, ele foi um cacique bão. Ele disse pra mim: _Vem embora essa terra é de vocês, pode vim embora de volta, a terra é de vocês. Mas a gente não tem mais aquela esperança de voltar, eu não tenho.

Josme Konhko Fortes: Se tu voltar pra lá tu fica sem terra né? Exatamente por isso que nós estamos aqui, não tinha terra pra plantar.

ANEXO G. ENTREVISTA REALIZADA COM ROSALINA AIRES DE PAULA, ex-professora da comunidade, esposa do ex-cacique Alécio Gãrféj de Oliveira. 11 de Outubro de 2019. Entrevistador Gabriel Chaves Amorim

Ambiente: Na sombra em frente a casa dos “Vaz”, mulheres conversam em kanhgág, crianças brincam no pula-pula, interrupções, festa do dia das crianças na comunidade.

Pesquisador: Eu vi que os parentes do Alécio foram lideranças...

Rosalina Aires de Paula: Sim o pai, foi cacique e o tio dele

Pesquisador: O nome do pai dele está em nome de uma escola?

Rosalina Aires de Paula: Porque ele reivindicou Ventarra né, ele fez a retomada, os brancos tiraram ali. Passado anos depois ele se pegou com o pessoal do Ligeiro e do Votouro vieram reivindicar e conseguiram. Por isso botaram o nome da escola Luís de Oliveira.

Rosalina Aires de Paula: Nós viemos em 2005, a gente chegou ali no Charrua. Em 2005 em diante eu comecei a dar aula. Nós viemos do Serrinha, do Serrinha nós viemos pra Estrela que o Sr. Dorvalino dava aula ali. A gente veio atrás deles e no fim o cacique era o Darci [Darci Sorég Rodrigues Fortes] na época, quando a gente chegou aqui. A Marinez do COMIM ela conheceu muito o Darcy, e eles estavam com falta de professor, não tinha professor na época, ela foi pro Estrela e como o Dorvalino trabalhava lá, ela disse pra mim: _Tu não quer dar aula em São Leopoldo? Até inclusive o Darcy, mandou chamar vocês, por que ele disse que é parenta de vocês. O Darci é parente, a mulher dele é da mãe né. Eu vim e eu me inscrevi na CRE ali e já me chamaram, quinze dias passou já me chamaram pra trabalhar. Eu dava aula lá no Mario Quintana, eu só dava o bilíngue lá, no Mario Quintana tinha professores que davam português, as outras matérias né. Depois a gente pensou de construir uma peça ali na aldeia mesmo né, na aldeia não, , digo, ali onde nós tava acampado. Construimos uma peça e ficamos trabalhando com as criança, eu fiquei trabalhando com as crianças. Depois em 2007 a gente veio pra cá, nós não tinha escola né, fizeram um barraco de lona pra mim dar aula pros alunos. Veio um vendaval e rasgou tudo, derrubou nossa escolinha aqui ó [apontando par ao local

onde ficava a escolinha, hoje igreja]. Meu deus como eu vou fazer, rasgou, estragou tudo, molhou tudo, classe. Coloquei as crianças aqui debaixo dessa figueira no chão, fiz eles no caderno escreve e chamemo o jornal, fiz dois jornal. Fizeram uma pecinha aqui pra nós, conseguimos né, fomos indo trabalhando né, nessa pecinha. Em 2009 eu pedi demissão e entrou o Josme no meu lugar, mas o Dorvalino estava dando aula, quando a gente veio pra cá o Dorvalino também deu aula lá, inclusive ele veio de Estrela e começou trabalhar eu e ele, quando a gente veio pra cá o Dorvalino continuou trabalhando, só que eu fiz tudo isso né é a luta. Pra tu não dizer, ah será que assim, ela ta falando, será que é verdade? Mas tá no Jornal.

Pesquisador: Lembra de um caso de racismo de Novo Hamburgo?

Rosalina Aires de Paula: Sim acho que foi em 2008 me parece, mas ficou se arrastando.

[Pausa pra tirar Rosalina atender um fóg]

Rosalina Aires de Paula: A gente fez muita coisa, meu Deus, trabalhou.

Pesquisador: Quando vieram passaram na Serrinha então?

Rosalina Aires de Paula: Tivemos só uma no lá, fomos do Candóia pra lá, mas daí lá é tu sabe, material não tem, pra fazer o artesanato, no Serrinha não tem e devido a trabalho também, agora que surgiu essas firmas, agora abriu as frigorífico, agora ta tendo mas na época não tinha. Nós viemos pra cá né. A que nós passamos mais tempos foi no Ventarra. Bah, no Ventarra. Se criemo mais lá, meus filho tudo.

Pesquisador: Teve motivo forte de sair de lá?

Rosalina Aires de Paula: Motivo forte?

Pesquisador: Tem histórias cabeluda né...

Assim ó, nós saímos do Ventarra por que o pai do Alécio ele tinha problema do coração né e um tempo deu enfarte nele, ele morreu né. Depois que le morreu as conquistas tudo dele, entrou gente diferente né, gente estranha e começaram essas brigas por causa das terras, por causa de emprego, começa as briga né e daí aconteceu com meus cunhado na época, meu cunhado é professor nomeado né e daí assim que o pai do Alécio. Nós tinha muita terra.

[Pausa para tirar foto de duas meninas Kanhgág com pinturas.]

Rosalina Aires de Paula: Por causa das terras, que o pai do Alécio conseguiu lá, nós tinha bastante terra, os emprego. Assim que o pai dele morreu vieram vindo pessoas de Charrua, Votouro, esses aí começaram né, sabe como é que é, começa as perseguição por causa das terra e os emprego, foi indo, foi indo até que como meu cunhado era professor nomeado começaram com ele.[Retirado do cargo de professor]. Assim não ficou mais bom pra nós por que o pai do Alécio era cacique, mas ele não deixava passar, começava alguém fazer bagunça, não, ele já expulsava dali, não querem ficar numa boa, assim é nossa lei, nossa lei funciona, assim, é assim, assim e assim né. [Ditando com o dedo indicador]. Mas e daí como ele morreu, acho que até mais ele morreu por causa disso né, muito problema. Lá na época não tinha arrendamento, por causa que, eles faziam com as cooperativas, a cooperativa, eles fazia aqueles troca-troca nas cooperativa, dai eles plantavam pros índios, no final do ano eles somavam e o que sobrava eles passava pros donos das terras, era bem bom.

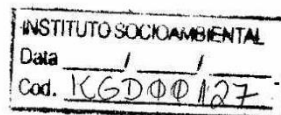
[Mulheres falam em kanhgág, compreendo a palavra fóg, risadas]

Rosalina Aires de Paula: E ai é assim né Gabriel, foi indo e ai que a gente achou melhor ir pro Candóia né, mas o Candóia também não era, fomos pra Serrinha, o cacique como era muito conhecido do Alécio pediu pra nos ir pra lá né, o s.r. Antônio [Antonio Mig Claudino], lá por causa dos trabalho também não e não tem material pra fazer o artesanato né, não tem material. Nós viemos pro Estrela lá tem bastante material, taquara, cipó. Como o s.r. Darci chamou pra cá trabalhar com eles estamos ai até agora. Eu pedi demissão mas meus filhos continuam trabalhando, a Sueli [nora] meus filhos, os dois menino meu né, trabalham, a gente trabalham com vendas e aqui é bom. Aqui eu não sinto assim, outros trabalho, a gente já tem os trabalhos da gente lá em Canoas com as venda né, daí não. Aqui o Alécio ficou quatro anos, praticamente, de cacique eu sei que ele ficou quatro anos, quase cinco anos de cacique, foi de 2008 a 2012. Inclusive ele fez o programa da Minha Casa Minha Vida, construiu as vinte casas de alvenaria, quando construiu que foi luta dele. Daí ele deu uma descansadinha, mas olha ainda ele trabalha com o Josué mais s.r. Dorvalino, não param né. Mas aqui e pouca gente na área é, bah, mil pra

cima. Aqui logo que o Alécio entrou de cacique eu fiz tanto artesanato, tanto, tanto, tanto que óia, muito artesanato eu fiz. Nós fazia durante a semana e no final de semana o Alécio ia vender comigo né, pra depois na semana ele ter uns troco pra siar atrás das coisas pra comunidade né, eu ajudava ele, bah. Enquanto que ele não conseguia o que ele queria ele não parava, eu lembro ainda que o cacique o Valdones, disse, ligou pra ele, nós estava vendendo em Campo Bom, Valdonês [Valdonês Joaquim, cacique e vereador mais votado em Tenente Portela], que é cacique do Guarita, nós estava vendendo em Campo Bom, tinha um evento nós tava vendendo, eu sei que ele disse pro Alécio: _Oh seu Alécio, eu tenho uma novidade pra te contar, ele disse, pode começar a atirar foguete, que as vinte uma casa da Minha Casa minha Vida, conseguimos, vai dar certo, vamos construir. Bah eu sei que o Alécio ficou tão contente, porque essas casas ai, já fez um bem pra nós, não é grande coisa, mas deu pra nós morar. Porque do começo quando nós chegemo aqui nós tinha só casas com aqueles, como digo, costaneira que nos ganhemos do COMIM, costaneira, todo mundo tinha seu barraco com costaneira, uns buracão assim ó [sinalizando buraco coma mão]. Eu tinha minha casinha lá embaixo, eu tinha casinha com costaneira unhum. Depois que foi construído essas casinha pra nós melhorou bastante, depois que foi construído.

**ANEXO H. RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELA
PORTARIA DO PRESIDENTE DE Nº1091 DE 1991.**

17. Anexo
ISA



**RELATÓRIO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INSTITUÍDA PELA
PORTARIA DO PRESIDENTE Nº 1091/91**

Em decorrência das denúncias contidas no OF. Nº 147/WG/PGR/CDDIPI, de 04 de setembro de 1991, do Procurador da República, Dr. Wagner Gonçalves, a FUNAI tomou conhecimento de um grupo de 71 Kaingang, morando 50 pessoas em Vila Santa Isabel e 11 no Bairro Agrônomo, periferia de Porto Alegre, assistido pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ÍNDIO - ANAI.

Abriu-se, em consequência, uma sindicância, Portaria PP nº 1091/91, de 25 de setembro de 1991. Para seu cumprimento nos deslocamos: ANA MÁRIA DE CARVALHO MOREIRA, Advogada, ISA MARIA PA CHECO ROGEDO, Antropóloga e JAYME DE MATTOS, Educador, à Porto Alegre com o objetivo de ouvir os índios Kaingang, expulsos de Nonoai, todos da família do Senhor Vairand Casemiro da Silva, além da ANAI, através dos seus representantes: Maria Cristina Vigiano, Presidente, Rodrigo Alegretti Venzon, Tesoureiro e Hilda Emma Wrasse Zimmermann, Presidente do Conselho e do Sr. Procurador da República do Rio Grande do Sul, Dr. Renato Antonio Mattei.

A Chapecó e à AI Nonoai, nos acompanhou o Procurador da República do Rio Grande do Sul, Dr. Domingos Sávio Dresch Pereira e nestes locais tomamos a termo o depoimento de Sebastião Aparecido Fernandes, Administrador da ADR de Chapecó e dos líderes da AI Nonoai, José Orestes do Nascimento, conhecido por José Lopes e de Adelino Lopes e depoimentos de membros da comunidade indígena, muitos gravados através de fita de vídeo.

HISTÓRICO DOS FATOS

A Área Indígena Nonoai, situada no Município de Nonoai, abriga uma população de 2.029 Kaingang.

Em novembro de 1991, motivado por um apoio relativo no interior da reserva e um fortalecimento externo de certa importância, pois envolvia a Procuradoria da República do Rio Grande do

Handwritten signatures and initials.

17. Anexo
ISA



FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

02

Sul e a ANAI, um grupo de índios, sob a orientação de Vairand Casemiro da Silva, resolve se rebelar contra o poder estabelecido na área indígena.

Precisamente no dia 8 de novembro, quando Vairand mantinha em Porto Alegre contatos com o Dr. Renato Antonio Mattei e a ANAI, seus adeptos prendem em Nonoai o vice-cacique Estevão Nascimento e o "Coronel" Vitório Isaias da Silva.

Avisado, o então cacique José Lopes vai à cidade de Nonoai e na manhã seguinte retorna à área acompanhado de 9 homens da Brigada Militar e do Chefe de Posto Lídio Della Belta.

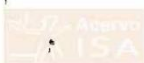
Já, com a presença de Vairand, no dia 9, o movimento é abafado com certa violência. Os líderes anteriormente presos são libertados, a facção oponente, por ser numericamente bem menor, é facilmente dominada e os cabeças: Vairand Casemiro, Floriano Nascimento e Bento da Silva são presos, sendo que os feridos: Antonio Eufrásio e Galdino Lopes, são levados para medicação e após são também aprisionados.

Outros cabeças como Getúlio Casemiro, Pompílio Fortes, Abílio Casemiro e Valdemar Casemiro, fugiram e foram buscar apoio do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, em Xanxerê e logo após se dirigiram a Porto Alegre, onde foram acolhidos pela ANAI.

Os índios presos em Nonoai, foram posteriormente transferidos com suas famílias para outras áreas indígenas. Vairand para Guarapuava, Bento da Silva e Floriano Nascimento para Guarita, Antonio Eufrásio, Carreteiro e Galdino da Silva, Xapecó.

CONSIDERAÇÕES ANTROPOLÓGICAS

A vida comunitária de uma aldeia indígena não está livre do surgimento em seu interior de conflitos os mais diversos, entre eles as disputas pelo poder e comportamentos anti-sociais de seus membros. O grau de gravidade destas ações varia de sociedade para sociedade, variando também a maneira como estas comunidades de saprovam estes atos.



03

O que se percebe comumente é que há dois tipos de procedimentos que contribuem para o exercício do controle social: medidas inibidoras e medidas punitivas. Naquelas comunidades indígenas, onde o contato com a sociedade envolvente é menos determinante as primeiras medidas são mais comuns que as segundas. As medidas inibidoras resultam em procedimentos informais e tomam as cores do ridículo. No entanto quando uma ação criminosa é consumada, aplica-se então a punição correspondente, que pode ser o ostracismo, expulsão ou mesmo morte.

Sociedades indígenas como as dos Kaingang, que sofreram uma interferência muito grande dos órgãos de assistência governamental, cujo principal objetivo era a integração dos índios aos padrões da sociedade nacional, modificaram drasticamente as maneiras de exercer o controle social.

Os Kaingang reprimiam as faltas leves por meio de admoestações e conselhos e para as grandes faltas usavam o tronco, que permanecia armado diante da casa do cacique como advertência permanente.

Ao que parece, em Nonoai, de acordo com informações orais, o tronco foi retirado na década de 50 a 60.

Quando se analisa todos os fatos que resultaram na expulsão da família de Vairand da Área Indígena Nonoai, não é difícil chegar a conclusão que ela se deu por motivos políticos, ou seja, disputa pelo poder.

De acordo com versões colhidas na própria área, esta disputa teve início com a autuação feita pelo IBAMA ao então Chefe de Posto de Nonoai, Lídio Della Betta, tendo em vista as roças abertas por alguns índios em capoeiras. A determinação era de que fossem suspensas a queima das lavouras e a venda das lenhas, resultante das derrubadas.

Estas ordens não foram acatadas pelo índio Floriano Nascimento, motivo pelo qual foi preso e decidida a sua transferência da área pelas lideranças locais.



04

Vairand e familiares interferiram para evitar a transferência, recebendo o apoio de outros membros da comunidade. Com isto a família se fortaleceu e passou a pressionar, com auxílio externo, para a retomada do poder, perdido há bastante tempo, o que resultou nos acontecimentos relatados nos depoimentos.

Sem entrar no mérito das duas divergentes versões, a de Porto Alegre e a de Nonoai/Chapecó, entendemos que o motivo da distensão entre as duas facções indígenas de Nonoai, sem dúvida nenhuma, foi uma disputa política.

O fato do poder não ser mais transmitido por hereditariedade, como acontecia antigamente, conforme literatura, na sociedade de Kaingang, possibilita o surgimento de facções, que não raro se rebelam contra a autoridade estabelecida. Nesta circunstância, rivalidades políticas podem ampliar a força das infrações e a severidade das punições, que em outros casos não seriam tão seriamente consideradas. Uma disputa entre duas pessoas pode levar a uma escala de hostilidades sem precedentes, é quando os mecanismos de controle social passam a servir a interesses políticos mais amplos, envolvendo várias facções em demonstração de força: aqueles respaldados por maior número de parentes, ou outros aliados, levam maior vantagem.

Este nos parece o caso típico de Nonoai, com a agravante de que ambas as facções foram respaldadas por forças externas. A facção estabelecida no poder contava com o apoio dos representantes da FUNAI na área e a facção rebelada, apoiada pela ANAI e Procuradoria da República, através do Procurador Dr. Renato Mattei.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que os acontecimentos de Nonoai foram motivados por uma disputa pelo poder e que as denúncias de exploração de madeira e arrendamentos serviram para que os índios expulsos angariassem apoio externo e fortalecessem a posição de oponentes, somos favoráveis ao princípio da não interferência, uma vez que a comunidade possui mecanismos próprios de controle social.



05

O mecanismo utilizado no caso, foi a expulsão de cada família envolvida para áreas indígenas distintas.

Pela literatura consultada, esta espécie de medida punitiva foi incorporada às sociedades indígenas do sul, desde o início da atuação do SPI na região e a FUNAI fez fortalecer tal prática.

A Comissão de Sindicância, após o depoimento das lideranças de Nonoai, quando afirmaram que "não é tempo, ainda, para o retorno" e que os índios expulsos deveriam cumprir as punições nos lugares indicados pelos líderes, resolveu ouvir a comunidade, o que foi feito e gravado em fita de vídeo.

Houve uma unanimidade quanto ao não retorno dos índios. A opinião é de que a área agora está tranquila e que a família de Vairand só cria problemas, explora madeira e arrendava terras em tempos passados e que são favoráveis a esta forma de exploração da terra.

O posicionamento firme da comunidade mostrou que não é oportuno e conveniente o retorno dos índios, principalmente daqueles que foram encaminhados à outras áreas indígenas. A FUNAI não tem meios para impedir novas agressões e não pode se responsabilizar por incidentes, caso os índios voltem, principalmente porque os ânimos, no momento, estão exarcebados por tantas interferências externas ao grupo.

Os mecanismos de controle social utilizados pelas comunidades devem continuar funcionando sem intervenção. As intervenções só provocam desagregações nos seios das aldeias e as deixam sem referências próprias de atuação.

Por outro lado, as agressões praticadas por ambas as facções e que resultaram em violências físicas as mais variadas; as prisões efetuadas em cubículos unitários, onde só é possível a permanência do prisioneiro em pé; as denúncias de arrendamentos; de exploração de madeira e que extrapolam Nonoai, levam a uma reflexão sobre a política até agora vigente na região sul.



06

O destino dos grupos indígenas no sul, sempre foi de cedido pela política oficial que prega a integração, orientando o rumo da utilização dos espaços geográficos e dos recursos naturais desses povos.

Os recursos florestais são explorados de forma altamente lesiva aos índios, pois na maioria dos casos as comunidades nem se beneficiam com a derrubada de suas matas.

A devastação dos recursos naturais se associa a utilização dos solos agricultáveis, através de arrendamentos, onde os Chefes de Postos, através de uma prática paternalista, fazem acordos com os regionais para uso das terras indígenas, enquanto os índios são, ainda, explorados como mão-de-obra.

Mudaram-se os tempos. Houve um grande avanço nas leis de proteção aos índios e ao meio ambiente. De política integracionista ela passou a preservacionista, onde usos, costumes devem ser conservados. As novas leis encontraram eco na sociedade civil que passou a cobrar a exploração gratuita dos índios e suas riquezas, sejam elas culturais, ou naturais. Com isto os agentes do governo espertamente mudaram os métodos de explorar os índios e os seus recursos. De gerente direto dos arrendamentos e da exploração das riquezas naturais os servidores oficiais passaram para alguns indígenas escolhidos a prática dos acordos, que se tornaram informais. Não obstante, atrás de cada arrendamento, de cada retirada de madeira, de minério, de cada repressão aos que se rebelam contra tais práticas, está a figura indutora do Chefe de Posto, do Administrador..., que na maioria dos casos, levam vantagens financeiras com tais atos.

Coibir tais práticas é urgente. Que a face das Superintendências seja mudada através de cursos de reciclagem para aqueles que podem ser aproveitados. Que os cargos de direção sejam ocupados por especialistas com a visão nova do indigenismo, pois o exercício da política integracionista se consubstanciou em ideologia e não mudará somente através de diretrizes estabelecidas pela direção central, tendo em vista a autonomia adquirida pelas Superintendências.

Arquivo
ISA



07

Só um trabalho contínuo, constante e sério, poderá ^vinterferir as relações de subordinação dos grupos tribais frente a sociedade nacional, mudando, também, padrões de comportamento impostos pelos agentes do governo e regionais.

Por outro lado, o Dr. Renato Antonio Mattei, Procurador da Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, abriu 7 inquéritos, conforme seu depoimento e documentação, todos envolvendo funcionários da FUNAI. Muito ajudaria na solução dos problemas do sul, que estes inquéritos tivessem um andamento rápido..

Diante de todo o exposto sugerimos:

- a) que a FUNAI não interfira no sentido de promover o retorno dos índios para a Área Indígena Nonoai;
- b) que haja uma reformulação no Quadro de Pessoal da 1ª SUER;
- c) que a Procuradoria Jurídica acompanhe o andamento dos inquéritos requeridos pela Procuradoria Geral da República/RS.

Brasília, 22 de novembro de 1991.

Isa Maria Pacheco Rogedo
ISA MARIA PACHECO ROGEDO
Presidente

Ana Maria de Carvalho Moreira
ANA MARIA DE CARVALHO MOREIRA
Membro

JAYME DE MATTOS
Membro

SUAF/IMPR/dcs